



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

STEPHANIE BARROS ARAÚJO

**FILANTROPIA EMPRESARIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA
CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A FUNDAÇÃO BRADESCO NO CENTRO
DO DEBATE**

FORTALEZA - CEARÁ

2016

STEPHANIE BARROS ARAÚJO

FILANTROPIA EMPRESARIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA
CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A FUNDAÇÃO BRADESCO NO CENTRO DO
DEBATE

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós - Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para à obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Formação de Professor.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo

Coorientadora: Prof^ª. Dra. Helena de Araújo Freres

FORTALEZA - CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Araújo, Stephanie Barros.

Filantropia empresarial e educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital: a Fundação Bradesco no centro do debate [recurso eletrônico] / Stephanie Barros Araújo. - 2016.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 177 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Educação, Mestrado Acadêmico em Educação, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Formação de Professor.

Orientação: Prof.^a Dra. Maria das Dores Mendes Segundo.

Coorientação: Prof.^a Dra. Helena de Araújo Freres.

1. Filantropia Empresarial. 2. Formação do trabalhador. 3. Crise estrutural do capital. I. Título.



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos doze dias do mês de agosto de dois mil e dezesseis, **STEPHANIE BARROS ARAÚJO** aluno(a) regularmente matriculado(a) no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UECE) Curso de Mestrado Acadêmico (CMAE), na área de concentração em Formação de Professores, defendeu a dissertação intitulada **FILANTROPIA EMPRESARIAL E EDUCAÇÃO BRASILEIRA NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL: A FUNDAÇÃO BRADESCO NO CENTRO DO DEBATE**. A Banca de Defesa foi composta pelos professores: Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (Presidente – PPGE/UECE), Dra. Helena de Araújo Freres (UECE), Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez (UFC) e Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves (PPGE/UECE). A defesa ocorreu das 15:30h às 18:00h, tendo sido o(a) aluno(a) submetida à arguição, dispondo cada membro da banca de tempo hábil para tal. Em seguida, a banca reuniu-se em separado e concluiu por considerar APROVADA o(a) mestrando(a) **Stephanie Barros Araújo**, por sua dissertação e sua defesa pública terem recebido conceito 10,0; satisfatório.

Comentários da Banca:

A Banca considerou o trabalho como excelente, sem precisar de correções adicionais, sugerindo a publicação de artigos em periódicos.

Eu, Maria das Dores Mendes Segundo, que presidi a Banca de Defesa de Dissertação, assino a presente ata, juntamente com os demais membros, e dou fé.

Maria das Dores Mendes Segundo
Prof. Dra. Maria das Dores Mendes Segundo (Presidente – PPGE/UECE)

Helena de Araújo Freres
Prof. Dra. Helena de Araújo Freres (UECE)

Maria Susana Vasconcelos Jimenez
Prof. Dra. Maria Susana Vasconcelos Jimenez (UFC)

Ruth Maria de Paula Gonçalves
Prof. Dra. Ruth Maria de Paula Gonçalves (PPGE/UECE)

À Maria das Graças Barros, minha mãe querida e o amor mais lindo.

À Pedro Rafael Costa Silva, meu amigo, confidente e companheiro de vida

À Cristiane Maria Abreu de Lima minha amiga querida e grande apoiadora.

Aos meus queridos alunos da Educação de Jovens e Adultos na Fundação Bradesco, representantes da classe trabalhadora, pelos ensinamentos e amizade sincera.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a minha mãe, Maria das Graças Barros, por me ensinar todos os dias como eu posso ser um ser humano melhor do que o fui ontem. Ela é uma professora para além das salas de aula e foi por causa de suas atitudes que nunca desisti de transformar o que era mero sonho em realidade. Cada vez que eu caí, foi a senhora que me acarinhou e disse que além daquilo que era aparente, existia grandes conquistas a serem feitas por mim. Meu maior orgulho é saber que tenho na minha vida uma flor tão linda e perfumada como a senhora. Obrigada por nunca ter desistido de mim e ser essa fortaleza que me encanta e me inspira. Te amo!

À Karla Adriana Duarte, mais que minha madrinha e tia, uma mãe que me amou antes mesmo de eu chegar nesse mundo. Seu amor, seu carinho, atenção, companheirismo tanto comigo como com minha mãe me ajudaram a superar todas as adversidades que aconteceram comigo. Obrigada por existir!

À minhas avós, Maria Luzanira Barros e Luzia Duarte, pelo carinho, orações, boas risadas e companheirismo. Obrigada por terem me dado como presente minha mãe biológica e minha mãe do coração.

À Francisco José Barros, meu tio tão amado e querido, por me ensinar a ser uma pessoa mais leve e olhar a vida acreditando que no final do caminho sempre poderei encontrar um lugar bonito com muitas cores e flores para perfumar e embelezar meus passos.

À Sandra Balduino, que me adotou como sua filha e se transformou em uma grande mãe, confidente e amiga. Amo muito você e tudo que você representa para mim e minha família.

À Antônio Hélio Costa, que ao casar com minha tia Adriana, adotou a mim e minha mãe como parte de sua família, se mostrando sempre presente e participando das nossas vidas. Obrigada por todo carinho e por acreditar nos meus sonhos junto com as minhas flores, mãe e mãe-dinda.

À Pedro Rafael Costa, que antes de qualquer coisa foi e é o melhor amigo que eu poderia ter. Obrigada pelo amor, carinho, companheirismo na vida e na academia, e principalmente por buscar me compreender nas minhas ausências. Sua existência é muito importante para mim. Profunda gratidão por você junto com minha mãe terem enxugado todas as lágrimas que derramei a cada porta fechada e por ter se alegrado junto comigo por todas as conquistas. Minha vitória também é sua.

À minhas amigas de infância Sarah Ferreira, Bianca Vasconcelos, Francisca Vasconcelos, Jordânia da Silva Caetano, Déborah Macedo e Diana Lima pelos mais de 20 anos de amizade

e companheirismo. Por me mostrarem que a amizade de escola pode superar o espaço geográfico e o tempo. Vocês são as irmãs que a vida me deu e que eu pude escolher. Amo todas vocês minhas *Honeys!*

À todas as professoras e professores que passaram pela minha vida no período da infância e da adolescência. Cada uma e um tiveram importância fundamental na construção da personalidade que tenho hoje. Obrigada por cada palavra e cada ação realizada em prol da minha formação e de meus companheiros de escola.

À minha banca de qualificação e defesa composta pela minha orientadora professora Maria das Dores Mendes Segundo, minha coorientadora professora Helena de Araújo Freres, pela orientadora mor de todos que fizeram e fazem parte do Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário (IMO) e minha orientadora de graduação professora Maria Susana Vasconcelos Jimenez e as professoras tão queridas Ruth Maria Gonçalves de Paula e Josefa Jackline Rabelo.

Professora Maria das Dores obrigada pela oportunidade de ter sido sua orientanda e ter aprendido tanto com a senhora. Seus ensinamentos e sua leveza em apresentar principalmente as questões da economia fizeram todos da turma se encantarem, assim como eu. Obrigada pelo carinho e atenção comigo. Me sinto feliz de ter convivido com a senhora e ver a pessoa tão alegre e divertida que é, além de ter visto um de seus melhores momentos: Ser avó. Sua felicidade contagiou a todos. Por fim, não posso deixar de ratificar que esse texto foi possível graças a sua confiança em mim, assim como a professora Helena, que me motivaram e me impulsionaram a buscar dar o melhor de mim neste estudo. Espero tê-la sempre na minha vida.

Professora Helena Freres, obrigada por acreditar em mim e na minha capacidade de ingressar no mestrado antes mesmo de tudo ter se tornado concreto. Não tenho jamais como agradecer tudo que a senhora fez e faz por mim. Seu carinho e amizade são tesouros valiosos na minha vida. Me sinto privilegiada em ter a presença da senhora na minha vida, pessoa que eu tanto admiro em todos os campos da vida. Minha eterna gratidão e admiração!

Professora Susana Jimenez, que me apresentou Marx e Engels como realmente merecem ser conhecidos e lidos. Gostaria de agradecer mais uma vez por todo ensinamento, por todo carinho, cuidado e por me adotar como sua filha caçula. Saiba que para mim é uma honra e tenho muito orgulho de ter sido sua última orientanda de graduação. Jamais terei como expressar todo o sentimento que tenho pela senhora com palavras e ações. Sua presença não é um presente apenas na minha vida, mas na vida de todos que tem a oportunidade de conviver

com uma pessoa tão maravilhosa como a senhora. Gratidão, respeito, carinho, amorosidade definem uma parte dos meus sentimentos.

Professora Ruth de Paula Gonçalves, posso dizer que a senhora é metaforicamente um lindo Sol. Agradeço por toda a convivência desses um ano e meio de mestrado, por nos receber de manhã com seu sorriso que afastava toda a tristeza que pudéssimos ter pelo movimento da vida e todo o cansaço que pudesse vir a querer nos atingir. Meu carinho, respeito e admiração pela senhora que é um ser que transmite tanto amor.

Professora Jackline Rabelo, que me acolheu com tanto carinho na Universidade Federal do Ceará. Obrigada pelos conselhos e sugestões na construção desta dissertação que é tão minha quanto de todos que me ajudaram, e a senhora é sem dúvidas uma das bases contribuintes para a materialização de todos os pensamentos descritos aqui. Minha gratidão, carinho e todos os melhores sentimentos que a vida proporciona.

Aos professores Luís Távora e Fábio Sobral, pelas contribuições nestes escritos e conversas agradáveis sobre filosofia, Marx e a vida. Muito carinho e admiração por esses queridos mestres.

Ao professor Valdemarin Coelho Gomes, o querido professor Mário, que sempre se mostrou tão amigo e companheiro. Agradeço pela atenção e carinho desde a primeira seleção de mestrado. Pela amizade a mim direcionada e também pelas oportunidades de não perder o vínculo com a academia. Muito carinho, ternura e todo afeto possível.

Ao professor Frederico Costa, professor Fred, pelo carinho a mim direcionado e por me incentivar sempre a ser melhor do que eu posso ser. Suas aulas para mim foram lições que jamais esquecerei. Minha imensa gratidão por tudo o que o senhor é. Também lhe tenho grande afeto.

À Jonelma e Rosângela, pessoas fundamentais no Programa de Pós-Graduação em Educação, por sempre nos receberem com um sorriso e buscarem fazer dos dias de mestrado e doutorado momentos tão leves. As levarei no coração.

À todas as minhas amigas de UECE e UFC: Marina Vieira de Oliveira, minha Nena, irmã, amiga, a maluquice mais linda que todos deveriam ter na vida, por trazer leveza para minha vida desde o período de graduação; Janaina Barbosa, pela amizade para além dos muros ueceanos; Expedito Vital, pelos sorrisos, amizades e ensinamentos repassados; Ana Maria Almeida, pela amizade, companheirismo e carinho; Erika Rocha, minha Kinha, por ser tão parecida e ao mesmo tempo meu oposto. Sua amizade e irmandade são tesouros no meu viver. Amo seu jeito de ser e de viver me arrancando sempre muita alegria ao te ver; Ana Lima, nossa Aninha, pela amizade, irmandade e por ser simplesmente este ser tão excepcional!

Muito carinho e amor por você minha amiga querida; Talita Leandro, Tatá, que é minha irmã artística, e que me encanta com seu jeito tão lindo de ser. *Much Love* amiga dos cachinhos; Núbia de Araújo, a orquídea do PPGE, minha amiga linda que a cada dia me surpreende com tamanha meiguice. Você me lembra todos os dias que dentro de tamanha fragilidade e beleza, existe uma grande força. Grande afeto, carinho, muito amor e admiração; Socorro Costa, a Cotinha linda, que me traz o aconchego de casa e o carinho de mãe. Sua presença na minha vida e em todos os momentos de mestrado me deram força e me fizeram sentir vontade de me aventurar sem medo de errar e cair. Te gosto muito; Raquel Moraes, minha Quequel, pessoa linda que chegou e fincou raízes no meu coração. Obrigada pela amizade, irmandade e momentos de grandes risadas. Você mora no meu coração; Lenha Diógenes, minha poetisa que assim como a Raquel, chegou e fez casa no meu coração. Que admiração e orgulho da pessoa maravilhosa que você é.

À Cristiane Abreu, pela amizade, amorosidade, e o carinho a mim direcionados. Agradeço por todos os momentos vividos desde a graduação até a pós. Para mim foi um presente ter convivido com uma pessoa tão especial e do coração tão grande. Muito amor, carinho, irmandade e gratidão por tudo o que és e representa na minha vida.

À Valeska Mariano por ser minha irmã, amiga, companheira de todos os momentos. Eu jamais poderia expressar o significado que você tem na minha vida. Um carinho mútuo gratuito que nasceu no inesperado. Amo você!

À Daniele Kelly por ser uma pessoa singular na minha vida e ter estado comigo nos momentos que mais precisei dentro da academia. Você é uma pessoa que jamais esquecerei e que nutro profundo carinho, respeito e admiração.

À Antônio Marcondes, o Condinho, pelos momentos maravilhosos que vivenciamos e pela irmandade que nos une. Você para mim é uma pessoa mais que singular. Te gosto muito meu poetinha.

À Natasha Alves, minha gêmea desde muitos anos. Obrigada por trazer alegria para a minha vida com seu jeito espontâneo de saber viver. Espero que nossa irmandade se estenda para toda a nossa existência. Muito amor e carinho.

À Ivan Ribeiro, Dávillo Lima e Charmenia Freitas pelos momentos compartilhados e alegrias vividas. Muito carinho, respeito, admiração e afeito por vocês, pessoas lindas e queridas que vieram a somar na minha vida.

À todas as minhas companheiras, companheiros e professores do IMO pelos momentos valiosos, discussões preciosas e risadas necessárias para retirar toda a carga negativa que as vezes querem invadir a vida. Meu carinho, respeito e admiração.

À todos os amigos que a Fundação Bradesco me permitiu receber na vida: Roberta Rodrigues, minha pequena, minha filha de coração e amor. Você me faz acreditar que a juventude vai sim fazer muito barulho nos ouvidos de quem tá no poder; Rosângela Cardoso e João Paulo Falcão, obrigada pelo companheirismo e amizade. Em meio a tanta competição e busca por ascensão, ainda podem nascer flores tão lindas como vocês; Aos meus alunos da Fundação Bradesco pelo carinho e por tanto me ensinarem em suas simplicidades. Amo-os

À todos da Escola Municipal Maria Mariza Mendes, em especial à Monica Sampaio, minha amiga e coordenadora tão querida e humana. Obrigada por ser essa pessoa tão indescritível de tão maravilhosa que é; A minhas amigas Tayomara Brandão, Tamara Ximenes, Luciana Carvalho, Maria José Amorim, Sandra Marques e Luana Lopes pelos momentos compartilhados, pela compreensão das minhas ausências e por fazerem meus dias mais leves e prazerosos. Vocês apesar do pouco tempo já são parte de mim.

Por fim, obrigada a todas e todos que passaram pela minha vida. Vocês são responsáveis por aquilo que sou hoje.

Como falar da insensibilidade desses ricos burgueses diante dos pobres, se eles criaram instituições de beneficência que não existem em nenhum outro país? Beneficência... Bela filantropia a dessa classe que, para ajudar ao proletariado, começa por explorá-lo até a última gota de sangue para, em seguida, lançar sobre ele sua complacente e farisaica beneficência e, dando aos infelizes menos que a centésima parte do que lhes retirou, apresentar-se ao mundo com a aparência de campeã da caridade! Beneficência que degrada mais quem a concede que aquele que a recebe, beneficência que torna mais subalterno aquele a quem é dirigida, pois lhe impõe - a ele, tornado pária nesta sociedade - a renúncia ao seu único bem, sua aspiração a uma condição humana, exigindo que *comece por mendigar o perdão da burguesia* antes de obter a graça que ela lhe oferece: uma esmola e, na frente, o estigma da humilhação!

(Friedrich Engels)

RESUMO

A temática ora aqui apresentada tem como objetivo fazer uma crítica à filantropia empresarial, sobretudo a educacional como mecanismo deformador e tendencioso de cooptação social que o sistema capitalista propõe à classe trabalhadora. É posto como solução para enfrentar as reverberações da crise estrutural do capital, a inserção e aceitação da “sociedade civil”, representada pelo empresariado, em um movimento de transferência de responsabilidades sociais. À luz da esteira marxista, o trabalho investiga, nestes termos, o considerado terceiro setor e seu papel na sociedade ao fornecer serviços público-não-estatais. Fazendo um recorte em nosso objeto, tendo em vista as inúmeras instituições que se apresentam na contemporaneidade como filantrópicas, optamos por fazer o enfoque maior a atividade realizada pelo Banco Bradesco e sua organização: Fundação Bradesco, devido a história desta instituição e os investimentos realizados pela mesma há pelo menos 60 anos. Partimos como pressuposto para a pesquisa que as benesses oferecidas pelo capital a classe trabalhadora, como mote de assistência e compromisso social, são na verdade eixos de acumulação de capital e premissas ideológicas. Lançada essa questão, partimos para a comprovação das questões colocadas por meio de uma pesquisa teórico-bibliográfica e documental as inquietações que a realidade nos exigia. No campo metodológico entendemos que a realidade é composta de suas inúmeras contrariedades e por ser construída pelos homens, possui consequentemente historicidade, razão pela qual se faz necessário manter aproximações constantes em favor de não perder o contato com o real. Utilizando-se da letra de Marx (2009; 2010; 2013a; 2013b; 2015), Engels (2004; 2008), Marx e Engels (2007; 2010; 2011) abordamos questões como a pobreza, o pauperismo e a exploração do trabalhador pela burguesia. No que se refere a Crise Estrutural do Capital e suas reverberações optamos por dialogar com Mészáros (2004;2011a;2008,2011a;2011b; 2012; 2014). No campo filantrópico recorreremos às pesquisadoras Ioschpe (1997), Beghin (2005) e Mestriner (2011) que nos auxiliaram na historicização e conceituação do tema. Acerca do “3º setor”, revisitamos os apontamentos de Montañó (2010) para compreensão não apenas do segmento na economia, mas também da “questão social” tão discutida e atividade fim da participação dos setores privados na esfera pública. Para falar da Fundação Bradesco, usamos seus próprios documentos (2015; 2014; 2013; 2012; 2006) disponíveis no site oficial da instituição. A filantropia empresarial voltada para a educação máscara a exploração da classe trabalhadora, com ações sociais apresentadas como humanizadas, de cooperação e responsabilidade social. Todavia, observamos que a Fundação Bradesco expressa uma ideologia de empresa cidadã

com responsabilidades. Em linhas gerais, concluímos que ao contrário do que apregoam os defensores da filantropia empresarial inserida na educação, entendemos que uma formação humana assentada no desenvolvimento pleno das potencialidades dos indivíduos só poderá ocorrer no tempo em que os homens estiverem emancipados do sistema do capital.

Palavras-chave: Filantropia Empresarial. Formação do trabalhador. Crise estrutural do capital.

ABSTRACT

The theme displayed here purposes to make a review of corporate philanthropy, mainly to education as deforming and tendentious mechanism for social cooptation that the capitalist system offers the working class. It is put as a solution to face the reverberations of capital's structural crisis, the insertion and acceptance of "civil society" represented by the business community, in a transfer movement of social responsibilities. In light of Marxist treadmill, the work investigates, in these terms, the considered third sector and its role in society by providing public and non-state services. Making a cut in our object, in view of the numerous institutions that present themselves nowadays as philanthropic, we chose to make the main focus in the activity performed by *Banco Bradesco* (Bradesco Bank) and its corporation: Fundação Bradesco, because the history of this institution and the investments made by the same for at least 60 years. We start as a presupposition for the research that the bounties offered by the capital the working class, the point of assistance and social commitment, are actually axis capital and ideological assumptions accumulation. Put this issue, we left for proof of questions put through a theoretical and bibliographical research and document the concerns that reality required us. In the methodological field we understand that reality is composed of its many contrarities and be built by men, has historicity, which is why it is necessary to maintain constant approaches in favor of not losing touch with reality. Using Marx (2009; 2010; 2013th; 2013b; 2015), Engels (2004; 2008), Marx and Engels (2007; 2010; 2011) treat subjects such as poverty, pauperism and worker exploration by bourgeoisie. About the Structural Crisis of Capital and its reverberations chose to dialogue with Mészáros (2004; 2011a; 2008,2011a; 2011b; 2012; 2014). In the philanthropic field we use the researchers Ioschpe (1997), Beghin (2005) and Mestriner (2011) that helped us in historicizing and conceptualizing theme. About the "3rd sector", revisit the Montaño's notes (2010) for understanding not only of the segment in the economy, but also the "social question" so discussed and activity end of the participation of the private sectors in the public sphere. To talk about the Bradesco Foundation, we used their own documents (2015; 2014; 2013; 2012; 2006) available on the official website. The corporate philanthropy directed for education masks the exploration of the working class, with social actions presented as humanised, cooperation and social responsibility. However, we note that the Bradesco Foundation expressed an ideology of citizen corporate with responsibilities. In general, we concluded that contrary to what the defenders of corporate philanthropy say, inserted in education, we understand that the human formation planted in the full development of the

potential from individuals can only occur at the time when men are emancipated the capital system.

Keywords: Corporate Philanthropy. Worker Formation. Structural Crisis of Capital.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – América latina: evolução da pobreza e da Indigência, 1980 -2014 (em porcentagem e milhões de pessoas).....	47
Gráfico 2 – Detentores e suas quotas na riqueza global	48
Gráfico 3 – Perfil dos alunos da fundação bradesco (%)	131
Gráfico 4 – Alunos da educação profissional técnica de nível médio por área (%).....	140
Gráfico 5 – Investimento para benefício público ofertado pelo Bradesco em suas mais de 40 escolas (R\$ milhões)	144
Gráfico 6 – Número de alunos por computador	150
Gráfico 7 – Investimento do Pib em educação	151
Gráfico 8 – Número de aluno por professor	152
Gráfico 9 – Indices de aprovação, reprovação e evasão nas escolas brasileiras.....	154
Gráfico 10 – Panorama da educação de jovens e adultos oferecidas pela fundação Bradesco	155
Gráfico 11 – Média de alunos que fazem o Enem/ porcentagem de alunos que ingressam no ensino superior / resultados do Ideb 2011-2013	156
Gráfico 12 – Investimento da fundação Bradesco e demais bancos em 2006	157
Figura 1 – Quadro da filantropia 1889 – contemporaneidade	55
Figura 2 – Composição do capital	73
Figura 3 – Questão social	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação entre conferências/declarações acerca da educação e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho	121
Tabela 2 – Total de alunos por modalidade de ensino	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
IPEA	Instituto de Pesquisa Aplicada
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
ONG	Organização Não-Governamental
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	20
2	FILANTROPIA EMPRESARIAL E MISÉRIA SOCIAL: A MANIPULAÇÃO IDEOLOGICA SOB APARENCIA DE CARIDADE	28
2.1	REFLEXÕES ONTO-HISTÓRICAS ACERCA DA QUESTÃO DA POBREZA: NOTAS INTRODUTÓRIAS	30
2.2	A ORIGEM DA FILANTROPIA EMPRESARIAL NO BRASIL E A QUESTÃO DA POBREZA	50
2.3	O TERCEIRO SETOR: ENCONTRANDO O CAMINHO PARA JOÃO E MARIA.....	71
3	EXPRESSÕES IDEOLÓGICAS DA FILANTROPIA NO PROJETO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES: DESDOBRAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL	93
3.1	CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO E PARCERIAS EMPRESARIAIS	95
3.2	A FILANTROPIA EMPRESARIAL E SEU PAPEL ÍDEO-POLÍTICO NA EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: UMA ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS.....	106
3.2.1	A filantropia empresarial e seu papel nas diretrizes educacionais: a pedagogia empresarial e a intervenção na educação dos trabalhadores.....	116
4	O PAPEL DA FUNDAÇÃO BRADESCO NO PROCESSO DO ENSINO DA CLASSE TRABALHADORA.....	128
4.1	A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO BRADESCO E SEU INTERESSE PELA EDUCAÇÃO: PONTUANDO A PARCERIA COM A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO.....	129
4.2	A FUNDAÇÃO BRADESCO E O CANTO DA SEREIA EDUCACIONAL: DESMISTIFICANDO O MERCADO DAS “BOAS” INTENÇÕES	147
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	160

REFERÊNCIAS	167
ANEXOS.....	172
ANEXO A – CAPA DO LIVRO EMPREENDEDOR MIRIM OPEE	173
ANEXO B – METODOLOGIA/OBJETIVOS E VALORES OPEE	174
ANEXO C – PROPOSTA PEDAGÓGICA SEMESTRAL OPEE	177

1 INTRODUÇÃO

As proposições teóricas dos comunistas não se baseiam, de modo algum, em ideias ou princípios inventados ou descobertos por este ou aquele reformulador do mundo. São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos (MARX e ENGELS, 2007, p. 51-2).

O presente estudo de mestrado aborda a questão da Filantropia Empresarial – representada em nossa pesquisa pela Fundação Bradesco – e seus desdobramentos sobre a educação brasileira no contexto da crise estrutural do capital. Para tanto, utilizaremos na construção de nosso texto o viés pautado na crítica onto-marxiana, buscando compreender a real problemática vivenciada com a inserção do terceiro setor, através de Organizações Não-Governamentais (ONG's) e de fundações, na formação dos indivíduos por meio do complexo da educação.

Sob esta perspectiva, optamos por discutir as questões que perpassam a temática fazendo uso basilar dos complexos trazidos por Marx e Engels, principalmente os do trabalho e da ideologia. O trabalho alienado, conforme nos esclarece Marx, é a matriz da exploração dos homens pelos homens; a ideologia burguesa, por sua vez, cumpre a função primordial ao sistema do capital de fortalecer, no plano da aquiescência das subjetividades, o processo de desumanização do próprio homem, para o qual é necessário negar à classe trabalhadora os mecanismos de compreensão e apreensão dos conhecimentos construídos ao longo da história pelos homens.

Nesta pesquisa, seguindo o caminho trilhado por Marx para a compreensão do real, procuramos desmistificar as concepções que se escondem por trás dos discursos apregoados pelo capitalismo por meio das “boas ações” filantrópicas. Para isso, utilizaremos como categorias centrais de análise os complexos do trabalho, ideologia e educação, além dos complexos que abordaremos de forma secundária, como a cultura, por exemplo, procurando demonstrar, outrossim, que a realidade não consiste naquilo que ela se mostra imediatamente, mas que ela própria é a unidade entre aparência e essência. Para atingirmos esta última, é necessário um grau de abstração para refletir sobre as categorias do real, apreendendo sua legalidade própria, sem mistificação.

Conforme Marx e Engels esclarecem,

[...] o essencial dessas coisas não é sua existência real, passível de ser apreciada através dos sentidos, mas sim o ser abstraído por mim delas e a elas atribuído, o ser da minha representação, ou seja, “a fruta”. É certo que meu entendimento finito, baseado nos sentidos, distingue uma maçã de uma pera e uma pera de uma amêndoa,

contudo minha razão especulativa considera esta diferença sensível algo não essencial e indiferente. Ela vê na maçã o mesmo que na pera e na pera o mesmo que na amêndoa, ou seja, “a fruta”. As frutas reais e específicas passam a valer apenas como frutas aparentes, cujo ser real é “a substância”, “a fruta” (MARX E ENGELS, 2011, p.72)

A escolha por esse objeto está relacionada ao fato de que a instituição apresentada como plano de fundo ser vista com “bons olhos” e suas ações serem reconhecidas em âmbito internacional. Fazer o enfrentamento de tal realidade exige-nos pensar na mesma esteira de Marx (2013, p. 93), quando o mesmo aponta que “não existe uma estrada real para a ciência, e somente aqueles que não temem a fadiga de galgar suas trilhas escarpadas têm chance de atingir seus cumes luminosos”.

O Banco Bradesco, representado pela Fundação Bradesco, reproduz, assim como outras instituições do terceiro setor, um importante mecanismo estratégico da burguesia, posto “que é necessária, para a existência e supremacia da classe dominante, a acumulação da riqueza nas mãos de particulares, a formação e o crescimento do capital, cuja condição de existência é o trabalho assalariado” (MARX, 2010, p. 51). Em se tratando dos trabalhadores cooptados pela Fundação Bradesco, estes estarão aptos e adaptados para o mercado de trabalho, deste modo, quando as crianças e jovens que são escolarizados pela instituição Bradesco forem convocados para o quadro de funcionários da própria instituição ao final dos cursos fornecidas pela empresa, e poderão alcançar, conforme propaga, um possível emprego no banco ou na própria instituição escolar.

Quase dois séculos atrás, Marx e Engels, em sua *Ideologia Alemã* (2007, p. 38), já apontaram que tal realidade de exploração se faz presente na vida dos homens considerando que os mesmos se obrigam a serem caçadores, pescadores, pastores ou críticos, e assim permanecem se não quiserem perder seus meios de vida. Com a sociedade comunista vigorando, os indivíduos não teriam um único campo de atividade, podendo aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhes agradassem, ou seja, ser caçador, pescador, pastor ou crítico a seu bel prazer. Desta forma, a sociedade regula a produção geral e confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, caçar pela manhã, pescar à tarde, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a vontade do homem, sem que este jamais se torne caçador, pescador, pastor ou crítico exclusivamente.

Durante o processo de ensino e aprendizagem na instituição Fundação Bradesco os alunos possuem, de modo velado, a obrigatoriedade de se formarem, após o período de conclusão da educação básica, em cursos que possibilitem a inserção dos mesmos nas unidades da empresa. Caso isso não seja cumprido, os indivíduos correm o risco de jamais

poder trabalhar para a empresa em questão. É importante frisar que existe em toda a ideologia repassada para pais, responsáveis e alunos a noção de que trabalhar para o Bradesco é a solução dos problemas da família e que os mesmos podem conseguir uma estabilidade financeira e “boas remunerações” através não apenas de seus salários, mas de bonificações como *participação nos lucros* (PL), além de vale-alimentação de valor quase equivalente a dois salários mínimos dependendo das horas a serem trabalhadas.

Voltando à discussão acerca do método, é necessário o movimento de compreensão de que a realidade é contraditória e possui historicidade e, por isso, para conhecê-la, é de suma relevância buscar aproximações constantes. Por mais que haja a aproximação do real de modo contínuo, novas questões sempre surgem para responder às múltiplas determinações do real. De todo modo, como põem Marx e Engels (2007, p. 86-7),

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica.

Marx, em suas obras, aponta que a recusa do empirismo não está conjugada à negação dos fatos, porque estes últimos mostram-se como a expressão fenomênica do real. O filósofo parte da aparência fenomênica porque ela é importante, mas o real não se esgota nela. A aparência sinaliza e revela, mas também mistifica e oculta.

Nessa direção, justificamos nossa escolha perante as categorias e complexos que serão utilizados na construção da dissertação, ancorando-nos, como previamente dito, nos complexos do trabalho, educação e ideologia, não esquecendo que o movimento a ser feito toma a dialeticidade entre o campo das ideias e do concreto, compreendendo que a interação deve ser feita sempre da “terra para o céu”, do concreto para as ideias, tendo em vista o concreto pensado.

O complexo do trabalho, assim como os demais que se desdobram dele, é o centro de nosso estudo, tendo em vista que, sem o trabalho, nenhum dos outros complexos poderiam ter se desenvolvido. O trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana (MARX, 2013, p. 120). Ao transformar a natureza, os homens se transformam e, articulado a essas transformações, constroem-se novas situações dentro da história, com novas necessidades sociais, novos conhecimentos e habilidades, num processo de acumulação constante.

[...] os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas, para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvidas, um ato histórico, uma condição fundamental de toda história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos. (MARX E ENGELS, 2007, p.33)

Dando continuidade à função exercida pelo trabalho, o complexo da educação apresenta-se, segundo a esteira onto-marxiana, fazendo a mediação dos homens para com os próprios homens. De acordo com Lukács, ao fazer o resgate da ontologia apresentada por Marx, o trabalho, categoria fundante no mundo dos homens, não tendo como dar conta de tudo aquilo que os indivíduos construíram historicamente, acaba por exigir a presença de um complexo que possibilite a continuidade por gerações dos saberes adquiridos, e é por meio desta problemática que a educação surge.

Lukács, em seus estudos na busca por estabelecer as bases materialistas de uma “ontologia de novo tipo”, qual seja, a ontologia marxiana, revela-nos duas ramificações centrais acerca da educação: a educação em seu sentido *lato* e em sentido *stricto*. A primeira compreende de forma geral aquilo que é apreendido pelo homem em seu convívio com outros homens; a segunda consiste na educação sistematizada, institucionalizada. Para Lima (2009, p.115-6),

[...] entre educação em sentido estrito e educação em sentido lato não se pode traçar um limite ideal preciso: são processos que se interpenetram e se influenciam. Nessa perspectiva, a educação em sentido restrito, ao incidir sobre a educação em sentido lato, estende a ela a ideologia dominante que influencia sua prática. Mas, por outro lado, os processos educacionais em sentido lato, cujo desenvolvimento e efetivação contam com a participação de todos os sujeitos que formam a totalidade social e não de um grupo particular (ou vários), reproduzem práticas que, muitas vezes, se alicerçam em interesses contrários àqueles vinculados à educação em sentido restrito. A educação em sentido lato perpassa a educação em sentido restrito e também influencia sua objetivação. Nessa relação de influência mútua, o momento predominante novamente é a totalidade social.

Assim, Lukács (2010, p.221) alerta que toda educação deveria sinalizar para a formação do indivíduo com reais possibilidades, de forma que o permita, em dadas circunstâncias, utilizá-la à sua veleidade e modificar ou reprimir conhecimentos que parecem prejudiciais em determinadas situações, orientando-o a agir de determinado modo.

Em meio a esta situação apontamos, em nossos estudos, como parte do complexo da reprodução utilizada na educação formal, o complexo da ideologia. É importante ressaltar que este último complexo deve ser posto tal qual Marx e Engels afirmam, como “um produto histórico e não um erro da mente humana” (2007, p. 97). Sob o capital, sobretudo no contexto

de crise estrutural, a ideologia dominante é uma “mola impulsadora” dos desejos que o capital, representado pelo Banco Mundial e suas diretrizes, tem para a formação dos trabalhadores, de modo a mantê-los sempre submissos, em troca de “migalhas” maquiadas de “boas ações”.

De acordo com Mészáros (2004, p. 64),

[...] o poder da ideologia não pode ser superestimado. Ele afeta tanto os que negam sua existência quanto os que reconhecem abertamente seus interesses e os valores intrínsecos às várias ideologias.

Em princípio, Lukács (2013, p.464-5), ancorado nas ideias de Gramsci, aponta que a ideologia é entendida pelos marxistas como uma superestrutura que surge a partir de uma base econômica, sendo errôneo classificá-la como formação arbitrária do pensamento de pessoas singulares. Na verdade, a ideologia consiste na forma de elaboração cunhada na realidade que é responsável por tornar a práxis social humana consistente e capaz de agir. Todavia, no que tange à sua dupla função, a ideologia é um meio de luta social, que caracteriza toda sociedade, pelo menos as pré-históricas; é neste ponto que seu sentido pejorativo nasce e se torna tão importante para justificar as ações da humanidade em prol da individualidade dos homens. Sobre a transformação do pensamento científico em ideologia, o processo pode se dar através de múltiplas mediações e não precisa ser diretamente intencionado. Assim, podemos classificar, segundo Lukács (2013, p.468-9), o complexo da ideologia em sentido concreto *e stricto*.

No campo do concreto, nada pode ocorrer no âmbito do ser social que não seja determinado por este mesmo ser social. Partindo para a práxis, não existe, desde a alimentação, a sexualidade ou até a exteriorização mais abstrata de uma ideia, nenhum componente do ser social cujo ser-propriadamente-assim concreto que não esteja co-determinado pelas circunstâncias sociais de seu nascimento. Entretanto, todas as decisões tomadas pelo homem são produtos do *hic et nunc* social, em que este tem de viver e atuar. Suas respostas levantadas no cotidiano não são feitas pelo meio ambiente social, mas podem operar sempre no campo de ação de possibilidades de respostas reais concretamente determinados em termos sociais. Com isso, o homem é pessoa ao fazer suas escolhas e poderá até encontrar uma resposta ainda não utilizada por seus contemporâneos, mas essa resposta, independente se é ou não vista por outros homens, sempre será necessária como componente do campo de ação planejado.

Em *A crítica da economia política*, Marx trabalha com a seguinte ideia, *não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas o inverso, é o seu ser social que determina sua consciência*. Este conceito tende a ser um pouco confuso em um primeiro momento, mas se interpretarmos o complexo da ideologia na letra de Marx, veremos que os homens tendem a se tornarem conscientes e, com ajuda de ideologias, travam os seus conflitos sociais, fundamentados no desenvolvimento econômico. A existência social da ideologia tende a pressupor conflitos sociais que se desenvolvem de formas específicas em cada sociedade. Como consequência, os portadores ontológicos de toda atividade social e, portanto, dos conflitos vivenciados, devem ser homens singulares. Neste tocante, os interesses vitais de um grupo específico, e os antagonismos de interesse por estes vivenciados, podem ser enfrentados quando esta minoria consegue convencer a si mesmos e aos membros de um grupo maior que seus interesses são vitais para o todo social. No mais, o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como marca registrada geral das sociedades de classes.

Quando feito o paralelo entre os complexos da reprodução, por meio da educação, e da ideologia, teremos, segundo Costa (2007, p.81-2), a ideologia como função social e superação da perspectiva gnosiológica aplicada no complexo da reprodução, somente sendo percebida dentro de um contexto ontológico. Seu duplo aspecto, concreto e *stricto*, ilustra o caráter ontológico que a educação possui em seu conjunto de ideias, tornando consciente e operativa a práxis social como um canal para expressar os conflitos de classes sociais. A ideologia em seu sentido amplo levará em consideração o pressuposto último da adoção de perspectivas gerais, que terá como fim uma sociedade de mercadorias com limites inquestionáveis de suas ações e aspirações individuais (idem, p.145-6). Já a ideologia em seu sentido mais restrito se pautará com base nas ideias de Marx de que os homens devem tornar-se conscientes com auxílio das ideologias.

Segundo Lukács (2013, p. 467)

[...] a verdade ou a falsidade de uma opinião não faz dela uma ideologia. Nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a torna-se uma ideologia.[...] podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.

Apontadas essas primeiras considerações, observamos que o complexo da educação, em concordância com Costa (2007, p. 138), é muito mais do que um simples canal

da continuidade histórica do ser social. Ele é um mecanismo essencial para a entificação do homem, historicamente determinado. Assim, a práxis educativa é ideológica tanto no aspecto amplo como restrito de ideologia. Fazendo um panorama do trabalho desenvolvido, optamos por trabalhar no presente texto fazendo uma divisão da questão da filantropia desde seu germe motivador até suas implicações no campo social e político. É importante que, ao fazer a crítica de um dado sistema, procuremos entendê-lo pela raiz, sendo este o nosso compromisso.

No capítulo *Filantropia empresarial e miséria social: a manipulação ideológica sob aparência de caridade*, faremos um resgate sobre a questão da pobreza levando em consideração a preocupação com o pauperismo desde antes de Marx e Engels, autores basilares na nossa discussão, e as motivações que levaram a burguesia a se preocupar com a pobreza que ela mesma produziu para a humanidade. Muitas leis foram criadas e estratégias foram pensadas para sanar a pobreza, não porque a classe dominante fosse dotada de bondade, mas porque a visão por ela lançada em muito desagradava e causava repulsa. Ao mesmo tempo que deixar os trabalhadores dependentes de vender sua força de trabalho é uma necessidade do sistema – já que para manter uma minoria no poder e uma maioria submissa, o capitalista precisa explorar ao máximo o proletário e pagar o ínfimo para a sobrevivência deste e de sua família – alguns não conseguem sobreviver com essas migalhas e terminam por cair em uma situação pior do que a pobreza desejada pelo sistema, lançando aos olhos de seus exploradores suas carências e enfermidades. A filantropia tem o cunho de tentar diminuir o pauperismo porque o desenvolvimento do capitalismo somente acontece com a pobreza que permita o homem ainda vender seu único bem material, a força de trabalho. Quando os indivíduos se tornam paupérrimo, estes não conseguem dar nada em troca para a burguesia e, aos olhos da classe detentora dos meios de produção, tornam-se parasitas que vivem para serem amparados pelo Estado, sugando o que a burguesia acha que é seu por direito. Nesta mesma seção mostraremos os caminhos delineados pela filantropia ainda com a “natureza” dita caritativa no Brasil até a filantropia empresarial vivenciada na contemporaneidade e suas ramificações.

No capítulo seguinte, *Expressões ideológicas da filantropia no projeto educacional dos trabalhadores: desdobramentos da crise estrutural do capital*, discorreremos acerca da problemática da crise estrutural do capital e como esta reverbera nos diferentes campos políticos, econômicos e, principalmente, sociais. Analisaremos as implicações que a crise tem nas ações filantrópicas e como esta tensão capitalista encontra lacunas para justificar a presença de instituições como ONG's, fundações, OS's, dentre outras entidades do terceiro setor para reafirmar a ineficiência do Estado e a solução de todas as crises na capacidade da

classe trabalhadora de se “reinventar” e empreender. Apesar do crescente desemprego estrutural que a sociedade vivencia, a educação não deixou de ser posta como uma tábua de salvação para os trabalhadores conseguirem avançar na pirâmide social. É pela educação que a filantropia empresarial injeta com maior intensidade suas falsas ideologias, fazendo com que os indivíduos acreditem que a culpa por seu sucesso ou fracasso está em si e não no sistema. A figura do empresariado tende a se formar como algo necessário para que a classe proletariada não caia no pauperismo. Como resultado de tal investimento, a burguesia visa garantir que não ocorra revoltas protagonizadas pelos trabalhadores que foram jogados na marginalidade. Como alternativas, o capitalismo oferece pequenos cursos que só formam para uma maior exploração, e transferência de setores de atuação, trazendo os trabalhadores que tinham todos os seus direitos garantidos para o mercado informal, independente do grau de instrução que estes possuam.

Ademais, no último capítulo *O papel da Fundação Bradesco no processo do ensino da classe trabalhadora*, teremos a culminância e materialização de tudo que expressamos por meio do resgate teórico-bibliográfico e documental acerca da filantropia empresarial e o papel desempenhado pelo “terceiro setor”. Optamos por trazer a Fundação Bradesco por sua influência nos setores econômico, político e social, além do pioneirismo na filantropia no Brasil. Nesta seção trouxemos a história da instituição, as parcerias firmadas, principalmente com a Fundação Roberto Marinho, além dos projetos no campo educacional estabelecidos com a justificativa de contribuir na redução da miséria econômica e social. Traçamos também como o projeto educacional desta instituição reverbera na formação de novos trabalhadores para assumir os postos de trabalho no Banco Bradesco e demais mercados, principalmente no que tange às formações técnicas que em nada elevam as possibilidades de real conscientização de sua classe e ainda fortalecem a manutenção dos trabalhadores nos mesmos postos de subordinação. Com isso, esperamos esclarecer os reais interesses que se escondem por trás de tanta benevolência.

2 FILANTROPIA EMPRESARIAL E MISÉRIA SOCIAL: A MANIPULAÇÃO IDEOLÓGICA SOB APARÊNCIA DE CARIDADE

Neste capítulo discutiremos acerca da filantropia e seus desdobramentos sobre a classe trabalhadora, observando as transformações por que esta passou até que chegasse à denominada *filantropia empresarial*. O debate acerca do papel desempenhado pela filantropia na sociedade não é novo, mas suas ramificações continuam a evoluir à medida que surgem novas demandas a serem respondidas pelo capital.

De acordo com Ioschpe (1997), o conceito de *filantropia* dentro da filosofia adviria do grego, sendo a ela atribuída, segundo os filósofos Aristóteles e Platão, assim como os estoicos¹, uma ideia de amor à humanidade, uma *solidariedade recíproca entre os homens*, considerando-se que era inadmissível que um indivíduo fosse alheio às carências de outro pelo simples fato de que eram semelhantes, eram homens.

É importante salientar que, no período histórico em que se situa a Grécia Antiga, a ideia de humanidade estava restrita apenas aos homens (no sentido literal do termo) livres e proprietários, estendendo-se, no máximo, aos estrangeiros, igualmente livres e proprietários, mas que não eram cidadãos da pólis.

Dando um salto muito grande na história, com São Tomás de Aquino, no século XIII, surgiu a questão da caridade e do auxílio aos pobres como forma de combater a pobreza

¹ Na verdade, o Estoicismo significa algo diferente do que fora dito por Ioschpe. O Estoicismo (derivado de *Stoa*, pórtico, especificamente o Pórtico Poecilo, onde se reuniam seus seguidores) foi a mais longa escola do período helenístico. Foi fundada por Zenão de Cício, no final do século IV a. C., exatamente no contexto da dissolução do mundo grego. Sobreviveu por cerca de 700 anos, indo até o século III d. C. Além de Zenão (336-274 a. C.), seu fundador, o Estoicismo teve como grandes expoentes Crisipo (281-208 a. C.), discípulo de Zenão e principal sistematizador das ideias do mestre; Epicteto (± 55-135 d. C.), seu mais célebre representante; Sêneca (4 a. C. – 65 d. C.), o maior representante já no mundo latino; Marco Aurélio (121-180 d. C.), um dos últimos representantes da escola estoica e imperador romano. Essa desestabilização do território e da vida política gregos engendrou uma reviravolta na filosofia no que tange à profundidade. O que a Grécia tinha produzido de melhor no âmbito da filosofia não se repetiu mais na História. Agora, a filosofia não se centra mais na busca pelo entendimento da *physis*, nem como crítica à realidade social, mas compreender qual o segredo da felicidade, de modo que, na vida, os indivíduos pudessem alcançar a paz de sua alma, apesar das condições históricas nada propícias. Na época de Platão e de Aristóteles, o Estado garantia essa tranquilidade (para os homens livres e proprietários, bem entendido!). Agora, os indivíduos só podem contar com suas próprias forças internas, num esforço que nasce tão somente em seu interior. Com a *pólis* destruída, os homens perderam-se e passaram a sentir na pele o peso do domínio de outros povos. Perdidos, buscaram encontrar na filosofia o lenitivo para suas dores. Nela, o ideal de vida ancora-se na completa independência individual em relação ao mundo objetivo. Nesse sentido, a filosofia voltou-se para o interior do homem, orientando-o na busca da felicidade, sempre um bem a ser alcançado por todos, cujo ideal permanece no horizonte. Contudo, dadas as gravíssimas condições objetivas que esfacelam os homens, os filósofos entenderam que a infelicidade de muitos deriva não dessas condições, mas dos próprios homens, incapazes de alcançar o sumo bem, a felicidade e a tranquilidade da alma. (MONDIN, Battista. **A Filosofia Helenística**. Curso de Filosofia, vol. 1. São Paulo: Editora Paulinas, 1981, 6ª edição)

que assola o mundo. Mas a pobreza, como sabemos, é produzida por uma sociedade ancorada na exploração dos homens pelos homens, cuja relação joga a maioria na miséria.

Fazendo relação ao que entendemos, Marx, em seu *O Capital*, traz, no capítulo denominado *A assim chamada acumulação primitiva*, a comparação entre o papel desempenhado pela acumulação primitiva na economia e a anedota com o *pecado original* na teologia, que se faz tão pertinente quando abordamos a filantropia, e que se adequa brilhantemente à justificativa da exploração do homem pelo homem. Vejamos a comparação feita por Marx:

Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a legenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for, os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar (MARX, 2013, p. 785).

Historicamente, com o processo de transição dos sistemas econômicos, muitos foram os que criticaram a ideia de redução da pobreza. Entre os séculos XVII e XVIII, teóricos como Thomas Malthus, economista britânico, defensor dos ricos proprietários de terra, via na sua teoria sobre o *princípio da população* a explicação e justificativa para a permanência da penúria na sociedade. Para Malthus, todas as pessoas eram impelidas com um desejo praticamente insaciável de prazer sexual e isso se refletia na taxa de reprodução que, quando incontida, reverberava em aumentos significativos sob forma de progressão aritmética na população. Em linhas gerais, a população levada por seus desejos ocasionaria a duplicação de descendentes. Assim, a pobreza e a fome surgem como mecanismos de controle do crescimento populacional em prol de aumentar a produção e o consumo de alimentos da classe burguesa. Além deste controle, existiam outros, que são classificados como controles preventivos e controles positivos.

Os controles preventivos reduziam a taxa de natalidade; incluíam a esterilidade, a abstinência sexual e o controle de nascimentos. Os controles positivos aumentavam a taxa de mortalidade; incluíam a fome, a miséria, as pragas, a guerra e o controle final e inevitável da morte pela fome. A população era sempre limitada por uma combinação desses controles, para ficar dentro dos limites da oferta disponível de alimentos. Se os controles preventivos fossem inadequados, os controles positivos seriam inevitáveis e, se houvesse uma insuficiência de doenças, guerras e catástrofes naturais, a morte pela fome sempre controlaria o crescimento da população (HUNT, 2005, p.70).

Em discordância com este pensamento, William Godwin (1756-1836), teórico contemporâneo de Malthus, expressou a ideia de que “os ricos são direta ou indiretamente os legisladores do Estado, por isso, estão sempre transformando a opressão em sistema” (HUNT, 2005, p. 69). Sob esta perspectiva, as ideias de Godwin refletem, de forma mascarada, o que vivenciamos na contemporaneidade. Existe uma falsificação em nome de uma dita *democracia de oportunidades*², em que é posta uma imagem de ascensão social desde que o indivíduo faça, por si mesmo, um movimento de mudança, não levando em consideração o meio do qual este faz parte.

Em meio ao que fora apresentado, Beghin (2005, p. 45) afirma que, apesar de sua raiz humanitária, a filantropia foi se materializando desde os primórdios do liberalismo como um sistema de dominação.

O ideário de filantropia alude à uma comunidade pautada na moralidade, sendo esta a chave entre a miséria e a ordem. Outra questão que vai à contrafação dos verdadeiros propósitos da classe dominante é a elaboração de ações pautadas na pragmaticidade do interesse coletivo, obviamente sem negar a importância do interesse individual, que busca pretensamente a redução da miséria e do perigo social representado por tal situação.

Com isso, independentemente do tempo histórico em que a filantropia se encontra, é uma questão de ordem existencial desta categoria “moralizar” os pobres, que são a camada mais expressiva da sociedade. Almeja-se a “naturalização” e a “aceitação” da miséria como algo necessário para a ordem social.

2.1 REFLEXÕES ONTO-HISTÓRICAS ACERCA DA QUESTÃO DA POBREZA: NOTAS INTRODUTÓRIAS.

Senhor diretor: já há algum tempo, nas ruas principais da nossa cidade se encontra uma multidão de mendigos que, ou vestindo farrapos e aparentando aspecto doentio ou expondo chagas e deformações repugnantes, procuram despertar a compaixão dos transeuntes de um modo desagradável e até indecoroso. Penso que, não só quando se paga o imposto para os pobres, mas ainda quando se contribui generosamente para as instituições de beneficência, tem-se o suficiente direito de ser poupado de cenas tão molestas e impertinentes. E mais: indaga-se para que serve o pesado imposto pago para manter a polícia municipal, se ela não garante o direito do público de caminhar pela cidade sem ser perturbado. Na esperança de que a publicação destas linhas em seu jornal, que atinge um grande número de leitores, incite os poderes

² Desenvolveremos esse termo no momento em que iniciarmos a discussão no quarto capítulo, sobre a Fundação Bradesco.

públicos a eliminar esse inconveniente (*nuisancé*), subscreve, respeitosamente, *Uma senhora*³. (ENGELS, 2010, p.310)

A questão da pobreza e do pauperismo em que se encontra a classe trabalhadora há muito tempo chama a atenção da burguesia. Isso se dá não pela preocupação com o bem-estar dos indivíduos em estado de miséria, mas pela preocupação consigo mesmo de conviver ao lado de tamanha inópia. Ao passo que é necessária a existência da pobreza de muitos para manter a riqueza de poucos, contraditoriamente, tamanha acumulação de riqueza não pode sugar completamente as condições de vida da classe trabalhadora, sob o risco de a burguesia perder aqueles que lhes vendem a força de trabalho. É preciso que se ofereça o ínfimo para que o homem consiga manter-se em condições elementares de vida, assim como os descendentes que conseguir produzir, para que, no final, o sistema possa se renovar. É dessa forma que pensa o capitalista: ele fornece migalhas para produzir banquetes para si ao final do processo de expropriação das riquezas que o trabalhador conseguiu produzir.

Engels (2010) aponta que a relação entre burguesia e proletariado – industrial e operário – não pode ser entendida como algo humano. O que existe entre estas classes é simplificada como uma relação econômica, em que o industrial é o “capital” e o operário é o trabalho. Quando o trabalhador se nega a ser apenas mais uma mercadoria, e passa a exigir ser visto como um homem e uma mulher que necessitam serem tratados como tais, fugindo da abstração de objetos, a burguesia se assusta. Para esta é inadmissível conceber uma relação de igual com o operário, uma relação que não possa se tratar exclusivamente da compra-venda. O mais assombroso é que a burguesia “não ver no operário um homem, vê *mãos (hands)*, qualificação que lhe atribui sistematicamente” (ENGELS, 2010, p.308).

A linguagem que é entendida pelo capitalismo define-se em uma palavra: *dinheiro*. A burguesia nada faz por benevolência, tudo o que realiza é minimamente calculado e as “caridades” resumem-se apenas em *negócios*. Ser caridoso, desde Marx e Engels, já era visto como um negócio vantajoso: cala-se a voz dos trabalhadores e obtém-se benefícios para si a curto, médio e longo prazo. Fazer beneficência não é modinha, é a moda que está sempre em alta. Por outro lado, temos a beneficência oferecida pelos trabalhadores pelos próprios trabalhadores. Se observarmos, a classe proletária mesmo com tão pouco, está sempre procurando ajudar os seus. Para eles, é uma questão de solidariedade espontânea de classes o

³ Engels não citou a edição do jornal *Manchester Guardian* em que foi divulgada essa carta; as pesquisas feitas na coleção do periódico não a localizaram, mas encontraram uma, subscrita por *Uma mulher que sofre*, vazada em termos muito semelhantes e publicada na edição de 20 de dezembro de 1843. (*Notas do Editor em Engels*, 2010, p. 310)

ato de repartir, e para alguns parece tão corriqueiro, que é nesse desprendimento da classe trabalhadora que a burguesia se aproveita.

Acerca da culpabilização pelo carecimento da classe trabalhadora, temos a *lei dos pobres*, de 1601, e a *nova lei dos pobres*, de 1834. Engels (2010) afirma que, na primeira lei, a comunidade tinha o dever de garantir a manutenção dos pobres. Quem não estivesse exercendo seu ofício receberia um subsídio e que, na visão da burguesia, o pobre se convenceu de que a comunidade deveria lhe proteger da fome. O auxílio que era dado vinha sob o caráter de direito e não como dádiva, o que se tornou para a burguesia algo inaceitável. Com a ascensão da burguesia ao poder, surge a oportunidade de modificar a lei dos pobres ao seu bel-prazer buscando, assim, retirar os mínimos benefícios que eram recebidos pelos paupérrimos. Nomeou-se uma comissão constituída de defensores das ideias malthusianas para que fossem investigadas, mas principalmente, elaboradas opiniões balizando-se na realidade vivida no campo para punir mais ainda o pobre pela sua condição de penúria. Para a burguesia, a *lei dos pobres de 1601*

[...] era um obstáculo à indústria, uma recompensa às uniões ilícitas, um estímulo ao aumento da população e que eliminava os efeitos do crescimento da população sobre os salários; que era uma instituição nacional tendente a desencorajar os homens diligentes e honestos e a proteger os indolentes, os viciados e os irresponsáveis; que destruía os vínculos familiares, obstaculizava sistematicamente a acumulação de capitais, dilapidava os capitais existentes e explorava os contribuintes; e, ademais, com as pensões alimentares, oferecia um prémio a quem tivesse filhos ilegítimos. (ENGELS, 2010, p.316)

Outra causa de ataque pelos malthusianos foi o sistema *Speenhamland*. Fruto da “ética paternalista cristã”, e dando continuidade à tradição do *Estatuto dos Artífices* elisabetano, defendia que todos aqueles que por alguma razão encontravam-se em condições paupérrimas de sobrevivência teriam o *direito* a um padrão mínimo de vida, estando ou não ativos no mercado. A burguesia contraditoriamente se opunha a qualquer ajuda do governo aos pobres mas, quando essa ajuda era para a sua classe, os argumentos da necessidade eram válidos com o pretexto de que a classe era vital para a sustentação do sistema capitalista. Quem é vital é o trabalhador! O trabalhador jamais será o membro inferior do sistema e, enquanto a lógica de que é o burguês que está contribuindo para a construção da riqueza – e não o proletário –, continuará a existir a exploração de uma minoria sob a maioria.

Para esses malthusianos, o pobre é egoísta e, sendo livre para escolher viver, prefere viver sem fazer nada. Isso é entendido claramente tendo-se a noção de que as relações sociais vigentes de nada valiam. Fazendo uma metáfora, os pensadores que seguiam o pensamento de Thomas Malthus enxergavam a pobreza como crime e, assim se enquadrando,

deveria ser posta de modo que intimidasse os demais indivíduos da sociedade a não querer chegar neste nível social. Todavia, ser pobre não era uma questão de escolha. O pauperismo caminha junto com a riqueza desde o momento que um grupo pequeno de homens achou que tinha mais direito que a maioria e resolveu que uma parcela maior das riquezas deveria estar em suas mãos, em vez de ser repartido igualmente.

Sobre a lógica da *nova lei dos pobres*,

Vocês, os pobres, têm o direito de existir, mas apenas de existir; não têm o direito de procriar, assim como não têm o direito de existir em condições humanas. Vocês constituem uma praga e, se não podemos eliminá-los como às outras pragas, devem sentir-se como tal, devem saber que serão controlados e impedidos de criar novos supérfluos, seja diretamente, seja induzindo-os à preguiça e ao desemprego. Vocês vão viver, mas apenas como exemplo para advertir a todo aquele que possa vir a ter ocasião de tornar-se supérfluo. (ENGELS, 2010, p.317)

De acordo com Thomas Malthus, a população de um território é limitada pela quantidade de alimentos que este meio possa vir a lhe proporcionar. Na melhor das hipóteses, com o aumento do nível de produção através da aplicação de métodos mais elaborados de manuseio da terra, a quantidade de produtos agrícolas poderia aumentar em progressão aritmética, no qual cada geração somente produziria o equivalente ao aumento conseguido na geração de indivíduos anteriores.

Anteriormente apontamos que Malthus classificava o controle populacional sob dois aspectos: controles preventivos e controles positivos, no qual o primeiro reduzia a taxa de natalidade, seja pela esterilidade, abstinência sexual e o próprio controle de nascimentos, e o segundo aumentava a taxa de mortalidade. Em comum para os dois controles, temos os agentes externos como a miséria, as pragas e, principalmente, a fome.

De acordo com o economista inglês,

[...] se a riqueza e a renda de qualquer membro da sociedade aumentassem, a grande maioria reagiria, tendo tantos filhos que logo voltaria ao nível simples de subsistência; só o homem moralmente virtuoso poderia escapar a esse destino. “A contenção moral” era definida, de modo bastante simples, como “evitar o casamento e não o substituir por satisfações irregulares” (HUNT, 2005, p.71)

Para ele, os pobres eram tidos como pessoas que não mereciam e não queriam ser ajudadas. O que diferia o rico do pobre era o alto nível de moral que o primeiro possuía. O controle de natalidade era algo que para um verdadeiro cristão nem precisava ser mencionado e defendido, mas que para o pobre era necessário e urgente que houvesse um reforço. É como se o ato sexual antes, durante e fora do casamento fosse uma condição genética dos pobres, algo que eles não conseguissem controlar, e a única forma de ação era cortar as forças vitais

destes, deixando apenas o suficiente para serem explorados no trabalho cotidiano. Malthus defendia que existia falta de cuidado e frugalidade, tendo em vista que, mesmo quando tinham a oportunidade de economizar – discurso mentiroso, já que o que era dado era tão ínfimo que, para economizar, só se deixassem de comer –, os pobres preferiam gastar para além de suas necessidades, de modo geral nos bares. Abrimos um parêntese: depois de um dia exaustivo de trabalho, no qual o homem não se reconhece como homem, mas sim como um animal, o mesmo encontra-se em uma depressão que o toma de tal forma, que sua única diversão é ir para as tavernas e gastar suas míseras moedas com o pouco que lhe dá prazer.

Como observamos, o que se apresenta sob forma de renovação da lei dos pobres é algo que leva a uma culpabilização e miséria maior da classe que produz as riquezas. Supérfluo deveria ser os burgueses, que nada produzem, tudo usurpam, e não os trabalhadores. Mais criminoso que o *laissez-faire*, Engels (2010) coloca que o ideal da burguesia que se encontrava em ascensão era o de punir os pobres, os desempregados, os carentes, com uma legislação extremamente interventora, que primava por uma punição com a morte dos negligenciados pela fome – não a fome direta, mas algo que mate aos poucos e todos os dias. Os subsídios que iam para os indivíduos em estado de penúria foram reduzidos com a nova lei e a única assistência que era fornecida resumiu-se ao acolhimento em casas de trabalho (*workhouses*⁴). O objetivo era desiludir quem quisesse viver das migalhas ofertadas e reduzir ao máximo o número de pedintes. As *workhouses* funcionavam não para auxiliar, mas para punir. Se viver na miséria era degradante, depender destas instituições chegava a ser pior. Até os criminosos eram melhores tratados que os que estavam vivendo em miséria, razão pela

⁴ Com o objetivo de que o recurso à Caixa dos Pobres só seja feito em último caso, e de que os esforços de cada indivíduo sejam levados ao extremo antes de procurá-la, a casa de trabalho foi pensada para constituir o espaço mais repugnante que o talento refinado de um malthusiano pôde conceber. A alimentação é pior que a de um operário mal pago, enquanto o trabalho é mais penoso – caso contrário, os desempregados prefeririam a estada na casa à miserável existência fora dela. Quase nunca há carne, carne fresca nunca, geralmente se oferecem batatas, pão da pior qualidade e mingau de aveia (*porridge*), pouca ou nenhuma cerveja. Em geral, a comida das prisões é menos ruim, e é por isso que, com frequência, os internados das casas de trabalho intencionalmente cometem um delito para serem presos. De fato, as casas de trabalho são prisões: quem não realiza sua cota de trabalho, não recebe alimentação; quem quiser sair depende da permissão do diretor, que pode negá-la pela conduta do internado ou com base em seu juízo arbitrário; o tabaco está proibido, assim como a recepção de doações de parentes e amigos externos à casa; os internados são obrigados a usar uniforme e não dispõem de nenhuma proteção em face do arbítrio do diretor. Para que não se faça concorrência à indústria privada, os trabalhos realizados nas casas são especialmente inúteis: os homens quebram pedras, "tantas quanto um homem robusto pode quebrar num exaustivo dia de trabalho"; as mulheres, as crianças e os velhos desfiam cordames de navio, já não me lembro com que objetivo insignificante. A fim de que os "supérfluos" não se multipliquem, ou que os pais "moralmente degradados" não influam sobre seus filhos, as famílias são separadas: o homem vai para uma ala, a mulher para outra e os filhos para uma terceira, de modo que só se possam encontrar em períodos determinados e raramente – mesmo assim, apenas se se comportarem bem, segundo o juízo dos funcionários. E, para isolar completamente do mundo externo os germes contagiosos da pobreza extrema trancados nessas bastilhas, os internados só podem receber visitas no parlatório, sob a vigilância dos funcionários e, de modo geral, não podem se corresponder com o exterior sem sua autorização ou sua censura.

qual muitos desempregados preferiam cometer pequenos delitos a irem morar nas instituições de acolhimento aos que não tem alimentação e moradia.

Enquanto a lei garante que os indivíduos devam ter alimentação saudável e moradia minimamente digna, o espírito da lei joga um espectro de terror. Entre a letra e o espírito, a realidade se depara com a materialização da abantesma *lei dos pobres* de 1834. A monstruosidade que era cometida nas casas de trabalho, seja pela negligência com os doentes, a falta de alimentação e limpeza, os abusos cometidos desde a invasão de correspondências, detenção de dinheiro mandado pelas famílias de seus moradores e abusos sexuais por parte dos funcionários da casa para com as jovens, Engels afirma que não era de se espantar que os pobres por vezes se recusassem a viver nestes ambientes. Logo, o objetivo dos comissários da *nova lei dos pobres* havia sido cumprido e, com tais medidas, nunca havia sido tão explícito para todos que os que nada possuem nasceram para serem explorados – isso porque os trabalhos desempenhados nas casas eram mais elementares que os aplicados no mercado, impedindo que houvesse uma concorrência para as indústrias – pelos proprietários e para morrerem de fome quando não puderem mais ser utilizados. Em contrapartida, tais movimentos de agressão aos trabalhadores acirraram na classe o desejo pela mobilização através do movimento operário, mais precisamente a difusão do *cartismo*⁵.

Sobre os indivíduos que se encontravam como sujeitos ativos dentro do mercado temos que, com a *nova lei dos pobres*, o número de contratação de crianças e mulheres aumentou. As primeiras eram tidas como mercadorias e, ao serem mandadas para as fábricas, de acordo com Hunt (2005, p.63), ficavam presas neste ambiente por anos. Submetidas à mais cruel servidão, suas jornadas de trabalho duravam de 14 a 18 horas, ou até elas caírem

⁵ O cartismo é a forma condensada da oposição à burguesia. Nas associações e nas greves, a oposição mantinha-se insulada, eram operários ou grupos de operários isolados a combater burgueses isolados; nos poucos casos em que a luta se generalizava, na base dessa generalização estava o cartismo – neste, é toda a classe operária que se insurge contra a burguesia e que ataca, em primeiro lugar, seu poder político, a muralha legal com que ela se protege. O cartismo nasceu do partido *democrático*, partido que nos anos oitenta do século passado desenvolveu-se *com o proletariado e, ao mesmo tempo, no proletariado*. Reforçando-se durante a Revolução Francesa, quando a paz foi restabelecida apresentou-se como partido *radical*, deslocando seus centros de Londres para Birmingham e Manchester. Aliando-se com a burguesia liberal, impôs aos oligarcas do antigo Parlamento o *Reform Bill* e, desde então, vem se consolidando diante da burguesia sempre mais claramente como partido operário. Em 1838, uma comissão da Associação Geral dos Operários de Londres (*London Working Merits Association*), liderada por William Lovett, elaborou a *Carta do Povo*, cujos "seis pontos" são: 1) sufrágio universal para todos os homens maiores, mentalmente sadios e não condenados por crime; 2) renovação anual do Parlamento; 3) remuneração para os parlamentares, para que indivíduos sem recursos possam exercer mandatos; 4) eleições por voto secreto, para evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia; 5) colégios eleitorais iguais, para garantir representações equitativas; e 6) supressão da exigência (já agora apenas formal) da posse de propriedades fundiárias no valor de trezentas libras como condição para a elegibilidade – isto é, qualquer eleitor pode tornar-se elegível.[...] Mesmo sendo, desde o seu início, em 1835, um movimento essencialmente operário, o cartismo ainda não se distinguia nitidamente da pequena burguesia radical. (ENGELS, 2010, p. 262-3)

completamente exaustas, com isso, era comum que muitas destas crianças sofressem acidentes de trabalho que ocasionassem mutilações de dedos e mãos. Na maioria das fábricas, o tempo destinado para fazerem suas principais refeições era limitado a apenas 20 minutos. Os capatazes que ficavam responsáveis por fiscalizar as crianças eram pagos de acordo com o que os meninos e meninas produziam e, assim sendo, reforçavam a exploração destes inocentes ao máximo.

No que tange a questão do trabalho executado pelas mulheres nas fábricas, a disciplina que lhes eram aplicadas eram bastante rígidas, incluindo o preço do emprego, e o assédio por parte dos empregadores e capatazes. Hunt (2005) apresenta que as empregadas nas minas trabalhavam de 14 a 16 horas por dia, despidas até a cintura, junto com homens e executando o mesmo trabalho braçal executado por estes. A vantagem para o empregador, além da exploração sexual – que era balizado por uma cultura extremamente patriarcal e machista, como ainda hoje em pleno século XXI existe –, era de que o salário pago a mulheres e crianças era explicitamente inferior ao pago para os homens. Em meio a isso, famílias cada vez mais segregavam-se no trabalho em busca de sobreviver à selvageria que o sistema lhes jogava na busca do aumento do mais-valor para o patrão.

Com a onda crescente da industrialização e a migração do campo para a cidade, a situação da classe trabalhadora tende a piorar,

Não era apenas o fato de estarem sempre enfumaçadas e cheias de sujeira, de os serviços públicos mais banais – abastecimento de água, saneamento, limpeza das ruas, espaços livres etc. – não conseguirem acompanhar a migração em massa para as cidades, provocando, com isso, depois de 1830, epidemias de cólera, tifo e um índice espantoso dos dois grandes causadores de mortes nas cidades do século XIX: a poluição do ar e da água e as doenças respiratórias e intestinais... As novas populações das cidades... (eram) comprimidas em cortiços horrorosos e cheíssimos, cujo simples aspecto deixava impressionadíssimo quem para eles olhasse. “A civilização faz seus milagres” – escreveu o grande liberal francês de Tocqueville sobre Manchester – “e o homem civilizado volta a ser quase um selvagem.” (HUNT, 2005, p. 64)

Os empregadores defendiam que o problema do pauperismo da classe trabalhadora era de única responsabilidade desta. Não era necessário que a classe burguesa oferecesse qualquer satisfação acerca da sua conduta política dentro de seu negócio. O que estes deviam eram salários a serem pagos aos empregados, e mesmo expropriando ao máximo aquilo que era pago sob forma de salário, uma vez que estes valores eram pagos, os trabalhadores deveriam se retirar e jamais – sob hipótese de ter como futuro uma *workhouse* – reivindicar qualquer tipo de melhoria, seja com o aumento do salário e/ou redução da jornada de trabalho.

Com a imagem ainda muito fresca da Revolução Francesa, a burguesia queria impedir a todo custo que organizações trabalhistas se mobilizassem em prol de mudar a situação em que se encontrava as condições de trabalho e de existência da classe. Com os operários resistindo e o fortalecimento dos sindicatos ganhando corpo, surge a *Lei do Conluio*⁶. Buscando mascarar suas reais intenções, afirmavam que se baseavam apenas na necessidade de livre concorrência e queriam romper com os males do monopólio, por isso tornava-se ilegal a combinação entre operários para conseguirem melhores salários, jornadas de trabalho mais curtas e regulamentação que restringisse o empregado de lutar por sua melhoria.

Para piorar o estado de miséria, na década de 1790 houve uma lei que aumentava o preço dos produtos industrializados no período de guerras pela Inglaterra. O que reverberou foi a diminuição da importação de alimentos e acréscimo no valor dos cereais, tudo isso incidindo com maior força na classe trabalhadora, já que esses aumentos se davam na tentativa de que não houvesse prejuízos maiores para os donos de terras. O preço da alimentação subia inversamente proporcional aos salários pagos pelos industriais, com isso, era pouco o que o trabalhador conseguia pôr na mesa de sua família. É neste cenário que se desenvolve a *Lei dos Cereais*⁷. Se, por um lado, o lucro dos proprietários de terras era garantido com o aumento no preço dos produtos agrícolas, a *lei dos cereais* obrigava – mesmo que não com a mesma rapidez com que lucravam – os capitalistas a aumentarem os salários dos proletários. Com isso, grande parte da mais-valia produzidas nas cidades pelos operários iam para o campo servir de estorno aos males que a guerra trouxe para o bolso dos donos de terras.

⁶ As leis contra o conluio dos empregados eram consideradas uma necessidade absoluta para impedir extorsões ruinosas por parte dos operários, que, se não fossem coibidas, destruiriam todo o comércio, os fabricantes e a agricultura da nação... Tão arraigada estava essa falsa noção, que, sempre que os operários eram processados e condenados por terem entrado em conluio para regular seus salários ou sua jornada de trabalho, por mais dura que fosse sua sentença e por mais severa que fosse sua execução, ninguém manifestava o menor sentimento de compaixão para com os infelizes sofredores. A justiça estava completamente fora de questão: raramente eles conseguiam uma audiência com um magistrado, e esta era sempre conduzida com impaciência e insultos... Caso se pudessem relatar os processos, as audiências diante dos magistrados, os julgamentos nos tribunais e na Corte Real ficariam evidenciadas, alguns anos depois, a grande injustiça, as injúrias infames e as terríveis punições impostas. (HUNT, 2005, p. 65)

⁷ A lei do cereal proibia todas as importações de cereais até o preço interno ter atingido um nível relativamente elevado. O trigo, por exemplo, só poderia ser importado quando o preço inglês atingisse 80 shillings por quarto. (HUNT, 2005, p. 67) A única maneira de garantir uma demanda efetiva suficiente era, então, através de algum mecanismo de redistribuição, como as leis dos cereais, que permitisse aos proprietários de terras receberem mais renda e, com isso – por meio de seus próprios gastos e dos gastos de seus criados –, contribuíssem mais para a demanda agregada, sem contribuir para aumentar mais ainda a produção. Uma vez mais o bem-estar econômico de toda a sociedade dependia da promoção dos interesses dos proprietários de terras. (idem, p. 82)

Nesta disputa, o lado que mais recebe fissuras é o do trabalhador, seja ele oriundo do campo ou da cidade. Se o proprietário de terra – a última representação do homem pertencente ao sistema feudal – exerce seu controle pelo solo que afirma ser seu, o homem capitalista tem como representação do seu poder o trabalho e o processo de produção. A mais-valia, seja ela vinda de onde for, é dividida entre os proprietários de terras e os capitalistas. Nesta disputa sobre quem leva a maior parte do bolo econômico, ambos lutam e tiram o sangue dos trabalhadores, sem o mínimo de remorso, em prol do poder. Como apontou Hunt (2005), a classe econômica dominante sempre acaba estendendo seu domínio econômico para o cenário político. A realidade é dialética e, assim sendo, a industrialização ganhou espaço na medida em que, para manter o trabalho em sua maioria no campo, exigiu-se do Estado e dos indivíduos um maior sacrifício – em linhas gerais, uma maior perda do lucro – e ninguém estava disposto a isso.

Em 1846, através de uma luta contínua dos industriais contra os donos de terras, foi votado no Parlamento a abolição da *lei dos cereais*. Para Ricardo, a renda da terra representava o aumento nos custos dos cereais, que era o principal produto de subsistência da classe trabalhadora. O aumento dos salários para os operários gerava um produto líquido do lucro maior na renda da terra. Com o aumento do preço dos cereais e do salário, a taxa de lucro deveria se igualar nos diferentes setores da economia, e isso não acontecia. A lei dos cereais estava pondo em risco a economia inglesa, segundo Ricardo, por dois motivos básicos. O primeiro é que, com o aumento de trabalho sendo incorporado à produção de cereais, tornou-se mais difícil manter as altas taxas de lucros, já que existia muito alimento e poucas pessoas para comprar. Por outro lado, o trabalho realizado no setor industrial não se alterava e, para igualar as taxas de lucros nos dois setores, era urgente que se baixasse o preço dos produtos da indústria. Cada aumento no lucro dos donos de terra gerava uma diminuição dos donos das máquinas, resultando, em geral, no atraso do crescimento econômico e uma “diminuição do bem-estar geral”, ou melhor, bem-estar da nova classe dominante, a burguesia. O segundo motivo é que, Proibindo a importação de cereais, o Estado permitia que o setor agrícola utilizasse cada vez com maior frequência terras impróprias para plantação. Esse processo, que deveria sanar a problemática do lucro, acabava por aumentá-lo, uma vez que era produzido produtos de péssima qualidade e ainda interrompia-se a evolução econômica ocasionada pela explosão da industrialização.

Por trás da desculpa de que, com a lei dos cereais o país como todo não entraria em crise, os efeitos são outros. Quando leis como estas são postas, elas beneficiam apenas um lado. O capitalista era contra, mas assim o era porque esta proposta feria seu lucro. O

trabalhador era contra porque, ao pôr em prática a lei dos cereais, esta feria suas condições de vida orgânica. Assim,

[...] as leis sobre os cereais, mantendo o preço do pão mais alto na Inglaterra que nos outros países, exigem salários mais elevados e, com isso, tornam mais difícil para os industriais concorrer com os fabricantes dos países onde o pão é mais barato e, por consequência, os salários são mais baixos; abolindo aquelas leis, o pão baixará de preço e a burguesia inglesa poderá reduzir os salários ao mesmo nível dos países europeus concorrentes, como sabem os que conhecem os princípios (que já expusemos antes) que regulam o salário. Assim, os industriais enfrentarão melhor a concorrência, a demanda de mercadorias inglesas crescerá e, igualmente, a demanda de operários; e é verdade que, em função desta última, por um momento os salários aumentarão e operários desocupados encontrarão emprego – mas por quanto tempo? A "população supérflua" da Inglaterra, e particularmente a da Irlanda, é mais do que suficiente para oferecer trabalhadores à sua indústria, mesmo que esta duplique suas atuais dimensões; em poucos anos, as pequenas vantagens obtidas com a abolição das leis sobre os cereais terão desaparecido, novas crises ocorrerão e estaremos de novo no ponto de partida, com a população aumentada pelo crescimento industrial. Os operários compreenderam perfeitamente tudo isso e por incontáveis vezes o manifestaram à burguesia. Mas essa espécie de gente, que só vê as vantagens *imediatas* que pode obter com a abolição das leis sobre os cereais, que é obtusa a ponto de não perceber que essa abolição não lhe assegura nenhuma vantagem *duradoura* (uma vez que, dada a concorrência mútua, logo os lucros individuais cairão ao nível anterior), essa gente continua a vociferar nos ouvidos dos trabalhadores que sua luta é conduzida em prol dos operários, continua a proclamar que é em defesa dos milhões de esfaimados que os ricos do partido liberal põem na caixa da *Liga contra as Leis dos Cereais* centenas e milhares de libras – quando todos sabem que eles só põem um tostão para receber dez e que esperam reaver as atuais despesas, decuplicadas ou centuplicadas, nos primeiros anos que se seguirem à abolição daquelas leis.

Malthus era representante dos donos de terras, e Ricardo defendia as ideias dos grandes industriais. Os dois tinham pensamentos distintos que se encontravam como uma tangente. Ambos defendiam o lucro: o acúmulo de riquezas por uma das classes dominantes. Confrontando Ricardo em sua *teoria do lucro*, Malthus afirma que,

os lucros dependem dos preços das mercadorias e da causa determinante desses preços, isto é, a oferta, em comparação com a demanda... (enquanto) a teoria do lucro (de Ricardo) depende inteiramente da circunstância de a maioria das mercadorias continuar com o mesmo preço e de a moeda continuar com o mesmo valor, qualquer que seja a variação do preço do trabalho... Nada podemos inferir acerca da taxa de lucro, no caso de subirem os salários nominais, se as mercadorias, em vez de continuarem com o mesmo preço, forem afetadas de modo desigual, algumas subindo, outras descendo, e um número muito pequeno delas permanecendo com preço inalterado. (HUNT, 2005, p. 93)

Como resposta a Malthus, Ricardo baseia-se na *teoria do valor-trabalho*, posteriormente compreendida e avançada por Marx, no qual defende que, possuindo utilidade, as mercadorias recebem seu valor de troca respeitando duas fontes: a sua escassez no mercado e a quantidade de trabalho necessária para sua produção. A escassez deveria ser utilizada

apenas para mercadorias que não pudessem ser reproduzidas livremente. Seu valor seria o único a não levar em consideração a quantidade de trabalho necessária para sua produção. Para ele, as mercadorias em sua grande maioria poderiam ser reproduzidas livremente desde se estivessem dispostos a empregar trabalho necessário para sua obtenção. A *teoria do valor-trabalho* se interessava apenas pelas mercadorias que não poderiam ser produzidas livremente. Com isso, defendia que,

Se, numa nação de caçadores, por exemplo, o trabalho de matar um castor, habitualmente, custar o dobro do trabalho de matar um veado, um castor deverá, naturalmente, ser trocado por dois veados. É natural que o produto habitual de dois dias ou de duas horas de trabalho valha o dobro do produto habitual de um dia ou de uma hora de trabalho.

Para Ricardo, era necessário trocar o tipo de economia – antes feudal – pela modernização, mais precisamente, pela industrialização. O que antes era produzido com maior número de tempo poderia ser substituído pelos lucros que a indústria poderia proporcionar. Ao passo que, se continuasse a insistir na renda da terra, corria-se o risco de,

“À medida que o capital de um país diminui” – escreveu Ricardo – “seu produto, necessariamente, diminui... com uma reprodução constantemente decrescente, os recursos do povo e do Estado baixarão com uma rapidez cada vez maior, seguindo-se o sofrimento e a ruína.” (HUNT, 2005, p.94)

Dos equívocos cometidos, Ricardo, ao utilizar a *teoria do valor-trabalho* para explicar a estrutura dos preços relativos, não levou em consideração que a própria força de trabalho é por si uma mercadoria e, assim sendo, tem seu valor determinado como o de outras mercadorias. A produção agrícola era uma margem do cultivo de terra e não pagava renda. Assim como na indústria, para o economista, todos os preços podiam ser traduzidos em salário e lucro. Ancorando-se em Marx, subtende-se que a renda não era a tradução de uma parte componente dos custos que determinavam os preços, e sim um resíduo determinado pelos preços. Seu olhar sobre os preços naturais e de mercado em nada se alterou ao de Adam Smith, com exceção apenas de que a renda da terra não era um componente dos custos necessários para a produção. Segundo Hunt (2005), a lacuna de Ricardo foi não responder como os preços naturais – sendo estes de modo individual a soma dos custos dos salários e dos custos dos lucros – podiam ser determinados pelo trabalho incorporado na produção de mercadorias.

Voltando para questão dos cereais, David Ricardo apontava que, ao se produzir essencialmente cereais, a taxa de lucro seria dada pela razão entre o produto líquido por

camponês em uma terra marginal, e que não pagava renda, e a quantidade de produto que o trabalhador do campo necessita para sobreviver, no qual o lucro é concebido como excedente ou diferença residual entre a quantidade de trabalho necessário para subsistência da força de trabalho e a própria força exigida para o trabalho. Para ele, o valor da mercadoria dependia do trabalho incorporado aos produtos, mas eram as diferenças de valor do capital por trabalhador que causavam oscilações nos preços de um determinado lugar para outro.

Em ambos os trabalhos destes estudiosos não vimos qualquer menção à melhoria de vida da classe trabalhadora, até porque essa não era uma preocupação dos mesmos. Retomando as ideias de Malthus – e lutando contra esta –, teremos dois defensores da classe operária: o francês Marie Jean Antoine Nicholas de Caritat, o Marquês de Condorcet⁸, e o inglês William Godwin, que já citamos anteriormente. Para o Marquês de Condorcet, havia uma ordem natural do progresso humano, e esse estágio somente seria atingido após a Revolução Francesa. Neste estágio, os homens poderiam desenvolver-se moral, espiritual, e intelectualmente para além do que havia sido possível até aquele momento. Como pré-requisito, deveria estabelecer-se maior igualdade e segurança econômica, ambições claramente contrárias aos interesses do capital. Embora não se opusesse à divisão de classes existentes, defendia que a situação de diminuição da renda destinada à classe trabalhadora pelos industriais poderia ser amortizada se o Estado criasse um fundo de bem-estar social para pessoas idosas e para mulheres e crianças que haviam perdido seus maridos e pais; e o mais agressivo ao capitalista, para uma melhoria da distribuição de riquezas, poderia ser regulamentada a diminuição do poder e da riqueza nas mãos dos burgueses por meio da melhor aplicação dos créditos. Ao limitar os créditos para os ricos, e aumentar para os trabalhadores comuns, Condorcet achava que estes poderiam ficar aos poucos mais independentes dos capitalistas, gerando um equilíbrio social e maior economia. Todavia, em um sistema que o Estado representa os desejos da classe minoritária, nunca será possível que o governo olhe para a classe trabalhadora com justiça. A sociedade em geral compartilha do mesmo sentimento. Existe um estranhamento da classe pela classe,

O burguês pode fazer o que quiser: diante dele, o policial é sempre cortês e atém-se estritamente à lei; o proletário, em compensação, é tratado com violência e brutalidade, sua pobreza atrai sobre ele a *suspeição* acerca de todos os delitos

⁸ Condorcet tivera uma importante influência nas primeiras fases da Revolução Francesa, mas, depois de os jacobinos dominarem a Convenção, ele argumentou que a República deveria abolir a pena de morte, protestou contra a execução do rei e a prisão dos girondinos e disse à Convenção que Robespierre era pobre, não só de ideias, como também de sentimentos humanos. Por isso, Condorcet foi condenado à morte. Escondido, escreveu *Esquisse d'un Tableau Historique des Progrès de L'esprit Humain*, sua obra mais famosa. (HUNT, 2005, p.68)

imagináveis e, ao mesmo tempo, torna-lhe inacessíveis os recursos legais contra o arbítrio dos que detêm o poder. Para o proletário não existem as garantias protetoras da lei; a polícia entra em sua casa sem nenhum mandado, prende-o e maltrata-o – e só quando uma associação operária, como foi o caso dos mineiros, contrata um Roberts, só então se torna claro quão minimamente a proteção da lei existe para o proletariado e quantas vezes ele deve suportar todo o seu peso, sem gozar de nenhuma de suas garantias. (ENGELS, 2010, p. 313)

William Godwin defendia que os “defeitos da classe operária” podiam ser adjudicados a instituições sociais que se corrompiam, e isso acontecia porque na sociedade capitalista era inevitável não se render à fraude e ao roubo. As leis da propriedade privada funcionavam como instrumento de grandes desigualdades sociais. Para que houvesse verdadeira justiça, segundo Godwin, as relações que legitimavam a propriedade capitalista necessitavam ser abolida e a ela destinada um receptor que mais precisasse da propriedade para sobreviver dignamente. Assim Godwin defendia,

A quem pertence, com justiça, qualquer propriedade, digamos, um pedaço de pão? A quem mais precisa dela, ou a quem ela mais beneficie? Digamos que existam seis homens famintos, cuja fome possa ser satisfeita pelo pão. Qual deles tem o direito de beneficiar-se das propriedades do pão? Todos eles talvez sejam irmãos, e a lei da primogenitura dá o pão exclusivamente ao mais velho. Mas a justiça confirma esta decisão? As leis de diferentes países dispõem sobre a propriedade de várias formas diferentes; mas só pode haver uma maneira que seja a mais racional. (HUNT, 2005, p.68)

Como mão imparcial de todos os homens, não existe em nenhum sistema que tenha em seu interior a exploração dos indivíduos por eles próprios. Godwin acreditava que a legislação dos países capitalistas, assim como Engels expõe n’*A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, é favorável apenas ao rico e contra o pobre, isso porque o sistema foi criado para favorecer os expropriadores. A burguesia se reconhece como tal e defende aos seus contra os movimentos da classe trabalhadora de diferentes setores que, além de não se reconhecerem como indivíduos de um mesmo grupo social, ainda compram a ideologia dominante como sua, assegurando que o sistema permaneça em vigência. Enquanto o movimento burguês se unifica, os trabalhadores se subdividem de acordo com o trabalho que exercem e se dilaceram na busca de agradar um senhor sem rosto, mas com uma mão pesada – a mão do mercado, a mão do capital.

Sendo a lei o meio pelo qual o rico oprime o pobre, para Godwin, a razão humana – e somente esta – poderia salvar a sociedade de sua auto ruína. À medida que os homens fossem educados, sabendo dos males gerados pelo capital famigerado, poderiam juntos raciocinar para uma solução elaborada de como atacar o sistema no coração. Essa ideia se

torna inviável quando levamos em consideração que, para a aplicabilidade, seria preciso a supressão do governo, das leis, da propriedade privada e das classes sociais, estabelecendo como base a igualdade econômica, social e política. Sem que haja uma conscientização dos trabalhadores, romper o sistema torna-se um trabalho hercúleo.

Buscando dissimular, a burguesia diz se preocupar com a questão da miséria social, expressando de forma cruel seu egoísmo. Ao “doarem” as migalhas de suas riquezas sob forma de caridade e beneficência, o que esperam é não serem “importunados” e “ameaçados” com as inquietações da classe proletária. Conviver com a miséria é tido como algo que fere os nervos, e isso não está no contrato de caridade. Os ricos não podem ser atingidos, de forma alguma, com os danos que o pauperismo causa nos pobres. Se eles se incomodam ao ver, imaginem se a pobreza incidisse sobre eles todos os dias: a fome, a sede, o frio, a marginalização e a exploração. Não dói na classe burguesa expropriar, mas ver os reflexos de suas ações parece desconfortável e, assim sendo, é mais fácil responsabilizar as vítimas do que admitir que, por trás da roupa de pessoas preocupadas e bondosas, escondem-se os piores monstros. Os animais matam para sobreviver, os homens matam para alimentar sua ganância de ter mais riquezas, e assim caminha a humanidade para sua própria ruína.

Como ilustração do pensamento burguês, Engels (2010, p.310) expõe um trecho da carta para um jornal local escrito por “uma senhora”.

Investindo em instituições beneficentes, compro o direito de não ser importunada e tratem vocês de permanecer em suas tocas escuras para não ferir meus nervos delicados com o espetáculo de sua miséria! Continuem desesperados, mas desesperem-se discretamente – esse é o nosso contrato, que me custa as vinte libras que ofereço para o asilo.

Neste mesmo ponto poderíamos levantar outra questão: a mesma não se identifica como mulher, posto que não se reconhece como parte separada de “seu senhor”. A ideia apresentada por esta “senhora” reproduz com fidelidade o que o homem a quem ela chama de marido advoga. Nesta questão, e provavelmente apenas nesta, exista um efeito tangente em ambas as classes: as mulheres sofrem com a sociedade machista e patriarcal na qual é destinado ao sexo feminino apenas aceitar e reproduzir as ideias dos homens, independentemente da classe social da qual faça parte. Contudo, é assombroso que mesmo sendo lhe tirado desde sua existência a liberdade de enxergar o mundo sob a ótica da essência, para as mulheres burguesas pensar como seus maridos e aceitar o que lhes era imposto parecia algo corriqueiro. O discurso era apenas um: se as operárias aceitavam a submissão sob o julgo de perderem a família, principalmente as que tinham filhos, as mulheres burguesas poderiam

perder, além dos familiares, o meio em que viviam, desfrutando de todo o *glamour* que seus cônjuges lhes ofereciam. Para todas elas, era mais fácil aceitar e seguir a vida sendo reproduções daquilo que a sociedade queria que elas fossem.

Retomando a questão da caridade burguesa, a “senhora” menciona um contrato por ela cumprido. Todavia, como um contrato pode ser assinado por apenas uma das partes envolvidas? Os trabalhadores não poderiam ter aceito tais exigências – e jamais aceitariam. Neste acordo, existe somente um lado a ser beneficiado, e não é o lado da maioria populacional. A concordata exprime que, se é dado algum “benefício” para os paupérrimos, estes devem encontrar mecanismos para sobreviver com o mínimo oferecido, não podendo assim recorrer a melhorias sob forma de ajudas, principalmente oriundas do Estado, que deve financiar e ajudar a burguesia, e não ao trabalhador, de acordo com o pensamento burguês. A lei que rege o pobre é *laissez-faire/ laissez-aller*, deixar fazer e deixar andar. Com isso, o fruto do seu pauperismo é responsabilidade do próprio indivíduo e, se assim o é, este é o único que pode se salvar.

O Estado, para a burguesia, como afirma Engels (2010), tem a figura de um estorvo e isso se dá tanto pela obstaculização que o governo tende a exercer na livre concorrência, como pelos incentivos mínimos que este acaba por proporcionar aos que se encontram numa situação de pauperismo. A ideia de reforma do Estado em prol do interesse burguês deve induzir que exista uma ordem privada de Estado, que permita a livre exploração dos homens entre si, promovendo assim uma canibalização social dos indivíduos sem que haja qualquer escrúpulo. Todavia, apesar do desejo de ganância sem limites, a burguesia não pode fazer isto – ou cairá em sua própria armadilha –, posto que é o Estado o único ainda a conseguir controlar a classe trabalhadora. Neste jogo, a burguesia utiliza-o contra a classe operária, ao mesmo tempo em que procura, na medida do possível, afastá-lo de seus próprios negócios. (idem, p.309)

Para a burguesia o Estado somente lhe é oportuno quando legitima as leis que oportunizam a tomada de benefícios dos trabalhadores. Seguindo o pensamento malthusiano, a solução para a miserabilidade e ascensão econômica do país não está em providenciar a sobrevivência da população excedente, e sim limitá-la. Para ele, é como se o pobre viesse à mesa festiva da natureza e nela quisesse se servir mas, ao não encontrar espaço para si na companhia de outros convidados, insere-se forçadamente. A anfitriã ordena que este se retire porque o pobre antes de nascer não perguntou se a sociedade – a burguesia e a aristocracia – lhe queria. Quanto absurdo! O trabalhador que tanto produz riqueza é expulso por ser considerado indigno de usufruir do fruto de seu trabalho.

Diante de tamanha hostilidade e violência para com o trabalhador, a guerra entre proletariados e burgueses torna-se algo irreversível. Os preconceitos existentes na burguesia não são descartáveis, como assegura Engels. Convergente a essa situação, apenas com o comunismo é possível que se evite ao máximo o derramamento de sangue dos e pelos indivíduos em combate. A influência socialista ajuda a compreender que o antagonismo entre proletariado e burguesia foi necessário para que houvesse um *insight* dos trabalhadores e estes pudessem se opor aos desmandos que o sistema lhes exigia. No comunismo, o antagonismo é a mola para o presente, mas o futuro a ser construído deve estar isento de tal espectro. Este sistema econômico supera a cólera do egoísmo e faz com que seja compreendido que o inimigo não é um indivíduo isolado, mas uma parte da sociedade que construiu muros de exploração. Por outro lado, é tarde demais para que a burguesia se torne comunista porque a guerra já foi iniciada. A única alternativa que resta com o comunismo é que esta movimentação em prol de romper os grilhões da exploração seja o menos violenta possível, isso porque,

As classes vão se opondo cada vez mais nitidamente, o espírito de resistência cresce dia a dia entre os operários, a cólera torna-se mais intensa, as escaramuças isoladas da guerrilha confluem para combates e manifestações mais importantes e em breve um pequeno incidente bastará para desencadear a avalanche. Então, certamente ecoará por todo o país o grito: *Guerra aos palácios, paz nos campos!* - e já será tarde para que os ricos possam se pôr em guarda. (ENGELS, 2010, p. 328)

Trazendo a discussão à luz da contemporaneidade, muito da realidade vivenciada por Engels e Marx no século XIX não se modificou no século XXI, razão pela qual os filósofos continuam a serem utilizados para explicar os motivos pelos quais a sociedade não conseguiu ainda dar um salto rumo à humanização das relações sociais e, por conseguinte, econômicas. A questão da pobreza permanece fazendo parte do habitual, e isso assusta. Abisma porque o sistema capitalista foi o mecanismo econômico que mais produziu riquezas, e concomitante, foi por meio deste sistema que o homem se afastou mais de sua humanidade. É inadmissível que com tamanha produção de alimentos – contrariando o que dizia Malthus, que a produção alimentícia cresce aritmeticamente, enquanto os homens se reproduzem sob forma de progressão geométrica – ainda exista indivíduos a morrer pela fome, enquanto mais de um bilhão de toneladas de alimentos são postos no lixo anualmente, segundo a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). Para o capitalista, é preferível jogar seu excedente, inutilizando aquilo que ainda poderia ser consumido, do que doá-lo.

Para Silva (2015, p. 133),

Na miséria instalada no atual sistema do capital, chegou-se ao ponto de poupar e consumir individualmente, no próprio corpo, como produto do capitalismo, acumulando gordura, estresse, dentre outras doenças amplamente divulgadas, consequências trágicas de um modo de produção que não tem na sua essência a valorização da vida.

A lógica do sistema econômico é a mesma, o que muda são os sujeitos e os tipos de argumentos utilizados em prol do benefício de uma classe: a burguesa. Continua-se a jogar a responsabilidade pela pobreza para o sujeito individual, dando como prerrogativa que somos aquilo que buscamos ser. Os homens que não conseguem ascender socialmente, não o fazem por acomodação e não pela falta de oportunidades. Para a sociedade parece ser mais fácil acreditar que cada um pode mudar o próprio futuro na individualidade do que aceitar que o meio e as circunstâncias as quais os homens foram postos na marginalização impediram que os mesmos pudessem tomar a real consciência de seu lugar na história. É o pensamento de um grupo de indivíduos – não apenas de um patrão, mas de um conjunto deles – que acredita, e querem fazer os trabalhadores acreditarem, que existe uma razão racional para que uns sejam ricos e outros sejam pobres, naturalizando algo que não tem na sua gênese explicação aceitável.

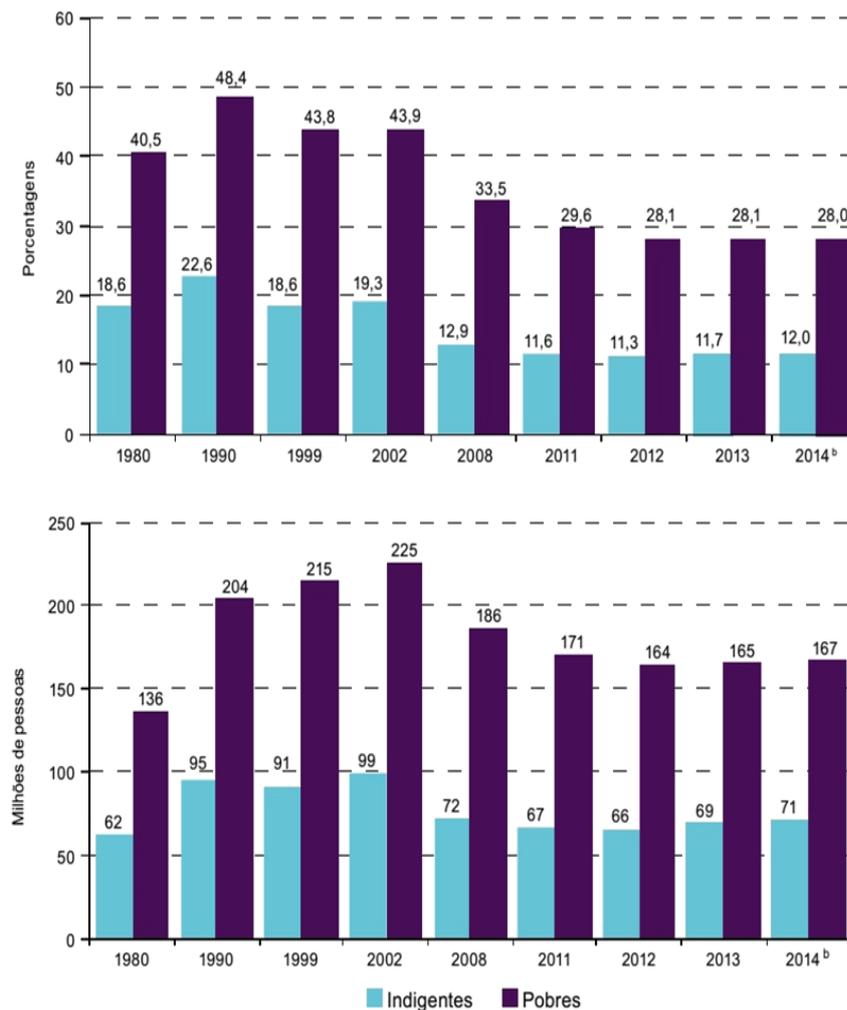
É lastimável que existam profissionais que aceitem e acreditem neste projeto do capital de acefalização da classe trabalhadora, que defendem não querer ideologias nas escolas e que a neutralidade é precisa. Ora, todos nós temos que escolher um lado. Não existe neutralidade em um sistema, metaforizando, que te impõe “matar ou morrer” para sobreviver.

A burguesia, por maior que seja a rivalidade entre seus membros em busca de riquezas, não escolhe jamais ficar do lado do proletariado. Como é uma minoria, utiliza de artimanhas para convencer os trabalhadores que a melhor solução é ter essa pirâmide social do capital no poder de tudo. Por outro lado, uma corrente parece avançar no pensamento de que uma parte dos trabalhadores tende a aceitar e compactuar com os desmandos do capital. Quando Marx e Engels alertaram, no *Manifesto Comunista*: “*PROLETARIADOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS*”, eles já previam que, se os trabalhadores não comessem a se reconhecer como classe e percebessem o real intuito da burguesia de manter sob seu domínio o proletariado, o pauperismo, a exploração e a miséria social jamais poderia cessar. O capital e seus defensores são famigerados, quanto mais tem, mais querem possuir.

O discurso vigente gira em torno de que nos últimos anos houve uma diminuição do nível de pobreza. O Estado defende que, com auxílio da classe dominante, está conseguindo sanar as fissuras que o capital, em crise e com sede de um maior número de

exploração, gerou na classe menos favorecida pelo sistema. Dados da CEPAL sobre os índices de indigência e pobreza na América Latina, como veremos no gráfico abaixo, apontam que no ano de 2005 o número de brasileiros em extrema pobreza estava na ordem de 10,7%. No ano de 2012 caiu para 5,4%, subindo em 2013 para 5,9%. Estes números representam apenas a aparência da problemática.

Gráfico 1 – América Latina: evolução da pobreza e da indigência, 1980 - 2014



Fonte: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com base em tabulações especiais das pesquisas de domicílios dos respectivos países.

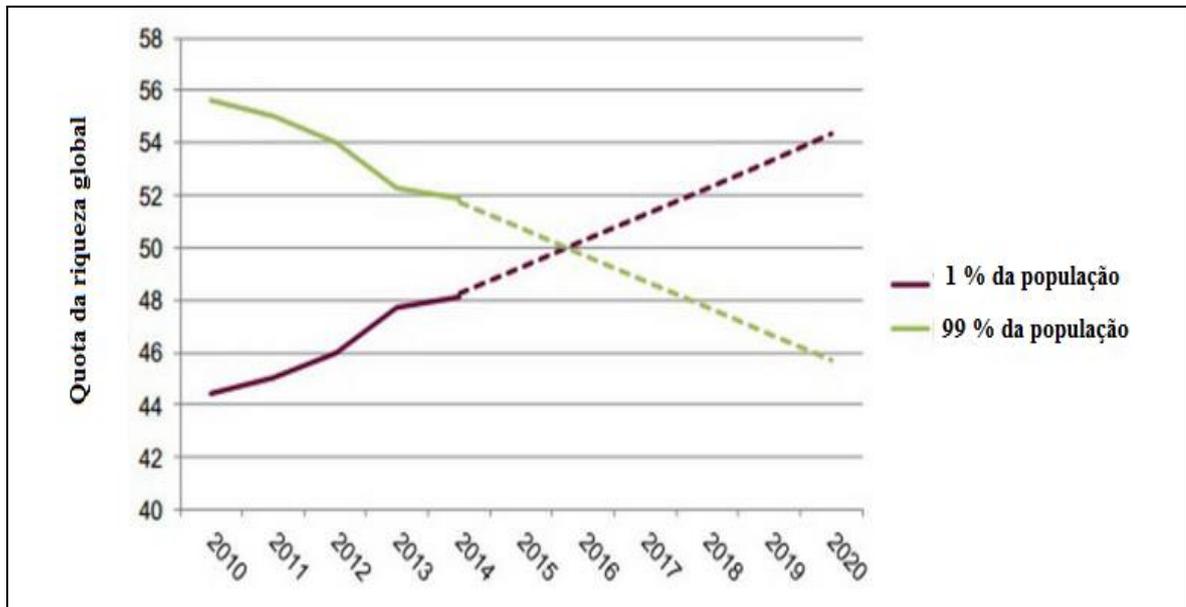
^a Estimativa correspondente a 19 países da América Latina, incluindo Haiti. Não inclui Cuba.

^b Projeção.

Se analisarmos com atenção, nos momentos em que o sistema capitalista enfrentou momentos de crise, o grupo que foi sacrificado em prol da manutenção do acúmulo de riquezas sempre foi a classe trabalhadora. Em contramão, dados apresentados pela ONG britânica Oxfam, com base nas estatísticas trazidas pela Credit Suisse e revista Forbes,

apontam um aumento expressivo do número de novos milionários e bilionários. Estas pessoas enriqueceram justamente nos momentos de maior ápice da “crise econômica”.

Gráfico 2 – Parte da riqueza global representada por 1% e 99% da população mundial respectivamente. As linhas tracejadas projetam a tendência ocorrida de 2010 – 2014. Estima-se que em 2016, 1% da população detenha 50% da riqueza mundial.



Fonte: Revista Exame Online – 19/01/2015. (<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/4-graficos-que-mostram-a-exploracao-da-desigualdade-no-mundo>)

A realidade vivenciada apresenta-se sob outro aspecto. Ao passo que se pede calma da população e se justifica os altos índices de desemprego estrutural, o capitalismo continua a se alimentar com voracidade, impedindo que os trabalhadores consigam se unir para atacar o sistema. Na práxis, os trabalhadores, antes de terem forças para a luta, precisam construir estratégias de sobrevivência imediatas. O alimento é substancial para ter força física e mental para lutar, e nas lacunas deixadas pela miséria que assola, temos a imagem do “lobo em pele de cordeiro”. Ao mesmo tempo em que o empresário retira do cenário mercadológico milhões de trabalhadores, jogando-os na marginalidade de empregos que nada lhes oferecem de garantia, e no forçado empreendedorismo, estes mesmos senhores e senhoras detentores das grandes fatias que representam a riqueza mundial, oferecem serviços sob forma de filantropia, mostrando que, apesar da “crise” que estão vivenciando, ainda conseguem ser solidários e cidadãos preocupados com o bem-estar da nação. Vale reiterar que a caridade exercida é apenas mais um dos grandes negócios que a classe burguesa consegue lucrar. O

dinheiro empregado na filantropia (ou “pílantropia”, como atribui Montañó na obra *Terceiro Setor e questão social*) produz um capital que somente é perceptível ao bolso burguês. Nada que o capitalista faz deixa de ter um retorno financeiro para si.

Em síntese, pudemos analisar, sob a letra de Engels, quão vil é a relação entre burguesia e proletariado, e isso se dá por parte do burguês, que não consegue entender outra linguagem que não seja a do dinheiro. A sede pelo acúmulo de riquezas impede que a burguesia possa nutrir qualquer sentimento humano que não seja maculado pelo capital.

As relações mais simples – como, por exemplo, entre homem e mulher, pai, mãe, filhos e filhas – são manchadas com o desejo insaciável de possuir mais e usurpar sem qualquer limite. O único vínculo exercido pela burguesia é o *pagamento à vista*. Diante de tamanha aberração, temos o abismo em que a classe trabalhadora foi jogada, no qual ecos de pessimismo lhes são expostos a todo momento. Como dito anteriormente, a ideologia da classe dominante é continuamente reforçada. Os trabalhadores, não sentindo o imperativo de se libertarem, acabam por fragmentarem-se em facções nas quais algumas se constroem pela situação em que se encontram e resolvem atuar sozinhos na busca de uma revolução social. Entretanto, pequenos grupos não são suficientes para quebrar os muros construídos durante anos pelo capitalismo. É a união dos trabalhadores que dará o impulso para a construção de um novo sistema, o comunismo, que tem em seu pilar a libertação de toda a sociedade, inclusive a alvedrio dos próprios dominadores, para que estes possam enfim voltar a exercer relações tipicamente humanas.

Iniciamos esboçando a tentativa da burguesia de falsificar boas intenções e ajudas voltadas aos menos favorecidos. Desde antes de Marx e Engels a burguesia faz esse ensaio em busca de redenção dos males que o homem fez ao próprio homem. Como vimos, não podemos nos enganar. Todo esse teatro representa mais um investimento que gera lucros maiores que suas beneficências. Na próxima seção, *A origem da filantropia empresarial no Brasil e a questão da pobreza*, faremos um recorte da relação antagônica desenvolvida no Brasil, desde sua colonização, entre ricos e pobres, onde continuaremos a ratificar que o lucro é a linguagem que a burguesia compreende e atende, somente o acúmulo de capital é que lhe interessa.

2.2 A ORIGEM DA FILANTROPIA EMPRESARIAL NO BRASIL E A QUESTÃO DA POBREZA

E cadê a esmola que nós damos
Sem perceber que aquele abençoado
Poderia ter sido você
Com tanta riqueza por aí, onde é que está
Cadê sua fração.
(Plebe Rude, *Até quando esperar*, 1985)

A origem da filantropia está atrelada intrinsecamente à manutenção, mesmo que mínima, da vida do homem na sociedade de classes. Durante o estudo que faremos no decorrer dos capítulos, perceberemos que o “lema” de tal beneficência está em poder contribuir para que os indivíduos que se encontram em uma situação de miséria possam ter o mínimo (ínfimo) para continuarem a produzir as riquezas daqueles que lhes distribuem migalhas. Neste ínterim, introduzimos a origem da filantropia no Brasil e seus desdobramentos até o campo empresarial, tendo como discussão em conjunto a questão da pobreza e as formas que o sistema econômico buscou para gerenciá-la até os dias atuais.

A filantropia *per si* inicia-se no Brasil desde a colonização e está predominantemente associada à Igreja Católica e ao clientelismo, por meio da chegada da Irmandade da Misericórdia e da instalação das primeiras Santas Casas⁹ (que desde o século

⁹ A primeira Santa Casa do mundo foi criada em 15 de agosto de 1498, em Lisboa, pela rainha Leonor de Lencastre, esposa de Dom João II, originando a "Confraria de Nossa Senhora de Misericórdia", em um período da história lembrado por tragédias, guerras e pelas grandes navegações. Nesse cenário, o surgimento das Santas Casas ficou marcado pela retomada de sentimentos como a fraternidade e a solidariedade. Prova disso é que, muitas vezes, a Irmandade não precisou de uma instituição física: ela foi ao encontro dos enfermos e inválidos, onde quer que eles estivessem. Assim, chegou à Ásia, África, se espalhou pela Europa e, claro, pelas Américas. Naquele mesmo ano, foram fundadas dez filiais, sendo oito em Portugal e duas na Ilha da Madeira. No Brasil, as primeiras santas casas surgiram logo após o seu descobrimento, precedendo a própria organização jurídica do Estado brasileiro, criado através da Constituição Imperial de 25 de março de 1824. Até esta data já haviam sido fundadas as Santas Casas de Santos (1543); Salvador (1549); Rio de Janeiro (1567); Vitória (1818); São Paulo (1599); João Pessoa (1602); Belém (1619); São Luís (1657), Campos (1792) e Porto Alegre (1803) entre outras. Destas, derivaram outras entidades similares, como as Beneficências Portuguesas, Hospitais Filantrópicos das comunidades Judaica, Japonesa, Sírio-Libanesa, ou mesmo ligadas a movimentos da igreja Católica, Protestante, Evangélica, Espírita, entre outras, totalizando, até os dias atuais, cerca de 2.100 estabelecimentos de saúde espalhados por todo o território brasileiro. Uma vez criadas, passaram a se dedicar ao atendimento aos enfermos e, em alguns casos, em mais de uma direção, ou seja, no amparo à velhice, à criança, aos hansenianos, à educação, entre outras. Cabe destacar que, na maioria dos continentes e países onde foram fundadas, as Misericórdias se anteciparam às atividades estatais de assistência social e à saúde. No Brasil, e em alguns outros países, também foram as responsáveis pela criação de alguns dos primeiros cursos de Medicina e Enfermagem, como é o caso daquelas fundadas na Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Vitória e Porto Alegre. Atualmente, as Santas Casas são responsáveis pelo maior número de residências médicas, contribuindo com a formação dos profissionais da medicina. No Brasil, a atuação dessas instituições apresentou duas fases: a primeira compreendeu o período de meados do século XVIII até 1837, de natureza caritativa; a segunda, o período de 1838 a 1940, com preocupações de natureza filantrópica. Retirado do *site* das Casas de Misericórdias Brasileiras. (<http://www.cmb.org.br/>)

XVI mantém hospitais abertos à população), estabelecendo uma relação de caridade para com os mais necessitados. Esse auxílio fornecido pela instituição religiosa católica, em geral continua a existir, e mesmo com a história nos mostrando que houve a separação entre a Igreja e o Estado, a assistência municiada pela primeira aos desprovidos dos meios materiais continuou a ser executada e abalizada pelo caráter da “caridade”; e o Estado, à medida que foi se consolidando, não deixou de garantir o financiamento de instituições religiosas por diferentes intermédios, seja com repasse de recursos, seja por isenções fiscais. Em meio a essa parceria entre religião e política, temos como culminância o fortalecimento das instituições religiosas, radicando suas práticas de tutela e favor voltados aos mais necessitados.

Buscando fazer uma linha do tempo sobre o desenvolvimento da filantropia brasileira, Mestriner (2011) aborda que a história da Filantropia no Brasil passou por diferentes fases e alianças, deixando marcas difíceis de superar, não se restringindo apenas à tutela religiosa, mas à estatal, principalmente após a década de 1970 com a crise estrutural do capital, a ser financiada pelo terceiro setor¹⁰. A autora aponta seis divisões compreendidas por tipo e período de filantropia: Filantropia Caritativa, Filantropia Higiênica, Filantropia Disciplinadora, Filantropia Pedagógica Profissionalizante, Filantropia de Clientela e Vigia e Filantropia Democratizada. Apesar de a autora não ter destacado, encontra-se presente na contemporaneidade outro tipo de filantropia, a Filantropia Empresarial Caritativa, que se apresenta como uma ramificação da Filantropia Empresarial, como veremos a seguir.

A filantropia caritativa tradicional desenvolveu-se do período Imperial até meados de 1889. De forma sucinta, tinha o assistencialismo já esperado, mas também era pautado na repressão. O financiamento de tal “beneficência” era oriunda das *obras pias*¹¹, regulamentadas por meio de testamentos, subscrições e auxílios provinciais pela junta da Fazenda Nacional ou pela Câmara Municipal do Império, e o atendimento era destinado principalmente aos órfãos, inválidos, enfermos, delinquentes e alienados¹², em suma, pessoas marginalizadas perante a sociedade. As palavras abaixo esclarecem esse teor caritativo:

¹⁰ Desenvolveremos um subcapítulo específico para trazer mais informações sobre o conceito e suas determinações na sociedade capitalista.

¹¹ Obras pias são doações oferecidas à Igreja Católica, seja em forma de dinheiro ou por meio de serviços prestados em prol do crescimento e desenvolvimento da doutrina cristã.

¹² O termo *alienado* foi utilizado por Mestriner (2011) para classificar as pessoas tidas como “doentes mentais”. No marxismo, o termo alienado difere completamente da lógica utilizada pela autora. Mészáros aponta que, para Marx, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, a alienação é compreendida como as manifestações de “estranhamento” do homem perante à natureza e a si mesmo sob uma via e as consequências deste processo na relação entre *homem/humanidade* e *homem/homem*. “[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, enfrenta-o como um ser *alienado* [*ein fremdes Wesen*], como um *poder independente* do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, se coisificou, ele é a *objetivação* (*Vergegenständlichung*) do

Existe um “comércio” entre os ricos e os pobres, no qual “ambas as partes ganham”, tendo em vista que “o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição” (CASTEL *apud* BEGHIN, p. 52).

Após esse momento, tivemos a implantação da filantropia higiênica, que ocorreu durante a Primeira República, compreendida entre 1889 e fins dos anos de 1920. Pautada também na assistência, trazia em sua matriz a prevenção e a segregação. As obras sociais subdividiam seus atendimentos por especialidades: para as crianças, os orfanatos e internatos eram os ambientes onde recebiam a atenção; para os idosos e deficientes, os asilos; para os alienados, os hospícios; para os mendigos, asilos de mendicidade; para os doentes, os sanatórios, dispensários e lazaretos; aos imigrantes, as instituições de auxílio mútuo. Esses “beneficiamentos” eram de ordem médico-religiosa, continuando a ser fornecida pela junta da Fazenda Nacional (Câmara Municipal) e, no campo jurídico, pelo 1º Juizado de Menores do Rio de Janeiro (1923), respaldando suas ações no Código de Menores (Mello Matos), elaborado em 1927.

No período getulista, que se insere entre os anos de 1930 e 1945, a filantropia disciplinadora ganhou destaque, onde o enquadramento às normas técnicas e o disciplinamento dos indivíduos eram o norte para tal ação, com a influência das encíclicas sociais nas áreas materno-infantil (hospitais, ambulatórios e postos de saúde); proteção à infância (orfanatos, creches e internatos); na educação (educandários de assistência pré-primária, primária, profissionalizante, educação de *anormais*, educação e reeducação de adultos); proteção de jovens (organizações da juventude e escolas profissionalizantes); os auxílios mútuos (instituições étnicas e de categorias profissionais). Contribuíram, para essa filantropia, o surgimento de Estatais, como o Departamento de Assistência Social de São Paulo (1935) e o Serviço de Assistência ao Menor (SAM, de 1941), e a criação das instituições de formação (Centro de Estudos e Ação Social – Escolas de Serviço Social) que foram financiadas pelo Estado e respaldadas pela Constituição Federal de 1934, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores Caixa de Subvenções (31/08/1931) e pelo Ministério da Educação, culminando na criação do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS, de 01/07/1938) e da Subvenção Federal, regulamentada entre 25/11/1935 e

trabalho. A realização do trabalho é a sua objetivação. Essa realização (*Verwirklichung*) do trabalho aparece na situação nacional-econômica como *desrealização* (*Entwirklichung*) do trabalhador, a objetivação como *perda do objeto* e *servidão ao objeto*, a apropriação como *alienação* [*Entfremdung*], como *exteriorização* [*Entäusserung*].” (MARX, 2015, p. 304-5).

01/07/1938. É interessante salientar que as contribuições são oriundas das taxas alfandegárias destinadas às bebidas alcoólicas e às embarcações.

Se observarmos, foi a partir deste período – que compreende o governo do presidente Getúlio Vargas – que a filantropia começou a voltar-se com mais destaque para o campo educacional, que é nosso campo de pesquisa, e essa inserção da “caridade” ou “dever social”, ou “nenhum dos dois”, somente tende a evoluir no decorrer dos anos a seguir até a atualidade.

Com a filantropia partilhada profissionalizante, estabelecida no período do Estado Democrático Populista entre os anos de 1946 a 1964, o empresariado – que é nosso sujeito atuante dentro da filantropia – iniciou uma parceria com o Estado visando “contribuir” para a formação do trabalhador. Por meio desta associação, foram criadas, em 1946, as seguintes organizações: o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), o Serviço Social do Comércio (SESC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). No campo Estado-comunidade, os movimentos comunitários ganharam evidência. Como forma de regulamentar tais iniciativas, o Estado se encarregou de complexificar a burocratização das parcerias através de um Registro Geral de Instituições (1951), do incentivo à inserção das empresas nas iniciativas sociais por meio de isenções de contribuição na cota patronal previdenciária (1959), e emissão de certificados de filantropia para as empresas “cidadãs” (1959).

No período que engloba os anos de 1964 a 1985, o Brasil sofreu um duro golpe militar que afetou não apenas o campo político, mas o econômico e o social. A filantropia, agora clientelista, voltou à natureza assistencialista e repressora. As organizações sociais foram rigorosamente influenciadas pelo racionalismo técnico. As instituições estatais, como a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor (Funabem) e a Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (Febem), fundadas em 1964, e as comunitárias, como a Sociedade dos Amigos de Bairro, a Associação de Moradores, a Renovação Pastoral e as Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), voltaram trazendo, por meio destas últimas, a lembrança que nunca se foi: da presença religiosa como forma de amenizar o perigo da pobreza que aflige a classe proletária. O financiamento filantrópico deste período teve seus meios advindos dos convênios de impostos sobre as importações implantadas em 1965.

A partir de 1985 até 1988, com a transição do regime militar para a abertura política democrática, a filantropia passou por uma transformação, assumindo uma flexibilização em seu caráter. A filantropia vigiada tem em sua estrutura as Organizações Não-Governamentais (ONG’s) – hoje denominadas Organizações Sociais (OS’s) –, os

movimentos de defesa de direitos e os novos movimentos sociais dando consistência ao que já estava sendo posto em pauta na estrutura filantrópica anterior.

Após o fim da ditadura militar, e com as eleições diretas iniciadas em 1988 até o período atual, começou o Estado Democrático, com a presença de uma “filantropia democratizada” fundamentada na extensão de conselhos setoriais, organizações não-governamentais, organizações civis, centrais de defesa de direitos e fundações empresariais. O Estado continua, neste período, a regulamentar tais empreendimentos por meio da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), principalmente das Leis do Voluntariado, de 1998, da Filantropia, de 1998, e das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termo da Parceria, de 1999.

Apesar de Menistrer (2011) não ter elencado tal filantropia, podemos destacar, em tempos de crise, na atualidade, uma filantropia empresarial com o viés caritativo, que tem como escudo a religião e a concepção cristã de caridade. A pobreza é concebida como algo natural, e as razões para aliviar essa mazela estão na vinculação “ética” da atuação solidária nas comunidades por parte do mal-estar pessoal (que não acreditamos ser a sensação de culpa) dos que “doam”. Como entender uma caridade que vem de pessoas que tiram dos outros e depois devolvem o mínimo do que levaram? A naturalização da pobreza é uma questão inadmissível. Segundo o economista Adam Smith¹³, em uma sociedade em que a maioria que a constitui sofre, não existe felicidade. Contudo, uma vez que a situação histórica em que a parcela mais rica da sociedade acarreta esse sofrer da maioria, e a economia nacional apoia a classe mais abastada, a *infelicidade*, é, portanto, o objetivo do mercado, da economia que conduz o sistema vigente, o qual Smith tanto defendeu.

Com a lógica do assistencialismo puro ou do social-assistencialismo, a filantropia empresarial caritativa reforça a ideia de incompetência e de responsabilidade do Estado pelas problemáticas sociais, assim como as demais filantropias, atribuindo até uma menor capacidade dos indivíduos de se mobilizarem e buscarem reformular a realidade vivida. A ajuda dada pela burguesia é oferecida como “esmola”, onde sua prática está inserida de forma pontual, localizada e discriminatória. A distribuição pauta-se de forma aleatória e é tida como

¹³ Economista e filósofo britânico; fundador da economia liberal clássica. Marx chama Smith de “economista do período manufatureiro”; suas teorias da divisão do trabalho, do trabalho produtivo e da mais-valia tiveram grande importância no desenvolvimento das ciências econômicas. (Karl Marx: *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Tradução: Jesus Ranieri, Boitempo Editorial, 2009, p. 167)

um favor. A responsabilidade da empresa está encerrada com o ato de doar, não existindo grandes preocupações com a rentabilidade social do desembolso.

Figura 1 - Quadro da filantropia – Período imperial até contemporaneidade.

	Tipos de Organizações	Tipos de Regulação
Período Imperial até 1889 Filantropia caritativa: <i>Assistência e repressão</i>	Obras pias atendimento conjunto (uma só massa) a órfãos, inválidos, enfermos, delinqüentes e alienados	Religiosa Testamentos, subscrições e auxílios provinciais (pela junta da Fazenda Nacional ou Câmara Municipal do Império)
Primeira República de 1889 a 1930 Filantropia higiênica: <i>Assistência, prevenção e segregação</i>	Obras sociais Atendimento por especialidades para: • crianças – asilos, orfanatos e internatos • velhos e inválidos – asilos • alienados – hospícios • mendigos – asilos de mendicidade • doentes – sanatórios, dispensários, lazaretos • imigrantes – instituições de auxílio mútuo	Médico-religiosa Auxílios provinciais (Pela junta da Fazenda Nacional ou Câmara Municipal) Jurídica 1º Juízo de Menores no Rio de Janeiro (1923) Código de Menores (Mello Matos) – 1927
Getulismo de 1930 a 1945 Filantropia disciplinadora: <i>Enquadramento nas normas técnicas e disciplinamento dos indivíduos</i>	Instituições assistenciais (influência das encíclicas sociais) Materno-infantil: Hospitais, ambulatórios, postos de saúde Proteção à infância: Orfanatos, creches, internatos De educação: educandários, de assistência pré-primária, primária, profissionalizante, educação de anormais, educação e reeducação de adultos Proteção a jovens: Organizações da juventude, escolas profissionais	Estatal Constituição Federal de 1934 • Presidente da República: Contribuições à caridade oriundas de taxas alfandegárias a bebidas alcoólicas e embarcações • Ministério da Justiça e Negócios Interiores Caixa de Subvenções (31/8/31) Certificado de Utilidade Pública (28/8/35) • Ministério da Educação Criação do CNSS (1/7/38) Subvenção Federal (regulamentação 25/11/35 – 1/7/38)
	De auxílios mútuos: Instituições étnicas e de categorias profissionais Estatais: Departamento de Assistência Social de São Paulo – 1935 SAM – Serviço de Assistência ao Menor – 1941 Formação: Centro de Estudos e Ação Social, escolas de Serviço Social	

	<p>Movimento Católico Laico Ação católica, círculos operários Sindicatos Centros assistenciais complementares Instituições fomentadas pelo Estado LBA (1942), Senai (1942), Samdu (1945) Instituições religiosas – protestantes, espíritas e evangélicas: Albergues, centros de juventude, abrigos, instituições para deficientes físicos e mentais</p>	<p>Estatal Constituição de 1937 Reitera o CNSS • amplia regulamentação de subvenções • Isenção: na aplicação de tetos mínimos de salário dos funcionários (1945/46) e de imposto de renda (1943)</p>
<p>Estado Democrático Populista de 1946 a 1964 Filantropia partilhada profissionalizante</p>	<p>Instituições criadas pelo Estado com o empresariado: Senac (1946) Sesc (1946) Sesi (1946) Movimentos comunitários</p>	<p>Estatal Complexificação da burocracia: Registro geral de instituições (1951) Isenção de contribuição da cota patronal previdenciária (1959) Certificado de filantropia (1959)</p>
<p>Estado Autoritário de 1964 a 1988 Filantropia de clientela: <i>Assistência e repressão</i></p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações sociais – influência do racionalismo técnico – vertente modernizadora do serviço social frente à reconceitualização (1964) • Funabem/Febem – 1964 • Associações comunitárias: • Sociedades de amigos de bairro • Associações de moradores • Renovação pastoral • Comunidades Eclesiais de Base – CEBs 	<p>Estatal Assistência por convênios Isenção de impostos sobre importações (1965)</p>
<p>Transição Democrática Filantropia vigiada 1985-88</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações não-governamentais • Movimentos de defesa de direitos • Novos movimentos sociais 	
<p>Estado democrático de 1988 a 1999 Filantropia democratizada</p>	<p>Expansão de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conselhos setoriais • Organizações não-governamentais • Organizações civis • Centros de defesa de direitos • Fundações empresariais 	<p>Estatal Constituição Federal de 1988 ECA – 1990 LOAS – 1993 Extinção da LBA/CBIA Extinção do CNSS Criação do CNAS Lei do Voluntariado – 1998 Lei da Filantropia – 1998 Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Termo de Parceria – 1999</p>

<p>Filantropia Empresarial</p> <p>* Filantropia Empresarial Caritativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organizações Sociais • Organizações de Recursos da Sociedade Civil 	<p>Lei da Filantropia (Lei nº 2101/09 Lei nº 12.868/13)</p>
--	---	---

*Fonte : MESTRINER, M.L. **O Estado entre a Filantropia e a Assistência Social**. São Paulo, Cortez, 2011, p. 45-46 / Adaptação nossa para inserir as Filantropias Empresariais

Como pudemos observar no desenvolver da linha de informações trazidas, a filantropia empresarial iniciou seus primeiros passos na década de 1960, antes da ditadura militar, de forma mais leve, ganhando força no final dos anos de 1980. Na década de 1990, o engajamento do empresariado une-se à questão do ativismo social, que pode ser compreendida como o processo de subjetivação do aparelho público por meio de práticas filantrópicas, afiançando para as empresas maior visibilidade e notoriedade no mercado e no sistema econômico.

A atenção voltou-se mais especificamente para o universo das grandes empresas na medida em que as mesmas estão sintonizadas com as transformações que vêm ocorrendo nos cenários internacional e nacional [...] as empresas de maior porte têm mais chances de participar dos debates globais e locais e, portanto, de incorporar novas práticas nos seus negócios. Por integrarem as elites, elas apresentam condições de influir no rumo das políticas públicas e, mais especificamente, nas políticas sociais (BEGHIN, 2005, p. 17).

O ativismo social tem em seu seio o discurso de apaziguamento dos conflitos resultantes da relação capital¹⁴/trabalho, desenvolvendo nos meandros de tal iniciativa uma

¹⁴ “Capital é, portanto, o *poder de governo* sobre o trabalho e os seus produtos. O capitalista possui esse poder não por causa de seus atributos pessoais ou humanos, mas na medida em que é *proprietário* do capital. O *poder de compra* do seu capital, a que nada pode resistir, é o seu poder”. (MARX, 2015, p. 264). Portanto, capital é uma relação social de compra e venda da força de trabalho.

nova estratégia de negócio. Com isso, o setor privado busca, no coração do capital, bombear em seus ventrículos a atuação do Estado no campo social como algo supérfluo, defendendo uma ideologia envolta na necessidade de intervenção da classe dominante na arena política para a libertação dos grilhões que impedem o mercado de crescer. No entanto, o que se pretende é estender tentáculos privatizadores sobre os direitos sociais. Nessa esteira, o ativismo social empresarial tem em seu plasma o esvaziamento do Estado Social, reformulando-o para uma melhor eficiência produtiva.

Na sociedade dilacerada pelas desigualdades que assolam a humanidade, rondava o entendimento de que nada funcionava no setor público. Os mecanismos que regulavam o aparelho estatal continuaram a não apresentar melhoras, principalmente com a agudização de escândalos envolvendo corrupções dos membros que operavam a máquina pública. No início dos anos 1990, durante o governo do então presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), as práticas de nepotismo, dentre outros problemas, desdobravam-se na descrença por parte dos trabalhadores nas instituições governamentais, gerando a ideia de que o que funcionava era apenas o que vinha do setor privado, e que o público, promovido pelo Estado, estava falido e não teria como “dar conta” dos anseios da população.

No governo do então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o que se esperava da organização econômica do país, por parte da burguesia, era sua reconstrução sob a face de um ajuste fiscal que tendesse para o redimensionamento das atividades produtivas, e maior abertura comercial, principalmente do capital e da privatização atuando nas estatais. E foi o que aconteceu, pois é no processo de entrega das empresas públicas para a iniciativa privada que habitam as ações do empresariado na gestão da pobreza.

[...] o ativismo social empresarial tem relação direta com a reestruturação produtiva que vem ocorrendo no país [...] ganham terreno e se legitimam na medida em que organizações da sociedade passam a reivindicar uma autonomia civil que, ao não se conformar numa alternativa política, contribui para fragilizar o Estado democrático e, conseqüentemente, para retirar da arena política e pública os conflitos distributivos e a demanda coletiva por cidadania e igualdade. [...] essas tentativas de “privatizar o público” não têm nada de novo *per se*, uma vez que a sociedade brasileira é atravessada por um “pacto conservador” que vem historicamente buscando as formas de regular a pobreza e não de combatê-las (BEGHIN, 2005, p. 42).

Marx já afiançava, em sua *Miséria da Filosofia*, que o ideal de correção do mundo já seria o espelho do mundo em que vivemos. Sendo assim, é impossível recuperar a sociedade com base numa contrafação de si mesma. Para este pensador, à medida que a sombra vira corpo, percebe-se que o corpo, longe de ser abstração, é apenas o corpo da

sociedade contemporânea, que se arrasta desde a época de Marx. É por isso que este pensador alemão continua atual e responde, como põe Mészáros, pelo fardo histórico de nosso tempo.

Construindo uma linha do tempo imaginária, a questão da pobreza, no Brasil, tornou-se de interesse público e foi posta como desafio a ser enfrentado por todos os governos que sucederam o fim do golpe militar. Nos anos de 1980, a miséria passou a ser vista como algo a ser vencido por intermédio do crescimento econômico vinculado a uma política social de caráter redistributivo. No entanto, como apontam Marx e Engels (2010, p. 51), a condição de existência e supremacia da classe burguesa prima pela acumulação da riqueza nas mãos de particulares, garantindo a formação e o crescimento do capital. O que alimenta a onipresença e a onipotência do capitalismo é o trabalho assalariado. Assim, o trabalho não aparece como autofinalidade, mas como servidor do salário (MARX, 2015, p.318). Tendo a dimensão do que é posto, a classe burguesa jamais abriria mão de seu *Mamon*¹⁵ para ajudar a classe proletariada.

A classe dominante, dos anos de 1990 até os dias atuais, percebendo que seria impossível vencer a miséria em sua totalidade sem que houvesse sacrifícios de sua parte, modificou suas iniciativas, tendendo não mais a erradicá-la, mas gerir os efeitos das brutalidades que o capitalismo comete como forma de sobreviver.

A pobreza é, ao mesmo tempo, estruturalmente indispensável à reprodução do serviço de dominação clientelista, e constantemente reproduzida por ela. De fato, de um lado, o pobre contribui para reproduzir a relação de clientela, e de outro, o clientelismo funciona “passo a passo”, baseado em uma distribuição pontual e não em investimentos de longo prazo, na relação individual de cooptação e não no projeto coletivo, realimentando assim ao mesmo tempo a precariedade e a pobreza (LAUTIER *apud* BEGHIN, p. 49).

Assim, o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE)¹⁶ apareceu mais uma vez no cenário econômico, isto porque antes, na época do governo Collor, foi esta organização que endossou o impeachment do então presidente, trazendo consigo a ideia de mudar a imagem que se tem do empresário como um indivíduo que visa unicamente ao lucro

¹⁵ *Mamon* é um termo, derivado da Bíblia, usado para descrever riqueza material ou cobiça. Como ser, ele representa o terceiro pecado, a Ganância ou Avareza.

¹⁶ Sob o falso pretexto da democratização e do interesse pelo melhor para o crescimento econômico do país, em 1987, um grupo de jovens empresários do Estado de São Paulo criou um movimento que exprimiu os anseios da iniciativa privada no Brasil que, na época, começava a se delinear: [1] aprofundamento da democracia em todas as instâncias do país; [2] economia de mercado, combatendo abusos de poder econômico; [3] melhor distribuição da renda; [4] exercício da cidadania; [5] opção pela negociação como sendo o melhor processo para a resolução dos conflitos; [6] aceitação da diversidade como elemento enriquecedor dos processos; [7] defesa do patrimônio material e humano do país. Retirado do *site* do Pensamento Nacional das Bases Empresariais, (<http://www.pnbe.org.br/historico.html> em 03 de julho de 16).

e à satisfação de seus interesses pessoais. Os empresários, nessa ânsia de ganhar espaço e conquistar mais clientes, falseiam um desejo de “harmonia social”. O que eles querem, na verdade, é baratear seus custos por meio da isenção de impostos e, com ações sociais, garantir os subsídios estatais para montarem suas fábricas que, de forma geral, localizam-se em uma comunidade distante, com força de trabalho barata e com pouca escolarização dos trabalhadores. Para isso, é necessário avalizar uma boa imagem da empresa e promover uma maior aceitação pela comunidade da presença da empresa e de seus eventuais prejuízos sociais ou ambientais.

Marx (2015, p. 245) aponta que é no capitalismo que a existência do trabalhador é

[...] reduzida à condição da existência de qualquer outra mercadoria. O trabalhador tornou-se uma mercadoria e é uma sorte para ele quando consegue encontrar alguém quem o compre. E a demanda, da qual a vida do trabalhador depende, depende do capricho do rico e capitalista.

Quando uma empresa chega a uma determinada cidade que não é polo de produção industrial – mas que possui trabalhadores desejosos por alcançar uma das poucas vagas no mercado de trabalho –, sob a ótica do capital, é incutido nas subjetividades dos trabalhadores que essa relação é vantajosa para todas as partes envolvidas: capital – Estado – trabalho. Para o capitalista, que encontrou quem produza seus produtos a baixo custo. Para o Estado, onde a parceria com o empresariado auxilia na desresponsabilização do desemprego e das ações em prol de gerenciar a pobreza que ronda a maioria da população. Para a população que, por ter uma empresa de grande destaque (sabemos que esse destaque se solidifica à custa de muita exploração da classe proletariada) em sua cidade que antes não tinha outra renda que não fosse a agricultura, e por ter um emprego que lhe suga até a última gota de sangue e suor, acredita que essa é a melhor oportunidade de garantir para seus filhos e sua família uma situação menos miserável que a vivenciada anteriormente.

Ao longo do século XX, houve uma permanente intervenção do Estado nas relações trabalhistas e uma opção por industrialização com baixos salários e com a utilização extensiva e rotativa de mão-de-obra, cuja qualificação nunca foi vista como peça importante da competitividade microeconômica. (BEGHIN, 2005, p.38)

Nessa competitividade, quem mais posa de “bom moço” e de solidário é quem se alimenta da miséria. O que mais surpreende é o clamor social que ronda o discurso da classe empresarial, que reafirma constantemente sua necessidade de existência, obrigando toda a sociedade a sucumbir devido à incapacidade do Estado de atender a todos que dele precisam.

No meio desta guerra,

O trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, tem de lutar pela aquisição de trabalho, i. e., pela possibilidade, pelos meios de poder realizar a sua atividade (MARX, 2015, p. 246).

Não obstante a situação que a classe trabalhadora vive de extrema falta de acesso aos produtos do seu próprio trabalho, o capitalismo, por meio da disseminação social de sua ideologia, advoga a falsa ideia de que os pobres são iguais à classe burguesa, na medida que participam do mesmo estatuto jurídico. Essa igualdade só existe sob o plano formal, pois a realidade é extremamente desigual, e essa desigualdade é o chão sobre o qual o próprio capital engendra a filantropia, por meio da qual o empresariado aparece como interessado na amenização das graves mazelas criadas por esse sistema.

Dentre as diversas naturezas que a filantropia tem em sua constituição, uma delas é forçar uma dependência pessoal que está ligada umbilicalmente a valores como lealdade, fidelidade e reciprocidade. Apesar de sedutor na teoria, esse posicionamento tende a estabelecer relações desiguais em sua essência, pois

[...] o dominante detém um recurso ao qual o dominado não tem acesso, mas lhe é necessário. A redistribuição é a chave da obtenção do prestígio e da legitimidade. A doação, seletiva e discricionária, permite a posse da vida dos que não podem retribuir da mesma maneira e devem, por conseguinte, assumir uma dívida moral. (BEGHIN, 2005, p. 49)

Marx e Engels (2007, p.47) afirmam que o ideário da classe dominante, independente da época em que se encontra, é disseminado para toda a sociedade como se não tivesse um caráter classista. Até a classe trabalhadora introjeta em sua consciência, como se fosse seu, um conjunto de ideias pertencente à sua classe antagônica. Os autores assim revelam que

As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (Idem)

As fundações, desdobramentos do terceiro-setor (no caso a Fundação Bradesco se insere nesta conjuntura), buscam transformar a aleatória ação filantrópica caritativa das empresas em uma filantropia de “investimentos cidadãos”.

Analisando os passos da filantropia desde a década de 1980 até a contemporaneidade, apreende-se um aumento significativo da presença do setor empresarial, principalmente por meio de fundações, na realização de projetos e atividades voltados para o

“combate à pobreza” sob caráter voluntariado¹⁷. Com isso, as necessidades das empresas privadas de sobreviverem na batalha do mercado globalizado exigiram que, além dos subsídios clássicos, fossem incorporadas novas dimensões em seus negócios que estão na organização econômica do capital financeiro¹⁸, abrangendo a vida social e cultural e a preservação ambiental.

¹⁷ O voluntariamento que ocorre na filantropia acontece na seguinte ordem: a empresa disponibiliza seus funcionários para que os mesmos atuem dentro dos serviços que atendam às necessidades da comunidade escolhida em questão. Se a questão fosse essa não existiria um problema, mas o incômodo e o ranço ocasionados está em fazer com que os funcionários, que também são trabalhadores, utilizem sua força de trabalho de forma gratuita a serviço da “caridade” do capitalista. É muito fácil fazer o bem com o esforço do outro, e é isso que o capitalista faz de forma descarada para se passar por pessoa generosa, e o pior, as pessoas acreditam, e os trabalhadores que estão sendo explorados compram a ideia achando a ação do empresário algo digno de nota.

¹⁸ “A única forma de capital que não foi teorizada por Marx, mas que se tornou uma categoria válida para a teoria marxista do século XX. [...] No conceito formulado pela primeira vez por Hilferding (1981), o capital financeiro tem duas características centrais: a primeira é que é formado pela estreita integração do capital de financiamento nas mãos dos bancos, com o capital industrial; a segunda é que só surge em uma etapa definida do capitalismo. A existência do capital financeiro, segundo Hilferding, tem consequências importantes para o capitalismo, devendo ser entendido como parte integrante do desenvolvimento dos monopólios [...] do imperialismo e das perspectivas de derrubada do capitalismo. Foram esses aspectos dinâmicos que deram ao capital financeiro um lugar significativo nos trabalhos de Lenin e Bukharin e asseguraram a continuação do debate sobre ele até os dias de hoje. [...] A integração entre capital bancário e capital industrial num sentido geral não é específica do capital financeiro. Em todo o capitalismo, a existência de capitalistas especializados em financiamento que detêm, trocam, tomam emprestado e emprestam dinheiro só é possível devido à sua articulação com os setores produtivos. Só emprestando dinheiro aos capitalistas industriais é que eles podem apropriar-se da mais-valia por meio dos juros, e só operando os sistemas de pagamentos e de câmbio para as transações da totalidade da economia podem eles apropriar-se da mais-valia por meio do lucro. [...] É, porém, a maneira específica pela qual os dois tipos de capital se integram que distingue o capital financeiro, e a sua essência está no desaparecimento da distância que existia no seu relacionamento. Como disse Hilferding, o capital financeiro surgiu das forças que “colocam o capital bancário e o capital industrial numa relação cada vez mais íntima” (grifo nosso). Na verdade, trata-se de uma intimidade em que os banqueiros são a parte dominante, controlando a indústria e impondo-lhe mudanças. Hilferding e Lenin, com diferente ênfase, identificaram três canais pelos quais se exerce o controle da indústria pelos bancos. Primeiro, a ascensão das companhias por ações permitiu aos bancos assumir o controle acionário de firmas industriais, o que facilitou não só o controle como também uma fusão de identidades, de modo que “os bancos [...] se tornam, cada vez mais, capitalistas industriais” (Hilferding, 1910, p.225). Em segundo lugar, existe a “ligação pessoal” (Lenin, 1916, p.221) estabelecida pela nomeação de diretores dos bancos para os conselhos administrativos de firmas industriais, e vice-versa, e o fato de que as mesmas pessoas que são grandes acionistas dos bancos ocupam também uma posição de acionistas majoritários na indústria. Finalmente, os bancos têm um conhecimento detalhado dos negócios de “suas” firmas industriais porque tratam de suas transações financeiras: conhecem o saldo bancário das empresas dia a dia e transacionam com o crédito (letras de câmbio) gerado no curso dos negócios cotidianos das firmas. É significativo o fato de que o conceito de capital financeiro tenha sido desenvolvido não em relação ao domínio do capital de financiamento em geral sobre o capital industrial: os canais de controle eram aqueles pelos quais uma forma institucional particular do primeiro, os bancos, interligava-se com e dominava uma materialização institucional do segundo, as companhias por ações. Na realidade, o quadro de análise era ainda mais específico, pois, embora se referissem a outros países, Hilferding e Lenin baseavam suas ideias principalmente em sua observação do sistema que dominava a Europa Central industrial, onde o “banco universal” era uma instituição típica. Enquanto os bancos comerciais no Reino Unido concentraram-se, historicamente, na realização dos pagamentos e na concessão de créditos a curto prazo à indústria, aceitando a visão de que os industriais conhecem melhor a indústria do que os banqueiros, o banco universal alemão combinava essas funções com a propriedade de ações, a colocação de ações no mercado e a ocupação de cargos de direção na indústria. A ideia de uma articulação entre os bancos e as empresas industriais, sob o domínio dos primeiros, é, em si, estática, mas a essência da ideia de capital financeiro é a de que ele é típico de uma etapa da história do capitalismo, sendo portanto, ao mesmo tempo, produto de forças históricas e gerador de forças que por sua vez transformariam o mundo. Para Lenin (1916), o capital financeiro não era, em si, uma etapa do

Conforme elucidam Marx e Engels,

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia imprime um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. Para desespero dos reacionários, ela roubou da indústria sua base nacional (MARX E ENGELS, 2010, p. 43).

Tendo consciência de que não é desejo da burguesia que haja divisão ou redistribuição das riquezas, é válido questionar qual o real motivo da inserção desta classe nas questões que afligem a classe trabalhadora. A classe burguesa apenas ocupa o espaço atual devido à expropriação do trabalho alheio sendo, para ela, mais do que necessário que a classe trabalhadora tenha somente o necessário para sobreviver e que continue no círculo vicioso de venda da força de trabalho em troca de “sobejos” que pagam seu próprio salário e geram lucros para os proprietários dos meios de produção. Se a burguesia chegou a um nível de atuar nesse gerenciamento da pobreza é simplesmente pelo medo de uma possível ameaça ao seu equilíbrio social. Logo, a filantropia seria uma caridade, culpa, dever social ou mecanismo de defesa? De todas as possibilidades, a defesa é a que mais se aproxima de sua natureza nos diferentes períodos em que a Filantropia esteve atuando. Se, antes, a filantropia tinha o viés *caritativo* como forma de buscar um espaço no céu para os cristãos, hoje ela busca uma estratégia de não destruir o céu dos grandes empresários, garantindo-lhes sempre mais lucro. O que é posto em suas “benevolências” lhes volta como ganhos maiores, e o “fazer filantropia” tornou-se um investimento. Afinal, o capital necessita reproduzir-se de maneira ampliada, conquistando novos campos de investimento, criando novos nichos de mercado, equiparando todas as qualidades do trabalho concreto à abstração “tempo de trabalho socialmente necessário”, fundamento da forma de “valor”¹⁹.

Como modelo filantrópico e clientelista que o capital exige para sobreviver, regular a pobreza torna-se a chave para o ativismo social que é adotado pelas grandes empresas: antes, em forma de filantropia; atualmente, através da neofilantropia empresarial. Em comum, as duas asseguram a manutenção do *status quo* com o escopo de preservar as

capitalismo, sendo, em lugar disso, um aspecto intrinsecamente proeminente da etapa chamada de capitalismo monopolista ou imperialismo” (BOTTOMORE, 2001, p. 47-8).

¹⁹ “A forma de valor, cuja figura acabada é a forma-dinheiro, é muito simples e desprovida de conteúdo. Não obstante, o espírito humano tem procurado elucidá-la em vão há mais de 2 mil anos, ao mesmo tempo que obteve êxito, ainda que aproximado, na análise de formas muito mais complexas e plenas de conteúdo. Por quê? Porque é mais fácil estudar o corpo desenvolvido do que a célula que o compõe. Além disso, na análise das formas econômicas não podemos nos servir de microscópio nem de reagentes químicos. A força da abstração [*Abstraktionskraft*] deve substituir-se a ambos. Para a sociedade burguesa, porém, a forma-mercadoria do produto do trabalho, ou a forma de valor da mercadoria, constitui a forma econômica celular. Para o leigo, a análise desse objeto parece se perder em vãs sutilezas. Trata-se, com efeito, de sutilezas, mas do mesmo tipo daquelas que interessam à anatomia micrológica” (MARX, 2013, p. 113).

hierarquias desiguais que produzem a “descapacitação” (*disempowerment*) dos cidadãos, recriando-os como cidadãos de segunda e terceira classes, dependentes da aleatoriedade das doações privadas para a possibilidade da inclusão social. No entanto, o que mudou da antiga forma de filantropia para esta nova?

A neofilantropia empresarial surge não mais como forma de extinguir a pobreza e exclusão social, mas sim de regulá-la. O gerenciamento de conflitos sociais seguirá ancorado no apelo às obrigações sociais e pretensamente éticas, retirando do palco político e público as discussões acerca das demandas coletivas por condições mínimas de existência. Em seu lugar, abre-se espaço para a discussão da cidadania (ideal da formação), agudiza o abismo entre o ser e o dever ser abstrato, mas a realidade possui caminhos próprios, cuja lógica é exatamente varrer o terreno da luta de classes.

Marx, em sua obra *Sobre a questão judaica*, aborda, em determinado momento, a condição de homens [*homme*] / cidadãos [*cytoyen*] e seus direitos dentro da sociedade capitalista utilizando como referência os documentos universais dos direitos humanos. Para ele, é muito nítido que, ao abordarmos todos os indivíduos como homens, o fazemos de forma errônea; ao endossarmos como cidadãos os membros da classe proletariada, não fazemos a análise coesa com a atualidade do pensamento da classe que rege o Estado – a classe burguesa. A humanidade e a cidadania pertencem apenas aos donos dos meios de produção, que têm em sua natureza o homem egoísta, o homem separado do homem e da comunidade. Dentre os vários direitos, chama atenção a liberdade, que é posta como algo essencial a ser garantido e que, nas entrelinhas, aponta não para a vinculação do homem com os demais homens, mas, sim, para a separação entre os indivíduos homens, garantindo o direito do indivíduo limitado a si mesmo, cuja aplicação recai sob a lógica do direito humano à propriedade privada. Desse modo, garante-se a propriedade privada burguesa. O que há é o oferecimento de migalhas, que se transforma num lucrativo nicho de mercado porque o discurso de humanidade e responsabilidade social gera excelentes negócios. A repartição de riquezas funciona de forma vertical e de cima para baixo onde o lado que sempre deve ceder é aquele no qual se insere o trabalhador. Marx aponta:

O direito humano à propriedade privada, portanto, é o direito de desfrutar a seu bel prazer (*à son gré*), sem levar outros em consideração, independentemente da sociedade, de seu patrimônio e dispor sobre ele, é o direito ao proveito próprio. Aquela liberdade individual junto com esta sua aplicação prática compõem a base da sociedade burguesa. Ela faz com que cada homem veja no outro homem, não a realização, mas, ao contrário, a restrição de sua liberdade. Mas, acima de tudo, ela

proclama o direito humano, “*de jouir et de disposer à son gré de ses biens, de ses revenus, du fruit de son travail et de son industrie*”²⁰. (MARX, 2010, p. 49)

Fazendo uma reconstituição histórica acerca da problemática da igualdade entre os homens na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e na Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, o que foi posto no papel não condiz com a realidade humana no interior das sociedades de classes – dentre estas, a capitalista –, que é extremamente desigual e contraditória. Ser homem na sociedade de classes está condicionado ao ter, a possuir e expropriar a riqueza do outro seja pela exploração da força de trabalho, ou pela vitória na disputa por meio da concorrência²¹. Quando é apontado nas referidas declarações que *L’egalité consiste en ce que la loi est la même pour tous, soit qu’elle protège, soit qu’elle punisse*²², e que todo ser humano tem direito, respaldado na igualdade, a uma audiência justa e pública por parte de um tribunal independente e imparcial, para decidir sobre seus direitos e deveres sob qualquer acusação criminal contra o mesmo, a realidade desigual da sociedade regida sob o capital mostra que a igualdade e os direitos estão garantidos apenas aos homens que pertencem à classe dominante, não à dominada. Sobre essa questão, esclarece Marx (idem, p.50):

[...] nenhum dos assim chamados direitos humanos transcende o homem egoísta, o homem como membro da sociedade burguesa, a saber, como indivíduo recolhido ao seu interesse privado e ao seu capricho privado e separado da comunidade. Muito longe de conceberem o homem como um ente genérico, esses direitos deixam transparecer a vida do gênero, a sociedade, antes como uma moldura exterior ao indivíduo, como limitação de sua autonomia original. O único laço que os une é a necessidade natural, a carência e o interesse privado, a conservação de sua propriedade e de sua pessoa egoísta.

Tonet, em seu texto *Cidadania ou Emancipação Humana*, reafirma que na obra de Marx o conceito de cidadania apresenta-se como parte integrante da emancipação política, implicando na própria identificação do ser “cidadão” dentro da estrutura. Sob essa égide, a essência da política materializa-se de forma opressiva, em que *o poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra* (MARX E ENGELS, 2007, p. 59) e,

²⁰ “O direito de propriedade é aquele que pertence a todo cidadão de gozar e dispor, a seu bel prazer, seus bens, suas rendas, do fruto de seu trabalho e de sua indústria.”

²¹ “A *concorrência* é o único socorro contra os capitalistas, a qual, segundo as indicações da economia nacional, atua beneficentemente em favor do público consumidor tanto sobre a elevação do salário quanto sobre a barateza das mercadorias” (MARX, 2015, p.270). “No entanto, nessa concorrência, a consequência necessária é, então, a deterioração das mercadorias, a falsificação, a produção fraudulenta (*Scheinproduktion*), o envenenamento universal, como é manifesto nas grandes cidades”. (Idem, p. 273)

²² “A igualdade consiste em que a lei é a mesma para todos, quer seja protegendo, quer seja punindo”.

assim sendo, os direitos são resguardados apenas a uma parcela mínima, que é responsável pela supressão da real humanidade dos demais homens. Beghin (2005, p. 41), assim, analisa essa temática:

[...] o conceito de cidadania paira como *partis pris*, sem necessariamente referir-se ao ordenamento jurídico, político e econômico que o concretize. Nesse cenário, propostas de cunho neoliberal ganham terreno, acenando com a perspectiva de uma privatização dos serviços públicos que se efetivada, haverá de institucionalizar a segmentação da cidadania.

Balizando-se na perspectiva onto-marxista, não podemos deixar de discordar do conceito de cidadania posto pela sociedade capitalista ancorada nos ideais neoliberais, que ludibriam a classe trabalhadora com um discurso de participação e de solução dos problemas gerados pelo capital, que assolam a humanidade. Para esta sociedade, o ato de garantir a cidadania está imbricado com a participação nas tarefas sociais e, no lugar dos sujeitos de direito (os trabalhadores), entram em cena os beneficiários ou os usuários dos serviços fornecidos pelo Estado burguês, onde estes já pagam – através dos impostos usurpados na venda de sua força de trabalho, nos produtos consumidos e nos impostos exigidos por lei – os próprios “benefícios” que lhes pesam nos ombros e acorrentam a alma.

Voltando para a questão da neofilantropia, o recorte que é feito em seu público-alvo opera na *discricionariedade* do atendimento e na seletividade da parcela da população a ser atingida com a iniciativa. Em meio à constante opressão que o capital produz para proteger-se, a luta contra o agravamento da pobreza age com ênfase na educação – por isso coloca o ensino, a escola e o professor como a redenção para os males sociais. De acordo com Lautier (*apud* Beghin, 2005, p. 56), para o capitalismo, a reeducação do pobre é uma reeducação econômica e um estímulo a um comportamento eficaz. O movimento de investir no ensino básico da classe trabalhadora atua de forma mais expressiva com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), que se constitui numa forma rasteira e elementar de ensino, para a qual não existe tempo para uma verdadeira apropriação do saber, apenas para uma *pseudoformação*. Podemos dizer que, em um país onde se precisa recorrer à EJA, um colapso na educação já é realidade, pois o ensino pede socorro, sobretudo nos países pobres. Se isso acontece, é reverberado por um sistema econômico que, para não sucumbir, empurra seu exército de trabalhadores para um poço profundo, onde não existe nada mais do que o esquecimento do homem pelo próprio homem.

Adam Smith, ao tratar dos assuntos ligados à formação dos trabalhadores, asseverava que era necessário garantir a instrução para os trabalhadores, porém em doses

homeopáticas, para que estes não adquirissem consciência crítica do real e tivessem acesso ao patrimônio espiritual.

Na atualidade, tal indicação de Smith é seguida à risca, principalmente no que tange à agenda neoliberal, por meio dos documentos elaborados pelos organismos internacionais sob a figura do Banco Mundial²³. O que o capital exige dos países que sofreram com seu ceppo²⁴ é a amenização dos males que o próprio sistema plantou em suas colônias de exploração.

Uma das faltas mais graves dessa questão é a aquiescência das subjetividades, fazendo os trabalhadores acreditarem que o mundo mudou e que estaríamos caminhando para uma nova era, marcada por novas relações sociais mais humanas. Neste sentido, o poema abaixo mencionado – e de verdadeira autoria do poeta brasileiro Eduardo Costa – ilustra, no máximo de sua radicalidade, como se expressa a classe trabalhadora perante as inúmeras exigências que são feitas pelo capital internacional, que incute diariamente em nossas subjetividades que a solução estaria exclusivamente na educação, tarefa para a qual seria indispensável que escola, professores e comunidade investissem na melhoria do processo educativo, cujas respostas devem ser imediatas para sanar problemáticas pontuais.

Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim. E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem: pisam as flores, matam nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, o mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada. (COSTA, 2003, p.47)

Ainda sobre a aquiescência da subjetividade dos trabalhadores, a importância outorgada à educação é posta como essencial para o aumento da competitividade econômica nacional e subsequente melhoria das condições de inserção do país no contexto da nova ordem mundial. Assim, integram a nova lógica filantrópica a eficiência produtiva e a eficácia. Para essa nova lógica, a ajuda dada é fornecida sobre certas condições, buscando em grande parte alcançar resultados mensuráveis que disciplinem os comportamentos dos beneficiados e, consecutivamente, fortaleçam o discurso da cidadania na qual a âncora da neofilantropia é construída na apropriação e na mercantilização de valores em que a solidariedade, a cooperação e a responsabilidade social são os grandes pilares.

²³ Retomaremos a questão do Banco Mundial no capítulo 2: *O complexo da Ideologia e sua relação com a Filantropia Empresarial: reverberações na educação no contexto de crise estrutural do capital.*

²⁴ Tronco grosso de madeira que o escravo carregava à cabeça preso por uma longa corrente e uma argola que trazia no tornozelo.

O novo modelo de intervenção adotado pela filantropia começa a prognosticar medidas orgânicas de caráter fundamentalmente preventivas. A sociedade proletariada é responsabilizada pela sua pobreza à medida que esta erige barreiras para a “modernização”. Com isso, transfere-se a responsabilidade que é do capital para o próprio trabalhador, que necessita cuidar dos males produzidos pelo capital contra a humanidade e, ainda, responder positivamente às demandas que o mercado exige, sob o risco de cair em uma miserabilidade maior do que a existente. Acerca de tais pontuações, a neofilantropia inicia um movimento partindo de exigências morais, visando à promoção de uma nova sociabilidade ou contratualidade baseada na moral e ética burguesas. Acerca desta questão, completa Beghin (2005, p. 54-5)

Para desenvolver um modelo alternativo de regulação da pobreza, os empresários instrumentalizaram e se apropriaram de valores apregoados na sociedade, como ética, cooperação, solidariedade, parceria, para corroborar com uma ação tutelar das classes menos favorecidas e, por outro lado, garantir seus direitos em silenciarem-se sobre as verdadeiras causas de produção da exclusão social.

De acordo com Mészáros (2006), no capitalismo não é conveniente que haja um alarde de crise, mesmo sendo uma tão avassaladora que não dá mais para esconder que, até nos países mais ricos, é necessário oferecer sopões aos pobres mercedores. Como estratégia de gerenciar a questão social, a neofilantropia propõe que o Estado assuma uma reformulação a fim de intervir nos campos social e econômico, tendo o objetivo de fazer com que o mercado funcione dentro de sua normalidade. Alicerçado em tal realidade e buscando mecanismos que garantam a contribuição das diversas parcelas que constituem a sociedade, naturaliza-se que é dever de todos, indiscriminadamente, contribuir para a amortização dos efeitos relacionados às múltiplas carências que o capital não pode resolver. No entanto, na tentativa de suavizar os efeitos danosos do capital sobre a humanidade, o empresariado se insere na corrente de contribuição para a pretensa melhoria das condições de vida da população proletariada, promovendo uma ação dita “beneficente”, que se rebate nas grandes empresas. Buscando responder às ações filantrópicas empresariais, o *marketing* social atua de forma estratégica, induzindo à valorização, por parte do consumidor, dos serviços oferecidos pela empresa em detrimento do “cidadão” neoliberal, de forma a dar uma maior centralidade e visibilidade à companhia em que trabalha em prol da dita melhoria social. Mattar (*apud* Beghin, 2005, p. 57) entende que os consumidores, ao valorizarem o que as empresas possuem de melhor, “podem levá-las a fazer cada vez mais e melhor, desdobrando a falsa

ideia de que a divulgação neofilantrópica empresarial contribui para erodir a própria noção de direitos sociais”. Assim,

[...] mesmo contribuindo para melhorar as condições de vida de algumas parcelas da população, não transforma os excluídos em cidadãos: apenas os assiste tornando-os dependentes da ajuda privada que, por seu turno, depende das flutuações das intenções e dos interesses dos empresários (BEGHIN, 2005, p. 61-62)

No último quartel do século XX (década de 1980 até os anos 2000), influenciado por vários acontecimentos dentro do cenário social – dentre eles, a internacionalização da economia capitalista no contexto da dita globalização, com sua revalidação social e política do ideário liberal –, o empresariado brasileiro começou a sentir a necessidade de criar novos métodos de produção, novas tecnologias e novos tipos de controle do trabalho, instaurando uma nova hegemonia do sistema capitalista na produção de bens. Iniciativas com fins de garantir a reestruturação produtiva e assegurar o bem da empresa são realizados por meio de uma falsa preocupação com o bem-estar social dos funcionários e da comunidade, no qual o investimento na captura da subjetividade operária vincula-se obrigatoriamente aos valores da empresa. Para Helio Mattar, presidente do Instituto Akatu (diretor-presidente da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e diretor do Instituto Ethos), a intervenção do setor privado por meio de ONG’s, fundações, OS’s e demais membros de instituições integrantes do terceiro setor, visar-se-ia, com a filantropia, a pretensa “humanização” das relações entre capital e trabalho, isto é, compartilhando uma visão futura dos empresários em relação aos seus funcionários. Entretanto, não há como humanizar algo que tem caráter destrutivo, pois, para sobreviver, o capital precisa roubar e matar aqueles que lhe alimentam. Frente a tantas disputas, para enfrentar a concorrência mercadológica cada vez mais competitiva e sedenta, as elites empresariais passaram a incorporar novas estratégias de diferenciação para suas marcas. Esse é o papel do *marketing* social: busca criar uma imagem positiva da empresa por intermédio da defesa de causas sociais, culturais ou ambientais, em que a filantropia cumpre um papel importante. As marcas não se referem apenas a um produto, mas a um conjunto de valores (GARCIA *apud* BEGHIN, 2005, p. 30) num jogo de “soma positiva” por meio do qual é dissipada a ideia de que as empresas ganham porque aumentam seus lucros; e a sociedade, porque melhora sua qualidade de vida. Sob esse aspecto, trata-se de um “novo negócio dos negócios”, renovando suas próprias estratégias manipulatórias que velam ainda mais a relação de exploração entre capital e trabalho, agudizada no contexto histórico de crise estrutural. Essa arte de revolucionar as relações de produção e, com eles, as relações sociais, é própria da burguesia. Isso porque,

Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então, enquanto, posteriormente, a oposição das classes não dominantes contra a classe então dominante torna-se cada vez mais aguda e mais profunda. Por meio dessas duas coisas estabelece-se a condição de que a luta a ser travada contra essa nova classe dominante deva propor-se, em contrapartida, a uma negação mais resoluta e mais radical das condições até então existentes do que a que puderam fazer todas as classes anteriores que aspiravam à dominação (MARX E ENGELS, 2007, p. 49)

Marx e Engels (2010, p. 42) asseguram que, onde quer que tenha conquistado o poder, a classe dominante destruiu laços existentes, rasgou todos os laços que prendiam o homem a seus “superiores naturais”, substituindo-os apenas pela relação de homens entre homens, cujo laço que os unia era do frio interesse burguês, e o pagamento da sobrevivência do trabalhador era por meio de seu trabalho à vista. Trotsky, em seu artigo “Os 90 anos do Manifesto Comunista”, ao examinar o referido documento elaborado por Marx e Engels, compreende a impossibilidade de se conquistar o poder dentro do sistema legal estabelecido pela sociedade burguesa, visto que a morte do capitalismo somente tem sua razão de ser se existir a tomada violenta da ordem social que o mantém.

Ademais, como resposta às agressões do capital e ratificando a importância do ato de revolucionar, Marx e Engels (2007, p. 42) alertam que reagir é cogente, não apenas pela derrubada da classe dominante ou de qualquer outra forma de poder, mas também porque é somente com uma revolução que a classe que constitui a maior parte da pirâmide social consegue derrubar aquilo que lhes golpeia no ato de ser homem e, com isso, apreende-se o poder de desembaraçar-se de toda a antiga imundície e de tornar-se capaz da fundação de uma nova sociedade.

O capital é podre, e assim o é pelo sangue das feridas que faz na classe trabalhadora. Para que haja uma mudança neste cenário, é necessário que todos, em sua totalidade, arranquem aquilo que não lhes permite ouvir, falar e enxergar o esgoto que o capital nos joga todos os dias, colocando-nos numa situação de “ratos de Hamelin”, em que nosso flautista, nosso feitor, somos nós mesmos. Na próxima seção, buscaremos discutir com maior profundidade a função social do Terceiro Setor e como a filantropia empresarial se insere neste setor econômico, mostrando suas reais implicações e buscando desconstruir o encanto jogado pelo capital, no intuito de desmistificar a ideia de que tudo que ele faz é para o bem da sociedade.

2.3 O “TERCEIRO SETOR”: ENCONTRANDO O CAMINHO PARA JOÃO E MARIA

[...] a “esperança” (e o otimismo) no suposto poder democratizador do “terceiro setor” pelos teóricos é irmã da “desesperança” (e do pessimismo) que estes têm em relação ao Estado democrático e de direito (MONTAÑO, 2010, p. 18)

Neste capítulo discutiremos a origem do termo “terceiro setor”, a sua imbricação com a “filantropia” e suas ramificações dentro da sociedade e da política social, assim como da economia brasileira. Para isso, faremos a metáfora da história de João e Maria, buscando associar os personagens aos setores e indivíduos presentes na construção. Mas porque João e Maria? Se nos ativermos à história, será simples compreender.

João e Maria são duas crianças que vivem em uma floresta com o pai e a madrasta. Devido à grande estiagem que estava assolando aquele lugar, a madrasta tem a ideia de abandonar as crianças na floresta apenas com um pão, e apesar de o pai ser contra no início, acabou aceitando depois. As crianças eram muito espertas e, ao escutarem as intenções da madrasta, decidiram deixar pequenos rastros para que no final do dia soubessem o caminho para casa. Na primeira tentativa, eles conseguiram voltar para casa, pois o lugar em que a madrasta os havia deixado era perto de casa. O pai ficou feliz com o regresso das crianças, mas a madrasta detestou e resolveu deixar João e Maria em um lugar mais longe. João teve a mesma ideia e ao passo que andava, deixava migalhas de pão no chão. Quando a madrasta sumiu dizendo que ia colher frutas, as crianças tentaram voltar para casa, mas dessa vez não iria dar certo: os passarinhos haviam comido todas as migalhas e as crianças estavam realmente perdidos. Caminhando pela floresta sem rumo certo, João e Maria avistaram uma casa muito bonita, na verdade, apetitosa! O lugar era todo feito de doce, com muitos bombons, caramelos, chocolates, biscoitos, bolos e tudo que uma criança provavelmente gostaria de comer. Na casa morava uma velha bruxa que, muito chateada com o fato de as crianças terem comido partes de sua casa, decidiu prender João em uma gaiola e fazer Maria de sua escrava. O objetivo da mulher era engordar João para depois devorá-lo com um ensopado. João, como sempre muito esperto, comia toda a comida e, aproveitando que a bruxa era cega, durante a checagem de engorda, fazia a velha bruxa pegar apenas nos ossos de uma galinha. Um dia, cansada de tanto esperar, a mulher ordenou que Maria esquentasse um caldeirão cheio de água para fazer um ensopado do menino, estivesse ele gordo ou não. A menina ficou desesperada, mas teve uma ideia: disse para a bruxa que não conseguiria ligar o forno e em um ato de esperteza e rapidez, quando a mulher entrou no forno para ligá-lo, Maria a prendeu, deixando que a velha morresse queimada. Por fim, ajudou a libertar João, os dois

conseguiram encontrar o caminho para casa e o pai, muito arrependido de ter cedido às conversas da madrastra, acolheu os filhos e viveram felizes para sempre.

Nesta breve história que contamos, temos João e Maria representando a classe trabalhadora; o Pai, que ilustra o papel do Estado; a madrastra, que corresponde à mão do mercado; os pássaros, que podem ser compreendidos como pequenos oportunistas; e a velha bruxa seria o “terceiro setor” que, por meio de sua casa de doces, seduz e coloca armadilhas para prender os trabalhadores e depois servi-lo para que o sistema capitalista o devore. Nosso final feliz somente poderá existir no dia que a nossa Maria tiver forças para prender o capitalismo em um forno aceso.

Para que possamos compreender o real papel da ação filantrópica no Brasil, é necessário que façamos uma apreciação sobre o setor em que a filantropia está inserida e como esta atende às aspirações do sistema capitalista. Alguns teóricos argumentam que o setor de serviços se divide em três (IAMAMOTO, 2001): o primeiro setor, que corresponde ao Estado; o segundo setor, que corresponde ao mercado; e o terceiro setor – onde está inserido nosso objeto de pesquisa –, que corresponde às organizações não-governamentais (ONG’s), às organizações sem fins lucrativos (OSFL), às instituições filantrópicas, e às empresas “cidadãs”, além dos sujeitos voluntariados²⁵.

Tendo em vista tal realidade, debater acerca da funcionalidade do chamado “terceiro setor” é de total relevância. Seu corpo envolve não apenas as organizações e instituições que o compõem, mas o Estado (primeiro setor), que também atua na promoção do terceiro setor no campo legal e, por vezes, financeiro. A existência do “terceiro setor” respalda, principalmente, o processo de reformulação das respostas que o neoliberalismo oferece às sequelas da “questão social”²⁶ que o capitalismo hiperboliza.

²⁵ [...] o conjunto de organizações e atividades que compreende o chamado “terceiro setor”, para além dos eventuais objetivos manifestos de algumas organizações ou da boa intenção que move o ator solidário e voluntário singular, termina por ser instrumentalizado, pelo Estado e pelo capital, no processo de reestruturação neoliberal, particularmente no que se refere à formulação e implementação de uma nova modalidade de trato à “questão social”, revertendo qualquer ganho histórico dos trabalhadores nos seus direitos de cidadania. (MONTAÑO, 2010, p.19)

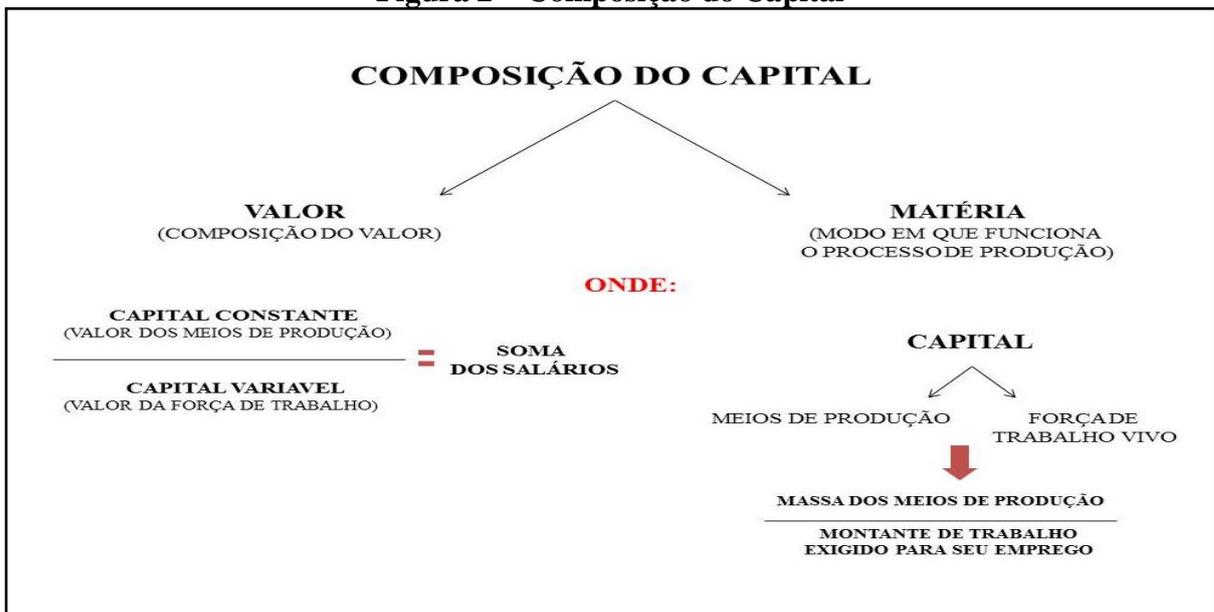
²⁶ Não existe um consenso na literatura estudada a respeito do conceito de “questão social”. No entanto, em nosso trabalho, usaremos tal termo entre aspas por se tratar de uma expressão surgida em meio ao conservadorismo cristão da primeira metade do século XIX (NETTO, 2001). Também por não se tratar de uma categoria reflexiva em si, no sentido em que a “questão social” não existe por si mesma, na verdade os fenômenos que alcançam concretude são suas expressões derivadas: miséria, violência, entre outros. (IAMAMOTO, 2001). Salientamos também que usamos o termo “*questão social*” entre aspas pois este não corresponde ao arcabouço marxiano, tendo antes surgido no seio do conservadorismo burguês-cristão. Netto (2013) aponta que o termo surgiu paralelamente com a palavra socialismo, no léxico neolatino, e ambas as palavras estão relacionadas ao processo de industrialização – especialmente na Inglaterra do século XVIII – e o fenômeno evidente que a acompanha: o pauperismo.

De acordo com Montaño (2010), o conceito de “terceiro setor” tem sua origem ligada a *visões segmentadoras*, apresentando forte *funcionalidade com o atual processo de reestruturação do capital*, apontando o afastamento do Estado de suas responsabilidades aos transtornos da “*questão social*”. Assim, temos no “terceiro setor” um caráter ideológico (como falsa consciência), cuja função é encobrir e desarticular as manifestações concretas da luta entre classes.

Sobre a temática da “*questão social*”, Pimentel (2012) afirma que, desde o século XIX, período em que a industrialização na Inglaterra dava ainda seus primeiros sinais, o sistema de pauperização em que se encontrava a classe trabalhadora e as formas de expressão que o capitalismo se apresentava para estes indivíduos já se tornava objeto de reflexão e de propostas de intervenção por parte do Estado e de parcelas da sociedade. Aponta ainda que, para Marx (2013), no capítulo *A lei geral da acumulação capitalista*, é importante que se compreenda os meandros existentes na trajetória do acúmulo de capital para que se entenda as reverberações existentes na vida da classe trabalhadora, tendo como ponto de partida os nexos causais articulados no interior do modo de produção capitalista.

Vejamos como Marx (2013, p. 689) apresenta a composição do capital,

Figura 2 – Composição do Capital



Fonte: Revista Exame Online

Neste esquema, segundo Marx (idem, ibidem), temos, de um lado, a composição de valor, e do outro, a composição técnica do capital, no qual há uma estreita relação entre ambas. A composição do valor representa a composição orgânica do capital, que é a relação entre o capital constante e o capital variável. Trazendo para nossa realidade,

Os diversos capitais individuais que se aplicam num determinado ramo da produção têm composições mais ou menos distintas entre si. A média de suas composições individuais nos dá a composição do capital total desse ramo da produção. Por fim, a média total das composições médias de todos os ramos da produção nos dá a composição do capital social de um país.

A fala preponderante sobre o investimento na formação dos indivíduos para assumir os postos de trabalho é incisiva na contemporaneidade. O sistema capitalista defende que, com o crescimento do capital, tem-se também o crescimento pela procura de mão-de-obra qualificada.

O crescimento do capital implica o crescimento de seu componente variável, ou seja, daquele componente que se converte em força de trabalho. Uma parte do mais-valor transformado em capital adicional tem de se reverter sempre em capital variável ou fundo adicional de trabalho. Supondo-se que, permanecendo iguais as demais circunstâncias, a composição do capital se mantenha inalterada, ou seja, que para pôr em movimento determinada massa de meios de produção ou de capital constante seja necessária sempre a mesma massa de força de trabalho, é evidente que a demanda de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores crescerão proporcionalmente ao capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rapidamente cresça este último. Como o capital produz anualmente um mais-valor, do qual uma parte é anualmente adicionada ao capital original; como esse incremento mesmo aumenta a cada ano com o volume crescente do capital já em funcionamento; e como, por fim, sob o acicate particular do impulso de enriquecimento, como a abertura de novos mercados, de novas esferas para a aplicação de capital em decorrência de necessidades sociais recém desenvolvidas etc., a escala da acumulação pode ser subitamente ampliada por uma mudança na divisão do mais-valor ou do mais-produto em capital e renda, as necessidades da acumulação do capital podem sobrepujar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, e a demanda de trabalhadores pode sobrepujar sua oferta, acarretando, com isso, o aumento dos salários. É isso que, enfim, tem de ocorrer, permanecendo inalterado o pressuposto anterior. Como a cada ano mais trabalhadores estão empregados do que no ano precedente, cedo ou tarde há de se chegar ao ponto em que as necessidades da acumulação comecem a ultrapassar a oferta habitual de trabalho, ocasionando o aumento do salário. (MARX, 2013, p. 690)

Contudo, o filósofo alemão afirma que no campo da práxis a realidade não se apresenta assim. Ao passo que se aumenta o acúmulo de capital, multiplica-se a penúria do proletariado e seu contingente. À medida que a reprodução capitalista se mostra em escala ampliada, na reprodução da força de trabalho – que não tem como se desligar do trabalho explorado, e cuja sua submissão ao capital apenas se difere do capitalista para o qual vende sua força de trabalho –, o trabalhador se apresenta como mais um elemento da reprodução do

próprio capital. Assim, “o aumento do preço do trabalho, que decorre da acumulação do capital” (idem, p.695). Para isso, a força de trabalho só tem razão em ser comprada se puder conservar os meios de produção como capital, reproduzindo seu próprio valor como capital e fornecendo para o capitalista uma fonte de capital adicional em trabalho não pago: mais-valia. Assim, se na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas mãos (idem, p.697).

Face ao que foi exposto, voltamos à “questão social” e ao “terceiro setor”. A “questão social” está imbricada ao fenômeno do pauperismo elaborado por Marx na obra *O Capital*. Para ele, a pauperização se apresenta em duplo sentido: a pauperização absoluta e a pauperização relativa. Na primeira, há uma degradação na totalidade das condições de vida e de trabalho dos trabalhadores. Na segunda, as condições de vida dos trabalhadores melhoram no campo da alimentação e moradia (com os ganhos de produtividade ocasionados pelo aumento de capital fixo e da sofisticação dos bens de produção), sendo reduzida a parte que lhes cabem no total dos valores criados – a parte que é apropriada pelos capitalistas. Ambas as modalidades podem operar simultaneamente. Trazendo para o século XXI, temos, a exemplo, dois trabalhadores: o designer do *Google* e o operador de castanhas. Qual dos dois é o mais explorado? Os dois. Mas como? Pode-se pensar: O designer pode viajar nas férias com a família para outros países, ele pode trabalhar em casa cercado com o conforto, enquanto o operador de castanhas tem que acordar cedo, pegar uma condução que leva pessoas como objetos e não como seres humanos, tem sua carga de refeição reduzida, não tem direito a parar o serviço para fazer suas necessidades básicas, além de outras subtrações que lhe é feita. Todavia, assim como o operador de castanhas, o designer também tem horas de sua vida expropriadas, e seu trabalho se dá sob a exigência de, independentemente do tempo que este venha a levar durante o dia, o mesmo deve produzir algo que seja ímpar, levando-o a sugar de si o máximo de trabalho intelectual possível. O seu salário, que aparentemente pode ser altíssimo se comparado ao do operador de castanhas, em nada se compara ao lucro que o mesmo gerou para o dono do *Google*, assim como o operador de castanhas gerou para o rico industrial. O capital age nos diferentes setores e sobre os trabalhadores que neles exercem seu labor; sem a consciência disso, é impossível que a classe trabalhadora se una contra o sistema.

Na realidade, portanto, a lei de acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza dessa acumulação exclui toda a diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a

riqueza objetiva servir às necessidades de desenvolvimento do trabalhador (Marx, 2013, p. 697).

Antes do processo de industrialização (e da própria ascensão da burguesia ao poder), a pobreza era relacionada ao enorme grau de escassez resultante do baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais. Com o advento do capitalismo, pela primeira vez em toda a história de desenvolvimento dos homens, o crescimento da pobreza encontrava-se na proporção direta em que se estabelecia a capacidade de produzir mais riqueza. A escassez existente é produzida social e sistematicamente, exigindo a universalização do trabalho assalariado e da propriedade privada dos meios de produção, desta forma, o pauperismo se torna a principal manifestação da “questão social” e são seus desdobramentos no campo sociopolítico que garantem a coincidência temporal entre os termos “questão social” e socialismo. Da primeira década até a metade do século XIX, a classe trabalhadora passou a não aceitar as condições impostas pela ordem burguesa, protestando, primeiramente de maneira espontânea, através da quebra de máquinas com os luditas²⁷, até conformando lutas institucionalizadas, a exemplo da constituição de *trade unions*²⁸, o que obrigou a burguesia a dar uma maior preocupação a “questão social”.

Balizado naquilo que nos é apresentado, Pimentel (2012) indica que a problemática da “questão social” na contemporaneidade se mostra sob múltiplos e divergentes tipos de interpretações. Segundo a autora, o quadro delineado pelas transformações nos últimos quarteis de décadas fornecem os insumos para o que Robert Castel e Pierre Rosanvallon denominam “nova questão social”, apoiados no desemprego e na exclusão social. Tanto para Castel como para Rosanvallon, o desemprego e a exclusão social colaboram para o enfraquecimento da condição salarial adquirida no Estado Social e no sistema secundário de Estado-providência (elaborado antes da crise de 1970). Com o enfraquecimento de tais seguridades, era arriscado que houvesse uma ruptura da coesão e do equilíbrio social.

De acordo com Castel (1998), a “*questão social*”, desde seu surgimento passa por metamorfoses, no qual gera uma nova problemática, que se redefine através das crises e

²⁷ O Ludismo foi um movimento de caráter espontâneo, surgido em meados de 1911 na Inglaterra, cujo objetivo era eliminar as máquinas do processo de produção de mercadorias. Não chegou a se transformar em um movimento organizado de maneira a criar um programa revolucionário. No entanto, chamou a atenção de diversos estratos sociais elitistas para o problema do desemprego na sociedade industrial.

²⁸ “As *Trade-Unions* são precessoras dos sindicatos, forma de organização dos trabalhadores com um considerável nível de organização, o século XIX foi um período muito fértil na produção de ideias antiliberais que serviram à luta da classe operária, seja para obtenção de conquistas na relação com o capitalismo, seja na organização do movimento revolucionário cuja meta era construir o socialismo objetivando o comunismo. O mais eficiente e principal instrumento de luta das *trade-unions* era a greve”. Retirado de <http://www.ufrgs.br/ep psico/subjetivacao/trabalho/trabalho-trade-unions.html>

situações de precariedade das populações e os instrumentos a serem utilizados para seu enfrentamento. Com isso, “não se pode autonomizar a situação dessas populações postas à margem, a não ser para ratificar o corte que se denuncia pretendendo lutar contra a exclusão” (idem, p. 33). Fazendo o arremate de ideias, para o autor, a “questão social” é movida por uma tomada de consciência das condições de existência da classe trabalhadora, que são ao mesmo tempo agentes e vítimas da revolução industrial, e é neste contexto que se encontra o pauperismo. Em contrapartida, Rosanvallon (1988, p.32) afirma que o campo da “questão social” é interligado com a identificação do mercado que, em um processo de natureza refletida, “erige-se em concorrente do contrato para fundamentar o vínculo social”.

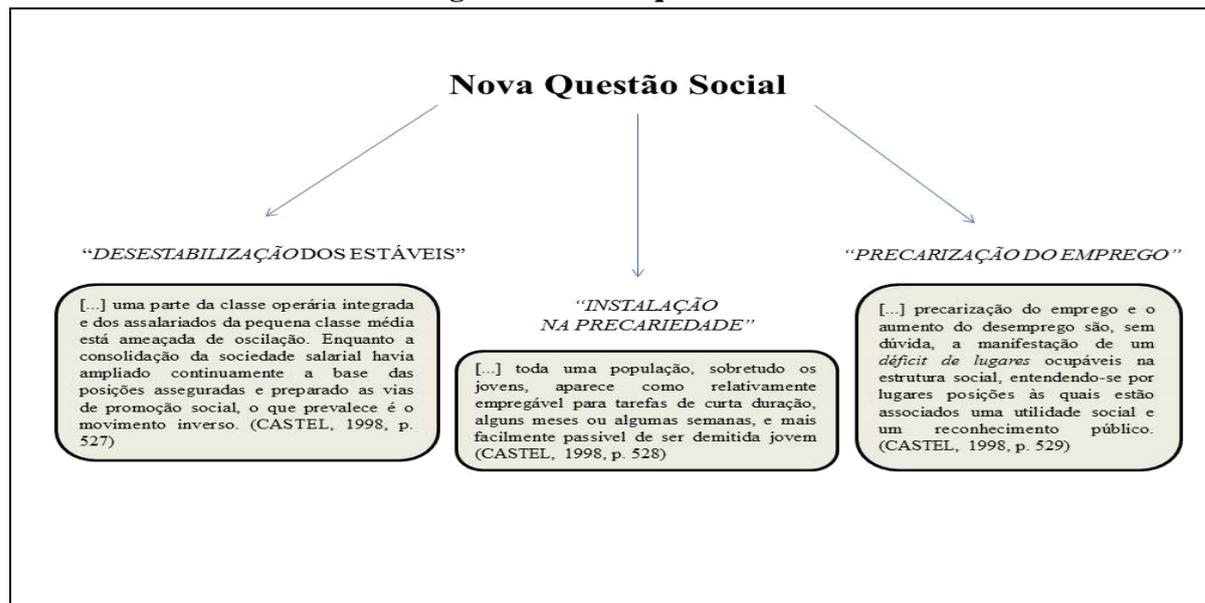
Pimentel (2012, p.118) afiança que, à medida que as contradições e antagonismos de classe ganham corpo, torna-se cada vez mais complexo garantir a ordem sociometabólica vigente. Tem-se que, como o fenômeno do desemprego crescente, crises cíclicas, e o próprio pauperismo incidem na vida do trabalhador, é difícil encontrar uma explicação linear. Mézáros já denunciava, a partir da crise estrutural do capital, os limites absolutos do capital e suas respectivas formas de atuação. Assim, ao analisarmos os pensamentos de Robert Castel e Pierre Rosanvallon, fica nítido que, para estes autores, os fenômenos que ocorrem pela expansão do capital em crise geram um perigo constante à coesão social e à manutenção da ordem capitalista, caracterizando “uma nova questão social²⁹”.

Castel divide a “nova questão social” em três pontos de cristalização: *desestabilização dos estáveis*, *instalação da precariedade*, e por fim, *precarização do emprego*. Tem como centralidade o fenômeno da precarização, desencadeada pelo processo global de reestruturação capitalista, que desestabiliza os estáveis, levando à vulnerabilidade das massas.

Analisando sob a ótica do trabalho, em primeiro plano há aquele trabalhador que possui muita experiência, mas que pode perder espaço para o “jovem trabalhador”, tendo a justificativa de que a empresa precisa se renovar; em segundo, ao passo que os jovens tem as portas abertas, a inexperiência torna-se uma barreira, fortalecendo o discurso de que é necessário que os mesmos passem por muitos empregos para entenderem melhor os meandros do mercado e consigam se firmar em um lugar; no terceiro plano, existe a contradição de tudo que foi prometido pelo capital pois, independente da faixa etária e grau de escolaridade, os trabalhadores são jogados no abismo da incerteza e do desemprego estrutural.

²⁹ Descrita por Castel, representa o fenômeno da precarização desencadeada pelo processo global de reestruturação capitalista, que resulta na desestabilização dos estáveis, levando à vulnerabilidade das massas.

Figura 3 – Nova questão social



Fonte: Revista Exame Online

Se juntarmos todas estas cristalizações expostas, temos que a classe trabalhadora vive um profundo processo de instabilidade, independentemente da faixa etária de seus componentes. Se antes a experiência garantia uma “certa estabilidade”, hoje o que temos é uma severa rotatividade e a cultura do descartável. É mais viável ao capitalismo manter a constante modificação de seu quadro, na busca desenfreada pela qualificação ideal, falsificando a ideia de que não existe o número de desemprego que é falado, fazendo o trabalhador acreditar que o problema está no indivíduo, e não no sistema.

Castel (1998) aponta que, com a “crise do futuro”, algumas eventualidades no campo da política econômica, política de organização do trabalho e intervenções do Estado tendem a aumentar. Para ele, “*continua a se acentuar a degradação da condição salarial observável desde os anos 70*” como consequência direta da aceitação da crise sem as devidas mediações da hegemonia do mercado. A segunda possibilidade seria *manter a situação atual mais ou menos como está, multiplicando os esforços para estabilizá-la*, no qual o Estado tem a função de fortalecer seu papel de fiador da coesão social a um custo que não seria exorbitante. Por fim, a terceira opção é reconhecer “*a perda da centralidade do trabalho e a degradação da condição de assalariado, e tenta encontrar-lhe escapatórias, compensações ou alternativas*”. É nesta conjuntura que o “terceiro setor”, a filantropia, as ONG’s tendem a entrar em cena.

Ocorre que a interpretação da “questão social” pelos teóricos marxistas brasileiros difere frontalmente das proposições expostas pela sociologia francesa. Primeiro porque não existe uma “nova questão social”. Isso ocorre dadas as contradições basilares da reprodução

do sistema capitalista permanecerem as mesmas, ou seja, a apropriação privada – por parte dos capitalistas – da riqueza socialmente gerada – pela classe trabalhadora (SANTOS, 2012). Outra categoria erroneamente empregada pelos estudiosos franceses seria a de exclusão social. Um dos princípios basilares da economia capitalista é a integração compulsória de todos os indivíduos, senão enquanto produtores, pelo menos enquanto consumidores precarizados, o que acaba por tencionar o poder de reivindicação dos trabalhadores por melhores condições de emprego (NETTO, 2001).

Outro ponto analítico seria o fato de a questão salarial estar no centro da argumentação dos autores europeus. Segundo a escola francesa capitaneada por Castel e Rosavallon, o desemprego, a insegurança na permanência em postos de trabalho, estaria no centro de uma nova dimensão da “questão social”. Em nosso posicionamento, essa perspectiva é imprudente e eurocêntrica.

Em economias periféricas como a brasileira, onde vemos uma grande presença do trabalho escravo como mecanismo de acumulação primitiva de valor, nunca houve forte presença de trabalho assalariado em forma de espécie (dinheiro). Ao contrário, mecanismos como o “sistema de barracão”, onde o trabalhador do campo é aprisionado à lavoura por dívidas geradas pela compra de insumos necessários à sua sobrevivência sempre foram corriqueiros no desenrolar do capitalismo no Brasil (PRADO Jr., 2014). Outro elemento central é que nunca vivemos um período onde o Estado de Bem-Estar Social se processou nos mesmos moldes dos países centrais (SANTOS, 2012). Ao contrário, a superexploração³⁰ dos trabalhadores das economias periféricas financiou o Estado-providência nas economias centrais. Vimos na historiografia brasileira pequenos espasmos de proteção social que agiam de maneira tutelar e de maneira a eliminar qualquer organização efetiva da classe trabalhadora, como o surgimento dos sindicatos autônomos a partir das “Greves de 1917”, com a obrigação dos sindicatos estarem vinculados ao Estado a partir de 1935 (SANTOS, 2012). Dessa maneira, concluímos que os apontamentos da respeitável escola de sociologia francesa acabam por inferir um viés colonizado à leitura da realidade brasileira.

³⁰ Sinteticamente superexploração do trabalho é uma categoria desenvolvida pelo sociólogo carioca Ruy Mauro Marini (1932 – 1997) durante os anos 1960 e 1970. Corresponde a compra de força de trabalho abaixo do valor mínimo a sua reposição. Esse fenômeno é complexo e não os explicaremos em todas as suas dimensões no presente trabalho. Mas salientamos que o seu principal condicionante é que em economias periféricas o trabalhador não representa a figura do consumidor das mercadorias que produz, mesmo os de bens de consumo de massa. Isso ocorre porque em países como o Brasil, grande parte do setor produtivo é direcionado para a exportação. O que abastece o mercado interno são em geral produtos de “segunda linha” que não são centrais as empresas brasileiras, ou de capital internacional atuantes no país. Dessa maneira o trabalhador brasileiro pode ser explorado de maneira sub-humana (nos moldes do século XIX) sem que isso interfira de maneira central na produção de mercadorias, portanto na acumulação de capital (MARINI, 2000).

Dando continuidade, para Montaña (2010, p.58-9),

[...] o termo “terceiro setor” não reúne um mínimo consenso sobre sua *origem* nem sobre sua *composição* ou suas *características*. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, como referência, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes.

Fazendo o caminho entre a aparência e a essência de tal segmento, pontua-se como trilha para formulação do “terceiro setor”: a reestruturação capitalista, o enfretamento da crise no início dos anos de 1970 e a ampliação da articulação e da reversão dos direitos conquistados pelos trabalhadores. Face a tais situações, este setor ganha destaque ao partir de um debate ideológico, produzindo em determinados momentos discursos e postulados neoliberais que atendem primordialmente aos interesses do grande capital e, em algumas circunstâncias, falsifica, através de ideias de uma esquerda pretensamente progressista, um programa que em seu interior acaba por atender as demandas do projeto neoliberal. Como consequência de tal situação, o “terceiro setor” promove em sua atuação a reversão dos direitos de cidadania pela implementação de serviços (políticas sociais e assistenciais universais) não-contratualistas, desenvolvida por instituições privadas e financiadas num sistema de solidariedade universal compulsória, que ao final é revertido em lucro e concessões ao empresariado.

De acordo com Landim (1999), a origem do termo “terceiro-setor” não tem neutralidade, e sua procedência é *norte-americana*. Sua gênese está no associativismo e voluntarismo, que são marcas de uma cultura política e cívica baseada no individualismo liberal.

Cunhado nos Estados Unidos, no final da década de 1970, por meio da instituição fundada por John Rockefeller III, e chegando no Brasil por intermédio de Margarida Ramos, da Fundação Roberto Marinho, o termo “terceiro setor” não poderia se dar apenas no campo da caridade, posto que está ligado ao grande capital. Logo, é necessário ter a clareza que um conceito cunhado no seio burguês só poderia interessar a esta classe e às transformações necessárias para sua sobrevivência.

Apesar de ter sido criado no seio norte-americano, a atividade do “terceiro setor” e da filantropia neste país em muito se difere da existente no Brasil, e isto se explica, como Ioschpe (1997, III) afirma, pelo simples fato de que as políticas de governança dos dois países são distintas. A democracia americana não precisa ser refundada, sendo tão confiável como as quatro estações do ano se sucedem. Já a democracia latino-americana é vista como uma

Primavera de Praga, e necessita constantemente ser produzida e assegurada pelos “cidadãos”. Para a autora, a filantropia se debruça sobre a melhoria da qualidade de um asilo, já as que mobilizam o “terceiro setor” partem para o campo do *empowerment*, que em espanhol é “empoderamento”, e que português ainda precisa ser inventado.

Retomando a ideia de recorte social claramente neopositivista, temos: o Estado representando o “primeiro setor”, o mercado representando o “segundo setor” e a “sociedade civil” representando o “terceiro setor”. Com isso, é nítido a ideia de que este último termo isola e distorce a realidade. Compartilhando do pensamento de Montaño (2010), quando aceitamos a divisão de que a “sociedade civil” representa o “terceiro setor”, damos margem para um reducionismo em que o “político” se restringe apenas ao campo estatal, o “econômico” apenas ao mercado e o “social” apenas a sociedade civil, quando na verdade todos esses setores acabam por se interligarem na busca de suprir as necessidades da mão invisível do capital.

Acerca da bibliografia encontrada sobre a temática, Montaño (idem, p.54) divide em quatro grupos de debilidades teóricas o termo “terceiro setor”: 1º debilidade – “*terceiro*” ou “*primeiro*” *setor*?; 2º debilidade – *quais entidades o compõe*?; 3º debilidade – *Um conceito que antes confunde do que esclarece*; e 4º debilidade – *o caráter “não-governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo” em questão*.

A primeira debilidade apresentada pelo caráter do “terceiro setor” diz respeito à falsa mediação que ele afirma fazer entre a dicotomia existente entre o público e o privado / o Estado e o mercado. O Estado enfrenta crises ocasionadas pela sua tentativa de sanar as fissuras geradas pelo capitalismo. Em paralelo, o mercado consegue apenas visualizar o lucro que poderá ter na exploração da classe trabalhadora. Com isso, nenhum destes pode responder às demandas sociais. Entre estas duas esferas temos o “terceiro setor”, articulando e buscando transformar a “esfera pública” em algo “público-privado”, no qual a atividade que deveria ser desenvolvida no campo público é destinada ao setor privado, provendo, assim, uma maquinaria “pública não-estatal”.

Merece destaque o fato de que a questão do “terceiro setor” apenas ganha força no cenário político-econômico por volta dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, com a prerrogativa de superar as dualidades entre o primeiro e o segundo setor. A questão que Montaño lança, e que compartilhamos, é a de que o Estado somos nós, a sociedade civil. *A priori*, quem produz as instituições é a sociedade civil com base em suas carências, assim como a necessidade da existência de um Estado e de um mercado (esta última, na sociedade capitalista). Logo, a predominância da sociedade civil sob as demais esferas é clara.

Balizando esta ideia, Engels, em seu texto *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, critica o pensamento de Hegel, apontando que todas as lutas políticas são lutas de classe, sendo, assim, lutas de emancipação de classe. Com isso, também podem ser entendidas como lutas políticas com o cerne na emancipação econômica. Mas o que isso teria haver com as duas esferas que citamos: primeiro e terceiro setor? Bom, para o teórico alemão, o Estado, assim como o regime político, são elementos subordinados e a sociedade civil, tal qual o reino das relações econômicas, os elementos dominantes. De acordo com Engels, Hegel advogava que o Estado era o elemento dominante e a sociedade civil um elemento condicionado a este. Partindo apenas do campo da aparência,

Da mesma forma que todos os impulsos que regem a conduta do homem, como indivíduo, têm que passar por seu cérebro, transformar-se em móveis de sua vontade, para fazê-lo agir, todas as necessidades da sociedade civil – qualquer que seja a classe que a governe num momento dado – têm que passar pela vontade do Estado, para adquirirem vigência geral, sob a forma de leis. Este é, porém, o aspecto formal do problema, evidente por si mesmo; o que interessa conhecer é o conteúdo dessa vontade puramente formal – seja a do indivíduo ou a do Estado – e saber de onde esse conteúdo provém e porque é precisamente isso o que se deseja e não outra coisa. Se nos detivermos nesta indagação, veremos que na história moderna a vontade do Estado obedece, em geral, às necessidades variáveis da sociedade civil, à supremacia desta ou daquela classe e, em última instância, ao desenvolvimento das forças produtivas e das condições de troca (MARX E ENGELS, p.201)

Acerca da segunda debilidade, *quais entidades compõe o terceiro setor?* Temos a correlação entre *terceiro setor* e *filantropia*. Montaño afirma que, assim como a origem, incerta é a evolução conceitual destes termos. No III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, organizado no Rio de Janeiro em 1996 pelo Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE), a nomenclatura introduziu de forma mais incisiva não apenas o conceito, mas o lugar dentro da ídeo-política que a ala empresarial assumia no Brasil. Contudo, foi apenas no IV Encontro, realizado na Argentina, que se delimitaram as organizações que fazem parte do “terceiro setor”: privadas, não-governamentais, sem fins lucrativos, autogovernadas³¹, e de associação voluntária.

Abrindo um parêntese, durante o III Encontro Ibero-Americano, Ioschpe (1997) descreve a fala da antropóloga e ex-primeira dama Dra. Ruth Cardoso, e levanta a questão de que antes existia uma política tradicionalmente assistencialista por parte das esposas dos

³¹ Para seus defensores, as organizações autogovernadas se caracterizam por envolverem a filiação voluntária de seus membros, identificada com uma organização limitada pela solidariedade entre seus sujeitos. Seu ambiente é imprevisível e com estruturas flexíveis. Como princípio, defendem que seus membros têm o direito de decidir sobre todos os assuntos e, tomada a decisão, devem participar da posse dos recursos materiais a serem utilizados como grupo e não de forma individual.

governantes, desenvolvendo um papel híbrido e simbólico, apontando comportamentos de referência. Com Ruth Cardoso, essa atitude é substituída por um programa de ação – *Comunidade Solidária* – que busca, como política, comprometer o governo e a sociedade civil, através de novos canais de interlocução, a participarem em conjunto da melhoria das políticas públicas do país.

Determinados teóricos e pesquisadores apontam uma discordância sobre quem é o terceiro setor. Para alguns, o terceiro setor inclui apenas as *organizações formais*; para outros, as atividades informais e individuais também podem caracterizar iniciativas do terceiro setor – havendo quem acredite que as fundações empresariais teriam de ser excluídas deste setor. E em outros casos, há quem defenda que os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes e as seitas podem ser considerados pertencentes ao diversificado grupo. O discurso é tão ludibriante e cheio de falácia que, para estudiosos como Rubem Cesar Fernandes, movimentos de luta classistas em sua totalidade não poderiam se enquadrar no terceiro setor, tendo em vista que não tem, em sua gênese, a preocupação em atender as atividades propostas pelo Estado, menos ainda pelo mercado. Os movimentos sociais que fazem parte desse conglomerado que falsifica os motivos para atender a classe trabalhadora primam pelo levantamento de questões de modo pacífico e sem maior impacto no enfrentamento da melhoria de vida da classe trabalhadora.

A terceira debilidade, *um conceito que antes confunde do que esclarece*, explica-se na própria apreciação do que é o terceiro setor *per se*. Um setor que aglomera em seu seio diversificados tipos de organizações, defendendo a priorização da totalidade, quando em sua natureza se esconde apenas uma forma de calar a realidade e continuar a explorar o campo da aparência, camuflando seu fim, o lucro privado.

Em Marx e Engels (2011, p. 48),

A classe possuinte e a classe do proletariado representam a mesma autoalienação humana. Mas a primeira das classes se sente bem e aprovada nessa autoalienação, sabe que a alienação é *seu próprio poder* e nela possui a *aparência* de uma existência humana; a segunda, por sua vez, sente-se aniquilada nessa alienação, vislumbra nela sua impotência e a realidade de uma existência desumana. Ela é, para fazer uso de uma expressão de Hegel, no interior da abjeção, a *revolta* contra essa abjeção, uma revolta que se vê impulsionada necessariamente pela contradição entre sua *natureza* humana e sua situação de vida, que é a negação franca e aberta, resoluta e ampla dessa mesma natureza.

Ao se verem convidados a fazerem parte de uma esfera socioeconômica, grupos que em sua protoforma (formas iniciais) eram constituídos apenas pela classe trabalhadora,

passam a acreditar que podem, sim, com parcerias junto aos setores público e privado, humanizar o capital e diluir as mazelas existentes na sociedade. O conceito de terceiro setor mistura sujeitos, colocando estes em aparente igualdade, buscando dizer que seus interesses são comuns, quando sabemos que seus significados sociais são contraditórios.

[...] o termo “terceiro setor” não reúne um mínimo consenso sobre sua origem nem sobre sua *composição* ou suas *características*. Tal dissenso é clara expressão de um conceito ideológico que não dimana da realidade social, mas tem como ponto de partida elementos formais e uma apreensão da realidade apenas no nível fenomênico. Sem a realidade como interlocutora, acaba-se por ter diversos conceitos diferentes.

Em Smith (*apud* Marx, 2011, p. 822), observamos a essência por trás da aparência que existe no projeto do terceiro setor para a classe trabalhadora.

Ele não teria *nenhum interesse* em empregar esses trabalhadores, se não esperasse da venda de sua obra algo mais do que lhe é necessário para repor os fundos, e não teria nenhum interesse em empregar uma parte maior dos fundos, em lugar de uma menor, caso seus lucros não guardassem alguma proporção com o volume dos fundos empregados.

Iniciativas como o *Criança Esperança*, por exemplo, que tem como parceiras a Fundação Roberto Marinho, através da Rede Globo, além de contar com o apoio da UNICEF, no seu início, e atualmente com a UNESCO e “empresas amigas”, como o Banco Bradesco e sua Fundação Bradesco, fortalecem a ideia de que a burguesia se preocupa com as mazelas sociais e que, ao ajudar, nada recebem em troca. Desde 1986, este programa joga a responsabilidade para o trabalhador de contribuir através de quantias “simbólicas” para a acumulação de fundos que devem ser administrados pela UNESCO em projetos criados no Brasil que atendam crianças e adolescentes. É irônico que a mesma rede que todos os anos oferece apenas R\$ 1.500.000,00 para que pessoas fiquem confinadas em uma casa – que possui comida, “lazer”, espaço para prática de atividades físicas, incentivo ao sexo, além de outras práticas desenvolvidas por seus membros –, durante o ano desenvolva práticas de chamar a população para contribuir e sanar aquilo que nossos impostos e tributos já deveriam pagar: uma educação de qualidade, uma saúde de qualidade, profissionais com salários justos. Como explicar o salário de um político e a disparidade que existe no que um professor recebe? Lembremos que o Brasil possui uma arrecadação de impostos “regressiva”, o que significa que, quanto mais cada indivíduo acumula capital, menos impostos tem que pagar ao Estado. Com isso, a arrecadação se debruça sobre o consumo, onde se localiza a massa de trabalhadores.

Por fim, temos a quarta debilidade: *o caráter “não governamental”, “autogovernado” e “não-lucrativo” em questão*. É comum nos depararmos, em diversas circunstâncias, com empresas que se intitulam “não governamental”, “autogovernada” e “não-lucrativa”. Todavia, será que estas realmente possuem tal natureza? Vejamos o porquê de tais nomenclaturas serem infieis ao que se propõem.

Quando uma determinada Organização Não-Governamental (ONG) passa a estabelecer uma teia de parcerias com o Estado, através de terceirização de serviços, o que deveria ser público e atender a todos, passa a estabelecer vínculos apenas com alguns. Se ilustrarmos tal situação novamente com o exemplo do *Criança Esperança*, observaremos que não serão todas as atividades sociais brasileiras que serão beneficiadas com as verbas arrecadadas pela Rede Globo e “empresas amigas”, mas apenas algumas, as selecionadas pelo “rigoroso” critério da UNESCO. O que faz um projeto ser escolhido e outro não? A explicação pode estar na falta de autonomia, na ideologia defendida e na própria aceitação das regras que o seu mantenedor propõe.

No campo da *não-lucratividade*, temos as *organizações sem fins lucrativos*, em sua maioria *fundações*. Ora, estas fundações são financiadas pela iniciativa privada. O imposto que deveria ser recolhido destas empresas é revertido, pelas mesmas, em ações sociais. O empresário, aos olhos de quem não compreendeu suas artimanhas, é tão bom, caridoso e preocupado com a miséria social: “O empresário é tão bom! O empresário é tão preocupado com a classe trabalhadora!”. Não, a burguesia, na verdade, preocupa-se em manter em condições mínimas a única variável capaz de agregar valor ao capital, a força de trabalho.

O mais alarmante é que a compra da ideologia burguesa se processa de maneira fluida. Pessoas ligam para doar, seja qual for a quantia, para programas como o *Criança Esperança*, por exemplo. É verdade que a iniciativa da Rede Globo, neste caso, não a auxilia na redução de impostos, mas quem disse que a empresa não ganha com tal iniciativa? O ganho acontece, e isso se dá duplamente: primeiro, no *marketing social* que é feito pela empresa utilizando da imagem de seus funcionários e artistas; segundo, que os trabalhadores destas empresas não apenas aceitam, como reproduzem as ideias de que, se o Estado não cumpre com o dever de fornecer com os impostos pagos pela população, uma vida digna para todos, a comunidade ajuda a si própria. Isso se chama desvio de tarefas, mais conhecido como a *corrente solidária*, um dos inúmeros slogans de convocatória para ajudar no *Criança Esperança*.

Sobre a funcionalidade do “terceiro setor” para o projeto neoliberal e o capitalismo monopolista temos que, com o crescente aumento do desemprego estrutural, a precarização das condições de trabalho e o ataque à proteção legal dos trabalhadores como resposta a reestruturação produtiva, é necessário que se camuflem as problemáticas do sistema para que não se tenha mais crises dentro de crises. Os sindicatos, que foram criados em prol de articular os desejos da classe trabalhadora, mostram-se, no projeto neoliberal, instrumentalizado e articulado com os ideários da classe burguesa, desapropriando o trabalhador do conhecimento que lhe é de direito. No campo da educação, os sindicatos, em alguns casos, incitam a mobilização dos trabalhadores, buscando apresentar que estão na luta para a melhoria quando, no fim, aceitam as condições que o empresário ou o Estado lhes colocam, defendendo, assim, a ampliação do exército de reserva, instrumentalizando os direitos do trabalhador. Como aponta Montañó (2012, p. 233), o capital, orientado pelo neoliberalismo, tem os meios e os instrumentos para legitimar o sistema, reproduzindo as relações sociais, desimpedindo, assim, a acumulação ampliada do capital.

O capital e sua representatividade no “terceiro setor” tendem a buscar tornar dócil e desestruturada a sociedade civil. Atuando no campo ideológico, decompõe a classe trabalhadora de maneira que esta possa atender ao projeto neoliberal, desenvolvendo-os sob a estratégia de reestruturação do capital no atendimento à reforma da Seguridade Social. Portanto, o “terceiro setor”, como aponta Montañó (2012), tem em sua ramificação, para atender as demandas do neoliberalismo, 6 correntes: i) *Justificativa e legitimação do processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social*; ii) *Desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais*; iii) *Despolitizar os conflitos sociais, dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado”*; iv) *Criar a cultura/ideologia do “possibilismo”*; v) *Reduzir os impactos – negativos ao sistema – do aumento do desemprego*; vi) *Localização e trivialização da “questão social” e a autorresponsabilização pelas respostas às suas sequelas*.

A questão da *justificativa e legitimação do processo de desestruturação da Seguridade Social e desresponsabilização do Estado na intervenção social* é analisada sob o ponto de vista de que, com o desmonte da Seguridade Social (Saúde – Previdência – Assistência), garantida outrora pela Constituição de 1988, o “terceiro setor” encontra a lacuna que precisava para disseminar ideologicamente a ideia de ser uma esfera com caráter “compensatório”, substituindo e remediando aqueles segmentos que o Estado não conseguiu

alcançar. Com isso, espera-se que exista uma resiliência por parte da população na ineficiência (e por vezes ausência) do primeiro setor no que tange ao atendimento das fissuras geradas pelo capital no campo da “questão social”. Por trás da nova conquista da população garantida pelo “terceiro setor”, esconde-se a perda dos direitos universais historicamente adquiridos.

Se as políticas sociais no *Welfare State*³² – que ainda garantia funcionalidade para o capitalismo nas últimas três décadas do século XX – tinham, apesar de atuar de forma subordinada e contraditória, traços de abertura para consolidação das demandas trabalhistas pelos direitos sociais universais, com o neoliberalismo o embargo à atuação do Estado se intensifica, e o “terceiro setor” passa a prestar favores ao maquinário público de forma oculta, criando um discurso ludibriador para a população afetada. A real compreensão da *desresponsabilização do Estado nas “questões sociais”* torna-se límpida ao passo que conseguimos identificar o dedo indicador da “sociedade civil” – que não é a população, e sim o “terceiro setor” – responsabilizando os sujeitos carenciados a fazerem parte do novo projeto neoliberal.

Contudo, é necessário que façamos um adendo: ao dizermos que o Estado se desresponsabiliza, isso não implica que o mesmo não interfira no movimento de transformação das demandas que envolvem a “questão social”, muito menos que este não tenha sua mão no financiamento de projetos que diminuam o pauperismo social. Muito pelo contrário, o Estado é um dos maiores financiadores de campanhas como “Amigos da Escola” e “Ano do Voluntariado” – ações voluntariadas. A Fundação Bradesco, por exemplo, todos os anos convida funcionários, alunos e comunidade a participarem do dia do voluntariado, oferecendo serviços que, no cotidiano, são difíceis de conseguir nos postos de saúde. Um dos setores que é chamado a participar de tais iniciativas é o Estado, através da figura dos prefeitos dos municípios em que a fundação está inserida. Com isso, o Estado se coloca como coadjuvante no movimento operado pelo sistema do ideário neoliberal.

Sobre a intenção de *desonerar o capital da responsabilidade de co-financiar as respostas às refrações da “questão social” mediante políticas sociais estatais*, o discurso vigente é de que a responsabilidade de sanar e responder as “questões sociais” recaí sobre a

³² *Welfare State* ou Estado-providência, após a Segunda Guerra, alcançou dimensões universais, com exceção de algumas diferenças regionais, tornando-se mais forte naqueles países onde a social-democracia se desenvolveu plenamente. O Estado do Bem-Estar Social ergueu-se sobre uma forma transformada de luta de classes, a qual, ao reconhecer as diferenças e a capacidade de negociação das classes e grupos, —vai permitir a desprivatização do Estado, no sentido em que ele, o Estado, deixe de ser o comitê de burguesia, para se converter em uma instituição verdadeiramente pública e ou sócio-política.

população. O Estado é apenas um instrumento, um caminho, mas não o meio para minimizar as consequências e rebatimentos da crise que o sistema vigente passa. Em linhas gerais, a intervenção que o Estado faz nas “questões sociais” passa a ser defendida como algo que deve contar com a “colaboração” da sociedade e do capital. Os “cidadãos” devem aderir à corrente, de acordo com sua renda e patrimônio, de forma que todos participem e cooperem em prol da melhoria “de todos”. Isso significa dizer que existe um autofinanciamento dos sujeitos que deveriam receber os benefícios, uma campanha pelo voluntarismo e repasse de tarefas. É a população pagando duplamente para garantir o direito a serviços que deveriam ser fornecidos através da aplicação da riqueza recolhida na forma de impostos e tributos.

É importante destacar que, com a “ação solidária” passando a ser custeada pela sociedade, principalmente pelos setores mais carentes, a obrigação do Estado e do capital ganha um caráter de coparticipação/cofinanciamento na injeção de subsídios para as políticas sociais estatais, garantindo espaço para uma “solidariedade sistema/individual/voluntariada”. O capitalismo não tem mais a obrigação em restituir aquilo que usurpou e, quando o faz, atua na perspectiva de doação voluntária, ratificando a imagem de sua “consciência cidadã” e “responsabilidade social”.

Despolitizar os conflitos sociais dissipando-os e pulverizando-os, e transformar as “lutas contra a reforma do Estado” em “parceria com o Estado” pode ser visto como um dos tantos planos que o “terceiro setor” tem para consolidação real do projeto neoliberal no capitalismo. Este segmento acredita que é urgente, para a sobrevivência do sistema, a instrumentalização das relações entre Estado e sociedade, impedindo quaisquer conflitos de ordem mais radical, adulterando, assim, as grandes lutas sociais que primam pelas condições de classe, luta contra a reforma do Estado, a reestruturação produtiva e a “globalização capitalista”. É articulando-se ao Estado que a filantropia empresarial se agarra na busca de não ter fissuras em seu seio produtivo. É necessário que o capitalismo crie estratégias que atinjam os direitos dos trabalhadores sem que os mesmos percebam. As entidades filantrópicas têm a necessidade de garantir que sua presença seja pontual, *assistemática* e *assistencialista* e focalizada enquanto o Estado não consegue segurar a rédeas da “questão social”. Todavia, o que se observa é que, apesar de tal defesa, obriga-se a população depender compulsoriamente de um serviço que não tem garantia de prestação. Sua presença desarticula e inibe o descontentamento e a rebeldia das massas. O confronto que existirá a partir da presença das entidades do “terceiro setor” será canalizado em discussões dentro do sistema e não mais contra o sistema, com a atuação de conselhos. *De lutas de classes, desenvolvidas na*

sociedade civil, passa-se a atividades de ajuda mútua em parceria com o Estado e o empresariado.

Neste sentido, o Estado – que deveria manter relações de subsídio e promoção da seguridade para a classe trabalhadora – passa a estabelecer relações de “amizade”, “parceria”, “financiamento” e “proteção” da expansão almejada pelas organizações neoliberais. Em troca, o “terceiro setor” pacifica e dociliza os conflitos sociais que estariam por eclodir sob a ameaça da ruína de todos, inclusive do próprio capital.

Buscando *criar a cultura/ideologia do possibilismo*, desenha-se no cenário político e econômico, o descrédito para com o aparelho estatal, além da própria possibilidade de que o socialismo real seria possível se o capitalismo fosse extinto. Paira um espectro de que a presença da coisa pública não é confiável. Não é mais possível acreditar em instituições que foram forjadas na democracia. Questionar e lutar contra o neoliberalismo, a globalização e demais tendências que o capital nos joga, parece um movimento sem nenhum fim concreto. A ordem é fazer aquilo que está dentro das possibilidades e adotar o conformismo. Se todos fizerem sua parte, podemos usufruir *minimamente*, e isso já seria o suficiente. O que os indivíduos não conseguem, por ora, é que esse discurso não tem identidade com a classe trabalhadora, é um discurso puramente burguês, mas que ganha força todos os dias pela adesão de alguns membros da classe. A questão da ideologia do *possibilismo* está justamente na ideia que se defende de que o indivíduo é responsável pela sua melhoria. Se cada um faz por si, todos conseguirão viver em harmonia.

Dando corpo a essa situação, tem-se, como meta pelo neoliberalismo, atuar *minimamente na redução aos impactos (negativos ao sistema) do aumento do desemprego*. O “terceiro setor” se coloca como um dos veículos que mais oferta possibilidade para aqueles que se encontram no desemprego. Agindo, seja de forma direta – na empregabilidade dos sujeitos – ou indireta – sob a forma de promoção de cursos profissionalizantes –, o que se espera com isso é a amortização dos impactos gerados pelo desemprego em massa nos campos da indústria e do comércio. Para Ricardo Antunes, n’*Os sentidos do trabalho*, o “terceiro setor” não pode ser entendido como algo fixo para a classe trabalhadora, tanto no que diz respeito à sua possibilidade de empregabilidade, como na sua atuação em serviços voltados ao bem-estar da população.

Como pontua Montañó (2012, p.239),

A miséria e a desgraça parecem se tornar mais amenas, mais suportáveis, quando se ocupa o tempo (desprezado e/ou não remunerado pelo capital) para atividades

filantrópicas e de ajuda mútua. Com isso, encobre-se o desemprego, transformado ideologicamente em “tempo livre”.

Fazendo alusão ao que fora dito pelo autor, temos a situação dos operários que trabalham/trabalhavam nas grandes indústrias automobilísticas. Com o mercado em crise, sofrendo as fissuras desde a grande bolha imobiliária que explodiu nos Estados Unidos em 2008, a alternativa encontrada para mascarar os impactos sofridos foi a redução do quadro de funcionários. Uma parte foi jogada à sua própria sorte no mercado, e a outra parcela de trabalhadores ficou em uma espécie de “limbo”, esperando que a indústria os convoque a qualquer momento para voltar ao seu posto – tudo isso sem a garantia de que consigam realmente voltar –, além do corte dos pagamentos em sua porcentagem. Obviamente que o empresariado não iria cortar da sua própria carne para sobreviver às imprevisões do capital, o corte ocorre em cima de quem se obriga a vender sua força de trabalho: o trabalhador. Mas, para não dizermos que o trabalhador ficou totalmente “solto” e sem direção, ele é convocado a continuar investindo na sua formação para o trabalho – formação esta que é dada por alguma ONG, alguma *fundação*, que pode ser ou não da própria empresa. O empresário investe, contudo, o faz esperando mais do mais-valor que somente o trabalhador pode lhe dar quando ingressar nas esteiras fabris.

Como culminância das cristalizações nas quais o terceiro setor está inserido, temos a *localização e trivialização da “questão social” e a autorresponsabilização pelas respostas às suas sequelas*. Com a função de instrumento do neoliberalismo, o “terceiro setor” começa a atuar na transformação das respostas às mazelas sociais, garantindo uma setorização do que era direito universal do proletariado e papel do Estado afiançar. Sob o ímpeto de pacificar, esta esfera ídeo-política tem a estratégia de transformar os direitos em atividades localizadas e de *autorresponsabilidade* dos sujeitos pacíficos do processo, dando-lhes dando caráter ativo na manutenção dos serviços a serem prestados para eles mesmos. O direito passa a ser oferecido sob a imagem de voluntário, concessão, filantropia e não-obrigatório. O que ocorre é a descentralização do Estado – na verdade, uma desconcentração.

Na esfera brasileira, Bresser Pereira, ex-ministro dos presidentes Sarney (1987) e Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), afirma que “o Brasil e a América Latina foram atingidos por uma dura crise fiscal³³ nos anos 1980, acirrada pela crise da dívida externa e pelas práticas de populismo econômico. Esse contexto vai exigir, de forma imperiosa, a

³³ Vale ressaltar que as crises fiscais ocorridas neste período eram decorrentes de políticas econômicas malsucedidas do período ditatorial, que os países da América Latina enfrentaram. É claro que quem ajudou esses ditadores a ganhar e manter o poder foram os Estados Unidos.

disciplina fiscal, a privatização e a liberação comercial” (BEHRING, 2003, p.172). Com isso, o ex-ministro defende que, para a superação da crise, o Estado deve passar por uma transição “após o Estado mínimo, o Estado social-burocrático e o *revival* neoliberal, caminhar-se-ia para uma experiência social-liberal, pragmática e social-democrática” (BEHRING, 2003, p.172). O objetivo seria um Estado que mantivesse suas responsabilidades na área social mas que, ao mesmo tempo, acreditasse no mercado.

Para que um país como o Brasil tenha uma sociedade moderna, Bresser afirma que é necessária uma estratégia voltada para o mercado, utilizando-se pragmaticamente do Estado para distribuição de renda e promoção de inovações tecnológicas, em uma sociedade de caráter heterogêneo e dual, buscando a quebra de ciclos econômicos e sociais viciosos. O Plano Diretor da Reforma do Estado, elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado - Maré foi justificado na sua introdução argumentando que o Estado brasileiro se afastou de suas funções para atuar na esfera produtiva. Se analisarmos por outra perspectiva, a mesma adotada por Behring, o Estado e o mercado são instituições que atuam na coordenação dos sistemas econômicos. Quando um apresenta problemas, por consequência, tem-se uma crise.

A reação à crise do capital no campo político foi tratá-la com o mais absoluto cinismo, fazendo, assim, uma transição democrática para o “populismo econômico” (referindo-se assim ao plano cruzado, adotado por Sarney de 1985-89). No governo seguinte, Collor (1990-92) reage apoiando-se na premissa neoliberal. Segundo os autores do Plano, as reações tidas no pós-crise dos anos 1980 no Brasil foram irrealistas, pois a primeira subestimou a crise e a segunda acreditou em uma utopia. O plano tem como finalidade propor uma redefinição do papel do Estado, visando a estabilização e o desenvolvimento da economia brasileira. Entretanto, com este fim, cresceu de forma distorcida.

Com isso, o Estado transfere para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado. Serviços que antes seriam fornecidos apenas pelo primeiro, são desenvolvidos pelo segundo, e tornam-se mais ágeis, já que os serviços fornecidos diretamente pelo governo são extremamente burocráticos e exaustivos para ambas as partes. Sabemos que tal premissa é uma “balela”, dado que os planos de saúde privados estão no ápice das ocorrências registradas no Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon na contemporaneidade.

A reforma irá se distinguir em quatro setores dentro do Estado: o Núcleo Estratégico, que formula as políticas públicas, legisla e controla a execução deste; o Setor de Atividades Exclusivas, onde serão prestados apenas os serviços que o Estado pode realizar,

como educação básica, por exemplo; o Setor de Serviços Não-Exclusivos, onde o Estado pode atuar com outras organizações públicas não-estatais e privadas; e o Setor de Bens e Serviços para o mercado, que seriam empresas não assumidas pelo capital privado. As duas primeiras seriam de fins estatais, a terceira, pública não-estatal, e a última seria uma pública não desejável, que exige regulamentação e fiscalização rígida. A proposta é fazer no Núcleo Estratégico um *mix* de administração burocrática e gerencial, e nos demais, apenas gerencial.

Ademais, concluímos que o sentido de retirar o Estado e o capital do papel de responsabilização na pauperização do que diz respeito às “questões sociais” é tida como uma das grandes preocupações e atuações do “terceiro setor”. A discussão acerca da reformulação neoliberal do trato da “questão social” é de extrema urgência. Não podemos nos calar! Como salienta Kosik (1976, p. 63), o homem na sua alienada vida cotidiana é tomado pela “preocupação”. Simplificando, quando o sujeito determinado pelo sistema de relações objetivas é movido em seu comportamento [dentro de seu cotidiano] pela preocupação, o curso de sua *ação* passa a criar uma rede de relações. Para o filósofo, essa preocupação está no “ocupar-se”, aspecto fenomênico, alienado, da práxis do indivíduo, uma atividade meramente criadora e reprodutora. O voluntarismo, na desculpa de “ocupar”³⁴ passa a atender a essas respostas imediatas que, aparentemente, a classe busca dentro de um mundo estagnado, e que o sistema tende a nos fazer acreditar que existe. Em um mundo imutável em que ocupar-se representa um movimento do indivíduo de mudança em uma realidade já pronta e acabada, este segmento busca soluções pontuais que atinjam as carências diretas.

[...] viver no futuro e ‘antecipar’ significam, em certo sentido, negar a vida; o indivíduo com ‘preocupação’ não vive o presente, mas o futuro; negando aquilo que existe e antecipando aquilo que não existe, reduz a sua vida à nulidade, vale dizer, à inautenticidade (KOSIK, 1976, p.68)

Como João e Maria, que se antepuseram buscando não cair na armadilha de sua madrasta, assim somos nós ao aceitar o projeto que o capital tem a nos proporcionar por meio do “terceiro setor”. Veremos, no próximo capítulo, *Expressões ideológicas da filantropia no projeto educacional dos trabalhadores: desdobramentos da crise estrutural do capital*, como a filantropia se insere na conscientização dos trabalhadores através da formação institucionalizada da classe e como esta participação influencia no processo de ideologização das massas, garantindo, para o sistema, um estranhamento do homem pelo homem, e a compra do ideário burguês pelos indivíduos mais pauperizados.

³⁴ “O ocupar-se é o comportamento prático do homem no mundo já feito e dado; é tratamento e manipulação dos aparelhos no mundo, mas não é *criação* do mundo humano (KOSIK, 1976, p.64)

3 EXPRESSÕES IDEOLÓGICAS DA FILANTROPIA NO PROJETO EDUCACIONAL DOS TRABALHADORES: DESDOBRAMENTOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Neste capítulo discutiremos as reverberações da crise estrutural no sistema econômico vigente, atendo-nos às sinuosidades e falsas ideologias que o capitalismo emprega em prol de garantir sua sobrevivência e expansão. Justificando o percurso que optamos em fazer na busca incessante do enfrentamento perante as situações que nos são postas involuntariamente, Mészáros alerta-nos que,

Qualquer tentativa de enfrentar os desafios políticos e ideológicos do futuro envolve, antes de mais nada, a necessidade de fazer o balanço do passado e do presente. Isto é importante por duas razões: [...] a inevitabilidade da avaliação do peso morto e da inércia paralisante das estratégias passadas. [...]. Neste aspecto, devem ser enfatizados uma negação e um *rompimento* radicais como estratégias políticas, que se tornam necessários pela implosão do movimento socialdemocrata; [...]. Enfatizando não somente o lado crítico, mas também o lado positivo, ela se refere à necessidade de fazer uso estratégico da inevitável *continuidade*, no futuro, das condições atuais. (MÉSZÁROS, 2004, p. 35)

Fazendo uso da letra de Kosik (1976, p. 11-2) para apreensão do fenômeno e da essência sobre pontos que levantamos, é imprescindível fazermos a leitura da realidade como ela é, e ler nas entrelinhas do discurso burguês que o fenômeno pelo qual passamos desde a ruptura com o comunismo primitivo, e principalmente com a adoção do capitalismo, indica a essência do problema ao mesmo tempo que a esconde. O fenômeno indica algo que não é ele próprio, mas que só vive graças ao seu contrário. A essência é mediada pelo fenômeno, em resumo, é na manifestação do fato que ela revela seu movimento e demonstra que sua essência não é inerte, muito menos passiva. A manifestação da essência é, em suma, a atividade do fenômeno. Entender o fenômeno é *atingir* a base da essência, tendo em vista que sem a descoberta do fenômeno e sua devida manifestação, jamais se poderia alcançar a essência.

Ao pesquisar o poder da ideologia frente à dialética dos acontecimentos, Mészáros defrontou-se com as seguintes definições de termos tão utilizados para abordar o capitalismo e as implicações deste perante a sociedade. Com base no que foi visto pelo teórico, expressões que fortalecem o prevalecimento da exploração ganham uma nova roupagem e acabam por ser maquiadas. Levando em consideração que a fonte de seu exame foi um processador de texto, e que este deveria ser constituído de neutralidade, constataremos que, diante do sistema, nada

pode ser imparcial, principalmente a classe trabalhadora. Apresentando as definições, palavras como conservador, liberal e revolucionário são deturpados como veremos a seguir,

Conservador: *cometido, discreto, de bom gosto, despretenso, inconspícuo, moderado, quieto, sóbrio; econômico, espartano, frugal, parcimonioso, previdente, prudente, regrado; arredo, equilibrado, reservado.*

Liberal: *aberto, avançado, despreconceituoso, indulgente, progressista, radical, tolerante; beneficente, generoso, magnânimo, mão-aberta, pródigo; abundante, amplo, suficiente, copioso, excessivo, exuberante, profuso, repleto, rico, transbordante.*

Revolucionário: *enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra.* (“*Word Finder*” *Thesarus, do processador de texto WordStar* in MÉSZÁROS, 2004, p.55 grifos nossos)

Em nossos grifos, atribuições ao ser conservador como alguém cometido, discreto, de bom gosto, parcimonioso, prudente, regrado, equilibrado e reservado, em muito difere da realidade. Inúmeros crimes contra a humanidade foram cometidos por pessoas ditas conservadoras, que se diziam fiscalizadores da “moral” e dos “bons costumes” balizadores da sociedade patriarcal. A natureza de ser conservador está na dinâmica de tentar manter tudo em uma constante já preestabelecida. Para isso, é necessário que os indivíduos estejam preparados para lutar, o que na teoria não assenta com parcimônia. Sobre o ser liberal, palavras como beneficente, generoso e magnânimo causam-nos um reconhecimento do instrumento ao seu real senhor. O capitalismo busca de todas as artimanhas para repassar a impressão de um sistema que, apesar de reconhecer como centralidade o dinheiro e o poder, possui requintes de humanidade. Por fim, o termo mais subversivo aos olhos capitalistas, o ser revolucionário. De todos os sinônimos, todos possuem uma tendência fascista de deturpar a realidade e causar lepra etnológica aos que se consideram a favor da luta de classes para ruptura do sistema. Segundo Hunt (2005, p. 324), a revolução, em seu sentido pleno, refere-se a um salto “cataclísmico” entre um modo de produção presente e um posterior. O salto exigido para o ato de revolucionar deve ser provocado por uma tendência de conflitos entre a velha e a nova ordem (nascida para desafiar sua antecessora), até que a velha classe explorada e a nova classe dominante pudessem estejam em equilíbrio.

Voltando para uma das centralidades de nosso trabalho, a crise estrutural, temos que a palavra crise [*krísis*] advém do latim e tem como significado a “ação” ou faculdade de distinguir e tomar decisão, apresentando-se como um momento crucial para definição de uma situação. Sustentando este julgamento, o capitalismo transfere para a classe trabalhadora a responsabilidade de cuidar de si, exigindo que as pessoas sejam empreendedoras, criativas,

proativas, parcimoniosas, na promessa de que a crise é temporária e aqueles que conseguirem subir a montanha terão, ao final do processo, grandes glórias.

Diante da crise nenhum setor se torna imune, e como uma doença contagiosa, o agente da enfermidade alastra-se na busca de novas vítimas, novos hospedes para expropriar as forças produtivas. Na forma de vacina, a educação aparece como meio para sobreviver às aflições que o rebatimento do capital provoca. O ensino institucionalizado fortalece seu caráter ideologizador dos ditames econômicos. Assim, a prevalência de um projeto que desvie a real razão de ser do complexo da educação é emergente. O capitalista, com o olfato apurado para reconhecer o lucro a grandes distâncias, injeta investimento na instrução em longo prazo por meio de suas entidades filantrópicas.

Por fim, é na extensão de seus braços para manobrar e manipular a classe laboriosa que a filantropia se insere na educação. Abordaremos que, diante de políticas de parceria e cooperação entre sociedade e Estado, o terceiro setor encontra espaço para continuar a perpetuar suas falácias e interesses. Ainda será tema de nosso estudo o papel ídeopolítico que este setor aplica no ensino dos proletariados, principalmente nas diretrizes curriculares, mutilando os saberes repassados na busca de garantir apenas o necessário para reabastecer a mão-de-obra barata, e por vezes qualificada, no qual o empresariado garante-se na gratidão social perante a empresa.

3.1 CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, POLÍTICAS DE COOPERAÇÃO E PARCERIA EMPRESARIAIS

Houve uma época em que era conveniente, ao desenvolvimento do capitalismo, soltar da lâmpada o gênio que implacavelmente converte todas as coisas em mercadorias, muito embora esta façanha implicasse necessariamente o grande debilitamento e a definitiva desintegração das instituições religiosas, políticas e educacionais, que eram vitais para o mecanismo de controle da sociedade de classes. Hoje, contudo, o *status quo* estaria mais bem servido pela restauração de todas essas debilitadas e desintegrantes instituições de controle. De acordo com nossos críticos românticos, tudo estaria na mais perfeita ordem caso o gênio pudesse ser persuadido a retornar à sua lâmpada. O problema consiste, no entanto, em que ele não tem qualquer intenção de fazê-lo. Assim, nada mais resta aos nossos românticos exceto se lamentar da perversidade do gênio e da insensatez dos seres humanos que o libertaram. (MÉSZÁROS, 2011, p. 997).

Neste capítulo discutiremos, com base na letra de Mészáros, os mecanismos utilizados pelo capital em crise para persuadir a classe trabalhadora a acreditar no projeto que o capitalismo tem para a sociedade. A busca incessante de aglutinar indivíduos a serviço dos interesses de uma minoria social cresce rapidamente, principalmente quando o sistema ensaia

colapsos sob forma de crise. É nesse período que, contraditoriamente, o capitalismo adquire uma maior plenitude para a burguesia. Mézáros, em *Para além do capital*, aponta que os efeitos danosos da crise são sentidos por todos. Todavia, o trabalhador é o sujeito que mais sente, isso acontece porque, na pirâmide social, encontra-se mais perto da linha de pobreza extrema. O capitalista, o grande burguês, e não o pequeno empreendedor, pouco sente as mazelas. Parece que as crises alimentam mais a sua ganância do burguês por explorar, não é difícil entender o porquê do aumento no número de milionários nestes momentos.

A burguesia, apesar de ter sua representação no Estado, não o deseja por perto a menos que, sob ameaça de crise, o mesmo possa defender os bens do burguês e garantir que nada poderá tocar em seu patrimônio, e se mesmo assim o Estado não conseguir defender o abastado, deve o governo garantir que todo o patrimônio perdido seja recuperado, mesmo que, para isso, necessite mexer nos auxílios e benefícios voltados a classe trabalhadora. Thomas Malthus defendia que o Estado não deveria ajudar os pobres, pois estes ficariam mal-acostumados e iriam querer viver sob a tutela e a providencia de seu beneficiador, mas e os donos de terras que o mesmo Malthus tanto defendia? Estes poderiam sugar do Estado para manterem seus luxos? E os burgueses, poderiam ser também sanguessugas? A questão é: Quando o rico recorre ao Estado, é tudo para o bem de todos. Quando o pobre e trabalhador recorre ao Estado, é porque ele se resume a alguém parasitário que, por receber algum auxílio tende a não querer mais contribuir para a “riqueza da nação” e, assim sendo, viverá para esperar as migalhas que lhes podem ser oferecidas. Esse é o discurso burguês. Para ele, o Estado não sabe manter as rédeas e é ineficiente, por isso precisa do olhar da burguesia para “melhor” administrar a assistência dada à classe trabalhadora. Todavia, no sistema econômico que vivemos, tudo feito pela burguesia se resume a um acordo de trocas, a um vocabulário que tem início, meio e fim no dinheiro. Nada é feito gratuitamente e a recompensa é o aumento dos benefícios que já recebem.

Compartilhando do sentimento de Engels (2010, p.307),

Desconheço uma classe tão profundamente imoral, tão incuravelmente corrupta, tão incapaz de avançar para além do seu medular egoísmo como a burguesia inglesa – e penso aqui na burguesia propriamente dita, em particular a liberal, empenhada na revogação das leis sobre os cereais. Para ela, o mundo (inclusive ela mesma) só existe em função do dinheiro; sua vida se reduz a conseguir dinheiro; a única felicidade de que desfruta é ganhar dinheiro rapidamente e o único sofrimento que pode experimentar é perdê-lo.

A fala de Engels nos remete a uma Europa, mais especificamente, a uma Inglaterra do século XVIII. Não obstante, parece-nos tão atual. Antes da chegada dos

portugueses, nossa terra, nosso “Brasil” era habitado por povos que viviam regidos por um sistema que não era o comunismo, posto que existiam grupos e hierarquias, mas pareciam viver de forma mais igualitária, respeitando a natureza e a própria existência do homem. Com a presença destes europeus, e de tantos outros que vieram posteriormente, as pessoas que aqui viviam passaram a ser criadas de modo a também entender como idioma principal o dinheiro e o poder. Nada mudou de quando o Brasil foi forçadamente tomado pelos portugueses, ou do período que Engels e Marx expuseram seus pensamentos sobre o sistema capitalista, e o que vivemos em pleno século XXI. O único movimento existente é a renovação dos sujeitos que já estavam presentes no tabuleiro de xadrez.

Inúmeros serão os mecanismos utilizados para reprimir a ânsia da classe proletariada de mudar a situação em que se encontra nosso sistema econômico e os indivíduos que são expostos a ele. Para que isto aconteça, obstaculização serão postas na figura de parcerias entre o público e o privado, em que os serviços oferecidos passam a ser considerados da esfera pública, e não estatal, descentralizando responsabilidades, diminuindo os gastos com a classe trabalhadora e repassando o que seria utilizado para as mãos dos empresários, que terceirizam os serviços prestados. Tudo isso endossado como algo benéfico e trazendo uma falsa ideia de que o privado é algo melhor que o público. O Estado, como expressa o teórico inglês William Godwin, é legislado pelos ricos e, sendo assim, estes transformam a opressão realizada em um sistema. É muito econômico não construir prédios de qualidade para serem utilizados como escolas, hospitais e repartições, e aplicar esse capital em ambientes privatizados fornecendo cotas aos ditos dignos dentro da classe trabalhadora, segregando o grupo entre os que são competentes/esforçados e os que preferem se manter na marginalidade ou não possuem competência. O privado não é melhor que o público. O que os difere são os interesses por trás do que se almeja. A prova material disso são as escolas liceu. Quando o ensino público era direcionado apenas àqueles que podiam ter o livre ócio e dedicar-se exclusivamente aos estudos, estes estabelecimentos eram considerados os melhores. Na medida em que a escola pública abre suas portas para os filhos dos trabalhadores e os filhos dos empresários, saem deste ambiente, tudo que é remetido às instituições de ensino passa a ser de qualidade inferior, e a privatização do setor ganha espaço. A educação, por exemplo, passa a ser mais uma dentre as tantas mercadorias que o rico se utiliza para continuar a alimentar sua ambição de dinheiro e poder.

Acerca do dilema que incide no controle social, Mészáros (2011) aponta para dois conceitos que explicitam de forma dialética como funciona a defesa do capitalismo, criando apologias para contrapor a falhas que não tem respostas aceitáveis. Por meio da “tolerância

reprimida” e da “tolerância repressiva” são erguidos limites nos sistemas sociais que, de um lado, são incapazes de contentar a mudança social exigida no presente tempo histórico, e de outro, fingem dar em partes o que é desejado. A “tolerância reprimida” compreende o desejo de um determinado fenômeno social em prol da maioria, no caso, a classe trabalhadora. Todavia, não se pode verbalizar tal aspiração. Com a “tolerância repressiva” a fala é dada a classe, mas não é possível que haja mudança. É permitido que se tenha a consciência, o que não pode é partir para a prática. Como apagar um vulcão que está ensaiando entrar em erupção? Apaga-se o fogo com um extintor chamado lei. As regras sociais sob figura de lei existem com o fundamento de oprimir os trabalhadores. Poucos são os que, mesmo com a ameaça de perderem a liberdade física, arriscam-se a expor sua liberdade de pensamento.

O que pode ser feito para reverter a atual tendência inflacionária? A primeira e imediata resposta é que o país deveria reconhecer a correção de uma *postura firme*. Qualquer pessoa, nas atuais *circunstâncias*, que reivindique mais que 10% estará contribuindo para um processo de autodestruição. Qualquer um que entre em greve porque não aceita 15% merece ser *repelido* com toda a força da sociedade, com *tudo o poder do governo...* A primeira e a mais simples coisa a fazer consiste em *começar derrotando as greves[!!!]*. As autoridades locais deveriam receber total apoio [incluindo tropas?], ao se recusarem a oferecer qualquer proposta, *mesmo no caso da greve se prolongar por meses*. (MÉSZÁROS, 2011, p. 999)

Temos, nessa passagem que o filósofo húngaro destaca em sua obra *Para além do Capital*, a exemplificação de como o Estado intervém na proteção da burguesia contra as exigências da classe trabalhadora. Em momento algum da história veremos a repressão do burguês pela exploração do seu empregado, pois existirá para a sociedade uma “justificativa plausível”. Ao lado do trabalhador, em alguns casos, nem a própria categoria o apoiará, seja pelo medo de represálias, ou por já ter incorporado para si a ideologia burguesa de que a condição em que vivem é fruto de sua determinação para mudança da realidade. O proletariado pode ser um burguês, desde que tenha perseverança, esqueça de onde vem e passe a explorar os seus.

Ancorada nestas apologias, a classe dominante erige o discurso que será o centro de suas ações filantrópicas. Auxiliando tais iniciativas temos o Estado, que não será interventor, mas um parceiro, que contribui por meio do investimento financeiro ou pela pacificação dos indivíduos. Dulany³⁵ (*apud IOSCHPE*, 1997) afirma, em seu texto, tendências correntes que favorecem e que complicam as parcerias governo-sociedade civil. Para ela, de

³⁵Presidente e fundadora do Instituto Synergos. Foi consultora das Nações Unidas e da Fundação Ford na área de saúde e planejamento familiar no Brasil, Estados Unidos e Portugal, além de prestar consultoria ao National Endowment for the Arts em administração não-lucrativa e planejamento. Foi vice-presidente sênior da New York Partnership por cinco anos, no qual coordenou o programa Youth Employment and Education.

toda forma o Estado necessita da sociedade civil – representada pelos empresários – para conseguir dar conta das questões sociais que atingem a classe trabalhadora, e, posta tal situação, o governo somente possui duas estratégias: a primeira é se opor à burguesia, medindo forças para saber quem tem mais poder. Nesta disputa, quem está como representante do Estado corre o risco de ser deposto, haja vista que, para controlar a situação, o empresariado finge manter um diálogo com os trabalhadores e advogam que todas as iniciativas tomadas pela burguesia privilegiarão a sociedade em geral. Obviamente isso não é verdade, mas as pessoas, em sua maioria, continuam a acreditar que existe humanização no capital. Nesta conjuntura o governo se autopenitencia a negociar e fazer os desejos do burguês. A segunda estratégia é assumir uma atitude favorável à inserção desta “sociedade civil” nos campos sociais, admitindo publicamente que o Estado sozinho é incapaz de operar e financiar os programas sociais, e, aceitando a oferta dos empresários, permitem que estes programas sejam geridos de forma mais competente a custos mais eficazes. O que está atrás da cortina dessa encenação é a vontade que a burguesia tem de que o Estado deixe que injete suas ideologias e possam encenar, na história dos homens, os papéis de “bons moços”, quando na verdade, sabemos que eles são os bandidos. Façamos um pequeno parêntese e analisemos: Em algum momento do cenário político brasileiro houve algum representante da população que conseguisse se eleger como presidente? Poderíamos dizer, em um primeiro momento, que sim. O ex-presidente Lula foi sindicalista, pertencente à classe operária e a figura que mais poderia entender o que a população necessitava. Contudo, este mesmo presidente somente se elegeu depois de muitas tentativas, tendo como preço renegar sua classe. Logicamente que essa renúncia à classe não foi explícita, afinal, para estar no poder, burguesia e Estado precisam da população. Mas o que aconteceu foi isso: o Estado é a mãe dos ricos e a madrasta malvada dos pobres. Depois de a burguesia impor sua presença pelas palavras e/ou pela força, um dos motivos de defender a parceria público privada está em

[...] pelo menos algumas dentre as multi e as bilaterais começaram recentemente a dar-se conta da importância da sociedade civil na resolução de impasses sociais, e tendem agora a apoiar os esforços da sociedade civil para ser encarada como legítima parceira do governo. Mais empresas privadas e oficiais estão financiando grupos existentes na sociedade civil. E algumas multinacionais, quando seus estatutos exigem que tais financiamentos devam ocorrer com o consentimento dos governantes, estão exercendo pressão junto aos governantes para que estes aquiesçam em que se transmitam fundos para as organizações da sociedade civil, porque essas multinacionais acreditam que alguns programas podem ser assim melhor executados. (DULANY *apud* IOSCHPE, 1997, p.66)

No Brasil, tivemos a figura da antropóloga e ex-primeira dama Ruth Cardoso como diretora da instituição Comunidade Solidária. Esse tipo de organização trabalha em favor de colaborar principalmente com a “sociedade civil” e serve como “mecanismo de ponte” para facilitar parcerias realizadas entre o público e o privado. Dulany (*apud* IOSCHPE, 1997, p.67) aponta que, apesar de a inserção do terceiro setor não ter tido uma consulta em grande parte nacional, a presença da instituição gerida por Ruth Cardoso forneceu subsídios para uma maior cooperação destas empresas no futuro que hoje é nosso presente. O Banco Interamericano de Investimento (BID) foi um grande financiador da Comunidade Solidária, que se prontificou a repassar essas verbas a programas que estavam dispostos a oferecer serviços à comunidade. Entendemos, assim, que o ataque ao público se origina dos campos onde o capitalismo impera. Os países ditos desenvolvidos investem nos países em desenvolvimento como forma de explorar o mais-valor presente nos indivíduos que acreditam no voluntarismo. O capitalismo é como uma praga que precisa se expandir. Nos lugares onde é o pilar, todos os tentáculos já foram expandidos. A prerrogativa para novas expansões giram em torno de que o desenvolvimento mundial depende de que todos se desenvolvam. Contraditoriamente, ao passo que se exige o desenvolvimento, espera-se que os indivíduos não cresçam o suficiente para perceber que são meros fantoches.

As organizações que funcionam como mecanismo de ponte são tidas como algo extremamente necessária para a materialização do projeto capitalista. É através destas que mediações são estabelecidas e as diferenças setoriais e ideológicas no campo dos recursos, nível de poder e abordagens de problemas são solucionadas. Como características para serem consideradas organizações-ponte, o capital exige que estas tenham: i) Pluralidade e representatividade na composição de sua diretoria e/ou corpo de funcionários; ii) Credibilidade junto a várias áreas, incluindo as bases pelas quais foram eleitas; iii) Eficiência, capacidade administrativa e financeira para gerir e destinar grandes capitais; iv) Orientação para trabalhar em parceria; v) Capacidade de reunir diversos grupos em torno das mais variadas questões; e por fim, vi) Potencial para capacitar os grupos menores. Fazer parte desta colaboração intersetorial é um empreendimento vantajoso para as organizações, já que seu reconhecimento e seus lucros se baseiam na imagem e no trabalho exercido por esta filantropia sob forma de intercessão.

Uma ramificação das organizações do “terceiro setor” são as Organizações de Recursos da Sociedade Civil (CSRO’s). Segundo o Instituto Synergos, existiam, na década de 1990, oito organizações desse tipo no mundo e mais quatro, localizadas na América Latina foram incluídas: Fundación para la Educación Superior (FES), na Colômbia; Fundación

Mexicana para el Desarrollo Rural (FMDR), no México; Fundación Esquel Equador (FEE), no Equador; Fundação Comunitária de Puerto Rico. Apesar de, em geral, o “terceiro setor” estar vinculado com a doação financeira de seus partícipes, algumas optam por manter sua natureza no fortalecimento da sociedade civil tendo como base a pesquisa, defendendo caminhos que conduzam ao aperfeiçoamento da estrutura jurídica e tributária do país. Fazem parte deste nicho: o Grupo de Instituições, Fundações e Empresas (GIFE), no Brasil; o Centro Mexicano para la Filantropia (CEMEFI), no México; e a Associação Colombiana de Fundações. Estas organizações podem ter também abrangência local e nacional, a exemplo, no Rio de Janeiro, do Movimento Viva Rio³⁶ e do Movimento Roda Vida³⁷.

No campo da aplicação direta do capital, temos como organizações-ponte, a presença dos bancos. Segundo Dulany (*apud* IOSCHPE, 1997), eles afirmam que, com sua inserção no “terceiro setor”, há uma maior facilidade de adaptação dos mecanismos financeiros do mercado em direção ao desenvolvimento social e econômico. Não serão apenas os projetos que receberão incentivo financeiro dos empresários, mas a própria população, que terá um aplanamento de crédito, principalmente os que estão em situação maior de pauperismo. O que os sujeitos dessa ação não levam em consideração é que, sempre que o capitalista empresta seu capital, ele quer recebê-lo multiplicado, e como quem está em situação de extrema pobreza pode pagar? Ao assinar este contrato o trabalhador, o pauperizado firma sua sentença de escravidão. Ao passo que se busca estratégias de sobrevivência, tem-se como resultado a morte lenta pela dívida com o capital.

O sistema capitalista em crise assinala que,

Na medida em que houver maior interação e colaboração entre os setores, sem dúvida surgirão novas formas de organização econômica com função-ponte, como as franquias que geram empregos e negócios para as pequenas comunidades, ou as iniciativas que ajudam os grupos produtores locais a colocarem seus produtos no mercado de forma mais vantajosa. (DULANY *apud* IOSCHPE, 1997, p.70)

No mesmo texto, a autora afirma que foi com o “braço firme” dos membros do FEE, oriundos do setor privado, que estes conseguiram impor suas atividades específicas, fazendo com que fossem realizadas de acordo com um método singular de trabalho. A questão não era apenas distribuir os recursos financeiros por si, mas convencer as lideranças locais a abrirem crédito para a população mais carente. Fazendo com que a população assuma

³⁶ Tem como bandeira agrupar diferentes setores econômicos e sociais em prol de melhorar a qualidade de vida na cidade.

³⁷ Pauta-se na reunião de grupos na defesa e criação de instrumentos para fazer cumprir os direitos das crianças e dos adolescentes.

compromissos, e investindo conjuntamente no capital local, grandes organizações internacionais garantem que a direção e organização do país seja operado de acordo com seus princípios empresariais sólidos. Sem esforço e dedicação por parte dos trabalhadores não existem lucros para os exploradores.

Nesta conjuntura o Estado, para Andrade³⁸ (apud Ioschpe, 1997), passa a ser visto como a grande vedete do século XX, que se encolhe, encabulado ante os efeitos que causou. Sabemos que é muito fácil culpabilizar o outro pelos seus erros. Se o Estado errou, foi tentando jogar para debaixo do tapete social toda a sujeira que o sistema fez na busca incessante por um maior número de glórias e seguidores.

Ao ler nas entrelinhas, percebemos que suas ludibriações consistem em perpetuar o discurso no qual

só o cidadão sabe o que quer para si, para sua família e para a sua comunidade. É ele que deve decidir sobre suas prioridades e, portanto, sobre a maneira como devem ser conduzidos os negócios da nação para permitir que elas se realizem. Quando dizemos “cidadão”, é evidente que queremos nos referir ao produto da interação entre os cidadãos da mesma comunidade, através do diálogo, do convencimento e de decisões conscientes que, mesmo erradas, podem ser corrigidas livremente no tempo. (ANDRADE *apud* IOSCHPE, 1997, p. 77)

Como Marx descortinou em *Sobre a questão judaica*, a cidadania nunca abrangeu o proletariado. Ser cidadão tem, em intrínseco, ser burguês. O trabalhador somente possui o direito de vender sua força de trabalho e não exigir melhorias pois, afinal, o burguês está a lhe fazer um grande favor comprando a força de trabalho vendida. Ao mesmo tempo em que se fala em cidadania, separa-se os sujeitos em comunidades. A interação pelo diálogo se dá no campo burguês entre os seus e, quando se parte para o proletariado, o diálogo passa a ter o cunho persuasivo, admitindo que, mesmo com a possibilidade do fracasso, o trabalhador deve confiar na burguesia para “solucionar” seus problemas. A burguesia não pode solucionar a pobreza porque isto não é de seu interesse – o que ela pode fazer é administrar para que a pobreza exista sem que interfira nas suas negociações e avanços mercadológicos.

Mészáros, n’*O poder da Ideologia*, apresenta que o Estado, diante de dois polos – capital e trabalhador – fornece, para a visibilidade dos indivíduos, apenas a estrutura legitimadora do “agente totalizador incontestado” e a “mão invisível”, mas não a substância que o faz. O Estado capitalista é a encarnação tangível e também o avalista da impossibilidade de

³⁸ Roberto Paulo César de Andrade foi presidente executivo e chefe da BRASCAM – Brasil, presidente da Fundação BRASCAM e membro do Conselho Curador da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável

existir alternativa ao sistema socioeconômico e político estabelecido, que visam, no final, um funcionamento tranquilo no processo geral de reprodução do capital.

[...] a estabilidade do sistema, que nega qualquer alternativa não obstante suas contradições e desumanidades – é completamente invertida e projetada na tela da apologia ideológica como a *aprovação positiva* livremente exercida pelo desejo da soberania popular, do qual a “ordem democrática” deriva sua força e *justificativa*. (MÉSZÁROS, 2004, p.500)

Fazendo uso da letra de Mézáros (2011, p.1003), a intervenção do Estado na economia limita-se a acelerar as contradições do capital em crise. Quanto mais este intervém, maior a distorção estrutural e os colapsos definitivos nos mecanismos de produção se tornam evidentes. A crise estrutural que enfrentamos nunca foi passageira, e a emergência do desemprego crônico é mais um elemento da bola de neve econômica. O problema que antes se restringia à difícil situação de não termos no mercado trabalhadores devidamente qualificados abre espaço para a contradição: trabalhadores extremamente qualificados que, frente à crise, precisam encontrar fórmulas de sobreviver mantendo em partes seu *status* social.

Portanto, não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, mas de seu movimento em direção a um colapso; nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as consequências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas *todas* as categorias de trabalhadores qualificados e não qualificados: ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade. (MÉSZÁROS, 2011, p.1005)

Embora o “terceiro setor” difunda um discurso de absorção daqueles que estão vivenciando o “desemprego crônico” através de mais cursos de aperfeiçoamento e transferência de áreas de atuação, nenhuma destas medidas controladoras, de longe, exaure a tendência a longo prazo de todos os setores terem seus trabalhadores ameaçados pelas reverberações do capital em colapso. Mézáros (2011, p.1006) explica que, quando o capitalismo alcança um ponto de saturação em seu espaço e não consegue simultaneamente descobrir novos canais para expansão, seja na forma de imperialismo ou neocolonialismo, não há alternativa a não ser permitir que sua força de trabalho local sofra as graves consequências da degradação da taxa de lucro, no caso, o desemprego em massa. Isso explica a razão de a classe trabalhadora de alguns dos países da Europa, por exemplo, tidos como os mais

desenvolvidos no campo “pós-industrial”, estarem experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”.

Indo na contracorrente do capital em crise, a sociedade, como um todo, tem uma única saída, posto que,

quando a própria existência da humanidade está em jogo, como de fato está neste ponto de uma crise sem precedentes na história humana, o único programa realmente praticável – em agudo contraste com a praticabilidade contraproducente de medidas manipulatórias que apenas agravam a crise – é o programa marxiano de reestruturação radical, “*de cima a baixo*”, da totalidade das instituições sociais, das condições industriais, políticas e ideológicas da existência atual, de “toda a maneira de ser” de homens reprimidos pelas condições alienadas e reificadas da sociedade de mercado. (MÉSZÁROS, 2011, p.1008)

Contrariando a demagogia burguesa, temos a esperança que novas vozes ecoem e os trabalhadores, conscientes de sua função social, gritem como um trabalhador contemporâneo a Marx expôs,

A mercadoria que eu te vendi distingue-se da massa das outras mercadorias pelo fato de seu uso criar valor e, mais do que isso, um valor maior do que aquele que ela mesma custou. Foi por isso que a compraste. O que do teu lado aparece como valorização do capital, do meu lado aparece como dispêndio excedente de força de trabalho. Tu e eu só conhecemos, no mercado, uma lei, a da troca de mercadorias. E o consumo da mercadoria pertence não ao vendedor que a aliena, mas ao comprador que a adquire. A ti pertence, por isso, o uso de minha força de trabalho diária. Mas por meio do preço que a vendo diariamente eu tenho de reproduzi-la a cada dia, pois só assim posso vendê-la novamente. Desconsiderando o desgaste natural pela idade etc., tenho de ser capaz de trabalhar amanhã com o mesmo nível normal de força, saúde e disposição que hoje. Não cansas de pregar-me o evangelho da ‘parcimônia’ e da ‘abstinência’. Pois bem! Desejo, como um administrador racional e parcimonioso, 392/1493 gerir meu próprio patrimônio, a força de trabalho, abstando-me de qualquer desperdício irrazoável desta última. Quero, a cada dia, fazê-la fluir, pô-la em movimento apenas na medida compatível com sua duração normal e seu desenvolvimento saudável. Por meio de um prolongamento desmedido da jornada de trabalho, podes, em um dia, fazer fluir uma quantidade de minha força de trabalho maior do que a que posso repor em três dias. O que assim ganhas em trabalho eu perco em substância do trabalho. A utilização de minha força de trabalho e o roubo dessa força são coisas completamente distintas. Se o período médio que um trabalhador médio pode viver executando uma quantidade razoável de trabalho é de 30 anos, o valor de minha força de trabalho, que me pagas diariamente, é de $1/365 \times 30$, ou $1/10.950$ de seu valor total. Mas se a consumes em 10 anos, pagas-me diariamente $1/10.950$ em vez de $1/3.650$ de seu valor total; portanto, apenas $1/3$ de seu valor diário, e me furtas, assim, diariamente, $2/3$ do valor de minha mercadoria. Pagas-me pela força de trabalho de um dia, mas consumes a de 3 dias. Isso fere nosso contrato e a lei da troca de mercadorias. Exijo, portanto, uma jornada de trabalho de duração normal, e a exijo sem nenhum apelo a teu coração, pois em assuntos de dinheiro cessa a benevolência. Podes muito bem ser um cidadão exemplar, até mesmo membro da Sociedade para a Abolição dos Maus-Tratos aos Animais, e viver em odor de santidade, mas o que representas diante de mim é algo em cujo peito não bate um coração. O que ali parece ecoar é o batimento de meu próprio coração. Exijo a jornada de trabalho normal porque, como qualquer outro vendedor, exijo o valor de minha mercadoria. (MARX, 2013, p. 308)

O investimento na busca de formar profissionais “capacitados” ao nível de compreender aquilo que a empresa exige é a pedra basilar nesse negócio lucrativo filantrópico. Como afirma Sergio Farjeman, diretor da área de pessoas do Itaú, em entrevista à revista Exame do dia 27 de março de 2014, “fazer um treinamento é fácil, formar líderes é que é difícil”. Assim como no Itaú, o Bradesco tem a política de capacitar, nos moldes mercadológicos, os trabalhadores e seus filhos. Ao fazer parte da equipe, cotidianamente os funcionários são intimados a participarem de cursos e treinamentos que possibilitem uma maior forma de apropriação de seu trabalho pela empresa. As crianças e jovens na escola são formados na lógica de verem no empresariado um caminho para a melhoria em suas condições de vida. Ter um raciocínio lógico matemático avançado e um anseio por descobrir estratégias de acúmulo de riquezas são estímulos rotineiros. Tudo que é necessário para gerar mais lucros será realizado pelo capitalista sem medição de esforços. No Banco Itaú, há um financiamento, por exemplo, de parte da graduação e pós-graduação de seus funcionários que se apresentem como atraentes para a empresa. Sergio Farjeman, na mesma entrevista, afirma que é reservado uma verba – que em 2013, foi de 23 milhões de reais – e os executivos de cada área da empresa escolhem, entre seus funcionários, aqueles que se destacam e devem receber o subsídio. No ano passado, 5.997 colaboradores foram contemplados. Os critérios para a seleção são baseados em entrega de resultados, potencial para crescimento e interesse do profissional. Em média, a companhia banca 60% do valor total dos cursos. Além disso, o banco trabalha com redes de instituições de ensino que, em parceria, concedem descontos aos funcionários do Itaú, extra a escola de negócios fornecida pela empresa.

Destarte, nos últimos quarteis de décadas a leva de oportunismos e empresas ditas “cidadãs” cresceram descontroladamente. À medida em que a população começa a exigir novas estratégias e se rebelam contra os efeitos de uma crise que apenas prejudica a classe trabalhadora, um incentivo ao empreendedorismo e as “cordas de salvação” sob forma de organizações não-governamentais e fundações se apresentam como saídas para sobrevivência em uma sociedade que caminha para a barbárie. É interessante como a mesma mão que dá assistência, retira do trabalhador sua humanidade e o atira em um jogo competitivo contra seus próprios irmãos de classe. Se com o feudalismo existia uma estagnação na condição social de seus integrantes, com o capitalismo foi dada uma esperança de mobilidade social, mas, como tudo tem um preço, para ascender, é necessário lutar e, nesta luta, a terra é embebecida com o sangue do trabalhador. O estranhamento não mais na mercadoria produzida, mas na natureza do homem se intensifica. A chave para o sucesso não se encontra mais apenas no conhecimento científico e tecnológico, mas na aplicabilidade destes

conhecimentos no empreendedorismo e na proatividade. Investe-se muito na educação. Apesar de ser um negócio cujo resultado somente pode ser colhido após anos de investimento, como assegura Dulany (*apud* IOSCHPE, 1997, p.70), para construir parcerias felizes é necessário tempo e exige esforços que conduzem a soluções sancionadas. Logo, a melhor forma de ideologizar e atacar os trabalhadores é fazer com que acreditem que o capital se preocupa com eles. A presença do “terceiro setor” na educação, a exemplo da Fundação Bradesco e Fundação Itaú, no Brasil, são a prova disto. Todavia, como assevera Mészáros (2011, p.1008), programas e instrumentos de ação sociopolíticos legitimamente compromissados com o social só podem advir pela própria prática social crítica e autocrítica no curso de seu efetivo desenvolvimento pelos sujeitos do ato e do processo. Muitas organizações do “terceiro setor” escondem-se por trás das iniciativas da população que, não tendo ninguém para socorrê-las, resolve chamar para si a responsabilidade de mudança do seu meio.

3.2 A FILANTROPIA EMPRESARIAL E SEU PAPEL ÍDEO-POLÍTICO NA EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES: UMA ALICE NO PAÍS DAS MARAVILHAS

- Poderia me informar, por obséquio, que caminho devo tomar?
 - Isto depende de onde você quer chegar, disse o gato.
 - Eu não me importo muito para onde... disse Alice.
 - Então, não tem importância que caminho você tome, disse o gato.
 - Desde que eu chegue a algum lugar... disse Alice.
 - Certamente que chegará, disse o gato.
- (Lewis Carroll)

Na história de Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll nos apresenta Alice, uma menina doce e aventureira que, seguindo um coelho branco atrapalhado, transporta-se para o País das Maravilhas. O que Alice não sabia era que esse lugar tinha como Rainha uma mulher muito possessiva e dominadora, a Rainha de Copas. A Rainha, quando não se agradava com alguma atitude de seus súditos, mandava que seu exército cortasse a cabeça de quem lhe desagradou, e com a menina não seria diferente. Alice fará grandes amizades na busca de voltar para o seu verdadeiro lar e fugir do domínio da Rainha, e conhecerá seres enigmáticos, como o gato de Cheshire, que manterá a menina sempre reflexiva e atenta a suas ações no ambiente estrangeiro. Nesta alusão teremos Alice como a classe trabalhadora, a Rainha de Copas como o capital, o Gato representará o mercado, o Exército real será o Estado

capitalista, o Chapeleiro Maluco e o Coelho serão metáforas às ONG's e entidades filantrópicas.

Em tempos onde o espectro da crise econômica assombra a classe trabalhadora, independente do grau de serviço que exercem no sistema, temos o trabalhador perdido no País das Maravilhas. A rainha de Copas, ou o Capital, é impiedosa e, para atingir suas metas, não mede esforços para liquidar todos que se opõe à sua soberania e poder ídeo-político. O mercado e seu enigmatismo responde aos anseios do trabalhador com mais perguntas, dificultando que este consiga trilhar o melhor caminho para sobrevivência. E as ONG's surgem como amigos da classe, que ao mesmo tempo tomam chá com nossa Alice e são servos da Rainha.

O capitalismo não aceita que exista motim no sistema, e se utilizará de inúmeros estratégias para garantir que nada saia do seu controle. Se antes utilizava-se da ideologia do poder, em que obedece quem tem receio de cair no abismo da marginalização, na contemporaneidade, projetos que se destinam a educação são os caminhos falsificadores da ordem econômica e social esperada pela camada dominante. Como a Rainha de Copas, o capital exige que seus soldados, na figura do Estado, ameacem e sejam seus cúmplices sob o risco de terem suas cabeças cortadas caso não se mostrem a favor das vontades reais.

Frente a ditadura disfarçada que vivemos,

Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro. (EMIR SADER, prefácio à obra *Para Além do Capital*, de István Mészáros, 2008, p.16)

Partindo desta provocação feita por Emir Sader no prefácio da obra *Educação para além do capital*, de Mészáros, somos convidados a repensar sobre em que tipo de sociedade nós vivemos, e como se desdobra o complexo da educação na atual conjuntura do capital. É importante termos a clareza, como aponta Mészáros (2008, p.25), de que a educação é inconcebível sem uma concomitante transformação tanto do quadro social quanto das práticas educacionais pertencentes à sociedade. Sob esta perspectiva, a educação deve cumprir sua vital e histórica função de mudança, e isto somente poderá ser possível com a ruptura dos grilhões criados pelo capital. É impossível uma mudança radical, da raiz, sem a destruição do sistema econômico capitalista, posto que 'o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível*' (MESZÁROS, 2008, p.27).

Pensemos nas seguintes questões: O que é educação? Como educar? Para quem educar? Educação é o mesmo que formação humana? Como formar o homem de forma integral? Teria a definição de como educar e formar o ser humano de modo que essa ideia perdurasse por toda a nossa existência e de nossos descendentes?

De acordo com TONET (2006, p.6), a educação deveria formar o homem integral. De modo geral,

[...] cabe a ela, aqui conceituada num sentido extremamente amplo, a tarefa de permitir aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano (TONET, 2006, p.7)

Para que esse tipo de educação seja posta para o indivíduo, é necessário que a sociedade seja moldada em outros ideais. Dentro de uma sociedade capitalista, tais objetivos não seriam possíveis de serem concretizados, pois esse tipo de ensino irá contra o que é defendido pelo sistema. Uma formação realmente integral supõe a humanidade constituída sob a forma de uma autêntica comunidade humana, e esta pressupõe, necessariamente, a supressão do capital. (TONET, 2006,p.5)

No que tange a educação e a formação humana, apesar de deverem caminhar em conjunto, não podem ser entendidas como iguais. Na teoria pedagógica tradicional, veremos que o contrassenso entre o ser e o dever ser é algo natural e que não poderá ser eliminada por completo da condição do ser humano, entretanto, a busca por melhorias poderá ser o caminho mais viável para harmonia do ideal e a realidade na qual estamos inseridos.

A ideia de formação humana pode ser entendida mais claramente em sua gênese através da palavra grega *paideia*, talvez porque esta seja a que melhor exprimiu o real caráter do que seja o “desenvolver no homem, aquilo que lhe era específico por natureza: o espírito e a vida política”. Contudo, esse tipo de formação era exclusividade apenas dos cidadãos que eram homens livres e nascidos nas cidades-estados da Grécia, proprietários de terras, formando, assim, a aristocracia rural. Vale ressaltar que mulheres e crianças não eram tidas como cidadãs.

Esse tipo de formação, entretanto, era unilateral, uma vez que o cultivo do espírito era sempre privilegiado, mesmo quando se acentuava a necessidade de formar o corpo e o espírito, a ênfase estava na formação do último. Não havia a necessidade de trabalhar o corpo, já que as tarefas que requeriam tal preparo era destinado apenas aos considerados de condição inferior. Com o advento do capitalismo, esse cenário se transforma e ocorre uma inversão entre trabalho e formação cultural.

Quando o capitalismo entrou em cena, houve uma profunda mudança nessa ideia da formação cultural. O trabalho passou a ser privilegiado como a atividade principal. Não, porém, o trabalho como uma atividade criativa, explicitadora das potencialidades humanas, mas o trabalho como simples meio de produzir mercadorias, e especialmente, a mercadoria das mercadorias, que é o dinheiro. (TONET, 2006, p.2)

Para a lógica capitalista, a formação cultural seria como “a cereja do bolo” dentro da acumulação da riqueza material. Com a sociabilidade capitalista, a centralidade do trabalho abstrato³⁹ nos permitirá entender que a formação cultural/espiritual estará subordinada aos imperativos da produção da riqueza, havendo, por isso, a barreira na construção de uma autêntica formação humana integral.

Partindo do ponto de vista histórico, na sociedade primitiva, antes da criação das classes sociais, a formação – e tudo o que era adquirido material e espiritualmente pelo grupo – era igualmente dividida para todos os membros. Todavia, todas essas fontes eram precárias e limitadas, havendo, ainda, a própria limitação de desenvolvimento dos indivíduos, de modo que, aos poucos, o repasse de tais condições materiais e espirituais eram destinadas a poucos, aqueles que obtivessem maior destaque e astúcia. Assim, com o surgimento da sociedade de classes,

[...] produziu um duplo efeito na história da humanidade. Por um lado, possibilitou um desenvolvimento muito rápido das forças produtivas e também da riqueza espiritual. Por outro lado: a divisão da sociedade em classes excluiu a maioria da população do acesso a riqueza acumulada pela humanidade. O que fazia com que essa massa ficasse confinada a um nível muito próximo da animalidade. (TONET, 2006, p.3-4)

As classes anteriores ao capitalismo proclamavam a naturalidade entre a desigualdade das classes e faziam com que a expectativa de que uma classe subalterna chegasse ao poder fosse algo fora da realidade, diferente do capitalismo, que prega o ideal da igualdade de todos os homens por natureza. Entretanto, isso não se torna possível, visto que a dissociação entre discurso e realidade faz-se necessária. Fala-se do direito de todos a uma formação integral, no entanto, exclui-se a maioria, e maior contradição há na formação integral (espiritual-cultural-intelectual), sendo que esta inclui a formação do trabalhador para atender às demandas do capital. Assim, [...] essa parte da preparação “integral” nada mais é do que a transformação do ser humano em mercadoria apta a atender os interesses da reprodução do capital. (TONET, 2006, p.4).

³⁹ “A economia nacional considera o trabalho abstrato como uma coisa; o trabalho é uma mercadoria: se o preço é alto, a mercadoria é muito procurada; se é baixo, [a mercadoria] é muito oferecida; como mercadoria, o trabalho deve baixar cada vez mais de preço: o que força a isso é em partes a concorrência entre capitalista e trabalhador, em parte a concorrência entre trabalhadores.” (MARX, 2009, p.36)

A força de trabalho será posta como uma mercadoria, onde seu proprietário (o trabalhador assalariado) a venderá para o capital, pois necessita sobreviver e não conseguirá mais separar sua vida do trabalho, e principalmente, não se reconhecerá como sujeito do processo⁴⁰. Marx, em *Trabalho Assalariado e Capital* (2010, p. 36-37), traz de modo sucinto o sentimento do trabalhador perante o momento de produção.

[...] a força de trabalho em ação, o trabalho mesmo, é a própria atividade vital do operário, a própria manifestação da sua vida. É esta atividade vital que ele vende a um terceiro para se assegurar dos meios de vida necessários. A sua atividade vital é para ele, portanto, apenas um meio para poder existir. Trabalha para viver. Ele nem sequer considera o trabalho como parte da sua vida, é antes um sacrifício da sua vida. [...] A vida, para ele, começa quando termina essa atividade, à mesa, no bar, na cama. As 12 horas de trabalho não têm, de modo algum, para ele, o sentido de tecer, de fiar, de perfurar, etc., mas representam unicamente o meio de ganhar o dinheiro que lhe permitirá sentar à mesa, ir ao bar, deitar-se na cama.

A partir do surgimento da sociedade capitalista, começa a existir deformidades na formação integral. A propriedade privada e as divisões de classes deram origem ao fenômeno da alienação⁴¹, que não atinge apenas o sujeito explorado, mas também seu explorador. O explorado torna-se alienado por motivos já conhecidos. Não obstante, ao pôr nesta mesma categoria o explorador, entendemos que, apesar da medida do dinheiro – e principalmente, o que isto ocasiona (o poder que é dado a um determinado indivíduo ou grupo) – ser diretamente proporcional a medida do acesso a formação, esta não deixará de ser unilateralizante, quando leva-se em consideração que, ao privilegiar apenas o seu lado espiritual e menosprezar a atividade fundamental do ser social, o trabalho deforma a construção do homem em sua excelência. A formação humana implica na emancipação humana, e voltamos a afirmar que isto é impossível sob os moldes capitalistas.

Parafrazeando Marx (2011, p.25), os homens fazem sua própria história. No entanto, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois estes não escolheram as circunstâncias sob as quais estas lhe foram apresentadas. Apesar disso, a mudança de como as mesmas circunstâncias estão concebidas também se encontra somente nas mãos dos homens.

⁴⁰ “A elevação do salário desperta no trabalhador a obsessão do enriquecimento [típica] do capitalista que, contudo, ele apenas pode satisfazer mediante o sacrifício de seu espírito (*Geist*) e de seu corpo. A elevação do salário pressupõe o acúmulo do capital, e conduz a ele. Torna, portanto, o produto do trabalho cada vez mais estranho perante o trabalhador” (MARX, 2009,p.27)

⁴¹ Dentro da sociedade primitiva: “[...] a alienação atua principalmente nas concepções de mundo que depositam nas forças sobrenaturais a capacidade de fazer a história que, sabemos hoje, é puramente humana.” (LESSA e TONET, 2008, p.90). Com a sociedade de classes, “[...] o trabalho alienado faz com que aos trabalhadores caiba apenas a miséria material, mas também a eles é negado o acesso ao desenvolvimento humano mais genérico de seu tempo, pois sua atividade cotidiana e seu vínculo com a sociedade se faz pelo trabalho alienado” (LESSA e TONET, 2008, p.94)

Tendo em vista esta circunstância, qual a razão da construção de um mundo tão desumano? E se assim é, como os mesmos agentes não conseguem reverter tal sistema desigualitário que eles mesmos formaram, construindo uma sociedade autenticamente humana? O homem, e apenas ele, é o responsável por sua própria miséria. Ele construiu suas alienações e continua a perpetuá-la. Esta por sua vez, trata como mercadoria o que deveria ser humano, sendo assim, coisa não é gente. A reificação⁴² é algo concreto e presente, perpassando todas as sociedades já existentes. É imprescindível que haja, o quanto antes, uma revolução de todos os homens, tendo, contudo, como ponto de partida que

[...] a revolução comunista não é uma realização necessária e inevitável do processo histórico (como tanto afirmavam o “marxismo vulgar” e o stalinismo), mas sim um ato de afirmação do ser humano que se emancipa e se liberta: que se emancipa porque estará se livrando das alienações capitalistas; eu se liberta porque objetivará uma finalidade essencialmente humana e, ao mesmo tempo, possível no quadro histórico atual.” (LESSA e TONET, 2008,p.116)

Ao tocar na relação educação-trabalho, trazemos à luz a questão das categorias da socialidade – entendendo que o trabalho é um ato social, a linguagem, tendo esta como consequência da atividade social, não importando a forma, apenas observando a fala desde o primeiro momento do trabalho – e da própria educação – admitindo que, diferentemente de outros animais, nós, como seres humanos, não nascemos geneticamente determinados a realizar atividades vitais a nossa sobrevivência, necessitando aprender o que temos que fazer. O trabalho estará ligado fortemente a teleologia. Em *Marxismo e Educação*, Tonet faz uma sucinta distinção desta relação apontando que

[...] trabalho é a única categoria que faz a mediação entre o homem e a natureza. Só ele tem a função social de produzir os bens materiais necessários à existência humana. A educação, por sua vez, é a mediação entre os próprios homens, ainda que ela possa estar relacionada, de modo mais próximo ou mais longínquo, com o próprio trabalho. (TONET, 2011, p. 9).

Com a chegada do capitalismo, a educação se organiza de modo a estruturar seus métodos e conteúdos às novas demandas. Assim como a desigualdade social, esta terá a aceitação e a naturalidade de suas desigualdades. O intrigante é que a justificativa para o desastre na formação integral do indivíduo na conjuntura do capital é direcionada para outros fatores, como a má distribuição de rendas, a falta de recursos, e o desinteresse da classe

⁴² “Reificação é, portanto, o desenvolvimento de relações sociais que apenas contemplam aquilo que, no indivíduo, pode ser comprado e vendido: sua força de trabalho.” (LESSA e TONET, 2008, p.67).

trabalhadora, no entanto, estes são apenas pontas de um grande *iceberg* que constitui o capitalismo.

A burguesia encontra-se determinada em uma “contradição insanável”, como apregoa Tonet (2011), compreendendo que a própria forma de trabalho que lhe dá origem é a mesma que leva à produção e reprodução da desigualdade social a qual estamos cometidos. Simultânea à autorreprodução do capital por meio da exploração e apropriação do trabalho alheio, a reprodução do capital lhe exige uma instauração da igualdade formal. No âmbito da educação, existe muita contradição e problemática entre o discurso e a realidade objetiva, primeiro porque exige-se uma formação integral, pautada na participação, na liberdade, na cidadania, e na criticidade dos indivíduos presentes no grupo, contudo, não são concedidos aos sujeitos do processo os devidos elementos para tal postura.

Ao discutir-se formação integral, deve-se pôr em evidência as raízes das desigualdades sociais, e poderíamos ir mais longe nesse ponto, destacando que, sem uma postura radical, contrapondo-se à lógica do capital, de modo algum poderá se contribuir a favor de uma sociedade justa que tanto se conclama. Não obstante, não é apenas a economia que está mergulhada no caos da crise estrutural, mas a própria humanidade, que se deforma numa intensidade avassaladora.

Sob a regência do capital, a humanidade foi se tornando uma entidade cada vez mais unitária, mais interdependente. Porém, no seu interior, as oposições – entre os países, as classes, os grupos sociais, os indivíduos – foram se tornando cada vez mais profundas. (TONET, 2006, p.8)

A condição de uma educação como “a redentora” dos problemas da humanidade, em suma, a escola que é oferecida a classe trabalhadora está longe da emancipação e, ao contrário do que se espera, resultará no que TONET (2006) intitula de *escravidão moderna*, atendo-se ao fato de que dela espelha-se apenas a exploração do homem pelo homem, e mais, a escola como instrumento de formação do indivíduo atende exclusivamente aos interesses da minoria.

É uma falácia acreditarmos que a formação humana na sociedade capitalista é acessível a todos, por meio das instituições de ensino, e que a culpa pelo fracasso social está no próprio indivíduo. A qualidade do ensino dado ao filho do trabalhador, em comparação à educação dada ao filho do burguês, é completamente distinta, quando temos em mente que não é interesse da classe dominante compartilhar do conhecimento. Quem tem conhecimento, tem poder, e o poder não é para todos nessa sociedade.

A emancipação plena somente será possível quando o homem como ser social se voltar para si e perceber que a integralidade da educação está em ir para além do capital e seus instrumentos, implicando, assim, em um compromisso da sociedade com a luta pela construção de um outro modelo de sistema.

O Estado, autoridade e representante dentro do sistema capitalista, permite-se um limite para a liberdade, quiçá emancipação, contudo, sem jamais permitir que o homem seja, por si, um ser livre. Nós criamos nossa própria escravidão e o preço da nossa libertação é alta, exigindo que todos se unam frente à batalha.

Segundo Marx e Engels (2010,p.16),

Se os utopistas foram utopistas, é porque, numa época em que a produção capitalista estava ainda tão pouco desenvolvida, eles não podiam ser outra coisa. Se foram obrigados a tirar das suas próprias cabeças os elementos de uma nova sociedade, é porque, de uma maneira geral estes elementos não eram ainda bem visíveis na velha sociedade; se limitaram-se a apelar à razão para lançarem os fundamentos do seu próprio edifício, é porque não podiam, ainda, apelar à história contemporânea.

A educação como um influente instrumento ideológico das ideias da classe dominante e, sobretudo, meio de reprodução social sob a égide do capital, acaba por ultrapassar os limites das paredes escolares e dissemina certezas, em que temos inserido não uma luta da classe trabalhadora de simples ordem técnica, mas uma discussão que vai para além de conteúdos reproduzidos, no intuito de se formar pessoas com as determinadas competência exigidas pela sociedade na contemporaneidade. Vincular um ensino pautado na cidadania não significa o mesmo que formar o indivíduo humanamente.

Tonet (2006) traz à luz da questão que a luta em prol de uma sociedade plenamente emancipada somente terá seu desenrolar em situações extremamente adversas, no qual o capital não poderá exercer seu domínio absoluto, sob pena de se autodestruir. Com isso, Marx e Engels (2007, p. 533-4) abordam que

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva [gegenständliche Wahrheit] não é uma questão da teoria, mas uma questão prática. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza ceterior [Diesseitigkeit] de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente escolástica. A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como prática revolucionária.

A situação da educação e da formação é bastante crítica e isso não é recente. Cada vez mais o Estado precariza o tipo de ensino dado à classe trabalhadora, e oferece apenas o que lhe é vital à sobrevivência, ao passo que exige o desenvolvimento de competências para o mercado de trabalho. Custeia-se apenas o que gera lucro, e, dada as circunstâncias, como conscientizar para luta os indivíduos, se a escola muitas vezes poda seus professores – e conseqüentemente alunos – que crescem e reproduzem conceitos vistos outrora? Marx (2007, p. 44) já ratificava que, quanto menor era o tempo de formação profissional exigido por um trabalho, menores seriam os custos de produção do operário, e menor seria o preço de seu trabalho, de seu salário. “O preço do seu trabalho será, portanto, determinado pelo preço dos meios de existência necessários”. O que aflige é o aumento da substituição de homens por máquinas, tendo em vista que a máquina produz os mesmos efeitos numa escala muito maior, ao impor a substituição de operários não especializados (MARX, 2007, p.65). Com isso, necessita, para seu funcionamento, apenas um homem que tenha conhecimento para manuseá-la, e é para isso que a escola está formando seus “minissoldadinhos”.

“[...] o homem, como máquina, desgasta-se e tem de ser substituído por outro homem. Além da quantidade de meios de subsistência necessários para seu “próprio” sustento, ele precisa de outra quantidade dos mesmos artigos para criar determinado número de filhos, que terão que substituí-lo no mercado de trabalho e perpetuar a classe de trabalhadores. Além disso, tem de gastar uma soma de valores no desenvolvimento de sua força de trabalho e na aquisição de uma certa habilidade. Para o nosso objetivo, basta considerar apenas o trabalho “médio”, cujos gastos com educação e aperfeiçoamento são grandezas insignificantes.”

Diante de toda essa situação em que, como aponta Mészáros (2008, p.27), a limitação de uma mudança educacional radical às margens das correções interesseiras do capital é o conseqüente abandono, consciente ou não, do objetivo de uma transformação social qualitativa. O complexo educacional também se torna responsável por uma contínua fixação de valores no interior do pensamento dos indivíduos, fazendo-os interiorizarem as pressões externas do capital.

Com esses apontamentos iniciais, pretendemos colocar em debate o papel predominante que a escola cumpre nessa tentativa de salvar o sistema econômico em crise, acarretando uma negação muito mais agudizada dos conhecimentos sistematizados. O cerne da questão não é a formação ampla para que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades, tampouco o trabalho como atividade por meio da qual o homem produziu sua essência histórica, o que está posto, nesse projeto do capital, para a classe trabalhadora é a sua formação mínima para que haja apenas o aprendizado para o trabalho, transformando o homem em mero objeto de produzir a riqueza privada.

Braga, Freres, Jimenez, Gonçalves (2010, p.2) afirmam que, à medida que as complexificações sociais foram surgindo, exigiu-se do homem a criação de novas atividades com a função de mediar a reprodução social. Assim, surge a educação, cujo caráter é forjado para além de repassar o saber historicamente acumulado pelos indivíduos, atuando na subjetividade e influenciando nas ações do ser humano.

Sobre os efeitos danosos do capital sobre a humanidade, Paniago (2008) aponta que, desde o momento em que adquiriu uma maior maturidade, no século XIX, o capitalismo sofreu com crises, nas quais se produzem contradições e, em meio a isto, não é possível encontrar soluções que sanem por completo esses problemas, deslocando a problemática de um setor para outro, trazendo, assim, a falsa ideia de controle de suas crises. Esse cenário não é acontece apenas no campo econômico, mas na educação também, já que esta é constantemente rearticulada em prol da recuperação do sistema capitalista.

Nesse sistema, a educação – que se subjugou ao trabalho em razão da produção de mercadorias e da deformação da consciência do trabalhador – visa, como diz Mészáros (2008), formar pessoas com as determinadas competências exigidas pela sociedade na contemporaneidade, ou seja, serve como locus privilegiado para a formação dos indivíduos necessária ao capital, tornando-os aptos e adaptados à lógica desse sistema. Assim, a educação se envolve num discurso de formação para a cidadania, tomada como sinônimo de formação humana (TONET, 2005). Para que esse tipo de educação seja posta para o indivíduo, é necessário que a sociedade seja ludibriada com um discurso idealista que não responde pelos problemas históricos de nosso tempo. Dito de outro modo, na sociedade capitalista há um distanciamento entre a realidade, que segue seus caminhos próprios, e o discurso produzido sobre essa mesma realidade, discurso esse envolto em um invólucro mistificador, que esconde as reais necessidades do capital, primordialmente no que se refere à formação do trabalhador.

Mészáros (2008, p.35) denuncia que o tipo de educação institucionalizada, em especial, nos últimos 150 anos, serviu, de modo geral, ao propósito de não apenas fornecer os conhecimentos e a mão de obra necessária à maquinaria produtiva, mas, sobretudo, gerar, transmitir e legitimar os interesses da classe dominante. Assim, ao passo que esse discurso ganha força, deveria existir simultaneamente adulteração ideológica da história dos homens, para que estes não acreditem em outra alternativa histórica para além do sistema do capital.

Destarte, como põe Tonet (2008, p. 5), uma formação realmente integral supõe a humanidade constituída sob a forma de uma autêntica comunidade humana, e esta pressupõe, necessariamente, a superação do capital baseada no trabalho associado, livres dos grilhões do

trabalho explorado. Esta sociedade pressupõe, necessariamente, a superação do sistema sociometabólico do capital, e é para esta alternativa que devemos apontar a tarefa educativa, dado o caráter contraditório do espaço escolar.

3.2.1 A filantropia empresarial e seu papel nas diretrizes educacionais: a pedagogia empresarial e a intervenção na educação dos trabalhadores

Se nossas tropas não forem maiores que aquelas do inimigo, isso é amplamente suficiente, significando que não poderá ser feito um ataque direto. O que podemos fazer é simplesmente concentrar todas as forças disponíveis, manter estreita vigilância sobre o inimigo e obter reforços. (TZU, 2011, p. 112)

O fragmento retirado da obra *A arte da guerra*, de Sun Tzu, pode ser entendido como um mantra capitalista, tendo, como foco, manter seu domínio sobre a classe trabalhadora. Recaindo sobre a centralidade no processo de rompimento dos grilhões que ainda prendem a maioria dos homens à miséria econômica e social, a pedagogia empresarial e as consultorias oriundas de corporações privadas ditam e moldam um ensino no qual os pilares baseiam-se em fazer das salas de aulas pequenas empresas. Atitudes como liderança, motivação, desempenho e administração do tempo são vistos como chave para o sucesso das crianças, jovens e adultos que ainda estão no ambiente escolar e que pretendem conquistar e manter espaço no mercado de trabalho.

Mészáros afirma, em sua obra *Educação para além do capital*, que a educação possui duplo caráter formador. Se por um lado constitui uma forma de o capital adentrar com seus tentáculos, produzindo condições objetivas de manutenção da ordem social do sistema econômico, internalizando falsas perspectivas, valores e ideologias, legitimando para o trabalhador algo que não é seu. Em contrapartida, quando exercida em prol do trabalhador, a educação é mais um mecanismo na *transcendência positiva da autoalienação do trabalho*, isso porque,

Inevitavelmente, os primeiros passos de uma grande transformação social na nossa época envolvem a necessidade de manter sob controle o estado político hostil que se opõe, e pela sua própria natureza deve se opor, a qualquer ideia de uma reestruturação mais ampla da sociedade. Neste sentido a *negação radical* de toda estrutura de comando político do sistema estabelecido deve afirmar-se, na sua inevitável negatividade predominante, na *fase inicial* da transformação a que se vise. Mas, mesmo nessa fase, e na verdade antes da conquista do poder político, a negação necessária só é adequada para o papel assumido se for orientada efetivamente pelo *alvo global* da transformação social visada, como a *bússola* de toda a caminhada. Portanto, desde o início o papel da educação é de importância vital para romper com a internalização predominante nas escolhas políticas circunscritas à "legitimação constitucional democrática" do Estado capitalista que

defende seus próprios interesses. Pois também essa "contrainternalização" (ou contraconsciência") exige a antecipação de uma visão geral, concreta e abrangente, de uma forma radicalmente diferente de gerir as funções globais de decisão da sociedade, que vai muito além da expropriação, há muito estabelecida, do poder de tomar todas as decisões fundamentais, assim como das suas imposições sem cerimônia aos indivíduos, por meio de políticas como uma forma de alienação por excelência na ordem existente. (2005,p 61)

Diante da necessidade exposta de fortalecer laços promotores da “exclusão includente⁴³”, o capitalismo, por meio da sociedade classista, tende a justificar e responsabilizar os indivíduos por suas ascensões e decadências econômicas. Atuar com espírito empreendedor, na constante busca de estratégias para não cair em uma situação de miserabilidade maior que a já enfrentada, torna-se urgente. Perante a responsabilidade direcionada para a escola, o professor e a construção de saberes, o pedagogo empresarial deverá compreender a dinâmica da “empresa escola” e modificá-la segundo a realidade exigida, traçando, ainda, metas e propostas para melhor responder aos anseios mercadológicos de baratear a força de trabalho e ao mesmo tempo manter a eficiência dentro das limitações que são impostas aos trabalhadores e seus filhos. O segredo para a eficácia, segundo o capitalista, está em *aprender para ser competitivo*, e, nesta competição entre os trabalhadores, ganha o burguês, que terá vantagem na obtenção de força de trabalho qualificada e barata.

Trazendo para o debate o papel da filantropia empresarial nas diretrizes educacionais, Silva (2002, p. 171) afirma que, no Brasil, o financiamento da educação pública por outras ordens que não seja o Estado acontece desde os tempos coloniais. No Brasil Colônia, a filantropia em vigor tinha um cunho caritativo. Nessa filantropia, representada pela ordem dos jesuítas, por meio da venda de mercadorias e animais da ordem Companhia de Jesus, os religiosos acabavam não utilizando os poucos recursos oferecidos pela Coroa Portuguesa na construção de escolas, trazendo para si a responsabilidade de ofertar aquilo que os representantes do Estado se abstinham de fazer. Diante de tal conduta, criou-se uma imagem que perpassa a história e corrobora a ideia de ineficiência do Estado em proporcionar uma suave melhoria na condição de vida daqueles que vivem em condições minimamente necessárias, garantindo-lhes uma humilde sobrevivência.

Na década de 1950, quando a Fundação Bradesco – uma das maiores fundações no Brasil, voltada principalmente para a promoção da “educação do trabalhador” – afirmou, através de seu então presidente Amador Aguiar, o desejo de trazer para o proletariado aquilo

⁴³ Termo exposto pela professora Acácia Kuenzer em seu texto *Exclusão Includente e Inclusão Excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho*.

que os filhos da burguesia recebam do Estado de forma gratuita, acentuou mais ainda o caráter mercadológico da própria educação, pois

Nesta sociedade regida pelo Capital, a lógica da educação é a lógica do mercado. Sob essa lógica, os indivíduos devem ser preparados para a flexibilização das relações de trabalho e para a adaptação a tudo o que é imposto, além de garantirem um emprego para si. Nesse tipo de sociabilidade, a educação – que tem a função de mediar a consciência dos homens visando a sua reprodução – é um mecanismo poderoso no processo de reprodução das relações sociais alienadas. [...] Por isso, a educação é posta hoje como um mecanismo que pretende calar a voz e impedir as ações dos indivíduos em direção a uma mudança radical na sociedade. (BRAGA, FRERES, JIMENEZ, GONÇALVES, 2010, p.7)

Partindo para uma crítica radical, analisamos que a realidade nos aponta – assim como balizaram Marx e Engels n’*O manifesto comunista* (2010, p. 40) – para a perspectiva na qual a sociedade burguesa não aboliu, e não pretende abolir, os antagonismos de classe. O que ela pretende é construir e solidificar novas classes e novas formas de opressão, e, como consequência, novas formas de luta frente às que já existem.

Com a instauração da sociedade burguesa e a necessidade de instruir minimamente os trabalhadores – como antes era possível fornecer ensino de qualidade e gratuito para a burguesia – e, à medida que o proletário passa a fazer parte dos corredores escolares, o nível de ensino diminui. Todavia, o Estado é comandado por uma parcela mínima da população, a qual entende que dar conhecimento ao povo deixa em perigo o universo burguês e, conseqüentemente, o sistema capitalista. Por outro lado, falsificar o que é fornecido diretamente por eles aos trabalhadores os faz ganhar a confiança e respeito, garantindo-lhes pessoas trabalhando e gerando maiores lucros, seja diretamente, por meio do trabalho explorado, ou indiretamente, através de *marketing social* dos serviços prestados “gratuitamente” para os trabalhadores, que retorna posteriormente ao capitalista sob forma de novo capital.

A educação é instrumento indispensável para a transformação social e para o combate às desigualdades. Ao longo de nossa trajetória, buscamos constantemente contribuir para elevar a qualidade de vida das comunidades em que atuamos em todos os recantos do país. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2016)

Retomando o que foi dito por Marx e Engels (2010, p.43), assim como no passado, a sociedade burguesa continua a agir de modo revolucionário, modificando os instrumentos de produção e, por conseguinte, as relações de produção e, com isso, todas as relações sociais. Com indiferença e frieza, intensifica sua invasão mundialmente, entendendo que a burguesia necessita fixar-se em toda parte, explorar em toda parte, criar conexões em

toda parte, destruindo todas as relações econômicas já existentes, substituindo-as entre os homens por indiferença e frieza.

Não buscando delegar a educação – porém, esclarecendo o porquê de ser ela o veículo utilizado pela burguesia, uma vez que esse complexo, ontologicamente, de acordo com os estudos de Lukács em *Para uma ontologia do ser social*, representa o modo como o trabalho se fez reproduzir entre os homens, transpassando o tempo e espaço –, é incumbido, pelo capital, a construção de uma permanente fixação de valores no interior do pensamento dos indivíduos, fazendo-os interiorizarem as pressões externas do capital e caminharem de acordo com a lógica vigente.

Mészáros, em *A teoria da Alienação em Marx*, denuncia que

[...] a transcendência positiva da alienação é em última análise, uma tarefa educacional, exigindo uma “revolução cultural” radical para a sua realização. O que está em jogo não é apenas a modificação política das instituições de educação formal. [...] a tarefa de transcender as relações sociais de produção alienadas sob o capitalismo deve ser concebida no quadro global de uma estratégia educacional socialista. Esta última, não deve ser confundida com nenhuma forma de utopismo educacional. (2011, p.264)

O cerne da questão não é uma formação ampla para que os indivíduos desenvolvam suas potencialidades, como tenta transparecer a filantropia empresarial no campo educativo, tampouco o trabalho como atividade por meio da qual o homem produziu sua essência histórica. O que está posto, nesse projeto do capital para a classe trabalhadora, é a sua formação mínima para que haja apenas o aprendizado para o trabalho explorado, que o transforma em mero objeto de produzir a riqueza privada, coisificando-o e alienando-o, tendo em vista que [...] quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital (MARX, 2009, p. 81).

Acerca das “qualidades” que o trabalhador deve ter nesse processo de produção de riqueza privada, a agilidade é fundamental. Nesta guerra, deve-se aproveitar das fraquezas dos inimigos e deslocar-se por rotas inesperadas, atacando pontos desguarnecidos. Fundamentado neste ideário, o sistema capitalista, assim como um vírus, metamorfoseia-se continuamente, procurando novas estratégias de continuar existindo. Investir na formação do trabalhador é dotá-lo de conhecimentos fragmentados, superficiais, aligeirados e, ainda, introjetar neles os valores e ideias da própria classe dominante. Apesar de a educação formal requerer tempo e investimento financeiro e estrutural, moldam-se mentes, e ideias adicionadas de força são indispensáveis em um campo de batalha onde o exército líder é composto por uma minoria.

Para atacar a classe trabalhadora, o sistema capitalista utiliza como artifício a utilização de “espões”, tendo em vista que, para os donos dos meios de produção, é por intermédio das informações trazidas pelos espões que a burguesia é capaz de descobrir as fraquezas da classe trabalhadora e contratar espões locais e internos (Marx, 2009, p. 149). Neste contexto, entra em cena a pedagogia empresarial, área destinada para discutir a filosofia e as políticas de recursos humanos a serem adotadas dentro das empresas. Ribeiro (2010b, p.10) pontua que o papel desempenhado na empresa pelo pedagogo não deve se confundir com a atuação do mesmo profissional em uma escola. Contudo, acreditamos que ocorre uma distorção conceitual pelas políticas empresariais quando estas se inserem no seio escolar.

O pedagogo empresarial auxilia, articula e cria estratégias, sob forma de projetos, que transformam a dinâmica da escola em moldes de empresas, justificando o ambiente empresarial como espaço educativo e associado a pessoas que exercem uma atividade com objetivos específicos, contribuindo para que os indivíduos detenham uma maior aprendizagem e se apropriem de conhecimentos e informações. Dentro do ambiente escolar, o foco da pedagogia empresarial seria o de produzir profissionais capacitados, que “vistam” a camisa da empresa onde irão trabalhar e acreditem em si e no seu grupo. Estas empresas seriam ferramentas essenciais para a pretensa superação de todas as crises que poderão ameaçar o sistema econômico.

De acordo com Mendes Segundo (2005, p. 109), a educação inserida em um contexto neoliberal-gerencial representa uma alavanca na economia. Neste caso, o Estado age como mediador de uma qualificação básica para os trabalhadores que deverão ingressar no mercado de trabalho.

Desde a década de 1970, a educação é convocada para remediar os efeitos devastadores do capital, mas foi com a chegada dos anos de 1990 que ela ganhou força e importância no cenário econômico, como apontam Shiroma e Campos (1997, p. 22). A necessidade de preparação de recursos humanos qualificados, que possibilitem a abertura da implementação de novas tecnologias nas grandes empresas inseridas nos países latino-americanos, e conseqüente entrada destes na economia globalizada, exigiu que houvesse uma reestruturação no processo educacional desempenhado por estes países. Isto acontece porque organismos como a Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assim como o Banco Mundial, entendem como condição *sine qua non* para a formação dos indivíduos a adoção de novas tecnologias nesse processo.

Respaldao nos ideários da CEPAL, parcerias entre Estado, Empresários e ONG's foram assimiladas pela agência governamental. Ao terceiro setor foi garantido o financiamento dos projetos que buscariam recuperar a organização da Educação Básica. Com isso, a parceria entre empresa e escola, em que há distribuição desigual dos saberes, atende às necessidades do capital.

Como comentamos anteriormente, o projeto do capital, representado pelas conferências de Jomtien (1990), Nova Delhi (1993), Dakar (2000) e Declaração de Cochabamba (2001), por meio de inúmeras agendas em prol de minimizar os índices de evasão escolar e erradicar o analfabetismo, clama por estratégias e profissionais que entendam à necessidade de sanar as problemáticas envoltas na escolarização, e acreditam que é possível mudar a situação da classe trabalhadora sem que precise modificar as engrenagens do sistema capitalista.

Tabela 1 – Relação entre Conferências/Declarações acerca da Educação e a inserção dos indivíduos no mercado de trabalho

<p>Conferência Mundial de Educação para todos em Jomtien (Tailândia,1990)</p>	<p>“As autoridades responsáveis pela educação aos níveis nacional, estadual e municipal têm a obrigação prioritária de proporcionar educação básica para todos. Não se pode, todavia, esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: entre todos os subsetores e formas de educação, reconhecendo o papel especial dos professores, dos administradores e do pessoal que trabalha em educação; entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planejamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros setores sociais; entre as organizações governamentais e não governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias. [...] Alianças efetivas contribuem significativamente para o planejamento, implementação, administração e avaliação dos programas de educação básica. Quando nos referimos a "um enfoque abrangente e a um compromisso renovado", incluímos as alianças como parte fundamental.”</p>
<p>Declaração de Nova Delhi (Índia, 1993)</p>	<p>“Mobilizaremos todos os setores de nossas sociedades em prol da educação para todos, endossando por este instrumento o Projeto de Ação que acompanha esta Declaração e nos comprometendo a revisar nosso progresso a nível nacional e a compartilhar nossas experiências entre nós e com a comunidade global”.</p>
<p>Declaração de Dakar (Senegal, 2000)</p>	<p>“[...] toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de beneficiar-se de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma</p>

	educação que se destina a captar os talentos e o potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades.”
Declaração de Cochabamba (2001)	“Os sistemas educacionais devem abrir oportunidades de aprendizado a cada criança, jovem e adulto, cultivando uma diversidade de capacitações, vocações e estilos, e dando ênfase especial às necessidades especiais de aprendizado. Os governos e as sociedades têm a responsabilidade de respeitar integralmente esse direito, promovendo todos os esforços ao seu alcance para garantir que as diferenças individuais, socioeconômicas, étnicas, linguísticas e de gênero não se transformem em desigualdade de oportunidade ou qualquer outra forma de discriminação.”

Fonte: Elaborado pela autora

No próprio documento produzido como resultado da conferência de Dakar (2010, p. 23), é tida como pertinente a associação entre Estado (como agente indispensável na educação) e empresários na (de)formação do trabalhador. Para o empresariado, o movimento de “Todos pela Educação” exige, sem distinção, a participação daqueles que compõem a sociedade, independentemente de sua natureza social.

Inserir-se, nesse projeto, que a pedagogia empresarial, dentro de suas atribuições, tem garantida, além da atuação com os recursos humanos presentes na empresa, a elaboração de políticas públicas que advogam uma “melhoria” dos serviços à população nas esferas municipal, estadual e federal, coordenando equipes multidisciplinares no desenvolvimento de projetos, e a proposição de objetivos e metas a serem alcançadas a partir dos diagnósticos da realidade.

Para os filantropos que atuam diretamente na educação, não é necessário apenas querer ampliar seu nicho mercadológico e investir em uma instituição de ensino que defenda e reproduza a lógica do capital. Para atingir seus objetivos, o burguês deve ter, em seu plano de ação, custos baixíssimos e alta rentabilidade, instrumentos que possibilitem seus desejos de manter e conquistar a classe trabalhadora. Agindo em parcerias e estabelecendo conexões com o setor público, a máquina capitalista gesta táticas de garantir o desenvolvimento da burguesia – do capital –, desenvolvendo também o proletariado, que só vive enquanto tem trabalho, e somente tem trabalho enquanto seu trabalho aumenta o capital. (MARX, 2010, p.46)

Esse investimento em educação por parte do empresariado ancora-se não num projeto dito humanitário, mas no fato de que o

[...] último motivo que determina o possuidor de um capital a aplicá-lo, seja na agricultura ou na manufatura ou num ramo particular do comércio *em gros* ou *détail*, é o ponto de vista do próprio lucro (SMITH *apud* MARX, 2015, p.269)

Sabendo que o homem, por meio do trabalho explorado, consegue produzir como resposta o mais-valor – traduzido por Marx (2013, p. 294) como correspondente à expressão do grau de exploração da força de trabalho pelo capital, assim como do trabalhador pelo capitalista –, é de todo interesse para a burguesia avaliar medidas que garantam a existência do proletariado. Nesta direção, acrescentamos ainda que há um caráter distintivo de classe imputado à educação fornecida pela filantropia, que reafirma sua continuidade apoiada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), aprofundando a precarização do ensino e a mercantilização do conhecimento oferecidos à classe trabalhadora, tendo o complexo da ideologia uma participação ímpar em tal estratégia.

A LDB garante, por meio de seu artigo 77, que os recursos públicos possam ser destinados a instituições filantrópicas, desde que as mesmas comprovem uma finalidade não-lucrativa, comprometendo-se a não distribuir seus resultados, dividendos, bonificações e participações ou parcelas do patrimônio sob nenhum pretexto. Além disso, todos os excedentes devem ser aplicados integralmente em educação, e, caso haja encerramento das atividades, seus bens devem ser destinados a outras escolas, possuindo este caráter dito comunitário, filantrópico ou confessional. Não existindo uma instituição que atenda a esse perfil, toda a verba deverá ser enviada ao Poder Público, que continuará a receber a prestação de contas do que foi movimentado pela entidade beneficente filantrópica.

Uma novidade trazida na Lei de Filantropia n° 12.868/15, de 2015, e no Plano Nacional de Educação (PNE) n° 13.005, de 2014, é a política de inclusão das atividades educacionais filantrópicas na educação especial. Os pontos 4.17, 4.18 e 4.19 das metas e estratégias fazem alusão a parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos no atendimento escolar integral de crianças e jovens com algum tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação com matrícula nas redes públicas de ensino, permitindo aos mesmos o pleno acesso, participação e aprendizagem, além da formação contínua, com materiais acessíveis, integrando família e comunidade na construção de um “novo” sistema educacional de ensino. Com isso, o sistema capitalista garante, para si, o maior número possível de trabalhadores ativos, além de ter seus filantropos empresariais financiados e isentos de tributos para realizar uma atividade que os mesmos já tinham pleno interesse.

Marx assevera, n’*O capital*, que o capitalista já acostumado com os desdobramentos da economia vulgar dirá, provavelmente, que adiantou seu dinheiro com a intenção de fazer com ele gerasse mais dinheiro. Todavia, o caminho para o inferno está

calçado de boas intenções, e o burguês até poderia ter a intenção de fazer dinheiro sem nada produzir, mas isso não seria sua natureza.

Os tratados ditados pelos organismos que administram o sistema capitalista, em prol de uma utópica melhoria de vida dos trabalhadores, balizam-se no ideário de que o pobre – aquele que “aguenta o sacrifício de tudo, a parte mais vil e necessitada da nação, o povo escravo trabalhador” – esteja sempre sob contre, seja em seu trabalho, seja na sociedade. (MÉSZÁROS, 2011, p. 651). Assim, as riquezas usurpadas dos mesmos estarão protegidas, de modo que mais riquezas lhes possam ser extraídas.

Perante os restos que o capitalismo despeja como pequenos “agrados” para a classe trabalhadora – deixando transparecer como grande favor prestado a sociedade –, ainda existem pessoas que acreditam nesta realidade e proclamam um discurso de desmerecimento da classe que vive na miserabilidade, sob o jugo de que é dado para estes “luxos” que os motivam e os premiam por viverem em tal situação de despojamento que, é digno de nota esclarecer, tem natureza involuntária. De tal modo,

Caso se considere *Luxo* (como a rigor se deve fazer) tudo o que não é *imediatamente necessário* para a subsistência do Homem como Criatura viva, então nada há mais para se encontrar no Mundo, nem mesmo entre os Selvagens nus: [...] então não haverá *mais absolutamente nenhum luxo*, pois, **se as carências dos Homens são inumeráveis, então o que deve supri-las não possui nenhum limite.** (MANDEVILLE *apud* MÉSZÁROS, 2011, p.651 – itálicos do autor e negritos nossos).

Para o sistema, se os desprovidos de meios de produção são bem conduzidos e recebem pequenos agrados que, para eles, convertem-se em grandes benefícios, o capital acaba por ganhar duplamente com a *pseudofelicidade* destes indivíduos. Ao ser garantida a “oportunidade” de vender sua força de trabalho, o proletariado enxerga a possibilidade de garantir sua mínima existência. Sabendo que o produto de seu trabalho não lhe pertence no ato da finalização, os trabalhadores têm que pagar por algo que eles mesmos produziram e garantiram em dobro de mercadoria para o capitalista. Uma das lógicas do trabalho assalariado é garantir que aquilo que foi pago para o empregado retorne para o capitalista sob forma de dinheiro, para que este em sua última forma de mercadoria possa ser convertida em capital.

Para Marx (2013, p. 578),

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, mas essencialmente produção de mais-valor. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, por isso, que ele produza em geral. Ele tem de produzir mais-valor. Só é

produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital.

Frente a transformação dos homens em meros fantoches de um marionetista sem rosto, a escola – como uma instituição construída historicamente pela burguesia, mas com total autonomia para rasgar o véu manipulatório e articular-se plenamente junto a uma sociedade sem classes – é chamada cotidianamente na manifestação das tensões que o próprio capital produz, atuando no processo de encobrir as verdadeiras intenções de transformar o maior número de trabalhadores em menor quantidade de tempo nas suas máquinas de reproduzir mais-valia.

As empresas privadas, por meio de suas filantropias empresariais na educação, abraçam o discurso de que o aprender e o ensinar têm como fim a capacidade de todos os envolvidos no processo educativo construir conhecimentos, confrontando-os com a realidade e transformando-a por meio das relações estabelecidas entre o meio e a sociedade na qual estão inseridos. Com esta combinação de atitudes, consolida-se a ideia de uma vida pautada em princípios, valores e atitudes que fortaleçam a estrutura social e econômica vigente.

Perante os quatro pilares exigidos pela educação no documento coordenado por Jacques Delors, *Educação: um tesouro a descobrir*, a escola, por meio de sua equipe gestora e pedagógica, além de alunos, funcionários e comunidade, são convocados a aprender a conhecer, a fazer, a conviver, a ser e, como um quinto pilar, a empreender.

Para aprender a conhecer, é fundamental buscar estudar em grande profundidade um número reduzido de assuntos, aprendendo a aprender para beneficiar-se das oportunidades que surgirem através da educação ao longo da vida. Passada esta fase, o aprender a fazer representa a competência que tornará a pessoa apta a enfrentar as numerosas situações para saber lidar com a equipe da qual faz parte.

Para aprender a conviver, o indivíduo deve desenvolver a compreensão perante os anseios e aspirações do outro, assim como as possíveis relações de interdependência que poderão existir. A ideia é trabalhar em conjunto e realizar projetos em comum, gerenciando paralelamente conflitos que possam existir – isso faz parte do rol de qualidades do *novo tipo de trabalhador*.

O aprender a ser cobra uma capacidade de autonomia, discernimento e responsabilidade social, típicas da metodologia empresarial. Na educação, leva em consideração as potencialidades de cada indivíduo – memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas e aptidão para comunicar-se –, mas como fazer tantas exigências se não

são dadas condições historicamente verdadeiras para exercer tais potencialidades e ultrapassar o que já temos no presente?

Por fim, e não menos importante, temos o quinto pilar, o lema que lidera o que é ser bem-sucedido: o aprender a empreender, o aprender a se reinventar e encontrar estratégias para modificar o que não está trazendo os resultados esperados e alcançar novos caminhos para o sucesso e, conseqüentemente, ascender na sociedade. Logicamente, não será a maioria dos trabalhadores que irá conseguir tal feito, mas aqueles que o fizerem serão utilizados como modelo, e a exceção buscará se transformar em regra.

O documento aponta que, em uma sociedade que valoriza o acesso ao conhecimento, é mister conceber a educação como um todo. No entanto, em que totalidade esses saberes estão pautados e qual a possibilidade de existir uma sociedade emancipada e cidadã dentro de um sistema que tem como regra mentir e roubar dos verdadeiros produtores das riquezas materiais e intelectuais?

Os professores são afetados com a velocidade de informações a serem captadas pelo desenvolvimento das habilidades e competências. Assim, sua vida profissional deve ser organizada de tal modo que estejam em condições, até mesmo sejam obrigados, a aprimorar sua arte e a se beneficiarem das experiências vividas em diversas esferas da vida econômica, social e cultural, como se os professores tivessem realmente acesso ao patrimônio cultural produzido historicamente.

Em sua terceira tese sobre Feuerbach, Marx lembra que

A doutrina materialista sobre a modificação das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são modificadas pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. Ela tem, por isso, de dividir a sociedade em duas partes – a primeira das quais está colocada acima da sociedade. A coincidência entre a altera[ção] das circunstâncias e a atividade ou automodificação humanas só pode ser apreendida e racionalmente entendida como *prática revolucionária*. (2007, p.533-4)

O capitalismo, apesar das inúmeras riquezas que conseguiu produzir, não pode e não consegue ser controlado sem a ruptura total com os mecanismos que o mantêm. Acreditar que o sistema consegue dar conta de todo seu exército é colocar-se em um precipício. A história nos faz ver que o capital, assim como um feiticeiro que não consegue conter as forças que invocou, acaba por produzir fraturas na sua própria estrutura.

Destarte, sob o imperativo da empregabilidade, Freres (2008, p. 110) afirma que essa preocupação invade todos os níveis da educação, desde o ensino básico ao superior. Cogente aos objetivos do mercado em formar os indivíduos segundo os anseios do próprio

mercado, apontamos que na pretensa humanização do capital existe um sentimento de conformação dos homens perante a luta que deve existir em prol de uma sociabilidade estabelecida na socialização das riquezas.

Em busca de uma imediatividade e concomitante a uma expansão das novas tecnologias de transformação das matérias primas em produtos a serem mercantilizados pelo sistema, a produção da ciência é chamada para atuar com maior espaço na força produtiva, intensificando o desenvolvimento dos meios de produção.

Teixeira (2007, p. 46) afirma, perante a realidade que se apresenta, que a distância entre a produção do conhecimento técnico-científico e sua aplicação é incomensuravelmente maior do que a que separa a gerência do “chão de fábrica”. Ao mesmo tempo em que se busca empreender e inovar, quando se pensa na aplicação, as empresas buscam tão somente a aplicação imediata, não se importando com os caminhos percorridos para obter os resultados. Com isso, despreza-se não apenas o trabalho intelectual dos indivíduos, mas o trabalho manual dos mesmos. Para o capital, os fins sempre justificarão os meios para a aquisição de seu mais-valor, sendo construído sob esse molde, uma corrida pelo domínio do homem sobre o homem no atual sistema vigente.

4 O PAPEL DA FUNDAÇÃO BRADESCO NO PROCESSO DO ENSINO DA CLASSE TRABALHADORA

Este capítulo se insere como a culminância de todo o aporte teórico que trouxemos nas sessões anteriores. Falar da filantropia e sua aplicabilidade como mais um investimento lucrativo para o empresariado não teria a mesma representatividade se não apresentássemos os números e os documentos que comprovam o quanto é danoso e melindroso o projeto que o capital tem para a classe trabalhadora.

A Fundação Bradesco é mais uma dentre as tantas outras instituições que fazem parte do “terceiro setor”, mas o que a difere é a questão do pioneirismo – fator de orgulho para os membros fundadores – e a rapidez em enxergar, na educação, o caminho mais eficiente aos interesses do capital para cooptar a classe paupérrima da sociedade a acreditar na eficiência da transferência de responsabilidades sociais.

Por se tratar de um capítulo que tem o compromisso em desmistificar as ações empresariais, fizemos uso, para comprovarmos, a teoria de que o “terceiro setor” representa mais uma das iniciativas do capital em crise. Neste íterim, ao final de suas reverberações em prol da continua extensão, empresariado e organizações-não governamentais tendem a apenas enxugar gelo. Em um primeiro momento, tal iniciativa mostra-se eficaz aos olhos leigos. Contudo, é impossível manter o gelo se todo o ambiente encontra-se em efervescência.

Ademais, trouxemos, na letra da instituição, as estatísticas por ela divulgadas e as contradições existentes em tais informações. Como um vendedor genuíno, o “terceiro setor” apresentará apenas aquilo que seus “compradores” desejarem ver e comparar. Através da história da Fundação Bradesco, veremos que a atuação das empresas em geral, nos setores que deveriam ser de ordem pública, não possuem caráter individual, puxando para a assistência não apenas uma empresa filantrópica, mas um conjunto delas sob forma de parcerias pré-estabelecidas. Outro ponto a ser analisado também será o fornecimento, pela Fundação Bradesco, de formações iniciais e continuadas no ímpeto de garantir que a força de trabalho a ser empregada no mercado possua a polivalência e as múltiplas habilidades, principalmente as que tangem o empreendedorismo, garantindo uma absorção mais rápida pelo sistema em tempos de desemprego crônico.

4.1 A HISTÓRIA DA FUNDAÇÃO BRADESCO E SEU INTERESSE PELA EDUCAÇÃO: PONTUANDO A PARCERIA COM A FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO

[...] mantemos, há mais de 57 anos, o nosso compromisso com a inclusão social e a promoção do ensino gratuito e de qualidade, contribuindo para a formação de cidadãos com pensamentos críticos e habilidades para se destacarem no mercado de trabalho, cada vez mais competitivo (BRANDÃO⁴⁴, 2013, p.3)

A Fundação Bradesco surgiu, em 1956, com o nome de Fundação São Paulo de Piratininga, sob a iniciativa do fundador do Banco Bradesco, Amador Aguiar, dando início à intervenção do setor privado brasileiro nas ações de investimento social. Apesar de ter sido criada com o discurso de oferecer educação às crianças das comunidades, os filhos dos funcionários da instituição também podem estudar nesta escola. Em 1962, a cidade de Osasco, atualmente matriz das escolas Bradesco, recebeu sua primeira unidade batizada de Grupo Escolar Embaixador Assis Chateaubriand, com 7 professores e 289 alunos. Foi somente em 1967 que a instituição adotou o nome de Fundação Bradesco, e em 1975 foi considerada pelo Conselho Nacional de Serviço Social como entidade de fins filantrópicos, culminando, em 1981, no seu reconhecimento como Entidade de Utilidade Pública Federal. Na década de 1980 já havia se instalado em todas as regiões brasileiras e, em 1998, foi a responsável pelo lançamento do primeiro curso de informática para deficientes visuais do Brasil.

Com os anos 2000, criou o primeiro Centro de Inclusão Digital, em uma comunidade indígena ligada a escola de Canuanã, na Ilha do Bananal, em Tocantins. Em 2007, a *John Kennedy School of Government*⁴⁵, da Universidade de Harvard (EUA), realizou um estudo de caso sobre a Fundação Bradesco e os desafios para fazer a diferença no sistema educacional brasileiro. O fato de as ações do Bradesco serem estudadas em âmbito internacional abre possibilidades maiores para a sua inserção no setor estatal, iniciando sua ação mais diretamente no período de 2009, com a implantação do Educa+Ação, operando como apoio pedagógico das escolas de rede pública. A partir de 2013, a organização começou a investir na mudança estrutural, visando construir um ambiente mais aprimorado.

Desde seu projeto de existência, apresentava-se como promotora da inclusão social, por meio educação, e atuação como multiplicadora das melhores práticas pedagógico-educacionais para a população brasileira socioeconomicamente desfavorecida. A estrutura de

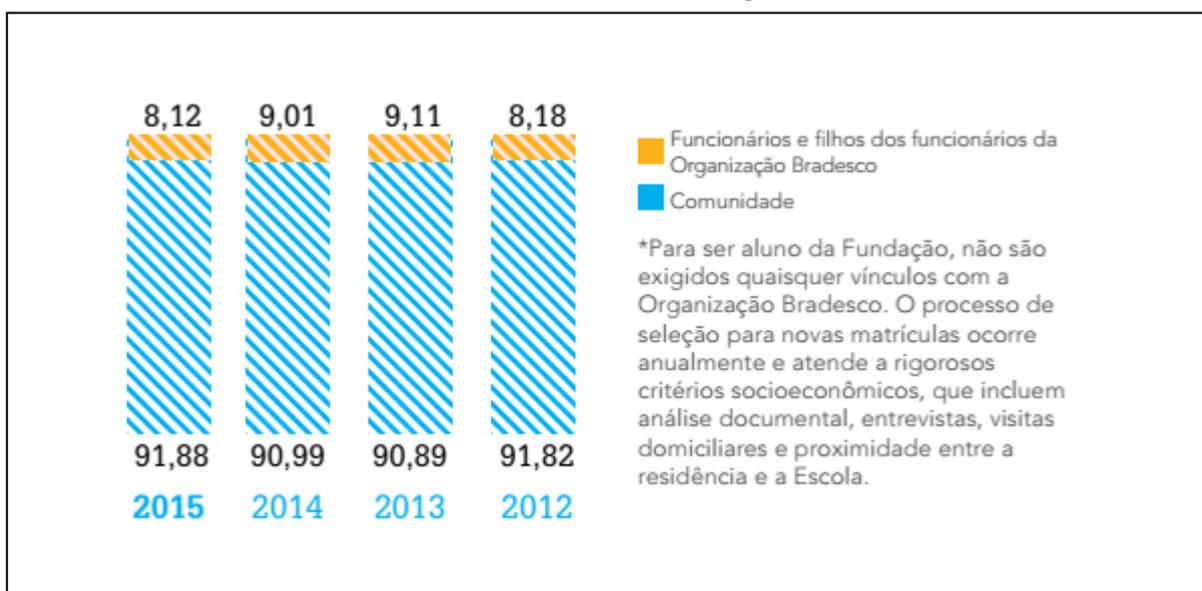
⁴⁴ Lázaro de Mello Brandão, presidente das organizações Bradesco

⁴⁵ Com o lema *Ask What You Can Do* (Pergunte o que você pode fazer), a escola de políticas públicas e administração pública oferece nos cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado de Harvard os títulos em políticas públicas, planejamento urbano, administração pública e desenvolvimento internacional, além de oferecer programas de doutorado em educação de executivos e conduzir pesquisas relativas à política, ao governo e à economia.

suas escolas sempre foi reconhecida como algo de mais avançado, devido ao fato de proporcionar às crianças oriundas das camadas marginalizadas a oportunidade de interagir com equipamentos e materiais somente existentes nas melhores escolas privadas do país. Em meio a isso, como criticar uma instituição que se apresentou para a classe trabalhadora como fornecedora de oportunidades para sair do estado de miserabilidade? Apesar de parecer um insulto, é urgente que os trabalhadores saibam que o dinheiro que fornece essa melhoria para eles e seus filhos provém da expropriação de seu trabalho, e o que lhes é fornecido, não somente pelo Bradesco, mas também por outras organizações do Terceiro Setor, são apenas migalhas do que deveriam receber verdadeiramente.

Inicialmente, o número de vagas destinadas para as crianças que vivem nos arredores da escola era superior ao número reservado aos filhos dos funcionários do Banco Bradesco. O processo seletivo para conseguir fazer parte da escola sempre foi bastante rigoroso para os filhos dos indivíduos que vivem nas periferias. Para conseguir fazer a inscrição, o responsável que deseja que o filho estude na instituição necessita, como primeiro passo, dirigir-se a escola e fazer uma pré-inscrição. Essa primeira etapa não fornece nenhuma garantia de que a criança irá estudar na escola. Depois, cada pai ou mãe deve entregar os documentos na secretaria da escola comprovando que a família possui uma renda inferior a dois salários mínimos. Comprovada a desfavorável situação socioeconômica, a equipe gestora das escolas Bradesco parte para a segunda etapa do processo seletivo e começa a visitar as casas dos possíveis ingressantes para comprovar se existe o grau de pobreza que foi apresentado durante a inscrição da criança. Passando nesta etapa, professores e equipe gestora fazem a avaliação da criança e tentam descobrir informações que possam ter sido omitidas pelos pais durante a inscrição. A criança, conseguindo passar, será imediatamente convocada a se matricular para iniciar seus estudos no ano seguinte. Com relação à inscrição dos filhos de funcionários da instituição, resume-se apenas à entrega de documentos comprovando o grau de parentesco. Contudo, no decorrer dos anos, a tendência atual é aumentar a porcentagem de matrículas dos filhos de funcionários ao invés das crianças oriundas das comunidades onde se situam as escolas, a exemplo do gráfico apresentado como prestação de contas sobre as atividades desenvolvidas pela instituição no ano de 2014.

Gráfico 3 – Perfil do alunos da fundação Bradesco (%)



Fonte: Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2015, p. 17

Dividindo o cenário da filantropia empresarial com a Fundação Bradesco, temos a inserção, no final da década de 1970, do Grupo Globo, representado pela Fundação Roberto Marinho, que se propõe a atuar principalmente nos campos da educação, da cultura e do meio ambiente. Apesar de se apoiar no nome de seu fundador – Roberto Marinho – e defender a necessidade de uma “responsabilidade social” por parte dos grandes empresários, foi apenas em 1999 que a instituição conseguiu reconhecimento do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) como Entidade de Fins Filantrópicos, e Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS). Como missão, a Fundação Roberto Marinho afirma ter o intuito de mobilizar pessoas e comunidades, através da comunicação, de redes e de parcerias em torno de iniciativas educacionais que contribuam para a proclamada melhoria da qualidade de vida da população brasileira. Adiantamos que, diferentemente da Fundação Bradesco, a Fundação Roberto Marinho capta fundos por meio de parcerias com os setores público e privado. Ressaltamos, ainda, que durante os anos que seguiram desde sua criação, a Fundação Roberto Marinho esteve cercada de redes estabelecidas de parcerias, mas, sem dúvidas, a que continuou a manter vínculos até o presente momento é o Banco Bradesco, por meio de sua Fundação Bradesco, por isso a necessidade de apresentar um pouco da Fundação Roberto Marinho no trabalho desenvolvido pela Fundação Bradesco.

No que se refere à área educacional, em 1978, em parceria com a Fundação Padre Anchieta, mantenedora da TV Cultura, em São Paulo, a Fundação Roberto Marinho assinou um convênio para realização de um projeto de teleducação: *O Telecurso 2º grau*⁴⁶. Com essa iniciativa, inaugurou o *status* de primeira rede de comunicação televisiva – TV GLOBO – a ser utilizada para um projeto educativo.

Além do telensino voltado para a população jovem e adulta, a Fundação Roberto Marinho criou, em 1982, a *Ciranda de livros*, que visava ao incentivo de hábitos de leitura em crianças de 7 a 12 anos, faixa etária correspondente ao primeiro período do ensino Fundamental na época. O programa distribuía entre as escolas públicas do país coleções de livros que contavam com a colaboração das secretarias de educação e parcerias com a empresa farmacêutica Hoechst do Brasil e a Fundação Nacional do Livro Infantil. Concomitantemente, em 1982, Péricles de Barros, o então gerente de promoções do jornal *O Globo*, criou o programa *Quem lê jornal sabe mais*⁴⁷, afirmando atender às crianças do segundo segmento do Ensino Fundamental. Este gerente, em 1990, em parceria com a Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal de Educação, teve seu modelo reformulado para garantir maior extensão e aperfeiçoamento de seus conteúdos didáticos, tendo, em sua coordenação, o auxílio da equipe técnico-pedagógica pertencente à Fundação Roberto Marinho.

Em 1986, continuando a relação com a Hoechst, a Fundação Roberto Marinho intensificou sua presença nas escolas da rede pública, apresentando o projeto *Ciranda da Ciência*⁴⁸, que incentivava, de modo mais rentável e lucrativo para a empresa farmacêutica, descobertas científicas por parte das crianças, jovens e seus respectivos professores.

⁴⁶ O Telecurso 2º grau foi pioneiro no fomento à educação supletiva e a distância no Brasil. As aulas também foram transmitidas pela rádio. Embora tenha sido estruturada de modo a ser compreendido e acompanhado por qualquer pessoa, o projeto tinha como público os alunos com mais de 21 anos que pretendiam fazer os exames supletivos oficiais para obter o certificado de ensino médio. Como material de apoio e complemento das teleaulas, foram produzidos fascículos que chegavam semanalmente às bancas de jornais. As publicações eram distribuídas para mais de 3 mil municípios brasileiros (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016).

⁴⁷ O projeto previa a capacitação de professores no uso do jornal aplicado aos diversos temas do currículo. Ao longo de um mês, os alunos das escolas selecionadas recebiam assinaturas de *O Globo* para o desenvolvimento de seu trabalho. Com a realização das ações, os docentes participavam de reuniões periódicas de avaliação (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016).

⁴⁸ O programa foi elaborado por especialistas da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino de Ciências (Funbec) e destinava-se prioritariamente aos alunos do segundo segmento do Ensino Fundamental. A proposta buscava fazer da pesquisa científica uma atividade descontraída e prazerosa, além de incentivar o aprimoramento dos professores e os investimentos nos laboratórios de pesquisa das escolas. Em 1987, escolas da rede oficial de ensino receberam os kits para iniciação científica. Em 1988, surgiu a ideia de criar o Clube da Ciranda da Ciência, que, sete anos mais tarde, alcançou cem mil sócios. Até 1995, ano de término do programa, o número de crianças e jovens atingidos direta ou indiretamente por alguma de suas várias atividades totalizou três milhões, praticamente triplicando as estimativas iniciais. A Ciranda é resultado de uma parceria com a

Visando garantir uma formação nos moldes que o capital exige para sobreviver, a Fundação Roberto Marinho, no ano de 1989, em parceria com a Fundação Banco do Brasil e o apoio das secretarias de educação de todo o país, passou a desenvolver o projeto *Vídeo Escola*, cujo público alvo passou a ser os professores que têm a função de trabalhar em sala de aula com a modalidade de telensino. Além dos vídeos e reportagens a serem vistos pelos docentes, a iniciativa contou ainda com a intervenção da equipe pedagógica da Fundação Roberto Marinho, atuando na formação continuada dos professores por meio de seminários internacionais e encontros estaduais e regionais. É importante frisar que, assim como o projeto com o jornal do Grupo Globo, o *Vídeo Escola* cumpre um papel deformador na formação continuada do professor, fortalecendo o discurso deste profissional como recurso humano para o capitalismo e veículo reprodutor das ideias que a sociedade burguesa afirma como verdadeiras.

Com a Conferência de Jomtien, realizada na Tailândia em 1990, entrou em cena o compromisso de alcançar a Educação Primária Universal (EPU) e a melhoria nos serviços voltados à educação básica, oferecendo oportunidades aos trabalhadores de obterem e manterem um padrão mínimo na qualidade da aprendizagem. De acordo com Rabelo et al (2009, p. 4), em meio ao crescimento da miserabilidade social, ao aumento do índice de analfabetismo e à diminuição do número de trabalhadores especializados, a educação tem sido chamada, em última análise, a cumprir o papel basilar, não de construir o homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital. Para o sistema capitalista, representado pelo Banco Mundial e pelos Organismos Internacionais, o novo papel que a educação deve cumprir perante a classe trabalhadora deve pautar-se em aliviar a pobreza extrema, garantindo-lhes como mecanismo de salvação um saber razoavelmente necessário para desempenhar uma função no mercado de trabalho. Perante tal exigência, foi determinado um prazo de 10 anos para que os países signatários da Declaração de Jomtien obtivessem a erradicação do analfabetismo, o que, até o ano de 2015, prazo final dado pela Conferência de Dakar ocorrida em 2000, não havia sido cumprido.

O cenário de analfabetismo entre os trabalhadores pertencentes à construção civil na década de 1990 era alarmante. Na região Nordeste, esse índice de analfabetismo, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intensificava-se. De acordo com a

Fundação Roberto Marinho, a falta de conhecimento para atuar em determinadas áreas gerava a incapacidade de fixação nos empregos e, até mesmo, inúmeros acidentes de trabalho. Buscando moldar-se às perspectivas indicadas pelos Organismos Internacionais, é que a Fundação Roberto Marinho começa uma parceria com o Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio de Janeiro (Sinduscon/RJ) e a Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB/MEC) para viabilizar o Projeto *Alfabetizar é construir*⁴⁹, que se destinava à educação dos trabalhadores da construção civil. Além destas duas instituições, o programa ainda contava com a orientação educacional do SESI e coordenação de Célia Macieira, membro da Sinduscon/RJ. O lema da iniciativa defende a motivação dos trabalhadores para a alfabetização, a qualificação profissional dos mesmos e o exercício da cidadania. A Fundação Roberto Marinho entrou com o incentivo do empresariado para a construção de salas de aulas nos canteiros de obras. Em 1992, a Fundação desenvolveu também um telecurso com sete programas de vídeos e livros didáticos voltados essencialmente para a alfabetização dos operários. O que podemos observar nesta iniciativa é a adoção de um ensino mais superficial do que já é oferecido à classe trabalhadora, com conhecimentos direcionados para o atendimento das demandas pontuais do setor pertencente à construção civil.

No início dos anos 2000, a Fundação Roberto Marinho uniu-se ao Estado de Goiás, e posteriormente à Gerdau e à Itaipu Binacional, para desenvolver, respectivamente, o Multicurso Matemática, o Multicurso Ensino Fundamental e o Multicurso Água Boa. Os professores organizavam-se em grupos de estudos e trocavam experiências em ambientes virtuais colaborativos. Assim, o minicurso articulava momentos presenciais e a distância, intensificando a precarização e o aligeiramento do ensino. Observamos, ainda, que a relação entre o público e o privado – Fundação Roberto Marinho e Governos Federal e Estaduais – vem sendo desenvolvida, durante os 15 primeiros anos da década de 2000, de forma intensificada, principalmente na área da educação. Programas como *Caminhos da Água*, em parceria com a Agência Nacional das Águas (ANA), *Tom da Amazônia*, *Tom da Mata* e *Tom do Pantanal*, *Tom da Caatinga*, ambos financiados pela Lei de Incentivo, do Ministério da Cultura, *Telecurso Travessia*, no Estado de Pernambuco (região que adotou como política pública de ensino o programa, visando a diminuição da defasagem idade-ano), e *Telecurso Floração*, implementado nas escolas com EJA em Belo Horizonte, apontam uma transferência

⁴⁹ O projeto *Alfabetizar é construir* desenvolveu uma metodologia própria baseada nos conceitos criados por Paulo Freire.

de papéis e a eliminação de iniciativas de cunho totalmente estatal para um envolvimento da iniciativa privada.

No que tange à parceria entre Fundação Roberto Marinho e Fundação Bradesco, o relacionamento das instituições teve como elo o telensino, idealizado pela Fundação Roberto Marinho durante os anos que se seguiram (1977-1981), mostrando ser extremamente viável aos interesses do capital, tendo em vista a oferta de uma formação mínima de acordo com as novas exigências do mercado de trabalho. A procura dos trabalhadores e o interesse das empresas por esse tipo de ensino cresceu nas décadas de 1970 e 1980 de tal forma, que, em 1981, a Fundação Roberto Marinho e a Fundação Bradesco, em comunhão, criaram o Telecurso 1º grau⁵⁰, que permaneceu ativo até o ano de 1995, dando espaço depois ao Telecurso 2000⁵¹ e, posteriormente, ao Novo Telecurso.

⁵⁰ A série de programas contemplava as quatro últimas séries do ensino fundamental e contava com o apoio do Ministério da Educação (MEC) e da Universidade de Brasília. O projeto buscava atender a milhões de brasileiros entre 15 e 29 anos que não tiveram acesso ou não completaram o ciclo básico de ensino. O envolvimento direto do MEC justificava-se pela necessidade de criar novas oportunidades de estudo para esse público, capacitando-o a prestar os exames supletivos realizados pelas secretarias estaduais de Educação em todo país. Proposto como um “sistema aberto de multimeios”, o projeto associou, de forma pioneira, televisão, rádio e material impresso e criou Centros de Recepção Organizada (CRO’s) para audiência em grupo dos programas de TV ou rádio, sempre com o apoio do educador (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016)

⁵¹ “O telecurso trabalha com o currículo essencial complementado por temas transversais como empreendedorismo, segurança alimentar, protagonismo da juventude, saúde, entre outros. Incorporou também novos módulos como educação para o trabalho, para a cidadania, defesa do patrimônio e dos bens naturais, além das habilidades básicas necessárias para o bom desempenho profissional e como cidadão” (FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO, 2016). Nos anos 2000, o Telecurso é implantado nos Estados do Amazonas, Ceará, Acre, nos Quilombos de Goiás, Bahia Pernambuco e Rio de Janeiro (Comunidade da Maré), junto aos projetos desenvolvidos pelos governos: *Tempo de Acelerar*, *Tempo de Avançar*, *Telecurso 2000 – Poronga*, *Telecurso 2000 – Quilombos* e *Telecurso 2000 – Maré do Saber*. O projeto *Tempo de Acelerar* tinha o intuito de oferecer escolaridade formal a jovens e adultos tendo em vista a defasagem idade-ano da população. No ano 2000, o índice de distorção de analfabetismo no ensino fundamental já alcançava o percentual de 58,3%. O discurso punha a educação como estratégia básica para uma formação cidadã. A realidade do estado do Ceará com o projeto do *Tempo de Avançar* era parecida com o do Amazonas. A defasagem no Ensino Fundamental chegava ao número de 67,2% e no Ensino Médio, 43,3%. Buscando inverter esse quadro, a Secretaria de Estado de Educação buscou também a parceria com a Fundação Roberto Marinho e, conseqüentemente, com a Fundação Bradesco e com o Instituto Multiplicar, além das prefeituras do Estado, para implantar a metodologia do Telecurso 2000. Durante esse período, as pesquisas feitas pelo Estado apontavam que os jovens deixavam as escolas por acreditarem que o que lhes eram ensinados não permitiam que os mesmos fossem inseridos rapidamente no mercado de trabalho, muito menos se aperfeiçoarem no que já atuavam. É digno de nota afirmar que a resposta da pesquisa parece tendenciosa, apontando exatamente aquilo que a burguesia deseja sustentar: não é necessário um ensino prolongado para a classe trabalhadora, tendo em vista que estes têm uma urgência em adentrar ao mercado de trabalho e garantir o mínimo do que poderá ser pago por sua força de trabalho. De acordo com o governo, com a aplicação desse modelo de ensino, o índice de aprovação no anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio aumentou sensivelmente, garantindo a continuidade da parceria. Afirma-se que o número de telessalas chegou a 4100, atendendo a 700 mil alunos, fora os alunos que a Fundação Bradesco já atendia. O *Telecurso 2000 – Poronga* (2002), assim como as já mencionadas, tinha o objetivo de corrigir as distorções idade-ano de ensino da população, além de reduzir a evasão escolar dos alunos da rede pública de ensino do Acre. O nome do programa foi inspirado no suporte de lâmparina de querosene usado na cabeça pelos seringueiros para iluminar o caminho a noite no seringal. A dificuldade de infraestrutura na região, principalmente no que tange à falta de eletricidade suficiente, acabou por exigir a instalação de placas solares

Desde o início do Telecurso 2º grau, em 1978, a Fundação Roberto Marinho tinha, como um de seus objetivos, alcançar a população que teve de abandonar os estudos nos primeiros anos do Ensino Fundamental. Em 8 de setembro de 2013, Dia Internacional Da Alfabetização, em parceria com a Fundação Vale, as organizações criaram o programa *Tecendo o Saber*. Sob a responsabilidade da Fundação Vale e do MEC, foram adquiridos os materiais didáticos e selecionados os municípios a serem contemplados com a iniciativa – que inicialmente era pontual, somente se estendendo às demais pessoas após a vinculação com o Canal Futura⁵². Dentro deste projeto, a Fundação Roberto Marinho fica incumbida de fazer o acompanhamento pedagógico e a formação continuada dos professores que irão utilizar a metodologia e auxiliar na produção dos materiais impressos e vídeos. Para isso, a instituição contou com a consultoria do Instituto Paulo Freire.

O programa articulou-se em torno da migração e da pluralidade de culturas existentes no Brasil. É importante salientar que, assim como o Telecurso é utilizado como material de estudo pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, a Alfabetização de Jovens e Adultos da Fundação Bradesco balizou-se no material do *Tecendo o Saber* em nível nacional.

Um dos maiores lemas da Fundação Bradesco está ancorado no apoio às políticas públicas com problemáticas sociais e educacionais, visando à inclusão e à promoção do

para que os estudantes pudessem assistir as aulas do Telecurso 2000 e os projetos pedagógicos propostos para a região. Além desses materiais, foram produzidos *Cadernos de cultura do Acre*, com fontes de textos históricos, poesias e fotos. Em 2003, o caderno contou a história dos povos que formaram o estado, as lendas, os costumes e as influências indígenas, com o uso das ervas, das artes, da culinária e das festas. Já o *Telecurso 2000 – Quilombos* (2002), criado em parceria com a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República, tem o viés de oferecer o ensino fundamental a jovens e adultos de comunidades quilombolas do Estado de Goiás, representada pelas comunidades Kalunga, pertencentes aos municípios de Teresina de Goiás e Cavalcante, além das comunidades em Senhor do Bonfim, na Bahia, e Garanhuns e Salgueiro, em Pernambuco. Nestas regiões o Telecurso 2000 gerou a escrita do livro *Histórias que nos inspiram*, no qual alunos e professores relatam as histórias vivenciadas no período de vigência do programa, que levou em consideração a história do público alvo, além do significado da palavra *quilombo*, reafirmando a luta em prol da sobrevivência desse povo. O *Telecurso 2000 – Maré do Saber* apresentou para os estudantes da Comunidade da Maré que não haviam concluído o ensino fundamental, além do currículo básico, informações sobre informática, cidadania, direitos humanos, saúde, turismo e empreendedorismo. Nesta iniciativa, o Estado do Rio de Janeiro não participou ativamente, mas sim o Instituto Unibanco e a ONG Viva Rio, contando também com campanhas de desarmamento e doação de sangue. Com isso, o Terceiro Setor chama a população a fazer parte do movimento em prol da redução da miserabilidade que atinge a classe trabalhadora em troca de isenções e incentivos fiscais promovidas pelo Estado.

⁵² Foi criada em 1997 como um projeto da Fundação Roberto Marinho. Desde então tem se tornado referência como um projeto de educação e experiência relevante de investimento social privado. O Canal Futura é responsável pela concepção e supervisão dos programas que exhibe. O modelo de produção adotado pelo Canal é de terceirização, contratando produtoras para a realização dos programas que são exibidos diariamente. O Futura é mantido pelas seguintes organizações: CNI, Fiesp, Sistema Firjan, Fundação Bradesco, Fundação Itaú Social, Fundação Vale, Rede Globo, Sebrae, Turner/CNN e Grupo Votorantim.

ensino de qualidade, buscando estreitar laços nos relacionamentos com a comunidade e com entidades de assistência social presente no entorno de suas unidades escolares. Como forma de estender seus “tentáculos” e conquistar a população, a Fundação Bradesco atua também em outros setores além da escola, fazendo parceria com outras fundações, a exemplo do *Canal Futura* – parceria com as seguintes instituições: Fundação Roberto Marinho, Confederação Nacional das Indústrias (CNI), Grupo Votorantim, Federação do Comércio do Rio de Janeiro (FERCOMÉRCIO – RJ, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Rio de Janeiro (SENAC – RJ), Sistema FIESP, SENAI/SP, SESI/SP, Fundação Itaú Social, Turner Broadcasting, SESC, SEBRAE e Sistema FIRJAN, além de parcerias com os conselhos tutelares e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas - Rede GIFE⁵³. Por meio dessas parcerias, foram desenvolvidos projetos como *Programa Bradesco Esporte e Educação*⁵⁴; *Dia Nacional de Ação Voluntariada*⁵⁵; *Fórum Nacional de Aprendizagem Profissional*⁵⁶ – Ministério do Trabalho e do Emprego; *Programa Projeto de Vida*; *Grupo de Trabalho para Soluções de Acessibilidade*⁵⁷; *Programa de leitura*⁵⁸; *Mala de leitura – meus livros, minhas viagens*⁵⁹; adesão ao Movimento *Todos pela Educação*.

⁵³ Referência em investimento social privado no Brasil, o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) é uma organização sem fins lucrativos que promove cursos, congressos, eventos, publicações e reuniões, a fim de estabelecer o relacionamento e a troca de experiências entre investidores sociais com projetos próprios ou de terceiros (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p. 25).

⁵⁴ Criada em 1987, a iniciativa busca transmitir valores como respeito, responsabilidade, disciplina e ética por meio da prática de vôlei e basquete. O Programa atende anualmente cerca de duas mil meninas com idade entre 8 e 20 anos em Núcleos de Formação e de Especialistas. Além da educação esportiva de qualidade, as jovens ainda contam com acompanhamentos médico, psicológico, fisioterápico e nutricional. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p. 24)

⁵⁵ Desde 2003, busca engajar a comunidade escolar na cultura do voluntariado, o que fortalece laços de solidariedade de forma que todos se sintam responsáveis pela construção de uma nação socialmente mais justa. Em 2013, a 11ª edição do Dia Nacional de Ação Voluntária foi realizada em 72 locais diferentes, incluindo as 40 Unidades Escolares e os pontos de atendimento próximos às Escolas, em todo o Brasil. O evento contou com 25.218 voluntários entre alunos, familiares, professores e funcionários da Fundação e de toda a Organização Bradesco, além de pessoas da comunidade. As ações proporcionaram, gratuitamente, 314.452 atendimentos em saúde, bem-estar, lazer, prática esportiva, preservação da natureza, cultura, cidadania, entre outros. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p.24-5). No entanto, por trás dessa ação existe o trabalho “involuntário”, tendo em vista que, sob pena de ser discriminado pelos próprios funcionários, independente do cargo que possuam, os trabalhadores da instituição se sentem na obrigação de participar desse dia, abdicando de seus poucos momentos de descanso junto com suas famílias, sem que nada seja acrescido em seu salário.

⁵⁶ Desde 2008, o Fórum do Ministério do Trabalho e Emprego tem o papel de estabelecer o constante diálogo entre instituições formadoras, órgãos de fiscalização e representação de empregadores e trabalhadores, apoiar o cumprimento de contratação de aprendizes e acompanhar o alcance das metas de contratação e efetividade na oferta de programas de aprendizagem profissional. O Fórum reconheceu o modelo de currículo adotado pela Fundação Bradesco para o *Programa Nacional Jovem Aprendiz* como referência na aplicação da política (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p.25).

⁵⁷ Criado em 2013, esse grupo multidepartamental da Organização Bradesco discute as melhores práticas e soluções de acessibilidade para a integração de pessoas com deficiência. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p. 25).

Face a tanto investimento, existe o interesse da empresa em tirar proveito tanto no campo econômico-político, por meio da isenção de impostos, como no reconhecimento por parte das pessoas que usufruem dos benefícios e dos clientes da Empresa Bradesco, que a enxergam com o caráter “caridoso” e preocupada com os males ocasionados pela pobreza. Além disso, apesar de o investimento feito pelo mesma ser a longo prazo, visto que a educação é um dos setores que mais demora a dar retorno para quem nela investe, cria-se, com as famílias, alunos e comunidade, um vínculo que facilita o recrutamento para atuar na empresa. As crianças, os jovens e os pais de alunos que ali estudam são moldados com base nos interesses que a empresa tem para admitir seus trabalhadores. No entanto, se analisarmos com a devida criteriosidade, o movimento desenvolvido não apenas pelo Bradesco, mas pelas empresas privadas que investem no campo social busca um deslocamento do financiamento – do público para o privado –, e é nesse ponto que o Terceiro Setor assume o papel de “salvador” do povo.

Para o Estado, que pretende se preocupar minimamente com a população, é vantajoso buscar a parceria com empresas como o Bradesco e a Fundação Roberto Marinho, já que a mesma, de modo sagaz, apregoa, mesmo que de forma deturpada, sanar as lacunas deixadas no setor educacional, e por isso é lícito, para o Estado, isentá-la de determinados impostos municipais, estaduais e municipais. Todavia, se o que deveria ser arrecadado fosse pago, poderíamos ter muito mais escolas da envergadura das escolas Bradesco, com a essência totalmente pública.

Mais que formar pessoas, a Fundação Bradesco busca formar cidadãos preparados para empreender no mercado de trabalho e estabelecer relações para a compreensão da realidade. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p.24)

Um ponto forte para o ideário do sistema capitalista diante do ensino fornecido pelas organizações Bradesco e Roberto Marinho está em fornecer não apenas a estrutura, mas formar segundo as normas defendidas pela empresa, para o qual o professor exerce a função de disseminar ideologicamente os desejos do capital, aprisionando em “celas ilusórias” os

⁵⁸ O Programa objetiva incentivar a leitura durante os períodos de férias e recesso escolar. Assim, as equipes escolares estimulam e organizam, de acordo com a faixa etária dos alunos, a retirada de livros do acervo das bibliotecas, como obras do Plano de Leitura que são utilizados no 1º e 3º bimestres e títulos de anos anteriores, que não serão mais avaliados.

⁵⁹ Propõe desenvolver a leitura autônoma e a reflexão dos alunos sobre as temáticas sugeridas. Para cada série, foram selecionados 60 títulos diferentes, considerando a faixa etária, os gêneros estudados e os quadros de conteúdos previstos para o ano. Cada turma tem sua própria mala, com 15 títulos por bimestre. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 23).

filhos dos trabalhadores. No campo dos instrumentos utilizados na aprendizagem, encontramos livros que são escritos por uma equipe pedagógica e de especialistas das próprias fundações. Eles são os responsáveis pelo conteúdo e pela estrutura do material didático, dissipando um discurso alienante de que

O zelo com que atende seus alunos também se reflete de forma cuidadosa nos materiais didáticos produzidos pela própria Fundação Bradesco. Na busca constante por melhorias nos recursos de apoio ao processo de ensino-aprendizagem, a Instituição reformulou o material da Educação Infantil e do Ensino Fundamental I (do 1º ao 5º ano); revisou os livros adotados no Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano) e no Ensino Médio, adequando-os às novas propostas pedagógicas, a partir de obras atualizadas disponíveis no mercado editorial brasileiro; disponibilizou Cadernos de Atividades para os anos iniciais do Ensino Fundamental e Cadernos de Atividades Complementares para os demais anos e séries, até o Ensino Médio; e implantou novas matrizes curriculares em 18 Unidades, estendendo o tempo de permanência dos alunos nessas Escolas. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2013, p.21)

Oferecendo como modalidades de ensino a Educação Infantil (Infantil V), o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a Educação Profissional Técnica de Ensino Médio, contando ainda com a formação inicial e continuada (FIC), a Fundação Bradesco atua em todos os setores da educação, trazendo para a escola, além das crianças, os responsáveis por elas. Com exceção da EJA e dos cursos que possuem uma carga horária menor que 4 horas diárias, todos os alunos possuem o direito ao fardamento e à alimentação, e os alunos da educação básica contam com a assistência médico-odontológica, mantendo consultas regulares.

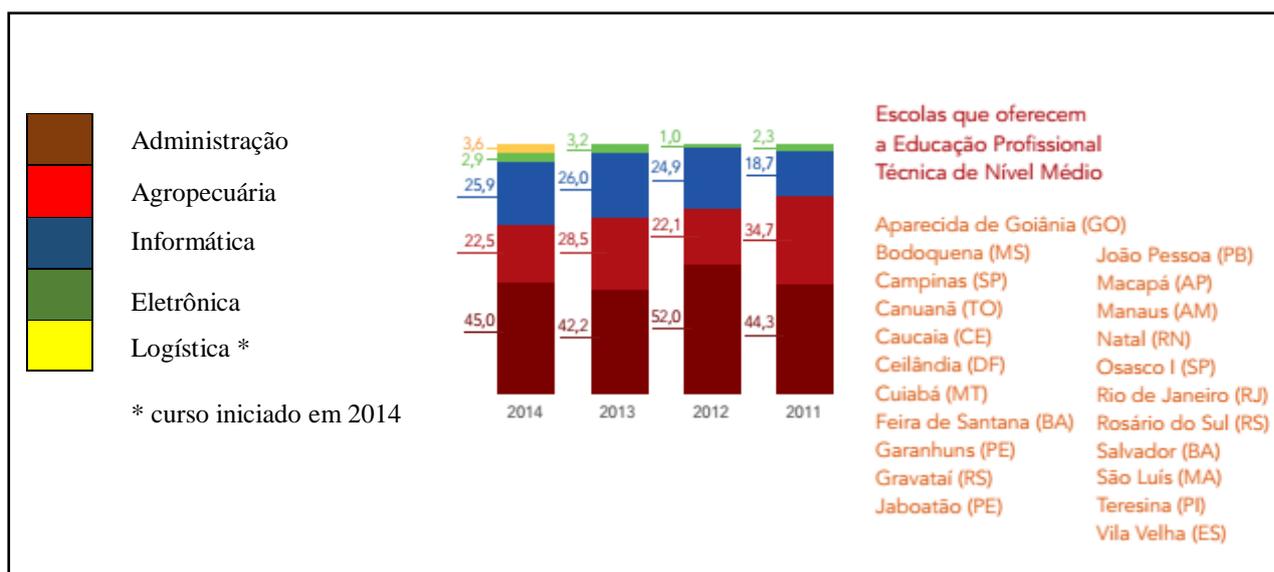
Tabela 2 – Total de alunos por modalidade de ensino

Alunos por Modalidade de Ensino				
Modalidade	2015	2014	2013	2012
Educação Básica*	42.520	44.085	44.915	46.885
Educação de Jovens e Adultos	12.610	14.287	14.724	17.707
Formação Inicial e Continuada	47.052	46.805	42.142	46.920
Total de Alunos	102.182	105.177	101.781	111.512
Escola Virtual	592.424	458.365	455.088	365.430
Projetos e ações em parceria	22.990	33.856	71.742	118.595

*A diferença no total da Educação Básica relaciona-se a um ajuste de alunos por segmento, objetivando aumentar a qualidade do ensino e garantir a permanência nas Escolas. Os dados da Educação Básica incluem os alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Fonte: Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2015, p. 17

Gráfico 4 – Alunos da educação profissional Técnica de nível médio por área (%)



Fonte: Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2014, p. 13

Na Educação Básica, que inclui do infantil até o ensino médio, a escola apregoa, por meio de seu regimento, uma ampliação ilusória de reflexão e intervenção dos alunos dentro da realidade vivenciada, levando-os a acreditar que as questões levantadas em sala de aula pelos professores e por eles próprios não são direcionadas ao pensamento da sociedade burguesa. Desde o momento em que são matriculados, os alunos, através de seus responsáveis legais, têm como foco destacarem-se para poder assumir algum cargo dentro do banco ou da própria escola, ao concluir os estudos.

No período perto de ingressarem no ensino médio, os jovens já têm como meta seguir alguma carreira direcionada à administração, a contabilidade e ao direito, principalmente o primeiro curso, e isso se perpetua até o momento de fazerem a prova para alguma instituição de ensino superior. Além disso, após o término da Educação Básica, os alunos são “convidados” a participar, durante um ano, do curso de Técnico em Administração. Observando a “caridade” em forma de cuidado recebido, a única justificativa aceitável para tal iniciativa é justamente ter uma futura mão-de-obra barata e grata à empresa. Ao mesmo tempo em que se diz que deve existir uma especialização nas áreas estudadas, não são promovidos meios e incentivos que façam com que tanto os funcionários como os jovens aprofundem seus conhecimentos.

Acerca da Educação de Jovens e Adultos, a escola se orgulha em afirmar que democratiza a inserção da cultura letrada e dos conhecimentos formais. No entanto, a

tendência, nos últimos anos, é encerrar as turmas de alfa, que correspondem às series do 1º ao 5º ano do ensino fundamental.

Nas turmas de “Telecurso”, que compreendem os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o movimento está sendo o de transformar a educação presencial em semipresencial e *online*. Os alunos que fazem parte dessas turmas, em sua maioria, não tinham contato direto com o mundo digital.

Quando essas pessoas resolvem voltar a estudar, devido ao tempo longe da escola, sentem a necessidade de ter o contato constante com o professor para lhes tirar as dúvidas. O número de alunos por monitor – isso porque na instituição, não existe professor da Educação de Jovens e Adultos, mas monitores que devem auxiliar no processo educativo – é imenso. O educador, que tem a formação no curso superior de Pedagogia, tem o papel de dar assistência para mais de 200 alunos em todas as áreas de estudo das ciências humanas e da natureza. O pedagogo é um profissional cuja formação está ligada exclusivamente a executar a licenciatura na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Sobre o Ensino Profissionalizante fornecido pela Fundação Bradesco desde os anos de 1970, através do primeiro Curso de Programação de Computadores da América Latina, a instituição apregoa que seria por meio de um ensino profissional de qualidade que se constrói um caminho para a emancipação humana por meio do trabalho. Segundo o Relatório de Atividades (2014, p. 28), feito anualmente pela Fundação Bradesco, o foco da empresa é fomentar oportunidades de ingresso no mercado e contribuir para a geração de renda.

A Fundação Bradesco busca formar cidadãos prontos para atuar e inovar diante de contextos cada vez mais complexos, contribuindo com a sociedade na qual estão inseridos. Desse modo, proporciona um modelo de Educação Profissional focado no desenvolvimento de competências para o exercício de atividades produtivas, visando à inserção e permanência no mercado de trabalho.

O investimento em cursos de nível médio profissionalizante se intensifica aceleradamente. Fornecendo os cursos técnicos de acordo com as demandas das localidades em que a Fundação Bradesco está inserida, nas áreas de Administração, Agropecuária, Eletrônica e Informática, a partir de 2014, o curso de Técnico em Logística teve sua efetivação na instituição, promovendo, para o sistema capitalista, especialistas em conhecimentos estratégicos, sob pretexto de promover ambos os indivíduos e as empresas, e o desenvolvimento do próprio Brasil.

Encerrando as modalidades de ensino fornecida pela Fundação Bradesco, temos a Formação Inicial e Continuada (FIC), que é dividida em três setores: Qualificação

Profissional, Formação Integral e Grupos Produtivos. A *Formação Integral* é posta sob uma falácia que afirma contemplar os indivíduos como seres plenos, cujos cursos têm a finalidade de desenvolver competências essenciais nos níveis social, pessoal, interpessoal e profissional (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 35). Com o discurso repetitivo e mentiroso de formação para a emancipação, esse ideário não corresponde – e nem poderia – ao real vivenciado. Contrastando com a emancipação burguesa, Marx aponta que (2011, p.59)

A dominação política dos produtores não pode coexistir com a perpetuação de sua escravidão social. A comuna, portanto, devia servir como alavanca para desarraigar o fundamento econômico sobre o qual descansa a existência das classes e, por conseguinte, da dominação de classe. Com o trabalho emancipado, todo homem se converte em trabalhador e o trabalho produtivo deixa de ser um atributo de classe.

Partindo da concepção pedagógica ideologizada pela Fundação Bradesco, a *Formação Integral* divide-se em três grupos: Desenvolvimento Educacional⁶⁰, Desenvolvimento Pessoal⁶¹ e Desenvolvimento Profissional⁶².

No campo dos *Grupos Produtivos*, a instituição trabalhará com a oferta de cursos, oficinas e palestras de artesanato. A Fundação Bradesco afirma incentivar a organização empreendedora dos artesãos e, principalmente, transformar o trabalho dos artesãos em fonte geradora de renda para os alunos que fazem parte desse tipo de ensino. Aliado à formação do artesanato, existem as formações em gestão, planejamento, empreendedorismo, técnicas comerciais, afirmando garantir a criação de negócios sustentáveis e produtos diferenciados.

Em 2014, foram mais de 3 mil concluintes em 43 tipos de cursos voltados para técnicas artesanais básicas, 22 tipos de cursos e oficinas de aperfeiçoamento técnico e 18 tipos de cursos e oficinas de formação empreendedora. Atualmente, mais de 200 artesãos são engajados em 17 Unidades Escolares. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 36)

Com a invasão da Educação a Distância (EaD), que vem ganhando maior destaque principalmente a partir dos anos 2000, o Bradesco investe na criação de um portal de

⁶⁰ Cursos que se destinam, prioritariamente, a contribuir com o currículo da Educação Básica, entre os quais podemos citar: Decifrando Gráficos, Tabelas e Infográficos, Geometria no Dia a Dia, O que Dizem os Textos e História do Brasil pelas Lentes da TV. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 35)

⁶¹ Cursos e oficinas que têm por objetivo desenvolver conhecimentos, conceitos, recursos e técnicas relacionados à ampliação de competências ligadas ao aprender a aprender, proporcionando interação social, reflexões e mudanças comportamentais, levando ao crescimento cognitivo e pessoal. Como exemplos, destacam-se as Oficinas de *Cupcakes*, Sanduíches, Pães Caseiros, entre outras (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 35)

⁶² Cursos que priorizam desenvolver habilidades básicas para o trabalho, considerando a aplicação dos conhecimentos e atitudes adquiridas para a vida profissional, como Organização Pessoal, Atendimento ao Público, Matemática Financeira, Técnicas e Práticas de Recreação e Lazer, entre outros. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 35-6)

educação digital, a *Escola Virtual*⁶³. Através desse meio, são oferecidos mais de 80 cursos *online* e semipresenciais nas áreas de Administração Financeira, Fotografia, Informática, Desenvolvimento de Aplicativos, Governança de Tecnologia de Informática (TI), Infraestrutura, Segurança e Sistemas Operacionais. É por meio desse portal que os funcionários e estagiários da Fundação, e do próprio Bradesco, realizam alguns de seus cursos de aprofundamento anual.

Perante as regras de permanência na escola, logo que foi instalada em cada Estado brasileiro, a Fundação Bradesco tinha como regra o desligamento do aluno que reprovasse na mesma série mais de duas vezes consecutivas. A partir de 2011, a política passou a ser outra. Os alunos podem reprovar mais de duas vezes consecutivas, até que consiga apreender de forma concreta os conteúdos. Com isso, quanto mais tempo o aluno fica na escola, menor a quantidade de vagas ofertadas para os novos alunos. Além disso, foi implantada, no ano de 2014, uma norma que garante ao estudante mais uma hora de aula, mas é importante refletir sobre a real motivação para o Bradesco em consentir tal benefício para esses alunos. Engajados em atender às expectativas do Movimento Todos pela Educação⁶⁴ e do Plano

⁶³A Escola Virtual sob forma de *site*, www.ev.org.br, tem capacidade para receber até 150 mil acessos simultaneamente. Em 2014, beneficiou mais de 458 mil alunos, com média de 38.200 atendimentos mensais. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2014, p. 39)

⁶⁴ Fundado em 2006, o compromisso Todos Pela Educação é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão contribuir para que, até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o País assegure a todas as crianças e jovens o direito à Educação Básica de qualidade. Em fevereiro de 2014, esse compromisso Todos Pela Educação teve seu estatuto reformado para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip). Apartidário e plural, congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade. Apregoa-se que o objetivo do movimento é ajudar a propiciar as condições de acesso, de alfabetização e de sucesso escolar, a ampliação de recursos investidos na Educação Básica e a melhoria da gestão desses recursos. Esse objetivo foi traduzido em 5 Metas. São elas:

Meta 1 Toda criança e jovem de 4 a 17 anos na escola;

Meta 2 Toda criança plenamente alfabetizada até os 8 anos;

Meta 3 Todo aluno com aprendizado adequado ao seu ano;

Meta 4 Todo jovem com Ensino Médio concluído até os 19 anos;

Meta 5 Investimento em Educação ampliado e bem gerido.

Em 2010, o movimento adotou 5 Bandeiras, as quais entende como urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das Metas. São elas:

Bandeira 1 Melhoria da formação e carreira do professor;

Bandeira 2 Definição dos direitos de aprendizagem;

Bandeira 3 Uso pedagógico das avaliações;

Bandeira 4 Ampliação da oferta de Educação integral;

Bandeira 5 Aperfeiçoamento da governança e gestão.

É dito que, como grandes mudanças dependem do engajamento de todos, tanto por ações cotidianas quanto por valores colocados em prática, em 2014 foram identificadas 5 Atitudes que mostram como a população brasileira pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida. São elas:

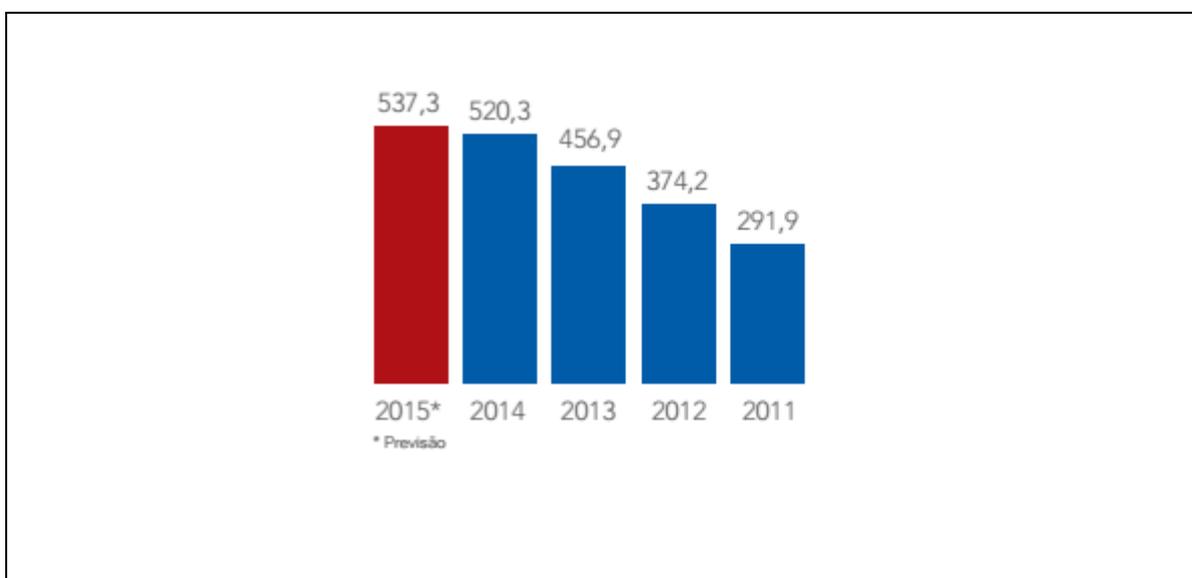
Atitude 1 Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento;

Atitude 2 Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola;

Atitude 3 Colocar a Educação escolar no dia a dia;

Nacional de Educação (PNE)⁶⁵, a instituição afirma querer impulsionar os alunos para práticas emancipatórias, em que estes indivíduos possam explorar suas potencialidades. Para esta escola, o seu ambiente deve ser provedor do verdadeiro aprendizado, aliando a riqueza do saber à formação de valores, virtudes e boas ações, formando assim um cidadão pleno. O aluno é sempre o ponto de partida e chegada dos ideais pretendidos em prol da melhor formação discente de acordo com as necessidades do mercado. Consta-se que a educação fornecida pelo capital jamais poderia objetivar uma formação essencialmente plena. Sua aparência tende a enganar, reluzir e enfeitiçar. É vantajoso que o sistema faça a classe pensar que todas as suas propostas são para o bem comum, e que a culpa para o fracasso da falta de riqueza para todos está na educação.

Gráfico 5 – Investimento para benefício ofertado pelo Bradesco em suas mais de 40 escolas (R\$ milhões)



Fonte: Relatório de Atividades da Fundação Bradesco, 2014, p. 13

Atitude 4 Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos;

Atitude 5 Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens.

O compromisso Todos Pela Educação acredita que, pela dimensão do desafio e da desigualdade histórica da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não é suficiente. A participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é fundamental para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita (*site Todos pela Educação*)

⁶⁵ O Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

Segundo Lukács (2010, p.34), as ideologias tendem a proporcionar tanto uma aproximação como um afastamento da realidade em que estamos inseridos. É fundamental termos a dimensão do papel desempenhado por este complexo dentro dos conflitos entre os homens, e da vida social destes perante a comunidade. Quando utilizadas de forma errônea, podem tornar-se verdadeiras forças espirituais influenciando na formulação e na solução da questão teórica dos seres. A verdadeira ideologia consiste como na

forma de elaboração ideal da realidade que serve para tornar a práxis social humana consciente e capaz de agir. Desse modo, surge a necessidade e a universalidade de concepções para dar conta dos conflitos do ser social; nesse sentido, toda ideologia possui o seu ser-propriadamente-assim social: ela tem sua origem imediata e necessariamente no *hic et nunc* social dos homens que agem socialmente em sociedade. Essa determinidade de todos os modos de exteriorização [Äußerungsweisen] humanos pelo *hic et nunc* do ser-propriadamente-assim histórico-social de seu surgimento tem como consequência necessária que toda reação humana ao seu meio ambiente socioeconômico, sob certas circunstâncias, pode se tornar ideologia. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indeléveis de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais. (LUKÁCS, 2013, p. 336)

Sob essa perspectiva é que chamamos a atenção para a essência e a aparência das atitudes oriundas do sistema capitalista. Tonet, em *Educação contra o capital*, aponta como se perfazem os caminhos da educação e da real formação humana. Desde o período greco-romano nunca houve uma harmonização entre a educação e o trabalho, entre a teoria e a prática e, se compararmos com o que vivenciamos atualmente – a complexidade dos saberes é apresentada apenas àqueles que não têm a necessidade de fazer os trabalhos materiais. Aqueles que precisam trabalhar para manter as riquezas de uma minoria ainda hoje recebem os conhecimentos voltados para as demandas do capital, que recrutam os melhores alunos do ensino público e subtrai destes jovens a oportunidade de se aperfeiçoar no ensino superior, tendo em vista que aqueles que devem ter maior e melhor acesso às universidades são os filhos da burguesia.

Outro ponto importante é que, desde muito novos, as crianças – e isso independe se são alunas da Fundação Bradesco ou de alguma instituição de ensino particular – são apresentadas muito cedo ao mercado do trabalho. No caso da Fundação Bradesco, a partir do segundo ano do ensino fundamental, as crianças têm semanalmente um momento com um professor que não faz parte de sua rotina escolar sobre como aprender formas de melhor empreender. A equipe pedagógica, localizada em Osasco, São Paulo, é responsável pela

formulação do material próprio para o momento de aplicação da metodologia da Orientação Profissional, Empregabilidade e Empreendedorismo (OPEE) idealizada pelo psicanalista Leo Fraiman⁶⁶. O objetivo por trás de tal iniciativa não fica apenas na escola, mas principalmente quando se refere aos alunos de menores, atua na rotina da família, e influencia os pais a empreender e seguir os moldes do sistema capitalista, no qual a responsabilidade do sucesso dos homens está em si próprios.

No que tange à formação dada aos educadores, é proporcionado a estes funcionários, seminários, palestras e *workshops*, além da participação em cursos, congressos, jornadas e encontros por todo o país, falsificando uma preocupação em aprimoramento profissional que não existe. Os cursos fornecidos aos funcionários estão diretamente relacionados não à apropriação da cultura produzida historicamente, mas ao aprendizado de conhecimentos úteis e utilitários. Não existe uma motivação para que o professor invista em sua formação ampla e profunda, fazendo apenas cursos que o auxiliam a desenvolver atividades da rotina e não ultrapasse seus limites em busca do conhecimento. Em meio a essa situação, ainda existem pessoas que não se reconhecem no processo de expropriação da sua vida e defendem que

A formação nos fez repensar nossas práticas educacionais e refletir sobre o quanto um ambiente agradável pode favorecer a aprendizagem e a construção de valores como paz, alegria, respeito e união. Esperamos levar tudo que vivenciamos para o nosso trabalho e convívio familiar, de forma que sejamos mais felizes na busca de nossas conquistas e que possamos auxiliar nossos alunos a priorizarem os estudos e alcançarem seus sonhos. (G.A.S.B, professora da Escola Fundação Bradesco em João Pessoa)

Dentre as escolas brasileiras, a Fundação Bradesco se insere nas que melhor gratifica seus funcionários. Contudo, o que é pago ao trabalhador, lhe é exigido sob forma de trabalho triplicado. O que é exigido, principalmente dos professores, tendo em vista que seu trabalho, é para além dos muros da escola, é assinado com tinta de “sangue e suor”.

A formação feita pelos funcionários, desde o período de admissão na empresa até sua saída, atua de modo constante. Existe um artifício de controle que investiga se o funcionário está fazendo todos os treinamentos obrigatórios, quantas vezes ele acessa o curso

⁶⁶ Leo Fraiman é psicoterapeuta, escritor e palestrante. É autor da Metodologia OPEE, adotada atualmente por mais de 150 escolas em todo o Brasil, e também do livro "Como Ensinar Bem", pela Editora OPEE, além de outros títulos publicados nas áreas de Orientação Profissional, Familiar e de Educação. Para Fraiman (2016), desenvolvedor da metodologia OPEE, “conhecer as oportunidades e saber desfrutar delas para construir Projetos de Vida sólidos constituem a grande oportunidade para o sucesso pessoal e profissional. E a OPEE existe justamente para contribuir com esse desafio, unindo escola, alunos e seus familiares”.

online, em que local este faz as atividades e como foi o desempenho nos cursos realizados. Quando a pessoa se nega ou esquece por algum motivo de participar dos treinamentos é convocado pela direção pedagógica para esclarecer a razão de não estar sempre fazendo atividades fornecidas virtualmente pela empresa. Em meio a era da *internet*, a Fundação Bradesco implantou, em seu *site* corporativo, o Espaço Gestão de Pessoas. Esse espaço cumpre com esse controle de trabalho, desempenhando avaliações das competências sob a justificativa de que isso auxiliará os funcionários a executar melhor suas funções, permitindo o ilusório crescimento profissional e pessoal dos indivíduos. Por meio desse recurso de controle dentro da escola do Bradesco, 1.365 funcionários foram avaliados no ano, dos quais 1.294 professores, 35 secretários escolares e 36 vice-secretários. Em 2015, a avaliação foi estendida aos demais funcionários da escola.

Destarte, durante nossa apresentação buscamos descortinar onde as Fundações Bradesco e Roberto Marinho se inserem na educação brasileira, e o modo como são vistas pela ótica do capital em âmbito nacional e internacional. Estabelecendo constantes parcerias, seja nos setores público ou privado, estas empresas “vestidas” de fundações e filantropias são depósitos de gerar mais capital do que é “doador” para a população. As isenções e as imunidades fiscais recebidas em nível federal, estadual e municipal podem ser consideradas ínfimas perante os lucros anuais arrecadados pelas empresas.

No ano de 2015, por exemplo, o Banco Bradesco superou as expectativas e, em período de crise econômica, faturou R\$ 17.190 bilhões. Já o Grupo Globo, representado pelos irmãos Roberto Irineu Marinho, João Roberto Marinho e José Roberto Marinho, ocupam o 5º lugar no *ranking* dos bilionários brasileiros, segundo a lista da *Forbes* de agosto de 2015, mostrando que, em meio à crise econômica, os ricos aumentam seus lucros apoiados no medo da classe trabalhadora de perder os meios de venda de sua força de trabalho, passando a vendê-las a um valor menor do que já era posto. Como forma de mostrar uma recompensa pela expropriação que é causada, essas empresas investem na filantropia que mascara os reais desejos de reproduzir o sistema capitalista e fortalecer sua maquinaria.

4.2 A FUNDAÇÃO BRADESCO E O CANTO DA SEREIA EDUCACIONAL: DESMISTIFICANDO O MERCADO DAS BOAS INTENÇÕES.

A prioridade é que nossas ações tenham impacto social. O valor para a marca é uma consequência. Sabemos que uma das premissas básicas na relação de confiança nossos públicos é entregar o valor que propagamos [...] A prática da gestão responsável, com visão de longo prazo e foco em resultados, naturalmente, cria valor para todos os envolvidos, não só para a marca, mas para tudo o que ela

representa, inclusive o compromisso social. (DENISE AGUIAR⁶⁷, 18/06/2009, *Revista Educar para Crescer*)

Os termos “impacto social” e “compromisso social” aparecem no discurso de grandes empresas como o Banco Bradesco, funcionando como palavras-chave para a invasão do “terceiro-setor” no setor público, principalmente no que tange à educação da classe trabalhadora. Diante de uma crise que fagocita todo um conjunto de profissionais e “pequenos empreendedores”, a Fundação Bradesco assegura que a instabilidade no campo econômico não mudará seus investimentos na formação do trabalhador. De acordo com o relatório de atividades publicado pela Fundação Bradesco em 2015, foram investidos pela empresa R\$ 502.721,00 em educação, distribuída entre as 40 escolas construídas pelo banco, e no ano anterior foram R\$ 520.277,00. Nos últimos 10 anos o investimento chegou a ordem de R\$ 2,56 bilhões, segundo o CDI/SELIC⁶⁸.

No campo da educação formal fornecida, a empresa diz estar preocupada com o tipo de formação cidadã perante os dilemas trazidos por uma geração que vivencia em casa os efeitos da crise que atinge o sistema capitalista. Utilizando-se da justificativa de apoiar uma saída para a instabilidade econômica de seus alunos e famílias, a Fundação Bradesco se apropria de um discurso mentiroso para atacar os currículos pedagógicos e voltar ainda mais seus conteúdos para o bem maior do capital.

[...] procuramos aproximar os conteúdos do currículo escolar às questões cotidianas, tanto na Educação Básica quanto no Ensino Profissionalizante. Na Educação Profissional, o incentivo ao empreendedorismo, à inovação e ao crescimento sustentável objetivou a geração de renda e a empregabilidade, respeitando os arranjos produtivos locais e os potenciais de cada região. Esses diferenciais mostraram-se ainda mais relevantes para as comunidades atendidas, frente aos desafios econômicos vivenciados pelo Brasil em 2015. (FUNDAÇÃO BRADESCO, 2015, p.9)

Como uma sereia em busca de atrair mais uma vítima para o fundo do mar, o projeto educacional da Fundação Bradesco “canta” a música do desenvolvimento pleno do ser humano. Encantando com pseudopropostas de formar cidadãos éticos, críticos e atuantes na sociedade, com múltiplas habilidades, afirma-se dialogar e fazer com que os sujeitos em formação consigam transformar a sua realidade através da educação. Pautada nas provocações

⁶⁷ Denise Aguiar é neta do fundador das organizações Bradesco e diretora adjunta da Fundação Bradesco.

⁶⁸ A taxa CDI é a taxa utilizada pelos bancos para as operações de empréstimos de curtíssimos prazos entre os mesmos. Já a taxa SELIC é a taxa de juros que o governo paga para quem empresta dinheiro para o mesmo.

contemporâneas do sistema, a instituição aponta, como diferencial estratégico para o progresso social, a educação, principalmente a que é fornecida por esta.

Fizemos um levantamento há pouco tempo e descobrimos que alunos que saíram da fundação viraram juízes, foram trabalhar no gabinete da Presidência da República, no FMI, em empresas de jornalismo, na medicina. Um se formou como neurologista. Encontrei uma ex-aluna em Fernando de Noronha, aluna de hotelaria em Recife. (DENISE AGUIAR, 18/06/2009, *Revista Educar para Crescer*)

O grupo apresentado por Denise Aguiar representa, no gráfico de alunos da Fundação Bradesco nos últimos 60 anos, uma fatia mínima. Dos vários filhos da classe trabalhadora que passaram pela instituição, poucos conseguiram ser absorvidos pelo mercado, e isso se explica porque, apesar de o capitalismo oferecer algumas oportunidades para os indivíduos marginalizados, poucos conseguem ascender e não serem operalizados como mais mão-de-obra barata. Por mais que a educação oferecida seja considerada como diferenciada para um ensino “gratuito”, equiparando-se ao que é vivenciado nas escolas particulares de renome, o contato com a realidade de pauperização que essas crianças e jovens estão inseridos dificulta tal ascensão. O papel da educação transmitida pela Fundação aqui tratada, e por qualquer outra que represente o atual sistema, em nada tem de emancipatória, humanitária e transcendente, a alienação positiva da autoalienação do trabalho. Muito pelo contrário, sua proposta é fortalecer a ideologia burguesa e convencer o trabalhador que a razão de seu pauperismo está nele mesmo. Incentiva a disputa, o estranhamento e a alienação da classe entre a classe. Avançar contra o projeto de uma educação verdadeiramente emancipatória e formadora de indivíduos críticos e conscientes é papel destas entidades.

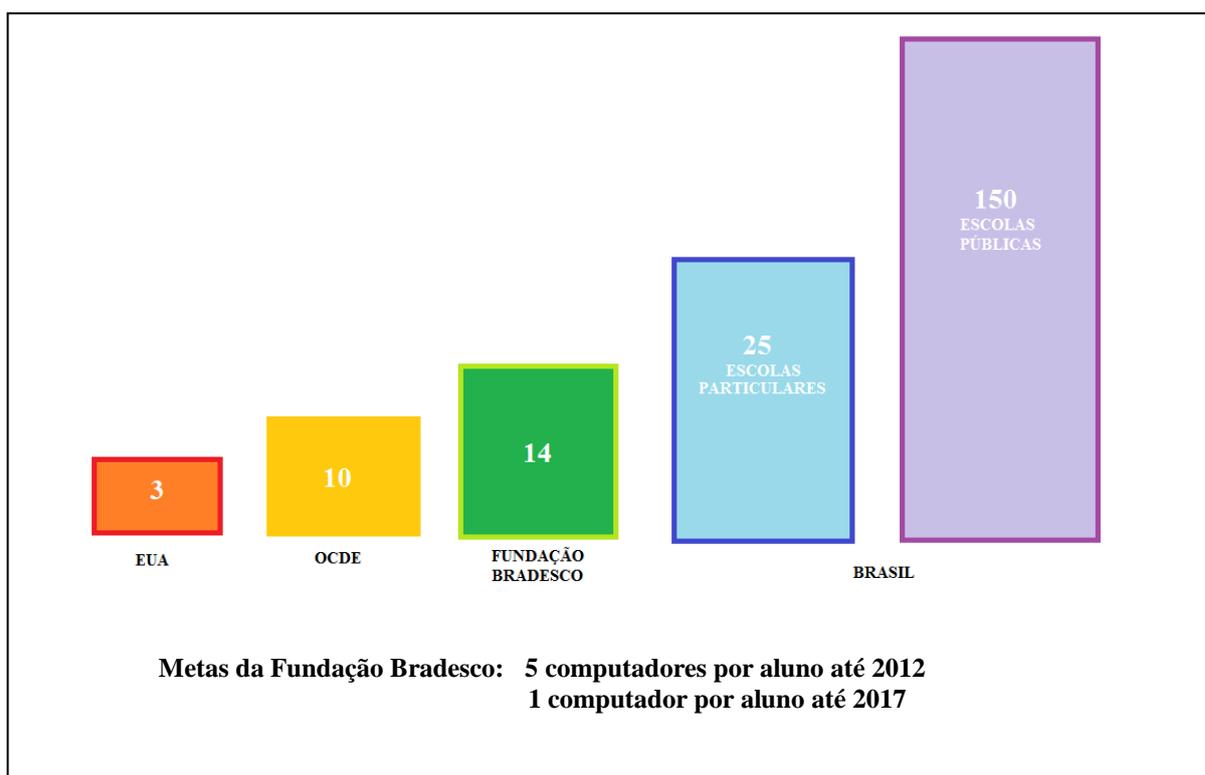
Como assinala Mészáros (2005, p. 62),

A estratégia reformista de defesa do capitalismo é de fato baseada na tentativa de postular uma mudança gradual na sociedade através da qual se removem *defeitos específicos*, de forma a minar a base sobre a qual as reivindicações de um *sistema alternativo* possam ser articuladas.

Se de um lado temos indivíduos que de alguma forma conseguem sair da areia movediça do pauperismo, alcançando uma colocação mais elevada do que a qual pertenciam anteriormente na pirâmide desigualitariamente social, do outro, temos uma esmagadora maioria que, não conseguindo se inserir no mercado, como os “sonhos Bradesquianos” falsamente vislumbravam, obrigam-se a se capacitarem em atividades técnicas que os mantêm em constante nível de submissão à classe dominante, negando-lhes a oportunidade de acesso mínimo às riquezas produzidas pelo homem.

No capitalismo são conflitantes as falas e as intenções de instituições como a Fundação Bradesco. Fala-se em uma educação humanitária quando os próprios profissionais, em prol de garantir a excelência que a escola divulga ter, precisam retirar do sangue que lhes correm receitas prontas para o sucesso não dos alunos, mas das estatísticas a serem apresentadas para a sociedade. Ao passo que a empresa investe em salas e laboratórios de informática com equipamentos de ponta, obriga professores a terem, concomitantemente, o pleno domínio dos conteúdos e a utilização das novas tecnologias para o repasse do saber, e, por outro lado, desliga os indivíduos em formação da realidade inserida.

Gráfico 6 – Número de alunos por computadores



Fonte: Fundação Bradesco em números 2006

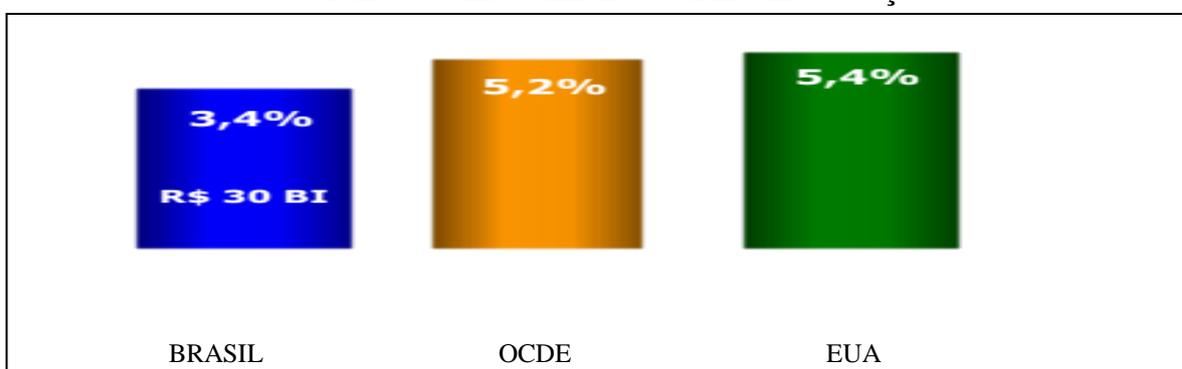
Antes de aulas que envolvam novas tecnologias, é necessário que existam aulas que descortinem as crianças e os jovens da fantasia de final feliz sem o rompimento com o sistema. Contudo, sabemos que tal diálogo entre professores e alunos somente poderia ser possível em outro sistema econômico, e principalmente em uma educação que não fosse tomada pela ideologia do capital. Para o capitalista, teria o mesmo valor investir seu capital em uma fábrica de salsichas, mas o lucro das salsichas seria a curto prazo, o investimento na

educação, na tecnologização e na ideologização se perpetua gerando lucros a curto, médio e longo prazo, perpassando não apenas os indivíduos em processo de formação, mas todos que o cercam. Com isso,

Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se nos for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, diremos que um mestre-escola é um trabalhador produtivo se não se limita a trabalhar a cabeça das crianças, mas exige trabalho de si mesmo até o esgotamento, a fim de enriquecer o patrão. Que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensino, em vez de numa fábrica de salsichas, é algo que não altera em nada a relação. Assim, o conceito de trabalhador produtivo não implica de modo nenhum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, surgida historicamente e que cola no trabalhador o rótulo de meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, uma sorte, mas um azar. (MARX, 2013, p. 578)

Com o intuito de demonstrar como é benéfica a participação da Fundação Bradesco para o trabalhador e, principalmente, no cenário político-econômico do Brasil, a empresa fez no seu aniversário de 50 anos de existência um censo comparativo entre o Produto Interno Bruto (PIB) destinado a educação pelo país, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e pelos Estados Unidos, centro econômico mundial. No gráfico que veremos abaixo, nota-se que a empresa procura explicitar que, sem sua presença, esses números poderiam ser ainda menores, fortalecendo o discurso de ineficiência do Estado e necessidade do “terceiro setor”.

Gráfico 7 – Investimento do PIB em educação

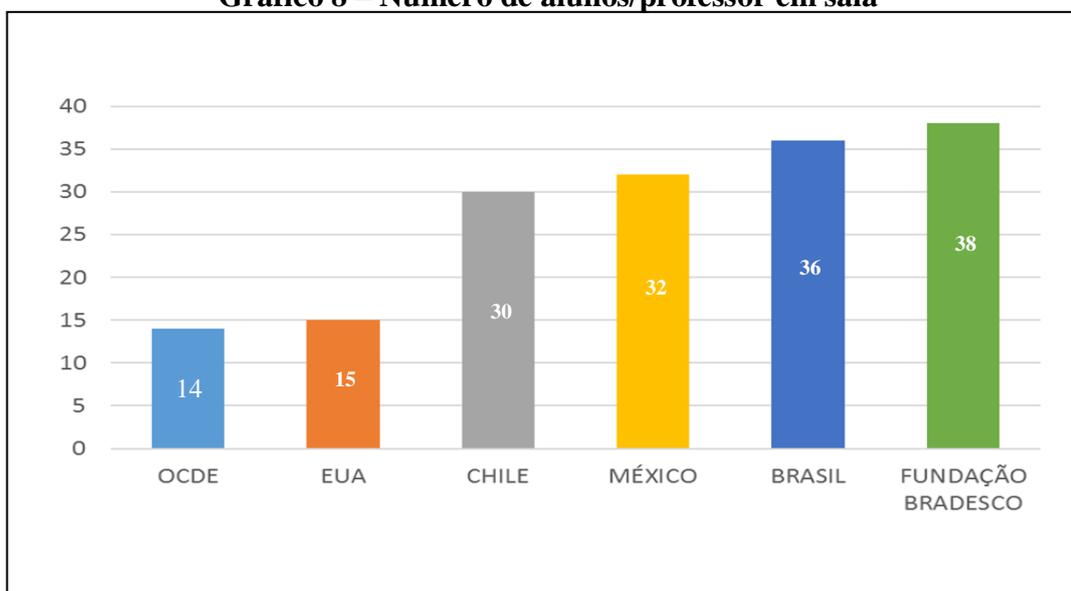


Fonte: Fundação Bradesco em números 2006

Por outro lado, apesar de demonstrar que a acessibilidade dos jovens oriundos das comunidades está “aparentemente” aumentando nas salas de aula, tira-se o foco da precarização docente e o trabalho explorado a ser exercido pelo professor. Para que houvesse

um benefício pleno, seria necessário que, ao passo que se abre vagas para a entrada de um maior número de alunos, o número de professores e o incentivo dado a eles fossem diretamente proporcionais. O que se esconde nos números apresentados é um constante ataque a educação, tendo em vista que, quanto maior o número de indivíduos para o docente sozinho dar atenção, menores são os repasses de saberes realmente apropriados. Contrariando o real, exige-se um maior número de aproveitamento das crianças e jovens sem que nada seja feito para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem nas escolas. O capital quer aligeirar sua benevolência a custos baixos, pressionando seus operários a produzirem mais. Vemos isso expresso na saturação dos bancos escolares.

Gráfico 8 – Número de alunos/professor em sala



Fonte: Fundação Bradesco em números 2006

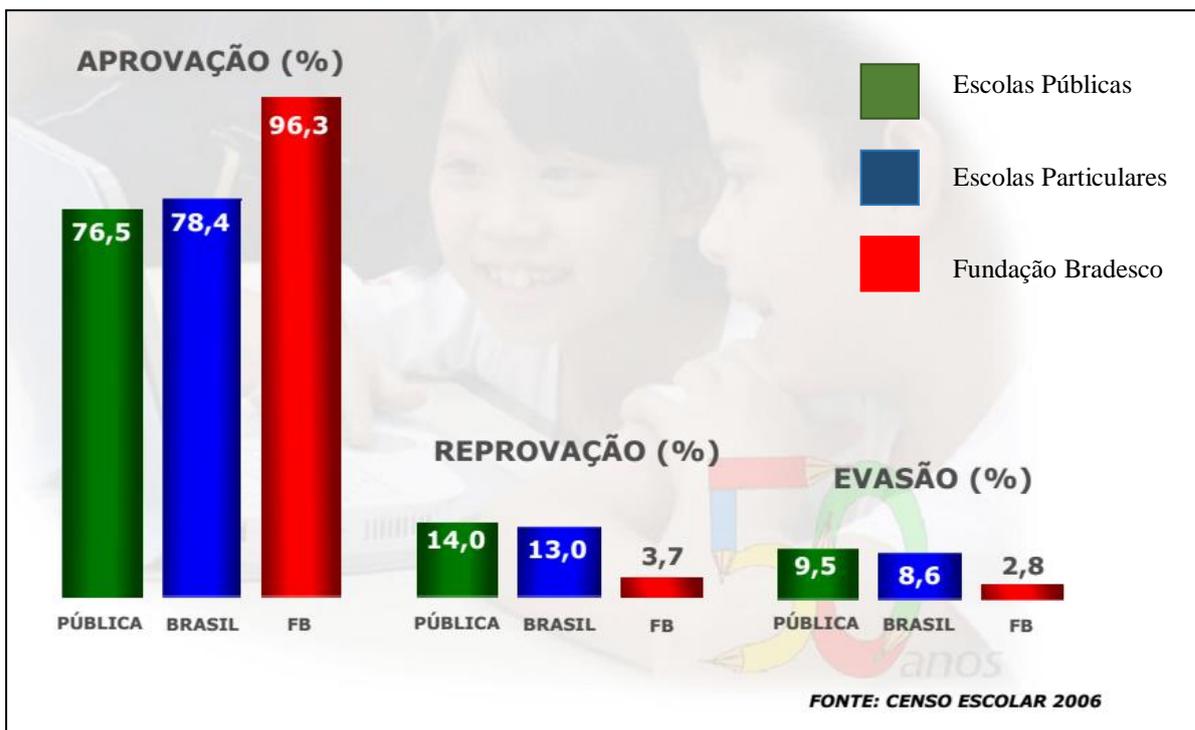
Colidente, ao passo que se saturam as salas de aulas com mais alunos, no ensejo de universalizar o ensino, apropriando-se, nas entrelinhas, do trabalho explorado dos professores, reduzem-se os custos daquele mesmo aluno na escola, tendo em vista que o profissional, o material e a estrutura são os mesmos que eram utilizados antes da universalização dos saberes pelo capital. Segundo a Fundação Bradesco, o gasto médio anual investido em seus alunos, no ano de 2006, chegou a ordem de US\$ 1.146,00, enquanto, por exemplo, a média do Brasil chega a US\$ 1.121,00. Se comparados com o OCDE, que põe a meta de US\$ 6.962,00 e os Estados Unidos que gastam US\$ 9.590,00, o fato de a instituição investir mais que o próprio Estado o põe sob bons olhos pelos demais países, segmentos empresariais e a própria comunidade, que reconhece o investimento feito. Trazendo dados

mais recentes, a empresa publicou em seu relatório de atividades referente ao ano de 2015 que seus custos foram da média de R\$ 52.038 milhões, para garantir o conforto dos alunos e continuo investimento em infraestrutura e tecnologia. Além disso, reafirmam que o cuidado com as crianças e jovens vai para além do saber institucionalizado, propondo-se ainda a fornecer, durante o período na escola, alimentação de qualidade, respeitando as regionalidades; ter, em sua equipe de funcionários, nutricionistas que construirão um cardápio balanceado; e atendimento médico e odontológico para que os alunos possam se desenvolver fisicamente de forma “apropriada”. Toda essa pompa que o banco afirma existir não acontece na práxis em algumas escolas. Fazendo um recorte geográfico, a escola de Caucaia/Ceará, única implantada no estado nordestino, até o ano de 2014 contava com apenas duas dentistas, que se intercalavam entre os turnos da manhã e da tarde para atender os alunos da instituição, não existia acompanhamento médico para nenhum aluno e a equipe de nutricionistas era de São Paulo e vinha para a escola esporadicamente algumas vezes ao ano, enviando por e-mail, mensalmente, o cardápio a ser utilizado. Balizando nossa denúncia,

Na sua estrutura e organização escolar, essa Instituição conta com todos os servidores habilitados na forma da lei, sendo o seu corpo técnico-administrativo constituído pelos seguintes profissionais: um diretor, um vice-diretor, três orientadores pedagógicos, uma secretária escolar, vinte e seis professores, dois dentistas, dois técnicos em informática, um monitor de informática, uma bibliotecária, três merendeiras, uma cozinheira, quatro inspetores de alunos, além de seis profissionais para atividades diversas. (CEARÁ, 2013, p.3-4)

Acerca do ensino ofertado pela instituição, utilizando-se do censo escolar de 2006 como parâmetro, a fundação apresenta seus índices de aprovação, reprovação e evasão. Com esse tipo de informação que é amplamente divulgado, principalmente para a comunidade, o Banco Bradesco e sua fundação almejam firmar a sua eficiência e razão de existência. Como uma droga, que causa dependência e aniquila as possibilidades de abstinência, o capital força sua presença, mostrando-se vital ao trabalhador.

Gráfico 9 – Índices de aprovação, reprovação e evasão nas escolas brasileiras

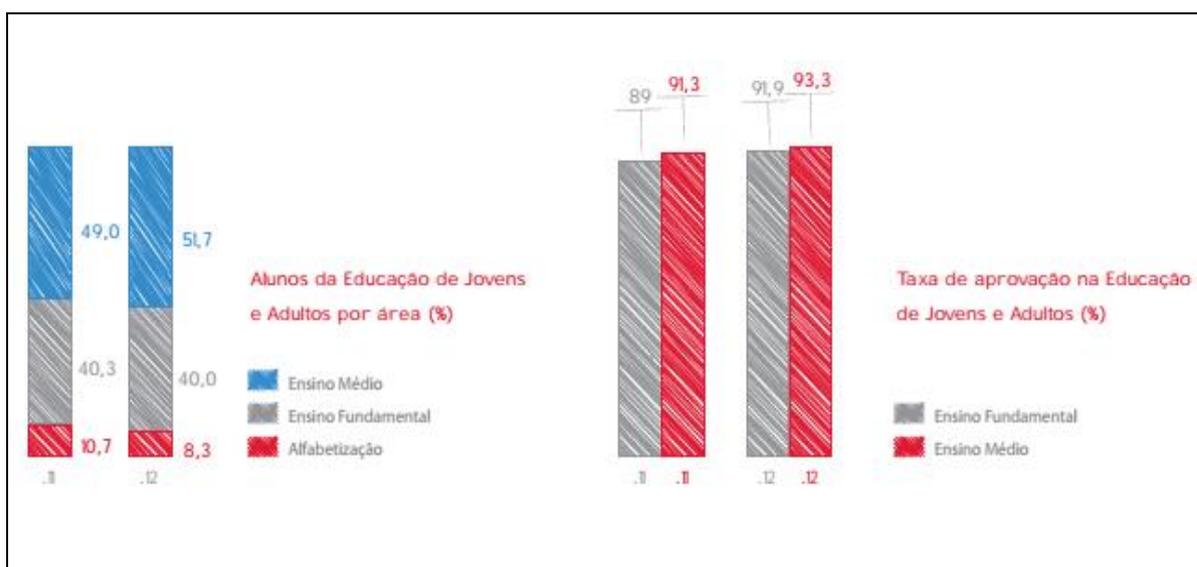


Fonte: Censo escolar 2006

Os números que a escola aponta encobrem o sistema de aprovação que a empresa impõe para seus professores, na busca desenfreada de ter ocupada o máximo de cadeiras escolares. Nunca foi interesse do capital o salto cultural da maioria dos sujeitos sociais que compõe a classe trabalhadora. Todavia, é urgente que sejam apresentados o sucesso e a eficácia da educação fornecida. Os dados apresentados representam os estudantes que se encontravam na instituição, em 2006. Nos anos após a pesquisa, o número de crianças, e principalmente adolescentes, que reprovaram ou abandonaram a Fundação Bradesco caiu ainda mais. Com a aceitação da reprovação por dois anos consecutivos, aqueles que acabam por ficar fora de faixa continuam a fazer parte da estatística de alunos, já que são encaminhados para continuar os estudos pela Educação de Jovens e Adultos. Esta realidade de transição dos bancos da Educação Básica para os da EJA é alarmante, principalmente porque, segundo o censo de 2014, dos 3,5 milhões de estudantes matriculados nesta modalidade, 1 milhão são jovens ainda em idade escolar. Um outro dado preocupante é que 30 % das matrículas de EJA no Brasil, hoje, são de pessoas com idades entre 15 a 19 anos. De acordo com o professor da Universidade de Juiz de Fora, Tufi Machado Soares, em entrevista à

agencia de notícias EBC, a EJA faz sentido para os jovens porque ela possibilita uma flexibilização de estudos apropriada ao estudante trabalhador, permitindo que os mesmos concluam seus estudos. A Fundação Bradesco localizada na cidade de Caucaia/Ceará, por exemplo, até o ano de 2013 realizava, além da educação de jovens e adultos, o seu Ensino Médio no período da noite, com a mesma justificativa de pensar naqueles estudantes que possuíam dupla jornada de trabalho: o manual e o intelectual.

Gráfico 10 – Panorama da educação de jovens e adultos fornecida pela Fundação Bradesco e resultados - 2012

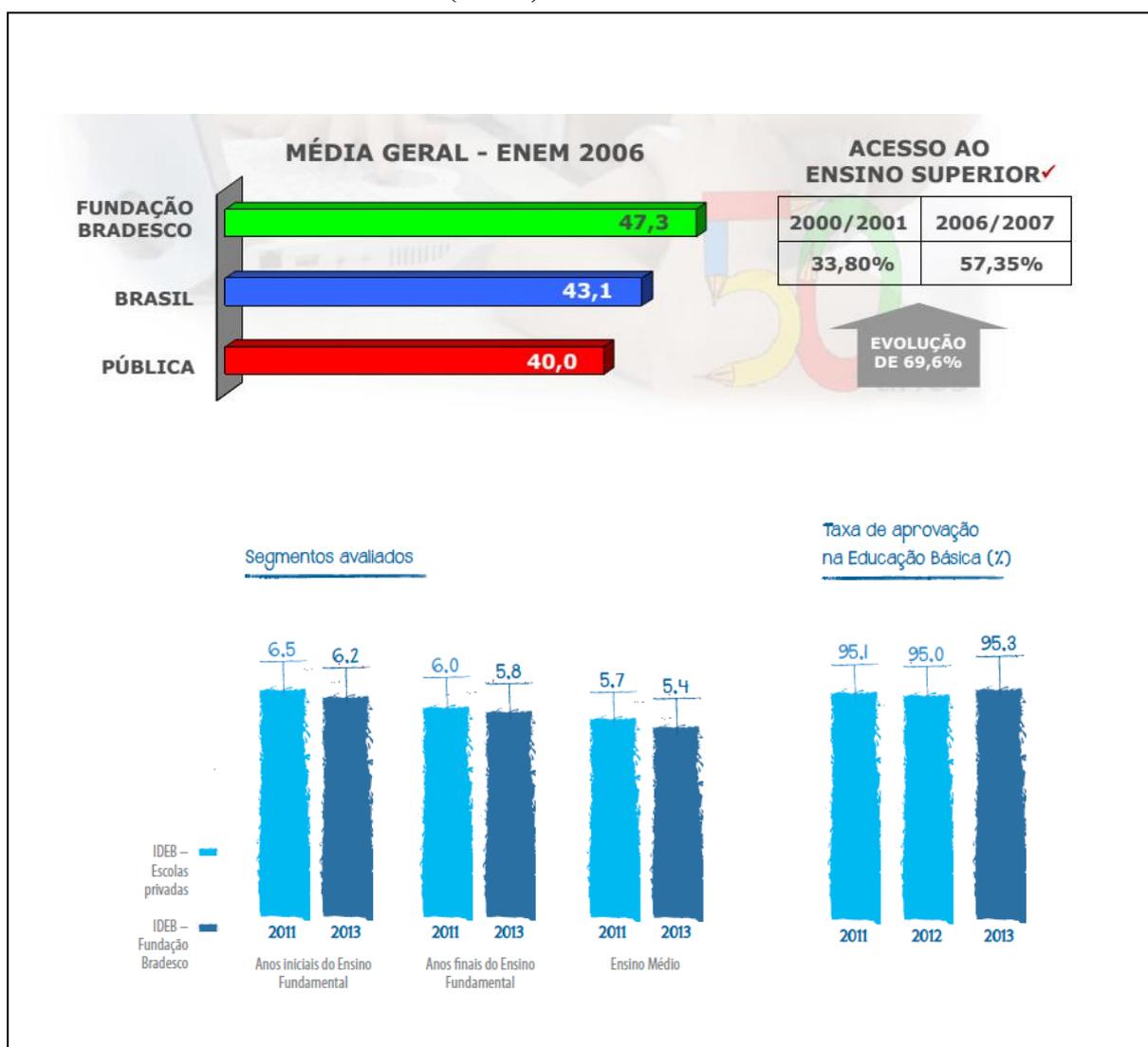


Fonte: Relatório de atividades da Fundação Bradesco em 2012

Ainda sobre as taxas de aprovação dos estudantes, temos que, apesar do grande investimento que se faz nas escolas da Fundação Bradesco, os resultados, quando comparados a exames oficiais como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), e a taxa de alunos que conseguem o acesso ao Ensino Superior fica longe do desejável. Fazendo uma observação pertinente, o grupo de estudantes que representa o gráfico que analisaremos abaixo, em sua essência, tende a ser composto em sua maioria pelos filhos dos funcionários da empresa que, possuindo uma quantidade de recursos um pouco mais significativa que os filhos da comunidade, conseguem o acesso a outros meios de cultura como cursos de idiomas, aulas de reforço particular, e materiais pedagógicos para além do que são postos pela escola. Além disso, o índice de ingresso no Ensino Superior corresponde ao setor privado da modalidade, assim, são negados aos filhos dos trabalhadores acesso à universidade pública, garantindo a

supremacia da classe burguesa no setor público, que é sustentado pela população. Comparando os livros utilizados pela Fundação Bradesco, os utilizados pelas escolas privadas e as escolas públicas, por mais que a entidade filantrópica negue, existe uma semelhança com o material usado pela escola pública e distância com o destinado privado, e isso também repercute na apreensão de saberes. Ao depararmos com estatísticas como a que será apresentada a seguir, notamos quão superfaturado se faz o sistema na busca desenfreada por aceitação.

Gráfico 11 – Taxa média de alunos que fazem o ENEM e porcentagens de alunos que ingressam no Ensino Superior / Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Brasileira (IDEB) nos anos de 2011 e 2013

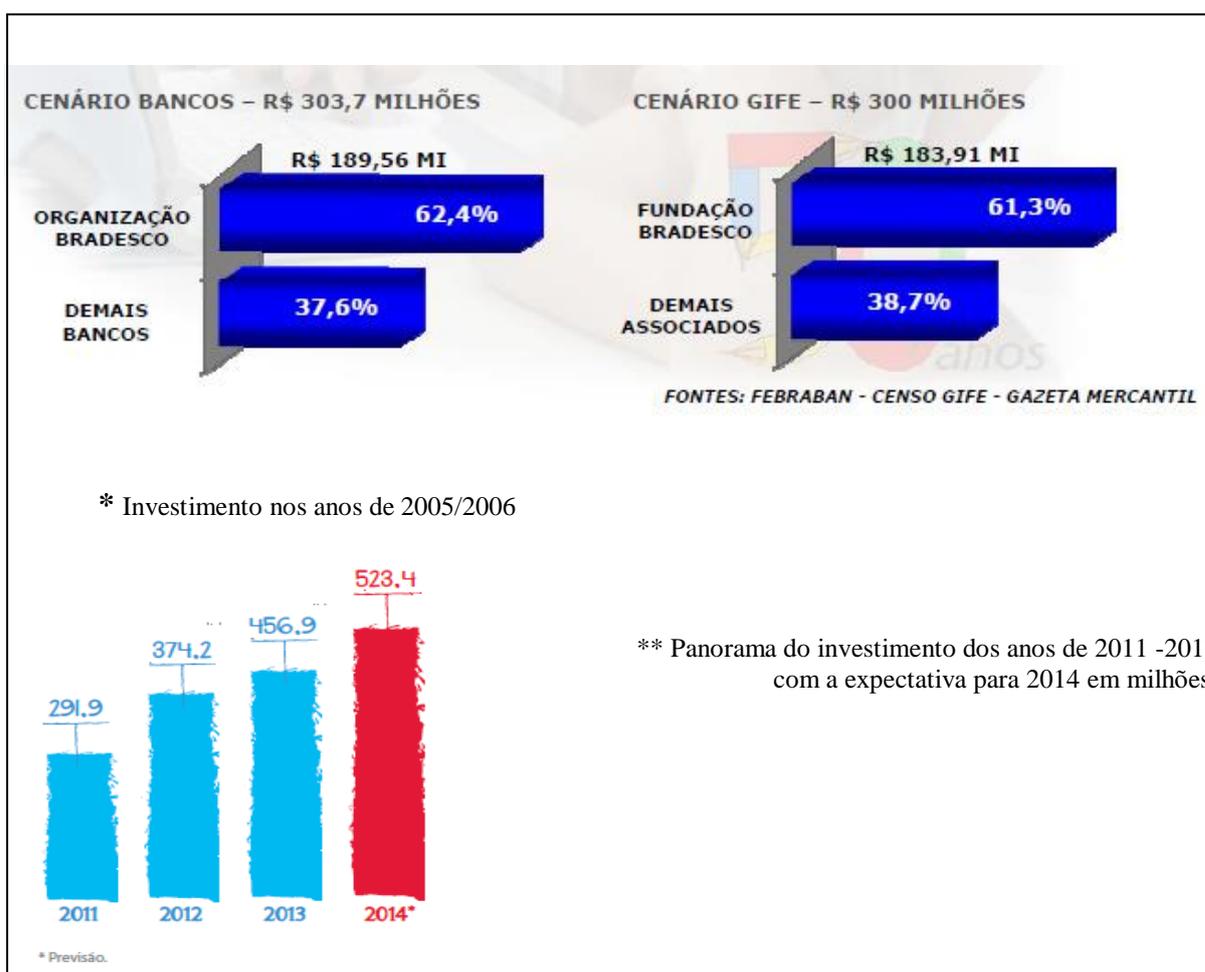


Fonte: Fundação Bradesco em números 2006 e Relatório de Atividades Fundação Bradesco 2013

Frente a esse montante exposto pela instituição acerca dos índices de aprovação, a mesma ainda se vangloria de seus feitos através de pesquisas feitas por institutos que, assim

como a Fundação Bradesco, agem a serviço da geração de lucros e de seguidores para o sistema capitalista. Com base em estudos e estatísticas, entidades como FEBRACAN, Censo GIFE e Gazeta Mercantil dão respostas que o Bradesco deseja ouvir e proferir. Dentre todo o investimento social feito pela iniciativa privada, o banco, sozinho, ofereceu, nos anos de 2005 e 2006, uma porcentagem de 21,8% do capital empregado no “terceiro setor”, contabilizando R\$ 251,3 milhões frente aos R\$ 1,151 bilhões totalizados pelos demais bancos. Fazendo um afunilamento e tratando apenas da educação, nestes mesmos anos R\$ 303,7 milhões foram injetados em ensino. A Fundação Bradesco afirma que, desta quantia, aproximadamente 62,4%, ou R\$ 189,56 milhões, demonstram seus feitos.

Gráfico 12 – Investimento na educação pela Fundação Bradesco e demais bancos



Fonte: Relatório de Atividades Fundação Bradesco 2013

No campo da empregabilidade de seus alunos e comunidade ao redor de sua escola, a Fundação Bradesco busca ratificar o compromisso com a inserção de todos no mercado de trabalho e sistema capitalista. Para isso, começou a implementar, como estratégia

ídeo-política, a formação técnica administrativa de pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela de caráter físico e/ou mental. Em uma parceria entre Fundação Bradesco e bancos são ofertados cursos que visam “possibilitar” a entrada de novos “colaboradores”, ou funcionários, para o quadro da empresa, além de garantir, para os que já fazem parte do círculo da instituição, maior desenvolvimento profissional e pessoal. Contudo, engendrada em tanta generosidade, existe o interesse em manter o mínimo possível de indivíduos sem produzir a mais-valia. Se antes aqueles indivíduos marginalizados por suas limitações, fossem elas físicas ou mentais, eram jogados nas “rodas dos expostos” mercadológicas, o sistema percebeu que melhor seria se empregasse estes indivíduos em atividades meramente simbólicas, e mesmo que minimamente pudessem garantir a mais-valia que os mesmos produziram. A questão social é algo que ainda causa alarde e uma certa “fúria” por parte da burguesia, que se obriga a prestar o mínimo de assistência para não padecer do próprio mal que causa à sociedade em grandes proporções.

Fazendo uso da letra de Adam Smith (*apud* Marx, 2013, p. 436-7),

A mente da grande maioria dos homens desenvolve-se necessariamente a partir e por meio de suas ocupações diárias. Um homem que consome toda a sua vida na execução de umas poucas operações simples [...] não tem nenhuma oportunidade de exercitar sua inteligência. [...] Ele se torna, em geral, tão estúpido e ignorante quanto é possível a uma criatura humana. A uniformidade de sua vida estacionária também corrompe, naturalmente, a coragem de sua mente. [...] Ela aniquila até mesmo a energia de seu corpo e o torna incapaz de empregar sua força de modo vigoroso e duradouro, a não ser na operação detalhista para a qual foi adestrado. Sua destreza em seu ofício particular parece, assim, ter sido obtida à custa de suas virtudes intelectuais, sociais e guerreiras. Mas em toda sociedade industrial e civilizada é esse o estado a que necessariamente tem de se degradar o pobre que trabalha [*the labouring poor*], isto é, a grande massa do povo.

Desmistificar o canto da sereia que a Fundação Bradesco, assim como as demais entidades “pilantrópicas” propagam, exige um trabalho hercúleo. Como podemos ser contra um programa de educação que se apresenta como benéfico, preocupado com os males que afligem a sociedade e ainda propicia soluções e mecanismos para a ruptura com a situação de miserabilidade e esquecimento na qual os indivíduos se encontram? E novamente insistimos em dizer que, em uma sociedade forjada no fel produzido pelo capitalismo, a possibilidade de humanização não pode existir dentro do próprio sistema.

O incentivo à formação e emprego de portadores de qualquer deficiência expressa exclusivamente, como assegura Marx (2013, p.438), um método particular de produzir mais-valor relativo e aumentar a autovalorização do capital, ou riqueza social, a expensas do trabalhador. Longe de desenvolver apenas a força produtiva social do trabalho

excepcionalmente para o capitalista e mutilações para si, a divisão do trabalho precarizado produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho, no qual aparece como um progresso histórico e favorável ao momento de desenvolvimento do processo de formação econômica que esconde sua real faceta: o trabalho e sua divisão como exploração “civilizada” e “refinada”.

Em uma visão bem socialista, como aponta Mészáros (2011, p. 1000), o patrão não seria, em sua gênese, um ser “bom” ou “ruim”, mas apenas tornou-se ou foi forjado para o ser. Todavia, quando o indivíduo passa a ser patrão, isso já o torna suficientemente mau. Diante de tal situação, faz-se imperativo para o trabalhador ultrapassar os limites que o paralisam em reconhecer as verdades elementares que reafirmam o antagonismo entre burguesia e proletariado.

Ademais, englobando as modalidades de ensino fornecidas pelo Bradesco, a instituição alastra que um dos principais pilares para a formação de “cidadãos” por ela financiada está no estímulo que é feito para que os indivíduos ali presentes consigam relacionar conceitos (do capital, nas entrelinhas) e construir saberes de forma autônoma e criativa (obviamente para garantir a mais-valia para os capitalistas). O caminho trilhado para a formação plena, de acordo com a empresa, está na formação profissional, no contato com oficinas pedagógicas e no desenvolvimento de competência pessoal. A união de todas essas características, de acordo com a Fundação Bradesco (2013, p.40), culmina na capacidade de lidar com as demandas e as oportunidades que a vida contemporânea apresenta, proporcionando, nos sujeitos, uma maior absorção do sentir, pensar e agir com base nos recursos cognitivos, relacionais e comunicacionais. Desconstruindo tal assertiva, Freres *et al* (2008) afirma, balizada na letra de Marx, Engels, Lukács entre outros estudiosos marxistas, que mulheres e homens na contemporaneidade conseguiram, com o desenvolvimento das forças de produção, pela primeira vez na história da humanidade, conseguir espaço para o gozo de tempo livre a fim de realizar suas potencialidades. Contudo, esse desenvolvimento científico e tecnológico ocorreu nas entranhas do capital. Como reverberação, para continuar como sistema vigente, precisa continuar a explorar ininterruptamente uma parte maior da humanidade e jogar na mais absoluta miséria a outra parte tornada supérflua para sua acumulação. Concomitante, a humanidade vive na esperança de humanização do capital, ansiando por melhores condições de vida para seu pleno desenvolvimento. Conflitando a realidade, a humanidade dirigida pelo capital submete a si e as suas atividades ao domínio do sistema, acreditando na possibilidade de uma autotransformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o percurso de nosso texto buscamos tomar, como caminho maior para entendermos o papel que a Fundação Bradesco e demais entidades empresariais exercem, a análise dos elementos que compunham e ainda compõe a espinha dorsal da Filantropia, mais especificamente, a praticada pelo empresariado. Compreender os meandros por trás de tal beneficência corrobora para enfraquecer as falsas ideologias que o capitalismo insiste em nos empurrar contra nossa vontade. Percebemos, assim como Mészáros (2004, p.58), que no ato de tentarmos penetrar na estrutura do discurso presente no atual sistema econômico e político, novas questões nos são lançada, principalmente no que tange nossa liberdade de pensar e agir em favor de um melhor sistema econômico, político e social. O modo de produção, e tudo aquilo que ele representa, necessita favorecer a política do terror, isso porque seria muito mais fácil para o capitalismo nos manter vendados, e em nossa cegueira aceitarmos como certo o destino que este nos leva.

Quando iniciamos o primeiro capítulo – Filantropia Empresarial e Miséria Social: a manipulação ideológica sob aparência de caridade –, nossa inquietação, a princípio, estava em desmistificar o discurso de caráter fascista (no sentido de impor uma forma de crítica compulsória e totalitarista do real), que o capitalismo nos impõe pelo chicote de sua mão e repressão de seu Estado manipulador e manipulado. Temos que salientar que, muito embora a questão do pauperismo e da miséria social sejam antecessoras a nossa contemporaneidade, visto que Marx e Engels já alertavam sobre a pobreza econômica, social, e os interesses da classe burguesa na assistência assistida e manutenção em partes dessa situação em prol da acumulação de riquezas por uma minoria, essas indagações sociais tem novos elementos contemporâneos, como exemplo disso, a intervenção do capital financeiro, que torna a atividade especulativa mais agressiva, além de contribuir para o aumento da exploração do trabalho, pois a atividade produtiva assume um papel falsamente secundário na valorização do capital.

Tentamos salientar a origem histórica das práticas filantrópicas e detectamos sua existência nos moldes da sociedade moderna a partir do século XIX, mas o fundamento de tal prática reside na acumulação primitiva de capital, processada desde o século XVI. Com isso apontamos marcos legais que processaram tal questão como: Lei dos Pobres, Nova Lei dos Pobres, Lei do Conluio e Lei dos Cereais. Nesta empreitada, trouxemos os elementos da teoria do valor-trabalho em Marx, e sua crítica aos economistas clássicos (Smith, Ricardo e

Malthus) com seus princípios de: liberalismo econômico, escassez e renda da terra, respectivamente.

Ao dialogarmos com Engels, através de sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, ratificamos, o quanto o capitalismo, apesar de se metamorfosear, continua igual em muitos pontos. Com isso, comprovamos, que em meio a tanta barbárie, é impossível humanizar um sistema que, para manter seu corpo, utiliza-se da expropriação do sangue e dos órgãos do trabalhador, principalmente de seu coração.

Ao ilustrar nossa fala com o gráfico da pobreza e da indigência no último quartel de século, e em paralelo os números que apresentam a divisão social das riquezas, causou-nos profundas náuseas, principalmente por levar em consideração que o recorte temporal tange momentos “pós-crisis estruturais”. Em uma grandeza diretamente proporcional a riqueza destinada à burguesia e a pobreza aos trabalhadores aumentaram desaceleradamente. Contraditoriamente, parece-nos que, à medida que o capital não possui mais possibilidade de expansão, este é o momento em que o burguês se cobre com as cinzas dos laboriosos e, numa tentativa de enganar o sistema, constrói mais diferenças sociais no seu acúmulo de riquezas. Outro apontamento surge quando levamos em consideração que quase metade da riqueza econômica estava concentrada, até 2015, nas mãos de 1% da população mundial, e a perspectiva é que, em 2016, a burguesia conquiste o tão sonhado $\frac{1}{2}$, passando, em 2020, para 55% do acúmulo nas mãos desta minoria, de acordo com a revista Exame de 19 de janeiro de 2015. Diante desta situação, ainda nos deparamos com a situação de contabilizar aqueles que estão classificados como pobres e abaixo do nível de pobreza, somando em 40% os brasileiros que se encontram nesta situação preocupante no ano de 2014 e, infelizmente, sendo a mensageira das más notícias, à medida que nos permitirmos calar por esse sistema, maior será a pobreza que atingirá a totalidade da força de trabalho.

Como o mote principal do nosso trabalho se dirige para a crítica da filantropia na contemporaneidade, sentimos a necessidade de realizar um recorte geográfico em nossa pesquisa, optando por analisar o Brasil e a atuação da instituição bancária Bradesco, através de sua Fundação Bradesco, que atualmente conta com 40 escolas espalhadas em todo o território nacional. Para tanto, também tratamos de temas relativos a ideologias que impelem a classe trabalhadora a desenvolver práticas voluntaristas que negam a luta de classes como: ativismo social, cooperação, solidariedade e parceria, sendo estas categorias corriqueiramente utilizadas pelo empresariado para cooptar a classe laboriosa. Nesse sentido detectamos, nos últimos anos, uma onda de intervenção do setor privado por meio de ONG's, fundações e

OS's, que afirmam ter como caráter central a prestação de serviços que foram deixados no plano secundário pelo Estado.

Abordamos o tema do surgimento e maturação do conceito de terceiro setor. Apontando as debilidades de seus objetivos, e como ele busca remanejar a contribuição compulsória dos trabalhadores para um novo eixo de acumulação do capital, constatamos que existe uma realocação dos recursos destinados ao fundo público para os setores privados. Criticamos, ainda, como as práticas vinculadas a tal paradigma contribuem para uma mistificação das expressões da “questão social”. Um ponto que merece destaque é a nomenclatura dada ao projeto do capital de se inserir como “terceiro setor”. Se antes tínhamos o discurso de que a filantropia buscava sanar as questões da pobreza e indicava uma possível extinção da miserabilidade, com o neoliberalismo surge o imperativo de reorganizar o discurso e estabelecer novas metas. A neofilantropia é forjada na reciclagem do discurso e sua centralidade passa a ser o de gerenciar a questão da pobreza, garantindo que não haja um aumento, mas uma estabilização dos dados comprovados pela realidade dos trabalhadores. No desejo de fazer do velho o novo, o capital reformula a nomenclatura e apresenta parte de sua face. Suas intenções nunca foram a transposição da pobreza, mas apaziguar sua essência.

Continuando nossa análise, ressaltamos que tais variáveis derivam, em especial, de uma crise estrutural da acumulação capitalista, que fez o empresariado rever práticas relativas aos processos de trabalho, atacando frontalmente direitos sociais conquistados. A classe trabalhadora é, assim, diluída em um segmento amorfo, sem vontade própria e conduzida por uma classe espoliadora que prega uma parceria entre o Estado e o setor privado, mas que objetiva, na verdade, lucrar com a prestação de serviços, subjugando a coisa pública em uma política de favores característica de uma sociedade com fortes resquícios coloniais.

Explicando a questão através de elementos históricos materiais, afirmamos que o aumento da composição orgânica do capital, e a crise de empregabilidade decorrida de tal fenômeno, acentuou a participação do terceiro setor na oferta de postos de trabalho. Ocorre que esses empregos são condicionados por uma intensa exploração do trabalho (superexploração do trabalho) que acaba por aumentar ainda mais a dependência, por parte dos trabalhadores, de um nicho que o subjuga a condições sub-humanas de trabalho.

Portanto, é sobre a égide do signo *empresa cidadã* que o empresariado reivindica a intervenção direta na sociedade através de suas organizações, com a intenção de solucionar a miséria que o mesmo grupo causa. No fim, esse grupo lucra ao criar e manter o pauperismo e ao, cinicamente, tentar solucionar as expressões da “questão social”.

No segundo capítulo – Expressões ideológicas da Filantropia no projeto educacional dos trabalhadores: desdobramentos da crise estrutural do capital –, ao abrirmos a discussão sobre as políticas de cooperação e parcerias empresariais como estratégias para o capitalismo não ser vítima de sua própria armadilha, evidenciamos o novo setor a ser empreendido pelo sistema como mais uma mercadoria produzida a ser vendida: a educação. Mais uma vez foi preciso fazer uso de um recorte na temática da filantropia. A ação filantrópica atingiu inicialmente o setor da saúde (por meio de suas Santas Casas) e da assistência nos orfanatos e abrigos. Foi somente com o governo de Getúlio Vargas, em 1935, que a burguesia começou a ensaiar seu plano para a educação, embora muito arcaico. Constatamos que as práticas da filantropia se dirigem a estimular ambientes competitivos onde os trabalhadores se encontram no mercado enquanto adversários, solucionando a questão através do massacre de seu oponente. Em meio a uma educação com duplo caráter, impera na sociedade capitalista aquele caminho que desemboca na alienação pelo e para o trabalho. Nesta questão existe um comum acordo: independentemente de ser a filantropia, o Estado ou a burguesia, a finalidade é a mesma: ceifar do trabalhador a oportunidade de fazer um salto para a *transcendência positiva da autoalienação do trabalho*. Balizados nas pesquisas e autores estudados, diagnosticamos que o processo educativo no sistema capitalista funciona como uma “trincheira de guerra”. Neste sentido, asseguramos que existe uma ascensão de formas alienantes de práticas educativas. Enquanto a educação for vista como um elemento formador da ética humana, esta será obscurecida.

Perante a superprodução do capital, e almejando o máximo possível de representantes, temos a criação de mais um segmento da filantropia: as Organizações de Recursos da Sociedade Civil (CSRO's) e suas organizações-ponte. Esse tipo de organização centraliza suas ações no campo da pesquisa, diferenciando-se de muitas outras, inclusive da beneficência. Uma pergunta que nos inquietou foi a necessidade de atuação de que uma entidade filantrópica exclusivamente com financiamento de projetos. Todavia, o “terceiro setor” é flexível e convida todos os tipos de organizações para estabelecer parcerias, sejam elas de função monetária e/ou pesquisa. Perante a atividade desenvolvida pelo terceiro setor, o Estado sente-se culpabilizado pelos fracassos sociais e incapacitado de prestar a assistência social a população.

Sobre o complexo Educação em sua gênese, tratamos da desmistificação da formação integral nos moldes do capital. É urgente que se difira uma educação pautada para o trabalho e uma educação de saberes verdadeiramente postos, sem contaminação de conceitos e saberes. O ensino e o contato que existe entre professor e aluno não deve jamais transcender

o acordo feito para o domínio do capital nos setores atuais. Em seu duplo papel, a educação na sociedade capitalista se abstém de cunhar uma ordem revolucionária na classe laboriosa, isso porque, para que conseguisse agir sob tal ímpeto, a sociedade já precisaria ter recebido injeção suficiente de criticidade e abstração do que existe apenas na aparência da realidade.

Por fim, o terceiro capítulo – O papel da Fundação Bradesco no processo de ensino da classe trabalhadora – justifica-se por exemplificar como esses pressupostos da filantropia empresarial se aplicam na prática em países com alta percentagem de analfabetismo, como o Brasil, e diversas outras debilidades. Verificamos que o capital privado adentra transformando a oferta pública de ensino em um vetor privado de formação de mão de obra para pressionar a população empregada. Nesse percurso, dentre as várias instituições que se classificam como filantrópicas, escolhemos a Fundação Bradesco devido a sua história de filantropia no país, e seu julgamento de ser uma das primeiras em que seu fundador manteve uma iniciativa empreendedora e com compromisso social voltado para a classe trabalhadora.

Durante o capítulo, despontamos, dentre as parcerias que a instituição firmou, sua mais antiga companheira de falsificação da aparência do real: A Fundação Roberto Marinho. Esta última, balizada nos acontecimentos estadunidenses, em especial com o empreendimento de John Rockefeller III, foi a primeira a trazer a nomenclatura do terceiro setor para o Brasil. Combinada essa parceria, o relacionamento das instituições teve como elo o telensino idealizado pela Fundação Roberto Marinho no ano de 1977. Quando decidimos fazer o recorte analógico entre Fundação Bradesco e Fundação Roberto Marinho, não imaginávamos que estas instituições já estivessem imbricadas uma na outra a tantas décadas. Paralelo a este relacionamento com o Bradesco, outras instituições foram surgindo para fortalecer o discurso mistificador do capital em crises cíclicas e acíclicas. No projeto de inclusão social que estes filantropos realizaram, a educação é vista como o trampolim em favor da saída frente a miserabilidade social.

Não bastasse a ausência de honestidade, as entidades pertencentes ao “terceiro setor” ainda são respaldadas pela lei da filantropia nº 12.101/09 que defende e fortalece legalmente suas atitudes perante a sociedade.

À medida em que íamos descortinando as ações da Fundação Bradesco como representante do “terceiro setor” no complexo da educação, mais encontrávamos, na letra da instituição, devaneios tendenciosamente criados para adulterar a realidade vivida. Sobre o perfil dos alunos atendidos e os serviços a eles oferecidos, temos um embate entre a teoria e a *práxis*. Advoga-se que a escola deve atender o máximo de alunos oriundos das comunidades que entornam a escola. Todavia até pouquíssimos anos, os filhos dos funcionários da

instituição não precisavam se submeter a avaliações exaustivas para ingressar na instituição, diferente daqueles que, precisando vender além da força de trabalho o suor de seu próprio rosto, passam por avaliações socioeconômicas, avaliações escritas e psicológicas, materializando que em todas as relações de troca mercadológica exigem “dois pesos” e “duas medidas”, dependendo da situação e dos sujeitos.

Durante a pesquisa, determinadas informações e estatísticas construídas pela instituição nos chamaram atenção, em especial pelo superfaturamento de valores positivos. À medida que os gráficos anexados aos relatórios de atividades anuais não dialogam com a realidade, conseguimos entender por que a cada ano o número de jovens aumenta nas indústrias, e conseqüentemente a faixa etária destes jovens nos bancos escolares sobe na medida que a precarização do trabalho docente acontece. A tendência é que a Educação de Jovens e Adultos deixe de ser um segmento externo à Educação Básica com o caráter de facilitador para os indivíduos que não tiveram o ensino regular no período certo, e passe a ser destinado aos filhos da classe trabalhadora que são intimados pela realidade vivida a comparecer.

O analfabetismo crônico é algo que chama atenção por ainda existir. Apresentado pelo capitalismo como um fenômeno aparentemente temporário, é um dos pontos a ser mais discutido nos relatórios institucionais da Fundação Bradesco. O não ler e não escrever corretamente vai além da ausência em sala de aula nos primeiros anos da educação infantil e fundamental. Sob essa perspectiva, a Fundação busca oferecer, de forma parcial, seus documentos, dividida em 4 tipos de ensinamentos: infantil, fundamental anos iniciais e finais, educação de jovens e adultos e formação inicial e continuada, a empresa acredita dar conta de todos os serviços a serem prestados. Além de tal proatividade, programas como capacitação de pessoas com algum tipo de deficiência aprofundam a teoria de que o capital necessita que tudo esteja em movimento, até os considerados incapazes precisam produzir mais-valor e, esse procedimento tão anterior a Marx, só pode existir quando, mesmo nas limitações nascidas ou adquiridas, o homem e a mulher consegue produzir seu mínimo de mais-valor. Assim, concordamos com Marx que o patrão não emprega ninguém pela bondade, mas pela ganância em conseguir a mais-valia. A Fundação e demais instituições de mesmo caráter não oferecem bondades, mas filantropias, que, ao final, querem apenas um resultado: a formação de mão-de-obra barata, direcionada e dependente do sistema e seus benfeitores.

Ademais, encerramos nossos estudos com a certeza de que nosso objeto não se esgota nestes escritos, e não poderia, haja vista que a realidade e as relações entre os indivíduos sociais e o sistema são dialéticos. Nosso intuito, no presente texto, foi apresentar

que, por trás de tanta maquiagem, o real caráter da filantropia, em especial da filantropia empresarial, fica esquecido. O “terceiro setor” e seus partícipes cantam e encantam com sua beleza contrastando a tanto perecimento. Perante aos acontecimentos, na medida em que fazemos o movimento, como aponta Kosik (1976), entre a aparência e a essência, possibilitamos a apreensão do real em sua excelência. Levando em consideração os desafios que nos cercam na contemporaneidade, a sensação é de que somos engolidos pela implicativa da sociedade do conhecimento, e, ao mesmo tempo, lançados em jaulas que nos discrimina entre os que podem deter o conhecimento e os que não podem. Durante todos os momentos em que salientamos a atuação da Fundação Bradesco nos setores que deveriam ser de ordem pública, e os seus interesses em se manter como uma “empresa cidadã”, foi como acordar os trabalhadores de um sonho em que existia a possibilidade de humanizar aquilo que já nasceu desumano.

Atestamos que a beneficência (ou caridade empresarial) está imbuída da necessidade de vender uma imagem humanizada à sociedade, disseminando a concepção de que as empresas não têm somente como fim a acumulação de capital, com a exploração do trabalho, mas conseguem desenvolver ações sociais que atendam a sociedade, o desenvolvimento e, por esta via, o mercado.

A Fundação Bradesco advoga para si a condição de uma empresa cidadã, pois, conforme atesta nos documentos, constitui-se em uma empresa filantrópica, com reconhecida responsabilidade social, uma vez que vai além do simples compromisso social, pois mantém, ao longo de mais de duas décadas, um investimento social contínuo e sistemático, apadrinha ou financia o chamado “projeto de formação integral e emancipadora, que tem como fim a formação anual de novos “cidadãos” capacitados para ruptura com a miserabilidade”.

Por fim, concluímos que a filantropia bradesquiana e demais entidades são expressões da celebrada política de responsabilidade social, reconfigurada como Organizações Não-Governamentais (ONG’s), caracterizada como sem fins lucrativos e dedicada a causas sociais. No caso da corporação Bradesco, as ações filantrópicas de educação e formação dos filhos dos trabalhadores da empresa mascara, a nosso ver, uma importante estratégia de marketing social, em que consideramos uma falsa ideologia praticada em nome de um assistencialismo utilitário aos trabalhadores pobres, atrelando os interesses empresariais em prol de melhoria da sua imagem e dos negócios.

REFERÊNCIAS

- BRAGA, S.A.C; FRERES, H.A; JIMENEZ, M.S.V; GONÇALVES, R.M.P. O caráter ontológico da educação como instrumento de superação da alienação: notas introdutórias. In: **I Encontro de Pesquisa de Pós-Graduação**, 2010, Fortaleza. Semana de Humanidades, 2010.
- BEHRING, E. R. A contra-reforma do Estado brasileiro: projeto e processo. In: BERING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEGHIN, N. **A filantropia empresarial: Nem caridade, nem direito**. São Paulo, Cortez, 2005. Coleção Questões da nossa época. v22
- CEARÁ, **Homologação da matriz curricular da educação básica e a proposta pedagógica da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio, da Escola de Educação Básica e Profissional Fundação Bradesco, em Caucaia**. 2013
- COSTA, F.J.F. **Ideologia e educação na perspectiva da ontologia Marxiana**. Tese de Doutorado. Fortaleza: UFC, 2007
- ENGELS, F. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **A dialética do trabalho**. São Paulo: Expressão popular, 2004. P. 13-34.
- _____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2008.
- FUNDAÇÃO BRADESCO. **Relatório de atividades 2015**. Osasco, 2015
- _____. **Relatório de atividades 2014**. Osasco, 2014
- _____. **Relatório de atividades 2013**. Osasco, 2013
- _____. **Relatório de atividades 2012**. Osasco, 2012
- HUNT, E.K; SHERMAN, J. **História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica**; tradução: José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. 2º edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 7º reimpressão.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. **A questão social no capitalismo**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Graffine, 2001.
- JIMENEZ, S. V.; SILVA, M. F. A. (Org.) **Políticas públicas e reprodução do capital**. Fortaleza: Edições UFC, 2007a.
- JIMENEZ, S. SOARES, R. CARMO, M. PORFÍRIO, C (Org.). **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis: uma coletânea de estudos classistas**.— Fortaleza: EDUECE, 2007b.

LANDIM, Leilah. **Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas**”, O social em Questão , n° 4. “Enfrentamento da questão social”. Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, PUC – Rio, 1999.

LESSA, S. **Para compreender a ontologia de Lukács**. 3° edição; UNUUI,2007

_____. **Trabalho e luta de classes na sociedade do conhecimento**. In: JIMENEZ, S.; OLIVEIRA, J. L. de; SANTOS, Deribaldo. (orgs.). **Marxismo, educação e luta de classes: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana**. Fortaleza: EdUECE/IMO/SISTSEF, 2008.

LIMA, M. **Trabalho, reprodução social e educação em Lukács**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2009.

LUKÁCS, G. **As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem**. In: NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.), *et al.* **Temas de Ciências Humanas** São Paulo: Editora Ciências Humanas, 1978. P. 1-21.

_____. **O trabalho** In: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do Ser Social II**. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1° edição. São Paulo: Boitempo, 2013a

_____. **A reprodução** In: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do Ser Social II**. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1° edição. São Paulo: Boitempo, 2013b

_____. **A ideologia** In: LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do Ser Social II**. Tradução: Nélio Schneider, Ivo Tonet, Ronaldo Vielmi Fortes. 1° edição. São Paulo: Boitempo, 2013b

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. In: **Dialética da Dependência/ uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini; organização e apresentação de Emir Sader – Petrópolis, RJ Vozes; Buenos Aires CLACSO, 2000.**

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Ed. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Marx e Engels)

_____. **Manifesto comunista**. Organização e Introdução: Osvaldo Coggiola; tradução do manifesto: Álvaro Pina e Ivana Jinkings. 1 ed. Revista – São Paulo: Boitempo,2010. Coleção Marx e Engels.

_____. **A sagrada família** ou a crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes; tradução, organização e notas de Marcelo Backes. - 1.ed. revista - São Paulo : Boitempo, 2011. Coleção Marx e Engels

_____. **Obras escolhidas** - volume 3, São Paulo: Editora Alfa Omega

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. [tradução: Jesus Ranieri]. São Paulo: Boitempo, 2009. Coleção Marx e Engels

_____. **Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Grundrisse**. Tradução Mario Duayer – São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **Sobre a questão judaica**. Apresentação [e posfácio] Daniel Bensaïd. Tradução: Nélio Schneider - São Paulo: Boitempo, 2013a. Coleção Marx e Engels.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital; tradução: Rubens Enderle - São Paulo: Boitempo, 2013b. Coleção Marx e Engels.

_____. **Cadernos de paris & manuscritos econômico-filosófico de 1844** ; tradução [de] José Paulo Netto e Maria Antônio Pacheco. 1º edição. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 6 edição. São Paulo: Cortez, 2010.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição; tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. 1 ed revista. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **A teoria da alienação em Marx**. tradução: Isa Tavares. 1º edição revista. São Paulo: Boitempo, 2011b.

_____. **O século XXI**: socialismo ou barbárie? São Paulo, SP: Boitempo, 2012.

_____. **Educação para além do capital**. 3º ed revista. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. **O poder da ideologia**. tradução: Paulo Cezar Castanheira, Sergio Lessa. 1º ed revista. São Paulo: Boitempo, 2004

MÉSZÁROS, István. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão Social”**. Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano. 2, n. 3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS. Graffine, 2001.

PRADO Jr., Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. – 1ed. – São Paulo: Companhia das letras, 2014.

RIBEIRO, A.E.A. **Temas atuais em pedagogia empresarial**: aprender a ser competitivo. 3º edição. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2010a

_____. **Pedagogia empresarial**: atuação do pedagogo na empresa. 6º edição. Rio de Janeiro: Wak Ed, 2010b

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. – São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, D; JIMENEZ, S; MENDES SEGUNDO, M. D: **O ideário educacional competente no controle da crise estrutural do capital**. Cadernos PPGEUFES -1-19.11.2010.pdf.

SILVA, R. B. **Educação comunitária**: além do Estado e do mercado. In: Cadernos de Pesquisa nº 112. Org: Fundação Carlos Chagas. São Paulo, Autores Associados, 2001.

PANIAGO, M. C. **A incontabilidade ontológica do capital** - um estudo sobre o Beyond Capital de I.Mészáros, 2001.

PIMENTEL, E. **Uma “Nova questão social”?** Raízes materiais e humano - sociais do pauperismo de ontem e de hoje. São Paulo : Instituto Luckács, 2012. – 2. ed. rev.

PONCE, A. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2010.

TZU, S. **A arte da guerra**. Tradução de Neury Lima. São Paulo: Hunter Books, 2011.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí. RS, Editora Unijuí, 2005.

_____. **Educação contra o capital**. 1 ed. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Educação e formação humana**. In: JIMENEZ, S.; OLIVEIRA, J. L. de; SANTOS, Deribaldo. (orgs.). **Marxismo, educação e luta de classes**: teses e conferências do II Encontro Regional Trabalho, Educação e Formação Humana. Fortaleza: EDUECE/IMO/SISTSEF, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – CAPA DO LIVRO EMPREENDEDOR MIRIM – 5º ANO



ANEXO B – A METODOLOGIA, OS OBJETIVOS E OS VALORES DO OPEE - EMPREENDEDOR MIRIM/JÚNIOR

II - A Metodologia OPEE – Empreendedor Mirim/Júnior

Não dá para crescer sem poupar e investir. Não dá para crescer sem educar. Não dá para crescer com a economia desordenada.

FRACA, Américo, *Vida*, n. 1991, mar. de 2002.

De acordo com estudos sobre Empreendedorismo, crianças que tiveram, desde cedo, contato com esse tema, mostraram posteriormente maior propensão a altos objetivos para a vida adulta, incluindo a felicidade. Além disso, os anos escolares iniciais são os mais indicados para se introduzir o trabalho com esse tema, pois é o momento de maior prontidão da criança para o novo e para as transformações.

Com livros de atividades preparados para crianças de 6 a 13 anos, a Metodologia OPEE (Orientação Profissional, Empregabilidade, Empreendedorismo) tem como meta estimular a visão empreendedora do educando, permitir que ele sonhe e busque um futuro promissor para si e para a coletividade. Nesse intuito é que, desde os primeiros anos do ensino básico, a criança seja encorajada a transformar sonhos em realidade, desenvolvendo para isso atitudes que lhe permitam ser protagonista de seu destino.

Como entendemos que o empreendedor é toda pessoa que se organiza para colocar em prática projetos de vida pessoais ou coletivos (sociais) de maneira eticamente res-

ponsável, pensamos que valores e posturas empreendedoras são adquiridos e, portanto, é possível uma educação capaz de desenvolver competências e habilidades a eles associadas.

Empreendedorismo é aprendizado pessoal, que, impulsionado pela motivação, criatividade e iniciativa, busca a descoberta vocacional, a percepção de oportunidades e a construção de um projeto de vida real. (MENEZES, v. 1, 4, 2002, p. 73, 76)

Vantagens da metodologia

- Atividades voltadas para a prática, interativas e altamente motivadoras.
- Ineditismo de forma e de conteúdo.
- Cada livro consumível tem o respectivo material de apoio ao docente.
- Livro teórico-metodológico.
- Educadores de diversas áreas de conhecimento podem ministrar as aulas, que se assentam no autoconhecimento e na pesquisa crítica da realidade.
- Suporte operacional constante.
- Interdisciplinaridade, conexão dos temas tratados com as disciplinas propostas na grade do Ensino Fundamental.
- Sustentabilidade social. Toda a proposta converge para a promoção de um futuro sustentável a longo prazo, incluindo as gerações das próximas gerações.

III - Objetivos gerais da Metodologia

- Estimular o autoconhecimento, propiciando à criança a construção de um projeto de vida ético e responsável.
- Estimular e ampliar o repertório de informações e conhecimento sobre o mundo das profissões e ocupações.
- Estimular o educando a fazer escolhas conscientes, no âmbito pessoal e, futuramente, no âmbito profissional.
- Propiciar à criança adquirir conhecimentos e habilidades relevantes para a vida adulta, como o desenvolvimento do espírito empreendedor e da educação financeira.
- Entizar o respeito aos valores morais, propiciando à criança maneiras de viver e conviver com o outro, respeitando as diferenças.

Eixos temáticos

O contexto escolar é fonte de muitos conhecimentos e o lugar propício para que uma criança possa saber de si e do mundo que a cerca.

Quanto mais oportunidades de experiência uma escola oferecer aos seus alunos, maiores serão as chances de desenvolver o autoconhecimento, a maturidade e a segurança necessários ao bem-viver.

A descoberta de si mesmo, a introdução ao mundo das profissões e ao mundo do trabalho são decorrências naturais da vivência deste curso.

Por esta razão, para melhor organização do conteúdo desta obra, cada livro, em cada ano do Ensino Fundamental, possui atividades divididas em três eixos:

1. Descobrimo a si mesmo
2. Aprendendo sobre o trabalho e as profissões
3. Descobrimo a vida financeira

No Ensino Fundamental, a criança passa por transformações físicas, comportamentais, culturais, sociais e afetivas. Com um

projeto pautado nesses três eixos, nossa meta é:

- estimular a criança a conhecer-se, investigar-se, descobrir suas habilidades e competências, defender seus valores e crenças, emitir suas opiniões.
- conduzi-la a perceber seus interesses por determinados assuntos e atividades, bem como auxiliá-la a descobrir ambientes que a faça sentir-se bem.
- sensibilizá-la a perceber atividades que, com frequência, sem nenhuma obrigação, ela realiza com prazer e com empenho, buscando aperfeiçoar-se cada vez mais.
- auxiliá-la a compreender o mundo do trabalho e a perceber a interdependência dos indivíduos, grupos e nações.
- integrá-la à cultura do grupo ao qual pertence e permitir que dele participe, respeitando diferenças étnicas, sociais e culturais.
- permitir à criança apreciar as realizações e as aspirações humanas.
- organizar o pensamento financeiro da criança, mostrando-lhe a diferença entre querer e precisar, e empreender para realizar.

IV - Valores

Aspectos como a valorização da pessoa humana do jovem e a preocupação com o futuro coletivo permeiam as propostas desta metodologia, que propõe atividades transversalizadas com os valores morais abaixo relacionados.

Cooperação

Levar em conta o coletivo e não somente o individual, doar-se, construir alianças.

Liberdade

Ter autonomia para pensar, sentir e agir de acordo com as crenças e padrões pessoais.

Felicidade

Sensação de inteireza, completude, equilíbrio, bem-estar, animação.

Honestidade

Ser transparente na relação com o outro; ser íntegro, correto, justo.

Humildade

Aceitar o outro ou a vida naquilo que é; abrir mão da onipotência, aceitar os fatos da vida que estão fora do nosso controle e escolher uma posição sadia e flexível perante eles.

Respeito

Reconhecer as limitações do outro; não imposição; preservar-se e preservar os demais.

Simplicidade

Pureza, objetividade, beleza. Colocar-se diante da vida, sem rodeios, sem apegos,

com desprendimento; livrar-se de artifícios desnecessários.

Tolerância

Lidar com as adversidades com sabedoria; não ser reativo e rígido, agressivo ou impulsivo; refletir e ponderar diante do mundo que se apresenta.

Amor

Estabelecer uma relação de intimidade e afeto; respeitar cada um em termos do seu

limite e o do outro, sem cobrança; estabelecer uma ligação profunda e íntima, conhecer e cuidar, querer bem e se comprometer.

Paz

Equilíbrio interno, harmonia; entrar em contato com a tranquilidade.

Unidade

Integração das partes que formam um todo muito mais unido e poderoso.



ANEXO C – PROPOSTA PEDAGÓGICA SEMESTRAL 2º ANO/ ENSINO

Proposta pedagógica semestral

2º Ano

Módulo 1 – Descobrindo a si mesmo

Atividade 1 – Eu mudei

Atividade 2 – História do meu nome

Atividade 3 – Definindo sentimentos

Atividade 4 – Será que você conhece seus sentimentos?

Atividade 5 – Qualidade de vida/Cuidando de você

Módulo 2 – Aprendendo sobre o trabalho e as profissões

Atividade 6 – Profissões da família

Atividade 7 – Roda-viva

Atividade 8 – Qual é o meu trabalho?

Atividade 9 – O valor das profissões

Atividade 10 – Ajudando os negócios de um amigo

Atividade 11 – O lugar ideal

Atividade 12 – Empreendedor brasileiro

Módulo 3 – Descobrindo a vida financeira

Atividade 13 – O que é desejo?

Atividade 14 – O que é dinheiro?

Projeto Empreendedor Solidário

Proposta pedagógica anual

2º ANO			
AULA	ATIVIDADE	AULA	ATIVIDADE
	Módulo 1	14	Atividade 7: Roda-viva
1	Abertura do curso e abertura do módulo	15	Atividade 8: Qual é o meu trabalho?
2	Sugestão 1	16	Atividade 9: O valor das profissões
3	Sugestão 2	17	Atividade 10: Ajudando os negócios de um amigo
4	Atividade 1: Eu mudei	18	Atividade 11: O lugar ideal
5	Sugestão 3	19	Atividade 12: Empreendedor brasileiro
6	Atividade 2: História do meu nome (aula 1)		Módulo 3
7	Atividade 2: História do meu nome (aula 2)	20	Atividade 13: O que é desejo?
8	Atividade 3: Definindo sentimentos	21	Atividade 14: O que é dinheiro? (aula 1)
9	Sugestão 4	22	Atividade 14: O que é dinheiro? (aula 2)
10	Atividade 4: Será que você conhece seus sentimentos?	23	Sugestão 4
11	Atividade 5: Qualidade de vida/cuidando de você	24	Projeto Empreendedor Solidário (aula 1)
12	Sugestão 5	25	Projeto Empreendedor Solidário (aula 2)
	Módulo 2		
13	Atividade 6: Profissões da família		